

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROSELI DOS SANTOS**

**CANDENDÊ:** tessituras entre vozes e histórias de resistência quilombola  
Barbacena/MG (c.1830 – Tempo presente)

Juiz de Fora

2022

ROSELI DOS SANTOS

**CANDENDÊ:** tessituras entre vozes e histórias de resistência quilombola

Barbacena/MG (c.1830 – Tempo presente)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Dra. Hebe Maria Mattos

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SANTOS, Roseli dos .

CANDENDÊ: : tessituras entre vozes e histórias de resistência quilombola Barbacena/MG (c.1830 – Tempo presente) / Roseli dosSANTOS. -- 2022.

272 f. : il.

Orientadora: Dra. Hebe Maria Mattos

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Candendê. 2. Terras quilombolas. 3. Memórias sensíveis. I. Mattos, Dra. Hebe Maria , orient. II. Título.

Roseli dos Santos

**CANDENDÊ:** tessituras entre vozes e histórias de resistência quilombola

Barbacena/MG (c.1830 – Tempo presente)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da  
Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito necessário para  
obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em 29 de junho de 2022.

Comissão Examinadora

---

Profa. Dra. Hebe Maria Mattos (Orientadora)

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Profa. Dra. Sílvia M. Jardim Brügger

Universidade Federal de São João del Rei

---

Profa. Dra. Livia Nascimento Monteiro

Universidade Federal de Alfenas

---

Profa. Dra. Josimeire Alves Pereira

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Brasil)

---

Profa. Dra. Marileide Lazara Cassoli

Instituto René Rachou Fiocruz-MG

Juiz de Fora, 30 / 06 / 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Professor(a)**, em 30/06/2022, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marileide Lázara Cassoli, Usuário Externo**, em 30/06/2022, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA JARDIM BRUGGER, Usuário Externo**, em 30/06/2022, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josemeire Alves Pereira, Usuário Externo**, em 30/06/2022, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos, Usuário Externo**, em 03/07/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Nascimento Monteiro, Usuário Externo**, em 04/07/2022, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f (www2.u f.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0849498** e o código CRC

## AO UNIVERSO

“[...]que sejam louvadas as mulheres que subirão para a sua morada, Jesus filho, as mulheres que serão arrebatadas, porque nas suas dores se fizeram maiores que os homens, com seu senso de humanidade interromperam guerras, sofreram dores, atravessaram desertos, viveram odisséias, transpuseram muros e cercas, forjaram a liberdade nas entranhas de seus ventres.[...]”<sup>1</sup>

O Universo sempre povoou meus pensamentos e falas. Apesar de ser substantivo masculino, remete-me ao pensamento de um vácuo negro, habitado por uma poderosa energia feminina de mulheres sensíveis e fortes, as mesmas que me trouxeram até aqui! De acordo com a astronomia, o universo é o ambiente e o tempo onde os astros estão inseridos. Pra mim, é um espaço percorrido por caminhadas estranhas, floridas, enegrecidas, tortas de amor e resistência. E nesse trajeto, numa linha do tempo não circular, os astros bailaram, chocaram-se e distanciaram-se na formação do meu eu. Aparecida, o astro maior, concebeu-me, e forneceu-me a garra e a responsabilidade para conquistar o futuro. A ela, dedico não apenas o amor maior, mas também minha eterna gratidão. No espaço e tempo incalculável, outras estrelas femininas rodearam minha construção como pesquisadora, minhas tias: Ana Francisca e Madalena. Elas já habitam, literalmente, o vácuo energético, mas mostraram a mim, a partir de suas narrativas, que os enredos podem ser reescritos. A elas, entrego a tese como presente póstumo. Nesse contínuo infinito, impossível de medir, novos astros se chocaram na magia de encontros inesperados. Ivone e Alcione esbarraram no meu mundo de estudante, e ensinaram-me o poder da palavra amigo. A elas, sou grata pelas melhores lembranças da juventude, as alegrias, parcerias e trocas. O Universo também promove, por necessidade, certos encontros, como o que me trouxe o Sr. José Elias, pai emprestado, que apesar da voz firme, possuía o semblante de criança. Com sua sensibilidade, vislumbrou o meu fascínio pela leitura e incentivou-me com a doação de livros, que hoje compõem minha pequena biblioteca. Desde então, as leituras fazem parte de minha rotina, algo quase viciante. Ao Sr. Zé Elias, gratidão pelos anos de prosa. Ampliei minha leitura de mundo com suas histórias, fascínios e mudanças, convivendo com mestres como o professor Cláudio Nézio, Cíntia Lima e Angélica.

---

<sup>1</sup> VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramar ou a Odisseia**: Histórias. São Paulo: Todavia, 1.ed., 2021, p. 151

Um trio mais que polivalente no compartilhar de saberes, carinhos e diretrizes para o futuro. Um futuro transformado em presente, conquistado na graduação, mestrado e agora doutorado. Na correria acadêmica eu conheci amores e amigos alçados à família: Flávia, Silvania, Dona Lilia, Rosana, Tânia, Elane, Mário e minhas afilhadas estimadas, astros coloridos do meu Céu de conquistas. Aliás, alegria é a matéria-prima num espaço afeminado, onde desejos lançados ao tempo são concretizados. Hebe Mattos, autora de obras lidas por mim desde a graduação, hoje compõe minha banca como orientadora. A ela, toda minha admiração! O Universo sabe o tempo das coisas! Em um percurso de desafios por cinco anos, muitos foram aqueles que abrandaram a aspereza e a solidão das pesquisas, em meio a pandemia: Irene, minha prima do coração, abriu sua casa para que eu pudesse realizar o sonho do doutoramento. Dayana, Lívia, Anita, Emilla, Leonor, entre outros, que transformaram as idas ao campo da UFJF mais prazerosas. Aos professores Mônica, minha primeira orientadora, Beatriz, Carla, Ana Paula, Marcos Olender, Fernanda, meus agradecimentos pela ampliação do conhecimento. À Sara Feres, oficial do Cartório de Padre Brito, suas boas risadas transformaram a coleta de dados em tardes divertidas. Ao Senhor Helvécio, pelas correções ortográficas riquíssimas em detalhes, à Cristina por apresentar-me textos com discussões importantes de combate ao racismo. Enfim, curvo-me a todos que, direta e indiretamente, fizeram parte do meu processo de formação, seja como ser humano, seja como profissional de História.

## RESUMO

A atual pesquisa tem por objetivo o entendimento sobre a formação e continuidade, ao longo do tempo, do quilombo Candendê. Esse território fértil em alimentos e tensões surgiu em fins do século XIX numa grota existente entre os municípios de Barbacena e Ibertioga. Num percurso de zigue-zague entre o passado e o presente, entre as minhas próprias memórias e as fontes escritas, a pesquisa vai desvendando a complexa rede de relações horizontais formadas por camponeses negros e pobres e fortalecidas por matrimônios e eventos culturais. Por outro lado, esses mesmos moradores do emaranhado espaço territorial negro, estabelecem relações verticais com fazendeiros vizinhos, afoitos por terras e mão de obra barata, como forma de preservação da paz quilombola. Candendê, hoje nomeado como Ponto Chique do Martelo, enfrenta uma desestruturação interna afetando a conquista de projetos de vida. E uma das consequências é a invisibilidade e a tentativa de silenciamento sofridas pela comunidade em sua trajetória e patrocinada pelo Estado brasileiro. Falar do quilombo Candendê é falar de resistência, resiliência e reencontro com a minha própria história.

**Palavra- chave:** Quilombo; Silenciamento; Resistência.

## **ABSTRACT**

The current research aims to understand the formation and continuity, over time, of the Candendê quilombo. This fertile territory in food and tension emerged at the end of the 19th century in a cave existing between the municipalities of Barbacena and Ibertioga. In a zig-zag path between the past and the present, between my own memories and written sources, the research unravels the complex network of horizontal relationships formed by black and poor peasants and strengthened by marriages and cultural events. On the other hand, these same residents of the tangled black territorial space, establish vertical relationships with neighboring farmers, eager for land and cheap labor, as a way of preserving the quilombola peace. Candendê, now known as Ponto Chique do Martelo, faces an internal disruption affecting the achievement of life projects. And one of the consequences is the invisibility and the attempt to silence suffered by the community in its trajectory and sponsored by the Brazilian State. Talking about the Candendê quilombo is talking about resistance, resilience and a re-encounter with my own history.

**Keyword:** Quilombo; silencing; Resistance.

## RÉSUMÉ

La recherche actuelle vise à comprendre la formation et la continuité, dans le temps, du Candendê quilombo. Ce territoire fertile en nourriture et en tension a émergé à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle dans une grotte existant entre les municipalités de Barbacena et Ibertioga. Dans un cheminement en zigzag entre le passé et le présent, entre mes propres souvenirs et les sources écrites, la recherche dénoue le réseau complexe de relations horizontales formées par les paysans noirs et pauvres et renforcées par les mariages et les événements culturels. D'autre part, ces mêmes habitants de l'espace territorial noir enchevêtré, établissent des relations verticales avec les agriculteurs voisins, avides de terres et de main-d'œuvre bon marché, comme un moyen de préserver la paix quilombola. Candendê, désormais connue sous le nom de Ponto Chique do Martelo, fait face à une perturbation interne affectant la réalisation des projets de vie. Et l'une des conséquences est l'invisibilité et la tentative de silence subie par la communauté dans sa trajectoire et parrainée par l'État brésilien. Parler du Candendê quilombo, c'est parler de résistance, de résilience et d'une rencontre avec ma propre histoire.

**Mot clé:** Quilombo; silence; La résistance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Informativo de Barroso	2
Figura 2 – Barbacena e distritos	20
Figura 3 - Cartório de Ofícios e Notas de Padre Brito	24
Figura 4 – Entrega da Petição à Fundação Palmares	33
Figura 5 – Titulação de Palmares	33
Figura 6 – Escola Municipal Visconde de Carandaí do Distrito de Ponto Chique do Martelo	48
Figura 7 – Primeiro Encontro das Mulheres do Candendê	55
Figura 8 – Projeto Fantástica Fábrica do Sabão Quilombola – Candendê	58
Figura 9 - Figueira símbolo da memória e resistência do Candendê	69
Figura 10 – Casa da Dona Maria Madalena	77
Figura 11 - Sr. Agenor e Dona Madalena	78
Figura 12 - Certidão de Óbito de Antônio Lourenço da Costa, o candendê	80
Figura 13 – Relevo da região Ibertioga/Barbacena, 1895	88
Figura 14 - Núcleo Colônia Rodrigo Silva	92
Figura 15 - Deslocamentos e migrações dos grupos bantos	104
Figura 16 - Os Caminhos das Gerais	122
Figura 17 – Relevo da cidade de Barbacena (1895)	150
Figura 18 – A caçada	173
Figura 19 - Tia Ana Francisca	197
Figura 20 - Argemiro, Francisco, José Quintino e Ana Cirilo Duarte	231
Figura 21: Cartão de aniversário de Áurea Campos para Madalena Clemência	238
Figura 22- Ana Francisca e Madalena Clemência	240
Figura 23- Família Borges	248

Quadro 1 – Dados populacionais do Termo de Barbacena	116
Quadro 2 - Relação dos escravizados de Anna Maurícia	124
Quadro 3 - Relação dos escravizados do monte-mor de Gabriel Gonçalves Campos	128
Quadro 4 - Relação dos escravizados do monte-mor de Elias Gonçalves Campos	133
Quadro 5 - As terras e benfeitorias pertencentes ao Capitão Vital Antônio Campos	147
Quadro 6 -Escravizados que pertenciam ao capitão Vital Antônio Campos	154
Quadro 7 – Relação dos bens de José Narciso Moreira Campos	163
Quadro 8 – Bens do alferes Manoel José Pereira Barbosa	201
Quadro 9 – Relação dos libertos no testamento de dona Maria Antônia Oliveira (Senra)	203
Quadro 10- Relação dos legatários do inventário Praxedes Maria de Jesus	212
Quadro 11- Relação dos legatários do testamento de José Domingos da Costa	214
Quadro 12 - Perfil de herdeiros de José Domingos da Costa	222
Quadro 13 - Lista dos entrevistados	243
Diagrama 1 – Família de Lourenço da Costa	73
Diagrama 2 – Família Quintiliano	95
Diagrama 3- Família do Capitão Jacintho Gonçalves Campos	140
Diagrama 4 – Família de José Narciso Moreira Campos	160
Diagrama 5 – Família de Antônio Mina	210
Diagrama 6 – Família de José Domingos da Costa	218
Diagrama 7 – Família de Ana Francisca de Jesus Duarte	230
Imagem1 - Ciclo geracional dos nomes Ana e Francisca	241

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre autodeclaração e fenótipo da população negra de Barbacena	40
Tabela 2 – Raça e Sexo	44
Tabela 3 – Relação de profissões dos moradores do Candendê	46
Tabela 4 – Locais de maior incidência de preconceitos raciais aos moradores do Candendê	47
Tabela 5- Imigrante da Colônia Rodrigo Silva	93
Tabela 6 - Relação dos distritos do Termo de Barbacena	131

## **LISTAS DE ABREVIATURAS**

AHMPAS - Arquivo Histórico Municipal de Barbacena “Altair Savassi”

APM - Arquivo Público Mineiro

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais

FUNDAC – Fundação Municipal de Cultura – Prefeitura de Barbacena

LAHES UFJF- Laboratório de História Econômica e Social - UFJF

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SVC – S. Vara Civil

ACSM- Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

ANPUH - Associação Nacional de História

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

CES - Centro de Ensino Superior

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFF- Universidade Federal Fluminense.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> Candendê, a terra é meu quilombo	1
<b>CAPÍTULO 1 - PONTO CHIQUE DO MARTELO:</b> Candendê e a memória como questão empírica	15
1.1- A estrada Barbacena – Ibertioga e o encravamento do Sítio dos Candendê.	16
1.2- O apagamento do Candendê/Sítio dos Crioulos: silêncios de um passado-presente	19
1.3- Candendê: A terra é meu quilombo	28
1.4- Quilombo: das páginas do passado colonial para as lutas contemporâneas	34
1.5- Etnocenso: uma análise socioeconômica da comunidade	37
1.6- Projetos de vida: em busca da paz quilombola	52
<b>CAPÍTULO 2 – CANDENDÊ/SÍTIO DOS CRIoulos:</b> encruzilhadas afro-diaspóricas	65
2.1- Antônio Lourenço da Costa: o candendê	68
2.2- O caos da espanhola: indícios nominais de um campesinato negro	81
2.3 - Os Quintiliano (s): crioulos parceiros na caminhada do Candendê	90
2.4 - Entre rezas e Calango: ampliando a cantoria no quilombo Candendê	99
<b>2.4.1- Malungo: um jeito de ser e falar Candendê</b>	103
2.4.2- Os desafios de Calango	110
<b>CAPÍTULO 3- CANDENDÊ:</b> terra de ninguém ou reduto da família Campos?	118
3.1- As incógnitas de uma relação: atrás de indícios nominais	121
3.2- Os Campos em Ilhéus: os dilemas dos últimos anos da escravidão	138
3.3 - Os Moreira e os Campos: a parentela como fator de expansão sociopolítica em Ilhéus	159
3.4- A Caçada: um coronel, um capanga, um lavrador e um cachorreiro na busca por autonomia entre Ilhéus e Candendê	168
<b>CAPÍTULO 4- UMA TERRITORIALIDADE CANDENDÊ:</b> terras de cativo e sonhos de liberdade	180
4.1- Quitéria: cedo ou tarde na “Conquista” da liberdade	183
4.2- Uma miragem chamada Boa Vista: revisitando a memória e a história	195
<b>4.2.1 – A Fazenda Boa Vista: descortinando o passado</b>	199
<b>4.2.2 – José Domingos da Costa, o homem por trás da Boa Vista: a resignificação de terras</b>	213

**de cativo em espaço de resistência**

**4.2.3- O “rato da barriga branca”: o jogo entre memória e história nas disputas de terras de comunidades negras.** 222

**4.2.4- Da Boa Vista ao pasto da Lagoa: num processo de resistência da família Duarte** 229

**4.2.5- Ao retorno da Conquista com suas Quitéria, Ana e Reginaldo** 233

**4.2.6- Ana(s) e Francisca(s): resistência, memória e reencontros** 237

**CONCLUSÃO:** Que futuro nos espera. 243

**BIBLIOGRAFIA** 250



## 1- INTRODUÇÃO: Os caminhos do Candendê

A casa de pau a pique de Ponciá Vicêncio continuava de pé. O tempo de chuva começava e um mato verde, ameaçador, crescia ao redor. Ela teve receio de cobra, mas seguiu adiante. Empurrou a porta que abriu doce e lentamente, como se a casa estivesse também a aguardar por ela. O chão de barro batido continuava limpo. As vasilhas de barro que a mãe fazia estavam arrumadas na prateleira. Em cima do fogão de lenha estavam as canecas de café do pai, da mãe, dela e do irmão. Esquecidas de que a vida era outra no momento, teimosamente se postavam, como se tivessem à espera do líquido. Ponciá correu e abriu a janela de madeira. Um cheiro bom de mato, terra e chuva invadiu a casa. Com o coração aos pulos reconciliou-se com o lugar.<sup>2</sup>

A história do quilombo Candendê confunde-se com minha própria história. Eu, nascida e crescida na periferia de Barbacena, tive a oportunidade de saborear os prazeres e desventuras de uma família matriarcal, rodeada por tias solteironas, sabedoras de temperos, quitutes e memórias que alegravam nossas tardes. Os conflitos entre essas mulheres fortes com trajetórias de luta também faziam parte deste cardápio de recordações. A minha família, como tantas outras do Brasil, faz parte de um etnotexto da população negra com mães solas, trabalhadoras domésticas que, por meio da memória, buscaram resistir ao silenciamento de suas trajetórias. Numa contínua linha geracional pautada na oralidade, eu me formei historiadora e pesquisadora de minhas raízes. Assim como Ponciá Vicêncio, ao ter acesso à universidade, fui abrindo a porta de um passado que sempre esteve à minha espera. Antigos objetos da memória, espalhados por localidades e tempos, foram sendo recolhidos um a um no decorrer da vida acadêmica e estão sendo colocados nos devidos lugares. Todavia, o tempo é caprichoso e apesar dos vestígios deixados por onde passa, ele também apaga marcas pelo caminho.

É nesse baile do tempo presente com o passado que o Candendê, comunidade vizinha à Barbacena, povoa as narrativas que me compõem. Por ser um lugar referendado como território sagrado no processo de ascensão familiar o lugar era sempre lembrado pela tia Ana Francisca em conversas nostálgicas de fim de tarde. A região existente nos grotões das gerais, visível em fontes oficiais de fins do século XIX, resiste até hoje à tentativa de apagamento da história e desapropriação dos moradores de suas terras. Os vestígios do passado de uma comunidade negra continuam ali, seja com a presença de casas de pau a pique, uma figueira ancestral, seja com um cantarolar e memórias de festejos que uniam todo o povoado.

---

<sup>2</sup> EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017, p. 43

Candendê, apesar da troca do nome para Ponto Chique do Martelo, ainda existe e resiste. Ele está ali, aparentemente silencioso, mas com histórias reveladoras da fragilidade humana num processo de submissão e resistência. Ele se mantém vivo, respirante e ofegante, bem nos limites das cidades Barbacena, Ibertioga e Barroso.

O reencontro da pesquisadora com a comunidade do Candendê ocorreu em 2010. Foi como abrir as portas e janelas de um passado e, dessa abertura, senti o cheiro bom das lembranças que, apesar de não vividas, muito me diziam. Anteriormente a essa data, eu já tinha sobre minha posse, uma fonte de 2006, um texto publicado em um jornal de circulação restrito à cidade de Barroso. Com o nome de Informativo da Consciência Negra, na página de abertura da edição do mês de maio, vinha o texto intitulado: O que eram os Kandedês.<sup>3</sup>

Figura 1- Informativo de Barroso



Fonte: Imagem retirada do Informativo do Grupo da Igualdade Racial de Barroso – Ano 01, n.01, maio, 2006, p.03

O título e a foto apresentada pelo informativo mexeram com minhas lembranças e embaralham o que eu sabia sobre a localidade até o momento. Naquela altura, terminando uma especialização, com um TCC sobre Terras e Liberdade<sup>4</sup>, o encontro com o Informativo foi um passo importante para continuar com as pesquisas. A grafia do nome com “K” é explicada pelo redator do jornal como sendo para dar maior realismo à palavra, supostamente,

<sup>3</sup> Informativo do Grupo da Igualdade Racial de Barroso – Ano 01, n.01, maio, 2006, p.03

<sup>4</sup> SANTOS, Roseli. **Terras e Liberdade**: uma recompensa pela escravidão? Barbacena - 1850/1888. Especialização em História de Minas Século XVIII e XIX. 2004 - 2005 Universidade Federal de São João Del-Rei.

africana. Isso, porque em suas anotações, o referido quilombo era formado por “negros congoleses que refugiaram próximo a Kandonga - nome de uma fazenda local”.<sup>5</sup> Para Rodrigues, o escritor da página, naquele momento, em 2006, pouco restava do quilombo Kandedês, além dos nomes de antigos moradores: Sr. Elias, Sr. Agenor, Sr. Avelino, Sr. João Elias, Sr. Zé Pedro. O folhetim ficou guardado entre meus pertences amarelando-se. Contudo, foi uma fonte inspiradora quando eu iniciei as pesquisas sobre a região, futuramente, em 2012.

### Quilombo: das páginas do passado colonial às lutas contemporâneas

As questões sobre a origem da comunidade e a sua permanência em terras de coronéis com passado escravista foi uma das indagações feitas às documentações e aos nossos entrevistados. De acordo com o folhetim de Barroso, o Candendê teria surgido em meados dos oitocentos como espaço de abrigo a escravos fugidos. Assim, caso os pesquisadores barrosenses estivessem corretos, o quilombo estaria ligado a um termo histórico descrito em fontes oficiais do período colonial e imperial, descritoras dessas terras como lugar habitado por homens e mulheres foragidos da escravidão. Nessa visão, para esses grupos ali refugiados, esses territórios eram atravessados pela cultura de dois mundos: África e América.

Os quilombos existentes no século XVIII e descritos pelos governantes como terras de escravos fugidos estavam sempre localizados em áreas de difícil acesso, distantes dos centros urbanos e cercados por rios e matas. Quiçá, eram terras férteis fornecedoras de produtos comercializados em transações clandestinas com proprietários rurais e comerciantes locais. Já os grupos quilombolas, descritos no século XIX, mostravam-se espalhados por vários territórios brasileiros. Vistos em suas unidades, não chegavam a amedrontar o sistema escravista vigente. Porém, ao situá-los num panorama geral, com suas extensões e tempo de duração, davam um recado claro de reação à escravidão. Assim, esses quilombos oitocentistas deixaram à mostra a fragilidade das relações existentes no sistema escravista. Os senhores viam com apreensão as fugas, uma solução ao cativo para as pessoas escravizadas, fato que ameaçava a estabilidade imperial. Na tentativa de frear esse processo, a Regência ampliou as repressões e punições contra os quilombos, e os incorporou ao corpo do Código Penal de 1835, como terras de valhacouts passíveis de penalidades como a degola. Os tempos mudaram e, com o fim da escravidão, em teoria, esses territórios quilombolas deixariam de

---

<sup>5</sup> RODRIGUES, Cristiano. **O que eram os Kandedês**. Informativo do Grupo da Igualdade Racial de Barroso – Ano 01, n.01, maio, 2006, p.03

existir. Para o historiador Flávio Gomes, bem ao contrário, os quilombos nunca desapareceram. Nas palavras do autor,

(...) os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém não o encontramos mais na documentação da polícia e nas denúncias dos jornais. Os vários quilombos – que já eram verdadeiras micro comunidades camponesas – continuam se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul.<sup>6</sup>

Dessa forma, mesmo existindo e resistindo, os quilombos chegam invisibilizados na era da república graças aos discursos imagéticos de que, “todos são cidadãos”, pois, pautados nessa visão, as antigas classificações de escravos, livres e libertos são substituídas pela classe detentora do poder para distinções sociais dentro de um racismo científico. Os territórios quilombolas passaram a fazer parte de um processo míope da sociedade governante com a ausência de políticas públicas e a falta de um recenseamento adequado que valorizasse a cultura e etnicidade desses espaços.<sup>7</sup> A nova constituição republicana, num viés de desracialização da cidadania brasileira, buscou manter uma hierarquia de direitos, com a definição de lugares pré-estabelecidos para a elite cidadã. Nada comparável ou que supere a era Vargas, pois, será na década de 30, na tentativa de negar o pertencimento racial, que Getúlio encontra, no ideal mestiço, a negação do racismo e a base para um imaginário de igualdade racializada. Um processo de invisibilidade que durou até a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a qual foi responsável pela valorização das diferenças culturais e pelo combate às desigualdades raciais, buscando a inserção de todos os grupos sociais em políticas de Estado.<sup>8</sup>

Com os novos tempos, eis que surgem do apagamento político os quilombos contemporâneos como símbolos de reivindicações e lutas cobradas pelos Movimentos Negros. A historiadora Beatriz Nascimento assessora de uma das comissões da Assembleia Constituinte, na época da elaboração da nova constituição de 1988, foi a responsável por ampliar o conceito de quilombo como sendo um espaço contínuo de resistência cultural afro-brasileira. As análises da especialista incorporaram o artigo n. 68 do Ato das Disposições

---

<sup>6</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 120.

<sup>7</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 120

<sup>8</sup> MATTOS, Hebe & ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Além da Escravidão**: Abolição e Pós-abolição no Brasil. Latin American History. Oxford Encyclopedia of Brazilian. 17 December 2020, p.20

Constitucionais Transitórias sobre os direitos da propriedade coletiva às comunidades quilombolas a partir do autorreconhecimento.<sup>9</sup>

A amplitude dos quilombos históricos e contemporâneos no Brasil é abordada em pesquisa recente por Yabeta. Para a autora,

Em diversas áreas, na escravidão e no pós-abolição, quilombos e ‘aquilombados’ podiam significar territórios movediços de complexas redes sociais, envolvendo práticas econômicas com interesses multifacetados. Assim, quilombos históricos continham e/ou estavam contidos nestes territórios – diversos ‘campos negros’ – que se metamorfoseavam em diferentes comunidades remanescentes quilombolas e comunidades negras rurais atuais.<sup>10</sup>

Como afirma Yabeta, no Brasil as formas de aquilombamentos, comunidades de senzalas e de camponeses livres ou libertos, conectam-se historicamente e mesmo sendo terras de preto, não exclusivamente abrigavam escravos fugidos, mas eram territórios moldados num processo de resistência, trocas culturais e econômicas e até de negociação e subserviência à sociedade circundante. É nesse emaranhado de possibilidades que chegamos ao Candendê, caracterizado como quilombo contemporâneo, podendo ser visto como um território de resistência ao pensamento colonial, ao mesmo tempo valorizador de culturas de matriz africana e fomentador de espaços para uma identidade híbrida afro-brasileira. Entende-se que, no contexto atual, o conceito de cultura ganha importância a partir da constatação de que os fenômenos históricos não podem prescindir da análise da ação social.

A análise sociocultural de um grupo possibilita a inteligibilidade das relações humanas com suas incertezas e escolhas, e nos permite captar aquilo que insiste em escapar aos reducionismos estruturalistas e socioeconômicos. E, cada vez mais, as ações realizadas por africanos escravizados e seus descendentes no enfrentamento do processo brutal que se abateu sobre eles, passa adquirir importância historiográfica. Por isso, as estratégias de organização familiar, a conquista de autonomia, a manutenção da religião e cultura afro-brasileira e as diferentes formas de sua inserção no mundo do trabalho, moldaram as lutas dos quilombos contemporâneos.

As comunidades quilombolas do tempo presente são fruto dessa diversidade de ações e organizações e de seus desdobramentos. Elas podem ser resultadas de antigas terras

---

<sup>9</sup> MATTOS, Hebe & ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Além da Escravidão**: op;cit, p.20

<sup>10</sup> YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. **Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes** (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro-Ásia, núm. 47, 2013, p.108

herdadas em doações senhoriais ou religiosas, terras compradas por libertos, terras de escravos fugidos ou de terras devolutas ocupadas por famílias de libertos no pós-abolição.<sup>11</sup>

Em algumas pesquisas sobre o Termo de Barbacena do período escravista as quais tivemos acesso, e em nossa pesquisa de mestrado, foi possível encontrar um número significativo de senhores que, em meados do século XIX, concederam alforrias e legados a escravos e libertos em testamentos. “Moribundos” em busca da salvação da alma, sob influência católica, a configuração da região com pessoas escravizadas em número reduzido e uma economia diversificada facilitava a aproximação e dependência do senhor para com seu cativo e a formação desses legados. Homens e mulheres presos as brechas existentes no sistema normativo escravista aproveitavam para ultrapassá-las e alcançar, além da alforria, bens que lhes facilitariam ingressar com autonomia na nova vida de liberto.

Sheldon Carvalho, ao estudar comunidades formadas por libertos, alegou que a comunidade Candendê se reproduziu mantendo ligações íntimas com o fazendeiro Abel Carlos Moreira Campos e lutou, [...] para atravessar o período do cativo e chegar aos tempos da liberdade [...] como uma comunidade afrodescendente formada por ex-escravos, filhos e netos.<sup>12</sup> Contudo, o pesquisador não aprofunda na análise.

Segundo o IBGE-2010, o Distrito do Ponto Chique do Martelo (considere-se Comunidade Quilombola do Candendê) em sua situação urbana, tem como ponto inicial e ponto final, a estrada Barbacena/Ibertioga, a MG 388, possuindo nesta data uma população estimada em 477 pessoas, sendo 186 moradores da zona urbana e 291 da zona rural.<sup>13</sup>

De acordo com a pesquisa organizada por José Lázaro de Andrade da Fundac, Candendê surgiu por volta do século XIX, data corroborada pelo Jornal de Barroso, numa grota, cercada por fazendas e sítios. Ainda com base nessa pesquisa, a comunidade era conhecida com os nomes “candedês” ou “candendês”, supostamente, devido à chegada do “primeiro morador”, Antônio Lourenço, que seria um dos fundadores da região e ficaria conhecido por Senhor Candendê<sup>14</sup>. A partir dessas informações, iniciou-se a pesquisa procurando mais dados sobre Antônio Lourenço e cruzando as memórias locais com fontes arquivísticas.

---

<sup>11</sup> YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. **Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes** (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro-Ásia, núm. 47, 2013, p.109

<sup>12</sup> CARVALHO, Sheldon. S. **A reconstrução da opressão: comunidades de ex-escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

<sup>13</sup> **ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA**. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Prefeitura Municipal de Barbacena, 2012.

<sup>14</sup> ANDRADE, José Lázaro (org.). **Projeto Pedagógico: História dos Distritos**. Barbacena, 2007.

Ao conhecer melhor a comunidade, percebeu-se que os moradores mais antigos usavam em suas narrativas algumas palavras do tronco linguístico banto como nomes de pontes, riachos e fazendas como o Ribeirão da “Candonga”, ou formas e dizeres no cumprimento entre compadres, chamando-se mutuamente de “malungo”. Todo esse comportamento demonstra a importância de expressões africanas no cotidiano do Candendê.<sup>15</sup> Antônio Lourenço pode ter se favorecido do conhecimento dessas línguas de matriz africana e do curandeirismo, para tornar-se influente na região, tanto para os seus, quanto para os mandatários locais.

É importante pôr em cena, indivíduos que se ascendem em meio ao grupo, pois o entendimento de suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada é predominante para evitarmos julgamentos das ações humanas. Antônio, possivelmente sabia o quão frágil eram seus vínculos com os senhores proprietários que cobiçavam suas terras. Escolhas erradas poderiam afetar a sua vida e a de toda a comunidade. Os limites impostos por uma época com carência de informações ou dependência econômica e social multiplicavam as formas de ver o mundo e as escolhas frente aos desafios. As incertezas vividas por Antônio e por tantos outros Candendê serão pauta desta pesquisa. Para Lévi, “[...] toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, mas não obstante, oferece possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.<sup>16</sup>

#### O vasculhar das fontes

O cruzamento de Cartas de Alforrias, Testamentos, inventários, certidões de nascimento, casamento e óbitos, foi relevante para conhecermos a relação entre passado e presente do quilombo Candendê. Nesses registros buscou-se possível conhecer as famílias, e as suas trajetórias, além dos embates enfrentados como camponeses negros, cercados, geograficamente por remediados fazendeiros. As Cartas de Alforrias podem trazer pistas das linhagens familiares egressas do cativo e que alcançaram ascensão socioeconômica. Com os registros de compra e venda de terras, extrato de escritura, execução de sentença, processos

---

<sup>15</sup> Segundo o Dicionário Banto, Candonga poderia ter vários significados, entre eles o de intriga e mexerico ou esperto e astucioso na língua quicongo. Já Malungo seria companheiro, camarada, podendo ter caligrafia diferentes de acordo com a língua nativa africana. LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

<sup>16</sup> LEVI, Giovanni. “**Sobre a Micro – História**”. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1992, p. 136

de indenizações poder-se-á conhecer as lutas para a manutenção das terras Candendê. Esses documentos encontram-se catalogados e preservados no Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e no Cartório de 1º Ofício de Ibertioga.

Então, procurou-se analisar o maior número de fontes relacionadas à comunidade dos Candendê, na esperança de conhecer a consciência do tempo curto que os homens acionam efetivamente em suas vidas. Ao mesmo tempo, buscou-se descrever o peso do tempo longo, que é memorizado e reelaborado pelos sujeitos históricos, pois, os atores integram ao seu próprio presente, outras épocas e lugares vivenciados ou rememorados. (Bensa, 1998, p.62).<sup>17</sup>

Esta pesquisa também se baseou nos vínculos estabelecidos entre a comunidade quilombola e os fazendeiros locais. A família Moreira Campos, que historicamente, manteve relações de trabalho e de compadrio tanto com os moradores do Candendê, Sítio dos Crioulos quanto com os do pasto da Lagoa, fizeram parte de nossas análises. Nesse caminho foco especial em Abel Moreira Campos, coronel influente na região e que estabeleceu relações de trabalho e parceria com Antônio Candendê, proximidade registrada na memória dos moradores e em fotografias da época.

É necessário ressaltar a importância da história oral na presente pesquisa mesmo com os limites que a mesma impõe sobre análises de um tempo e época. As narrativas pautadas em memórias e experiências costuram em si contradições e tensões. E conforme Heloisa H. P. Cardoso:

Os lugares trazidos pelas memórias são referências simbólicas de experiências vividas no passado e reinterpretadas no presente das narrativas. A fala, no momento em que é explicitada, está inserida em um contexto ou momento e é dele que se olha para traz. Esse movimento está apoiado em um processo de escolha, onde as pessoas elegem o que lembrar e o que narrar. Essas escolhas se alteram em outros contextos e em outras temporalidades.<sup>18</sup>

São esses lugares de memória que pretende-se encontrar ao fazer o cruzamento das fontes escritas com as orais, na tentativa de responder questões sobre a origem nos grotões de Barbacena, de uma comunidade ampla e diversa, formada por famílias de camponeses negros e cercadas por fazendas senhoriais. As estratégias de sobrevivência dos moradores, a resistência na permanência territorial, as trocas culturais entre seus pares e os conflitos entre

---

<sup>17</sup> REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>18</sup>CARDOSO, Heloisa Helena. P. **Nos caminhos da História Social**: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. *História & Perspectivas* (UFU), v. 23, p. 31-47, 2010

forças desiguais no campesinato negro estão no cerne desta pesquisa. O Candendê não era uma região isolada, longe dos holofotes de proprietários de terras e cativos. Ao contrário, parece ter sido terra de passagem de boiadas e pessoas, mercadorias e culturas. Num entroncamento delicado, seus moradores possivelmente aprenderam estratégias de negociação e ganharam autonomia em elo frequente com comunidades próximas como a dos Crioulos e a do Pasto da Lagoa, e, além de descendentes, deixaram vestígios culturais de uma interação duradoura.

A referida interação é comprovada por dados cartoriais sobre a localidade encontrado no arquivo municipal sobre a fazenda da Candonga De acordo com o extrato de escritura de divisão de terras, ficam nítidas a existência de conexões regionais e múltiplas comunidades negras compondo o Candendê. No documento, o terreno tinha como limite:

dos Candendês [ou “Crioulos”], pelas divisas de dona Balbina Vargas até as de Honório de Paula Campos, por estas até as de José Rodrigues Campos, segue até a barra do lacrimal, por ele acima até um copim em um côvado, deste direito a outro côvado na beira da estrada em rumo a outro perto de um pau de Ipê e deste ao lado direito a um pau de pinho, deste ao lado direito a um cavado na beira do córrego da Chapada, por este abaixo até a divisa de Nestor Rodrigues Pereira, por estas até as divisas de Manoel Moreira Campos, Francisco Rodrigues Pereira até o começo que desce do “Capão das mulatas”, sobre este até onde começou.<sup>19</sup>

A descrição territorial mostra conexões entre Candendê, Crioulos, Capão<sup>20</sup> das mulatas, como territórios negros. Segundo Almeida (2000, p.164), as chamadas “terras de preto ou terras de santos”, indicam uma territorialidade derivada da propriedade detida em mãos de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por negros(as) sacerdotes de cultos religiosos afro-brasileiros. A fonte não cita terra de pretos, mas sim, uma interação entre espaços habitados por populações afro-brasileiras em permanente vigia de fazendeiros com ascendência portuguesa.

Ao vasculhar arquivos e cartórios, tentou-se entender a formação desse emaranhado de comunidades negras na trajetória do atual quilombo. No enalço de um dos moradores, Antônio Lourenço da Costa, por ser lembrado como o homem por trás da formação da comunidade, outros personagens apareceram, despretensiosamente, seja em lutas pela

---

<sup>19</sup> AHMPAS. Extrato de escritura de divisão de terras. Cx. 178. Ord. 41. 2SVC. 1920. Fls. 01-1v, passim.

<sup>20</sup> O capão é uma formação vegetal típica do Brasil meridional (região Sul e centro-sul do estado de São Paulo). Consiste em um grupamento de vegetação arbórea cercada por campinas. A palavra vem do tronco linguístico Tupi, significando mata redonda ou ilha de mata.

liberdade, seja em batalhas por manutenções territoriais. Assim, como ao abrir as janelas de um casebre, avistou-se a paisagem dinâmica deste espaço rural.

Até o momento, a única certeza é sobre a ampliação do sentido quilombo. Ao contrário do reducionismo vigente, como sendo apenas um território de “negros fugidos” que se rebelavam contra o sistema opressor, descrito no período Colonial pelo Conselho Ultramarino de 1740, como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”<sup>21</sup>, hoje, nós sabemos do valor simbólico de resistência por trás do termo quilombo. Para Leite (2000), o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e na cena política no final dos anos 70 durante a redemocratização do país. Com a promulgação do artigo 68 do ADCT, na Constituição Federal de 1988, a autodeterminação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas diferenciando-as de outros setores da coletividade nacional. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes: “[...] Falar dos quilombos no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”.<sup>22</sup>

### Capítulos de uma história

No emaranhado de fontes e memórias, singelamente, refizemos os caminhos dos grupos que compunham o quilombo. Numa escolha pelo regresso no tempo histórico, tentamos entender o processo de racialização e os reflexos da precarização vivenciada, historicamente, por essa comunidade.

Não sabemos ao certo se as terras Candendê foram surgindo numa luta contra o cativo ou no alvorecer da liberdade com o pós-abolição. Até a grafia Candendê, ainda é uma incógnita. Num mapa cartográfico estado de Minas Gerais<sup>23</sup> do século XIX, aparecia

---

<sup>21</sup> (ALMEIDA, 2000, p. 165/166)

<sup>22</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

<sup>23</sup> O mapa da cidade de Barbacena mostra o relevo representado por meio de curvas de nível, localizando os limites do município, feito pela Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, arquivado no Fundo da Secretaria da Agricultura, folha nº 11, 1895. Disponível no site do Arquivo Público Mineiro: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=301](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=301)  
Data de acesso: 12 de janeiro de 2021.

como Cadende. Em algumas certidões de óbito do século XX, o território é mencionado como Quendendê. A alteração para Candendê ocorreu em 1918, período conturbado devido ao avanço da gripe espanhola no interior do Brasil.<sup>24</sup> Contudo, seja como for, em 2012, o lugarejo passa a ser reconhecido como terras quilombolas, por seguir o que determina a Constituição de 1988, como autodefinição de seus moradores pela existência de ancestralidade africana, pelo grau de relação de parentesco existente no território e pela expressão identitária coletiva mantida ao longo dos tempos”.<sup>25</sup>

Nessa perspectiva, de entrelaçar tempos históricos, o primeiro capítulo mostrará as batalhas envolvendo o lugar na atualidade, pois acredita-se que os conflitos presentes podem ter sido refletidos por ações e relações do passado. A construção da estrada de rodagem Barbacena/Ibertioga quebrou a espinha dorsal do quilombo ao separar o território enquanto em meio à execução da obra o poder público deixou de observar as necessidades dos moradores que a circundavam. A estrada que passou a cortar o quilombo ao meio deixou nos registros do projeto a precariedade daqueles que por ali habitavam. Historicamente, o Estado lida com comunidades negras oferecendo-lhes poucos recursos de infraestrutura e assistência social. E, muitas vezes, é o Estado que participa e colabora com a política de apagamento e silenciamento dessas comunidades o que com o Candendê não foi diferente. Em 1995, o quilombo teve o nome alterado para Ponto Chique do Martelo. Em 2010, a Fundação de Cultura Municipal, ao elaborar um dossiê sobre os bens patrimoniais dos distritos de Barbacena, não conseguiu observar os bens materiais existentes em Candendê.

E, infelizmente, as consequências dessas ações ou falta delas em nível governamental, deixaram sequelas na continuidade do Candendê como comunidade quilombola. Em meio aos desvios do caminho, contudo, a titulação da terra pela Fundação Palmares foi conquistada, em 2012 e as lutas de sobrevivência comunitária ganharam fôlego. O entender-se quilombola trouxe o sentimento de pertencimento aos moradores e o anseio de conhecer a própria história e as muralhas e falas do passado passaram a ter um novo sentido ideológico de resistência.

Entretanto, a luta não para por aí! As políticas deficitárias sobre as comunidades negras do Brasil ficam visíveis no Candendê. Os índices de Etnocensos dessas áreas são parecidos: baixa escolaridade, alto desemprego, baixa renda e autoestima. Esses fatores

---

<sup>24</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de óbito. Livro 2, 1898 a 1945, fls 24, 25 e 128.

<sup>25</sup> O Decreto nº 4887/2003 traz a definição de remanescente de quilombo, no seu art.2º, segundo o qual, “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

somados ao racismo disfarçado acabam influenciando de forma negativa a perspectiva no futuro. Os projetos de vida que não saem do papel desanimam as instituições não governamentais envolvidas. Candendê, hoje reconhecidamente quilombo, não luta apenas pelo direito de existir, mas também pelo direito de melhorias sociais que ampliem as possibilidades de seus moradores inclusive que a localidade volte a encontrar a paz quilombola.

Essa paz é relembrada no segundo capítulo e mostrou-se formadora da identidade Candendê. A partir das narrativas locais, os momentos afetuosos, regados com um bom café e saboreados com uma broa quente sobre a mesa, são lembrados nas entrevistas. O cantarolar que unia Candendê, Sítio dos Crioulos e o pasto da Lagoa é o reforço da presença de lideranças espirituais e culturais na comunidade. Esses sujeitos a partir de negociações e parcerias deixaram vestígios de o quão sutil e conflituosa é a existência humana. Entre a admiração e os questionamentos, nossos memorialistas trouxeram a face daqueles que em tempos distantes fizeram escolhas para a manutenção de suas posses, em meio às pressões de coronéis e fazendeiros afoitos por mais terras. Homens que, a partir de laços familiares, amalgamam o Candendê, Sítio dos Crioulos e Lagoa num só território de resistência.

A paz flutua na memória daqueles que se lembram dos cantos de calango e das rezas de antepassados. As encruzilhadas de saberes deixaram marcas nos moradores à margem da rodovia MG 388. Uma rodovia que também traz na memória a presença da família Moreira Campos.

Essa família, apresentada no terceiro capítulo, era formada por proprietários rurais com passado escravista e com estreita ligação com moradores das três comunidades negras que compõem o atual Ponto Chique do Martelo. O apego à escravidão rondará as atitudes desse grupo familiar e se firmará cruelmente nos grotões das gerais. Com a aproximação da abolição, a terra passará a ser o foco das novas estratégias para amenizar os danos econômicos. O acúmulo de mais terras era, para os Moreira Campos, tão ou mais importante que o recebimento de títulos de coronel. Porém, com o amanhecer da República, a força do coronelismo mostrou-se insuficiente para manter todos ao redor, submissos. Em contrapartida, seus vizinhos, Candendê e Sítio dos Crioulos sabem bem da importância de negociações diárias realizadas com essa família para manter a paz quilombola.

Dessa forma, em mundos conectados por passados semelhantes, o território Candendê, Sítio dos Crioulos e Lagoa mesclam-se em processos de resistência às pressões externas. Em especial, o Pasto da Lagoa é uma região de lembranças pessoais e familiares apresentadas no

quarto capítulo. Numa junção de reconstrução identitária, novos personagens surgem para ampliar a história do Candendê. Mulheres como Quitéria, Ana, Francisca, Clemente tornam-se nomes de vivências em tempos diferentes, mas não menos difíceis. Elas são sujeitas históricas que deixaram pegadas no chão da Conquista, antiga fazenda escravista da família Rodrigues e que, posteriormente, passou a pertencer à família Moreira Campos. Como andar em círculo, outra fazenda localizada ali perto, dentro do Pasto da Lagoa, mostra-se cara em nossas memórias: a fazenda da Boa Vista. Imóvel presente em fontes orais e escritas, ela faz parte de terras de embates entre camponeses negros e a família Moreira Campos. Alguns desses fazendeiros, roedores do sonho camponês, voltaram à cena para dar respostas às perguntas sobre lembranças familiares. As Ana (s) e Francisca (s), Clemente (s), não apenas alteraram o percurso da história até aqui conhecida, por serem as guardiãs do baú da memória, como preencheram o meu passado quilombola. Eu, como Ponciá Vicêncio, encontrei ainda de pé, minhas casas de pau a pique.

## CAPÍTULO 1 – PONTO CHIQUE DO MARTELO: Candendê e a memória como questão empírica

Como supor que um objeto pesado, [como a memória], suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo.<sup>26</sup>

Numa tarde qualquer de primavera, assentados aos pés da cama da velha tia Ana Francisca<sup>27</sup>, escutamos com os olhos espantados, histórias de antepassados sem saber, ao certo, o que pensar. Passávamos a entender, ainda em idade tenra, a dura realidade das relações humanas. A narrativa sobre a antiga fazenda da família, e a suspeita da função que exercia o bisavô José Cirilo não eram os melhores fatos da trajetória de vida de um homem negro. Esse, ao longo de sua vida, capturava homens e mulheres que muito se assemelhavam com a sua tonalidade de pele. A mando dos fazendeiros locais, enforcava-os numa figueira que ainda resiste às amarguras do tempo, no distrito de Ponto Chique do Martelo.

Segundo Ana Francisca, Ponto Chique nem sempre foi conhecido por esse nome. As famílias Lourenço da Costa, Quintiliano e Duarte, fazem parte de um quebra cabeça de arranjos matrimoniais e econômicos, que se juntaram para enfrentar as pressões da época e os potentados locais, moldando a comunidade, que no passado, era conhecida como Sítio dos Crioulos ou Candendê.

Ana Francisca, narrava com orgulho, a obtenção, pela família, de uma fazenda chamada Boa Vista, rememorada sempre como tendo sua localidade no pasto da Lagoa e próxima ao Candendê. Afirmava que José Cirilo, seu avô paterno, era casado com Ana Francisca Duarte e ambos eram donos da fazenda. Tais histórias se esfumaçam na explicação sobre a forma certa que Cirilo e esposa teriam usado para obter tais posses, mas a tonalidade da voz e o brilho dos olhos da velha tia mostra o orgulho com a distinção social que os recursos demarcaram sua família. Ao justificar seu próprio nome, dizia vim em homenagem às mulheres fortes da família, em especial à avó Ana Francisca Duarte, esposa de José Cirilo, a avó “bem escurinha”, que tinha a voz forte.

---

<sup>26</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.56.

<sup>27</sup> Ana Francisca, filha de Maria Clemência de Jesus e José Quintino dos Santos, neta materna de Elias Quintiliano de Araújo e Indalina Maria de Jesus e neta paterna de José Antônio Cirilo e Ana Francisca de Jesus Duarte. Conversa informal ocorrida em 2001. Ana faleceu em maio de 2010.

Novamente, a memória de tia Ana destaca os traços de distinção social, ao lembrar-se das características físicas da outra avó, Idalina, “a única branca da família”, com os “cabelos longos e loiros” e “lindos olhos claros”, casada com o avô Elias Quintiliano de Araújo, um dos fundadores do quilombo Candendê. Idalina, a “avó portuguesa”, tinha um sotaque carregado e voz grave, e ela florescia, juntamente, com a “avó escurinha”, as mulheres de sua vida.

A tia Ana tem um papel importante nestes escritos da tese. Ela na função de guardiã das histórias, instigou-nos a florescer a curiosidade sobre a própria existência. Aos pés de sua cama, o papel de historiadora/pesquisadora foi sendo moldado. O lugar rememorado por Ana, distrito de Barbacena, teve o nome Candendê/sítio dos Crioulos alterado pela Lei Municipal nº 3.365, de 8 de novembro de 1996, para Ponto Chique do Martelo. A alteração tem significados muito mais abrangentes que a simples troca de nomes. As relações de poder de fazendeiros sobre a política local, o racismo institucionalizado que busca incessantemente apagar vestígios de povos tradicionais e quilombolas e o desconhecimento pela comunidade do Candendê da simbologia do nome como forma de re-existência, fazem parte do emaranhado que abrange essa questão e debateremos mais à frente.

Apesar da avó loura e de cabelos lisos, o sítio dos Candendê era também o “Sítio dos Crioulos”. As “Três Pontes e Conquistas”, descritas no fragmento da Lei nº556, são fazendas existentes até os dias de hoje, dentro do território Candendê. Ambas pertencem, até o momento, a membros de uma importante família proprietária da região, a família Moreira Campos. Acreditamos que na relação das famílias negras proprietárias do Sítio dos Crioulos ou dos “Candendê” com os fazendeiros e políticos da família Moreira Campos, encontram-se muitos dos nexos ocultos da história do atual Quilombo, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2012.<sup>28</sup>

Esse, formado, por relações de negociação, mas também de submissão aos poderes de fazendeiros que circulavam o território, originou uma comunidade negra rural que se manteve firme às pressões socioeconômicas, até os anos de 1960, a partir da organização familiar, práticas religiosas e resguardo da memorial cultural afro-brasileira.<sup>29</sup> Neste capítulo, pretendemos entender como essa comunidade chega aos anos 2000, reivindicando uma titulação de quilombo e assim, resgatando fragmentos da própria história, dentro de um panorama caótico de desarticulação comunitária.

---

<sup>28</sup> Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 014. Registro nº 1.676, fl.093. Fundação Cultural Palmares.

<sup>29</sup> Estilo linguístico específico dos povos bantos que chegam ao Brasil com os africanos e, tem em si, todo um significado específico de resistência. Tema que será melhor debatido no capítulo 3.

### 1.1- A estrada Barbacena – Ibertioga e o desencravamento do Sítio dos Candendê.

Até o momento, imaginamos que o quilombo Candendê emerge no pós-abolição como propriedade privada de sitiantes negros encravada entre grandes fazendas dos Moreira Campos. E, possivelmente, ele se abria a outras influências com a abertura da estrada de rodagem ligando Barbacena a Ibertioga em 1916. A ligação de Barbacena com seus distritos era feita por caminhos precários, de fazenda a fazenda, onde alguns fazendeiros cobravam pela passagem em suas terras e pontes. Em julho de 1897, Honório Fagundes do Nascimento projetou fundar uma companhia para construir uma linha de bondes, na direção de Ilhéus. Provavelmente, era veículo de quatro rodas conduzido por equinos, já que a luz elétrica chega a Barbacena apenas em 1905.<sup>30</sup> Contudo, o sonho de ligar Barbacena a Ibertioga ficou estacionado por 17 anos, devido às ações judiciais impetradas por fazendeiros que teriam as terras afetadas pelo percurso a ser aberto.

Em 1911, Silvino de Paula Gomes, comerciante e “laticinista”, registrou, no jornal O Sericultor, o aumento da produção de cereais e a precariedade das estradas para seu escoamento. Fato passível de ser visualizado mentalmente, a partir da transcrição da lei municipal, abaixo:

Art. 9º. As divisas dos atuais municípios e distritos mencionados no quadro anexo são as estabelecidas na legislação em vigor com as seguintes alterações: LXII - As divisas entre o distrito de Ibertioga e o da cidade de Barbacena, no mesmo município, são as seguintes: – do ribeirão da Conquista pelo valo acima até a porteira da Cruz no alto da fazenda das Três Pontes – daqui seguindo a estrada que vai para o povoado Ilhéus até a porteira que entra para o sítio dos Candendê ou Crioulos, daí seguindo o valo que margeia a estrada de comércio com direção à estação de Ilhéus até a porteira que entra para o pasto da Cruz das Almas, daqui seguindo o valo a esquerda até a porteira do Capim da fazenda do Gouvea, por este abaixo até o Brejo, por este até o córrego do Corvo, por este abaixo até o córrego que vem do pasto da Rainha, por este até o valo do pasto do Lopes, por este acima até a porteira do mesmo pasto, por este, à direita, até a porteira do Capão das Pimentas, seguindo o valo até o córrego das Bicas, deste à esquerda pelos valos até a porteira do pasto do Silvério e por este valo até o rio Elvas. – Nestas divisas fica o território da estação de Ilhéus, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, pertencendo ao distrito de Barbacena – e os terrenos compreendidos por esta divisa são resultantes do distrito de Ilhéus, suprimido por esta lei.<sup>31</sup>

Assim, com tantos percalços, porteiras, valas e córregos no caminho do escoamento das produções locais, em 1914, os comerciantes de Ibertioga se mobilizaram, mais uma vez,

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Francisco R. **História da construção da Estrada de Barbacena a Ibertioga**. Ed. Autor, 2002, p. 20

<sup>31</sup> Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lei nº 556/1911 de 30 de agosto de 1911.

em prol da criação de uma companhia particular que levasse a cabo, a construção da estrada de rodagem que ligasse sua região a Barbacena.<sup>32</sup>

Porém José Ildefonso de Campos, em 1915, entrou com novo embargo à construção da estrada, solicitando, pelo menos, a mudança de sua rota. Em janeiro de 1916, foi realizado um acordo judicial entre os acionistas da Companhia Autoviação Sudoeste Mineira e o proprietário da fazenda da Conquista, com os seguintes termos: “Refazer os tapumes, não permitir que se soltem animais nos terrenos do proprietário da fazenda, sendo reservado a esse (sic), o direito às jazidas minerais subjacentes ao leito da estrada, e [...] o recebimento de uma indenização de um conto de réis.”<sup>33</sup>

Não satisfeito com o acordo, em 1919, apareceu novamente Ildefonso, agora acompanhado por seus familiares Manoel José de Campos e Honório de Paula Campos, impetrando uma Ação Ordinária contra a Companhia com a alegação de que as valetas de drenagem das águas pluviais se danificaram com as obras, transformando-se em grandes buracos nos quais caíam e morriam gados; de que a ponte de madeira sobre o rio Conquista, construída com piso de grade, não veda a passagem do gado e de que as porteiras sempre estavam ficando abertas.<sup>34</sup>

A Companhia defendeu-se, argumentando, em 12 de fevereiro de 1916, que lhe foi concedido o privilégio de tráfego, por 25 anos, do percurso de Barbacena a Turvo (Andrelândia), com contrato celebrado com a Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. A resposta do juiz da sentença Joaquim Rodrigues Seixas foi que a:

Estrada é um bem público, de uso comum do povo. E a ré (Companhia) tem apenas o direito de exploração e está sujeita às leis e regulamentos administrativos, não podendo cercar estradas, senão os pontos necessários [para a construção] e a juízo do Governo. É por isso, que com o privilégio do tráfego fica concedido o direito de desapropriação dos terrenos estritamente necessários.<sup>35</sup>

Desta forma, depois de acordo judicial, em 26 de agosto de 1916, saiu de Barbacena o primeiro caminhão de cargas da Ibertioga, como descrito com entusiasmo pelo jornal *O Sericultor*, alegando que, “há três dias, passou por nossa redação, um belo caminhão de cargas, com destino a Ibertioga, a romper a terra virgem da nova estrada [...]”.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> ACAMPHAS, Jornal “O SERICULTOR”. Reportagem de 30 de junho de 1912.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Francisco R. **História da construção da Estrada...** Ed. Autor, 2002, p. 45

<sup>34</sup> ACAHMPAS. Processo de Falência da Companhia Autoviação Sudoeste Mineira.

<sup>35</sup> ACAHMPAS. Processo de Falência da Companhia Autoviação Sudoeste Mineira.

<sup>36</sup> ACAHMPAS. Jornal “O SERICULTOR”. Reportagem de 29 de agosto de 1916.

A viagem inaugural da estrada, ocorrida um pouco antes, dia 20 de agosto, num domingo, foi comemorada e relatada pelo referido jornal. Este afirmou ter partido, nessa data, de Barbacena sentido Ibertioga, uma comitiva composta por acionistas da Companhia, representantes do Setor Administrativo da cidade de Barbacena, e vários convidados distribuídos em um caminhão da Companhia, um caminhão do Hospital Colônia dos Alienados de Barbacena (atual Fhemig), um caminhão da Câmara Municipal e dois automóveis de acionistas. É interessante trazer a observação do percurso, realizada pelo acionista da Companhia e administrador da construção da estrada, Amílcar Savassi, em seu lirismo e bucolismo de escrever como entusiasta do progresso: “(...) montanhas alcantiladas aprumam-se altaneiras dessa linha [...], fazendas, sítios e choupanas revelam ainda e não deixam esquecidos os dolorosos aspectos das contingências sociais (...)”.<sup>37</sup>

Em todo relato jurídico ou jornalístico sobre os embates da construção da estrada de rodagem Barbacena/ Ibertioga, momento algum houve menção à existência de uma comunidade negra fincada bem no centro desta disputa. Candendê/Sítio dos Crioulos parecem estar empoeirados pelo esquecimento histórico, em terras férteis de pastagem e cultivos, comandadas por grandes proprietários como os Moreiras Campos. A comunidade, hoje rasgada pela estrada, tem indícios de sua existência na descrição feita pelo administrador da Companhia, Amílcar Savassi, ao analisar os contrastes sociais. As fazendas, sítios e choupanas descritas a partir de seu olhar de historiador e poeta, são bem mais que análises sobre as construções arquitetônicas diferenciadas. Pois ele bem sabe, que para além disso, elas configuram a marca de um passado de encontros e desencontros de homens livres com escravizados.

Enfim, a estrada trouxe o progresso sem trazer melhores condições sociais aos seus vizinhos. Até hoje, fica perceptível a contradição entre a riqueza, advinda do fluxo de caminhões transportando milho e leite de Ibertioga a Barbacena, e a precária condição socioeconômica e de estrutura pública dos moradores que a circulam, incluindo a comunidade do Candendê. Porém, isso não minimiza o valor simbólico da comunidade negra ali existente. As suas lutas históricas de resistência, estão perceptíveis em bens patrimoniais visíveis aos olhos daqueles que enxergam a cultura afro-diaspórica.

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Francisco R. **História da construção da Estrada...** Ed. Autor, 2002, p. 32

## 1.2- O apagamento do Candendê/Sítio dos Crioulos: silêncios de um passado-presente

De acordo com a Fundac, o distrito de Ponto Chique do Martelo surgiu por volta de 1850 em uma grota, entre fazendas e sítios. A comunidade era conhecida como Candendê ou Sítio dos Crioulos. O termo Candendê, segundo o registro de Andrade, estava relacionado a um dos antigos moradores, conhecido como Antônio Lourenço, “(...) um negro que falava meio embolado, usava algumas palavras do idioma africano e gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço”.<sup>38</sup>

Conforme o Inventário de Patrimônio Cultural realizado em 2011, Candendê ou Ponto Chique do Martelo faz parte dos trezes distritos da cidade de Barbacena. A distância entre a sede da cidade de e o distrito é de 12 km.<sup>39</sup> Segundo o IBGE de 2010, o distrito do Ponto Chique do Martelo tem sua situação urbana como ponto inicial e final da estrada de Barbacena para Ibertioga denominada Rodovia MG 388. A população total, nessa data, era de 477 pessoas, das quais 186 moravam na zona urbana, e 291, na zona rural.<sup>40</sup> Os habitantes da zona rural trabalham, até os dias de hoje, nas fazendas vizinhas de antigos coronéis ou de descendentes de imigrantes italianos, desembarcados na região no final do século XIX e início do XX. Produzem milho, abóbora e retiram leite. Esses produtos são destinados ao Ceasa e aos comércios locais.

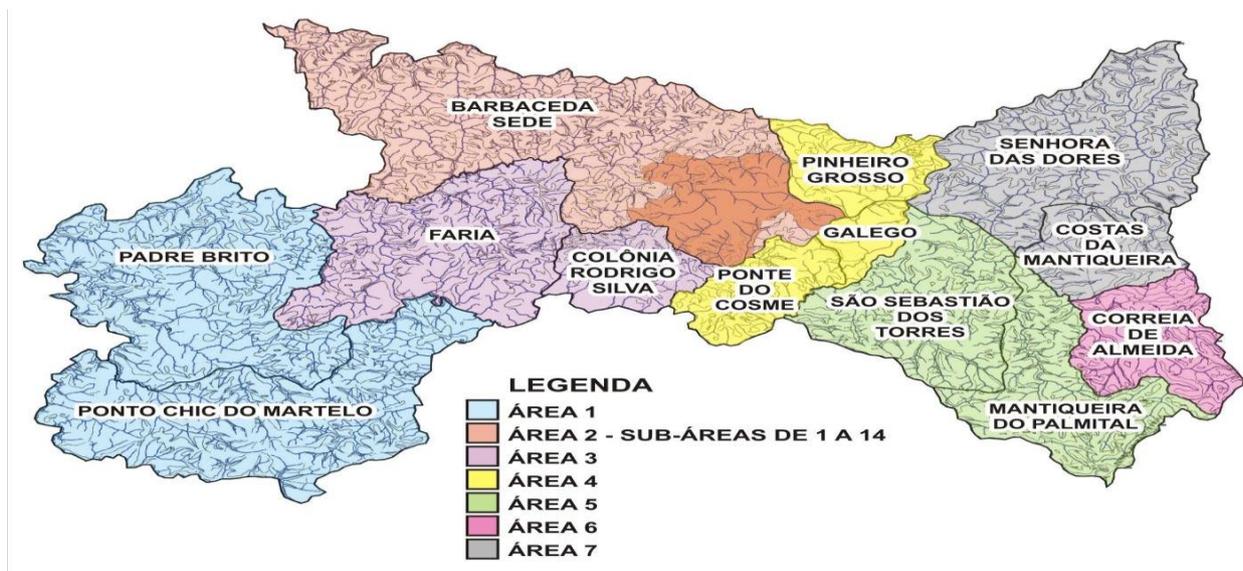
Figura 2 – Barbacena e distritos

---

<sup>38</sup> AYRES, Sérgio C. (Org.) *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena*. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. FUNDAC/PMB. 2009/2012.

<sup>39</sup> Idem, 2009/2012.

<sup>40</sup> Idem, 2009/2012



**Fonte:** Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena Serviço de Geoprocessamento, 2010.

Apesar de a memória ser seletiva e de se basear apenas no que fizer sentido para o membro da comunidade, ela será peça importante no quebra-cabeça que começamos a montar. Algumas lembranças são mantidas devido à importância na trajetória familiar do memorialista, mesmo distante do fato ocorrido; e outras, graças ao vínculo desta com o grupo. Contudo, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e muda conforme o lugar ocupado no seio comunitário e na relação com outros do meio social.<sup>41</sup> Foi a partir da história oral de alguns moradores do quilombo, entrecruzadas com as narrativas escutadas por nós ainda na infância, e com as fontes documentais existentes em cartórios, arquivos e casas paroquiais, que os personagens da comunidade Candendê, atual Ponto Chique do Martelo, começaram a ter rosto e voz nesta jornada.

Pelo fato da localização ser afastada do centro da cidade de Barbacena, muitas fontes, com informações sobre o Candendê, foram localizadas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito, sob a organização e resguardo da Oficial de Justiça Sarah Feres, e que se faz necessário ressaltar que, ela mantém a conservação do acervo com os próprios recursos. A documentação encontrada nesse cartório, apesar de ser composta por alguns livros de notas, é rica em datas e conteúdo, indo desde o registro de uma carta de alforria, datada de 1830, a registros de compra e venda de terras, a atas de irmandades, a requerimentos de desordem, a registros de batismo, a matrimônios e a óbitos que chegam aos dias de hoje. Outras fontes também serão pesquisadas como inventários, testamentos, jornais, registros de terras, processos crimes existentes para o período e região, no Cartório de

<sup>41</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.55.

Ibertioga e no Arquivo Histórico de Barbacena. E por último, pretendemos analisar as fontes da Casa Paroquial Nossa Senhora da Piedade.

A palavra “arquivo” vem do grego arché. Além de início e origem, também significa repartição pública e ordem. O arquivo é condicionado à técnica da escrita, “(..) que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos.”<sup>42</sup>

O arquivo, antes de ser memória histórica, é memória de dominação. Nele se certificam por meio de provas concretas, os direitos de poder, de posse e de origens familiares. “O controle do arquivo é o controle da memória.”<sup>43</sup>

Além dos arquivos físicos, utilizaremos, como meio de pesquisa, arquivos online, como o Family Search, uma proposta inovadora dos mórmons em digitalizar o maior número de fontes documentais paroquiais num grande banco de dados e disponíveis à visualização e ao “download” das fontes. Os dados a serem conservados não podem mais ficar parados. Devem tornar-se corpos, em permanente perambulação, como almas penadas, mesmo que em novos portadores de dados.<sup>44</sup>

Como esclarecimento desta perambulação, o conto do autor servo-húngaro-judeu Danilo Kis, chamado “A enciclopédia dos mortos” (sic) é dedicado à dimensão esquecida e inarticulada dos que se foram. Seu projeto inverso é trazer para o usual do arquivo aquilo que repousa além do arquivo cultural, aquilo que se tem como desconsiderável, insignificante, efêmero: inventários, listas, registros, enumerações, coleções, descrições e cronologias. O subtítulo do conto é “A vida inteira”. Afinal, a vida se torna inteira com a morte! Danilo nega o esquecimento e o compara com o extermínio. “O que foi esquecido é como se nunca tivesse sido. A queda no anonimato e no esquecimento aniquila a vida (...)”<sup>45</sup>

Em oposição ao arquivo totalitário, mas pelo desejo bíblico de ser inscrito no livro da vida, os mórmons,

(...)tiraram a contabilidade das mãos de Deus, [...], e seu projeto [...] Em um maciço granítico das Montanhas Rochosas a leste de Salt Lake City foram cavados túneis e corredores dentro dos quais se encontra um gigantesco arquivo protegido por portas de aço, no qual vigem as melhores condições de conservação [...] 18 bilhões de pessoas, vivas e mortas, cuidadosamente registrados em 1.000.250 microfimes. [...] O objetivo final [...] é o registro do gênero humano como um todo em microfilme.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011, p. 367.

<sup>43</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011, p. 368.

<sup>44</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**; p.380

<sup>45</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**; p. 429.

<sup>46</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**; pp. 427- 430.

Em sua caminhada, a humanidade deixa suas pegadas em registros documentais. Há vestígios de sua passagem, algumas vezes, arquivados adequadamente: no físico, nas nuvens ou na memória oral; em outras, nem tanto. Contudo, na busca incessante pela imortalidade, a espécie humana retoma seus “lixos históricos”, tornando-os peças fundamentais para compor sua eternidade, voltando a folhear as páginas amareladas da História.

Na dúvida entre jogar fora e preservar, entre lixo e museu, a lembrança se torna o melhor conselheiro, e o mais confiável. E foram as lembranças que trouxeram a comunidade do Candendê para o centro das atenções de pesquisadores e instituições. O diretor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena e região, Márcio José da Silva, conheceu a localidade em 1998. Em uma de suas reuniões com os moradores sobre os direitos trabalhistas, já em 2010, escuta, ao “pé da orelha”, da jovem moradora Dorinha que ali se tratava de um antigo quilombo, chamado Candendê. Nas palavras de Márcio,

(...) uma parte [da comunidade] não gosta nem de falar sobre [quilombo], talvez devido a repressão passada. Dorinha, falou bem baixinho em meu ouvido que ali fora um quilombo. Falou com um certo receio. [...] ao fazer a peleja, as reuniões eram lotadas. O salão era cheio. Depois, o povo começou a sumir [...]. Há uma divisão entre o poder político e o espiritual local. Escravos na região tem uma história contada pelo senhor Hélio Leiide Pereira, que uma senhora tinha um ranchinho e ao lado uma parte de terra, e que ela foi queimada por jagunços das fazendas locais. A fazenda da Ponte ainda tem senzala. Dona Conceição [moradora mais antiga] sabia falar sobre o assunto, mas de repente ela desviava o assunto (sic). Talvez receio dos mais antigos em contar a história.<sup>47</sup>

De geração em geração, os objetos de observação são alterados. A partir de um passado que é presente e impregnado de experiências dos sobreviventes, constrói-se um passado mais próximo à realidade. Com as recordações se esvaindo, o distanciamento aumenta e também altera a qualidade das narrativas. Para Koselleck, enquanto houver pessoas afetadas pela lembrança, com afeições, reivindicações e protestos, a perspectiva científica corre o risco de distorções.<sup>48</sup>

As memórias embutidas no corpo as quais são cortadas da consciência, remetem a traumas. Experiências que se encapsulam corporalmente se expressam em sintomas e bloqueios. As recordações sempre começam do presente e seguem para um deslocamento e uma distorção. A memória possui leis próprias que podem dificultar a recuperação das informações, esquecendo-as ou bloqueando-as. Contudo, ela também é controlada pela

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Márcio José da Silva, em 22 de julho de 2019, em visita de campo ao Candendê.

<sup>48</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**; pp. 20-1

inteligência, pela vontade ou por uma nova situação de necessidade que pode dar nova disposição às lembranças.

E são essas disposições que saltam à frente de Dorinha, dando-lhe coragem de confidenciar o segredo da comunidade do Candendê, na ânsia de resgatar a História e, com isso, alcançar melhorias para a região. A partir desse encontro, várias ações em conjunto com setores públicos e privados foram firmadas na expectativa de desvendar e resgatar a História da localidade. No mesmo ano de 2010, a prefeitura, com o Conselho Patrimonial Histórico, inicia o Plano Inventário de Barbacena, sob a supervisão do presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, Sr. Sérgio Cardoso Ayres. Esse, ao visitar Ponto Chique, percebe existir ali traço forte de quilombo. Conforme Sérgio, o que mais o impressionou foram os traços, “aqui o nariz é afilado e lábio fino e a intensidade da cor da pele é quase azul.”<sup>49</sup>

A primeira etapa do Plano Inventário aprovado pelo IEPHA-MG abrange os distritos de Padre Brito (antigo São José de Ilhéus) e Ponto Chique do Martelo (antigo Candendê ou Sítio dos Crioulos).

Segundo o Plano Inventário, entre os dois, aquele com maior potencial patrimonial seria Padre Brito. Isso nos leva a questionar a metodologia desenvolvida na elaboração do Inventário.

Conforme descrito no documento, a metodologia de trabalho se realizou em cinco visitas in loco, com entrevistas, fotografias e pesquisa a acervos de memorialistas locais. As principais fontes orais foram da zeladora da Igreja de São José de Botas, localizada no distrito de Padre Brito, dona Isabel Assunção e suas parentas Alessandra Campos e Maria do Carmo Campos, todas com origens familiares entre os fazendeiros Moreira Campos. Já em Ponto Chique do Martelo, o entrevistado foi o Sr. Eládio Rodrigues Neto, comerciante há mais de 30 anos no lugarejo e com ascendência sobre os proprietários da Fazenda da Candonga, localizada em Aroeira, região próxima a Ponto Chique. As referências bibliográficas, constam das obras dos memorialistas e historiadores Altair Savassi e Nestor Massena; e do pesquisador da fundação da Estrada de Rodagem Barbacena–Ibertioga, Sr. Francisco Rodrigues de Oliveira.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Sérgio Cardoso Ayres, ex-Presidente do Conselho de Patrimônio Cultural de Barbacena, em 09 de novembro de 2018.

<sup>50</sup> AYRES, Sérgio C. (Org.) **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena**. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. FUNDAC/PMB. 2009/2012, p. 18.

Dos bens inventariados, apenas a fazenda Santa Cecília não se encontra dentro dos limites de Padre Brito, ficando essa na estrada que segue para Ponto Chique. Os participantes da pesquisa, além do presidente do Conselho de Patrimônio, Sr. Sérgio Ayres, e do funcionário público Luís Otávio Campos, também contribuíram com as informações; com as coletas, a Sra. Alessandra Campos, os turismólogos Maria do Carmo Campos e José Maurício dos Santos, além do advogado Alex Guedes dos Anjos, membro do Conselho da OAB e representante da Comissão da Verdade sobre a Escravidão em Barbacena.

Os bens escolhidos para serem inventariados no distrito de Padre Brito foram três já tombados – Igreja de São José, o acervo do Cartório de Ofícios e Notas de Padre Brito e a residência onde funciona o Cartório, antiga moradia do Coronel Abel Carlos Moreira Campos.

Figura 3 - Cartório de Ofícios e Notas de Padre Brito



**Fonte:** Inventário de Patrimônio Histórico Cultural de Barbacena. Fundac, 2010. Antiga residência no distrito de Padre Brito do Coronel Abel Carlos Moreira Campos. Hoje, funciona o Cartório de Ofícios e Notas de Padre Brito.

Quanto ao distrito de Ponto Chique, afirma-se não encontrar imóvel ou móvel algum possível de se inventariar, devido à precariedade do aspecto arquitetônico e urbanístico, como se ler abaixo:

Segundo relato dos moradores, os poucos bens que poderiam ser inventariados se perderam pela ausência de uma política de preservação. O que [...] precisa ser

resgatado é a história oral do lugar, já que Ponto Chique possui, no mínimo, um século de existência como localidade.<sup>51</sup>

É questionável quais referências arquitetônicas estariam em pauta, ao observar uma localidade de negros, provavelmente remanescentes da escravidão, que deu suporte às observações e aos conceitos de valores que pesaram nas escolhas propostas. O papel de grupos sociais como o do Candendê e os questionamentos sobre as narrativas disseminadas da inexistência de valores históricos de suas moradias, ainda construídas com adobes, algumas à mostra de seus paus a pique, ruelas onde habitam famílias inteiras com tradições de plantio, linguagens banto e templos religiosos afro-brasileiros, trazem-nos à tona o mito da democracia racial brasileira. Quantos lugares são olhados, mas não são vistos com seus valores de continuidade.

A invisibilidade de um Brasil negro deve-se a trajetória das políticas públicas de Patrimônio e o momento em que as manifestações de matriz africana foram entendidas como bens culturais. A criação do decreto-lei 25 de 1937, em pleno Estado-Novo, apesar de ser um marco nas políticas de Estado para a preservação do Patrimônio, procedendo ao tombamento e preservação de bens particulares, cuja a conservação é de interesse público, quer pelo valor histórico, artístico, arqueológico, arquitetônico ou etnográfico, serviram para institucionalizar os critérios técnicos, estéticos e artísticos.<sup>52</sup> Um discurso da época era que anotada ausência de exemplares negros e indígenas nesta seleção se deve pela não sobrevivência de testemunhas materiais dessas matrizes civilizatórias. Os exemplares de bens materiais descritos nos primeiros livros do Tombo, demonstra o conflito de memória e o projeto de nação elaborado pelo Estado-Nação moderno.”<sup>53</sup>

Em oposição e confronto com esta nação imaginária/colonial, a autora Alessandra Lima afirma ser Patrimônio Cultural Afro-brasileiro qualquer expressão cultural que evoca como espaço de elaboração as experiências da diáspora, da escravidão, da resistência, das fugas, dos trabalhos diários ou mesmo quando se fundem num mito de origem, com signos e significados de uma ancestralidade africana.<sup>54</sup> O patrimônio afro-diaspórico é composto pela relação do material com o imaterial. Em espaços negros, as identidades e o território se misturam e vinculam com a terra, valores, costumes, conhecimentos e sociabilidades. A terra

---

<sup>51</sup> AYRES, Sérgio C. (Org.) **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena**. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. FUNDAC/PMB. 2009/2012, p. 10

<sup>52</sup> LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p.38

<sup>53</sup> LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, pp.39-40

<sup>54</sup> LIMA, Alessandra Rodrigues. **op.cit.**, p.16

e a espiritualidade são espaços de manifestações de vida, de existência e resistência. Eles trazem em suas configurações a ancestralidade, a memória e a história desses povos.

Apesar das observações e questionamentos feitos ao Plano Inventário Patrimonial de Ponto Chique quanto à metodologia utilizada na análise dos bens materiais do quilombo, não se pode negar sua relevância para o descortinar da localidade do Candendê. No ano de 2010, a ela foi registrada pelo Governo Municipal como sendo um local de patrimônio imaterial. As brechas deixadas no Plano, os silenciamentos sobre os bens de uma comunidade negra desvelam as relações de poder envolvidas no que teria valor histórico e material. Por outro lado, comprovam a resistência de grupos que não aceitam o apagamento de sua História e de uma forma ou outra acaba sendo registrada no inventário municipal. Documento importante, que auxiliará ONGs e Instituições Públicas terem os primeiros dados empíricos sobre a formação e configuração da região.

Para Ginzburg

(...) “escovar a história ao contrário”, como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler as testemunhas às avessas, contra a intenção de quem as produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de forças quanto aquilo que é irredutível a elas.<sup>55</sup>

Nesta perspectiva, o cuidado com o que é dito ou não dito na documentação sobre o Candendê deve ser observado. Por tempos a fio, postulou-se uma forma simplista de exames historiográficos, sem levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas e estatísticas que possibilitaram a escrita. No entanto, hoje, devemos nos ater menos ao produto literário final e mais às fases preparatórias que mostram uma interação recíproca dos dados empíricos com os vínculos narrativos. O rompimento do silêncio sobre a opressão e o racismo velado fez com que as “terras de pretos” entrassem na História como fator de busca pela identidade, onde posseiros e colonos na luta pela terra, ameaçada com a modernização e o progresso do século XX, organizaram-se a princípio como “pretos” e depois como quilombolas, formando grupos reivindicatórios de seus direitos ao Estado brasileiro.

As memórias desses grupos sociais devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor ao dos documentos escritos. No contexto que se desenha e na busca por respostas às questões emergentes dentro da sociedade, o conceito de cultura ganha importância, a partir da constatação de que os fenômenos históricos não podem prescindir da análise de toda a ação social. Assim, se a cultura em comum possibilita a sociabilidade de

---

<sup>55</sup> GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: História, retórica, Prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

grupos e proporciona inteligibilidade às suas relações, sua “leitura” – pelo viés da interpretação cultural – permite captar aquilo que insiste em escapar aos reducionismos estruturalistas e socioeconômicos.

O personagem-referência, descrita no Inventário, é um antigo morador e “fundador da comunidade”, chamado Antônio Lourenço, conhecido como Candendê. Isso leva, segundo os dados, a suspeitar que esta região seja “(..) um núcleo de oriundos de descendentes africanos, no caso até mesmo, de escravos (...)”<sup>56</sup>

Por ser um ponto privilegiado, devido à construção da Rodovia MG 388, os entrevistados que participaram da elaboração inventarial afirmam haver grande circulação de moradores da redondeza por aquelas áreas. Esse fato despertou o interesse dos potentados locais, como o Coronel Abel Campos, que no passado teria negociado, com Antônio Lourenço, uma faixa de terra próxima à margem da estrada. Nela,

(...) construiu uma casa grande, coberta de telhas e não com sapé como era de costume. Abel era considerado uma espécie de farmacêutico pra região. [...] para inaugurar esta casa foi organizada uma grande festa com convidados de toda região (sic) e de outras comunidades. [...], passando [o lugarejo] a ser chamado de Ponto Chique.<sup>57</sup>

Outra versão para a mudança do nome Candendê para Ponto Chique, seria a troca de roupas no galpão construído por Abel Campos dentro do lugarejo, onde os moradores deixavam suas roupas simples da lida, por outras mais requintadas, para irem à cidade. O nome torna-se efetivo apenas no fim do século XX, com a Lei nº 3171, de 24 de maio de 1995.

A partir de visitas realizadas na comunidade e entrevistas com seus moradores, em 2012, foi possível verificar a riqueza de uma memória que não aceita o apagamento e resiste, até os dias de hoje, às intempéries sociais. A relação pessoal com o povoado do Candendê, é um fator a se levar em conta por trazer a possibilidade do entendimento de uma história familiar. Acreditamos que, o resgate histórico da localidade poderá amenizar os conflitos internos e, possibilitar aos seus moradores saírem da invisibilidade nas políticas públicas e assim, alcançarem certa autonomia socioeconômica.

---

<sup>56</sup> AYRES, Sérgio C. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena**. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. FUNDAC/PMB. 2009/2012, p.10

<sup>57</sup> Idem ibdem,; p. 20

### 1.3- Candendê: A terra é meu quilombo

Ao visitar o quilombo foi possível constatar a simplicidade dos moradores a começar por suas construções, fato que não diminui o aconchego do interior, com a mesclagem de mobílias antigas e modernas, fogões a lenha na cozinha, retratos e fotopinturas de familiares “desbotadas” enfeitando as paredes e as deliciosas broas de fubá em cestos sobre a mesa.

O reencontro com a comunidade deu-se depois de dez anos ou mais, que temos lembrança, de visitar o lugarejo com familiares. Em 2012, a convite do antropólogo Ângelo José Sátiro de Souza, fundador do Instituto Primeiro Quilombo, uma ONG que busca resgatar histórias de comunidades tradicionais de Barbacena e região, nós tivemos a oportunidade de retornar aquele solo como historiadora e na função de colaborar com a elaboração do dossiê de reconhecimento quilombola.

Na primeira reunião ocorrida no distrito, em 12 de fevereiro de 2012, às 10 h 45 da manhã, num domingo, no salão paroquial de Nossa Senhora Aparecida, Ângelo Sátiro abriu a explanação sobre os termos quilombo, território e resistência. O salão encontrava-se com quase 40 representantes da comunidade, entre homens e mulheres, além de um descendente da família Moreira Campos, antigos fazendeiros locais que mantinham relação com os moradores de Ponto Chique, ofertando-lhes emprego em suas fazendas. Hoje, muito são os desafios enfrentados por seus moradores. Eles, complementam suas economias como meeiros ou empregados dos antigos fazendeiros ou dos novos agricultores italianos instalados na região<sup>58</sup>. A existente, Escola Municipal Visconde de Carandaí, atende ao ensino básico e fundamental, mas não possui diretrizes voltadas à qualificação de professores e projetos políticos-pedagógicos que busquem valorizar e resgatar a história e cultura local e nem a relação com a ancestralidade africana. No quilombo, não existe posto médico, nem agências dos correios ou bancárias. Há pouca iluminação noturna, e nenhuma nomenclatura nas ruas ou pavimentação. Os logradouros se fazem em quadras: Quadra I e Quadra II. O transporte coletivo se reduz em apenas dois horários, no sentido Barbacena à Padre Brito (Ilhéus), passando por Ponto Chique, nos horários da manhã e outro no fim do dia.<sup>59</sup> A água que abastece o lugarejo vem em caminhão pipa, sem nenhuma análise de sua qualidade, sendo

---

<sup>58</sup> Os italianos chegaram à região de Barbacena, com a fundação da Colônia Rodrigo Silva, lugar que fica próximo ao quilombo Candendê, destinado aos imigrantes europeus, com incentivo do governo brasileiro, para exercerem o cultivo das terras da região, estabelecido na lei estadual nº de 1889.

<sup>59</sup> SOUZA, Ângelo J. Sátiro. Relatório da Trajetória Comum da Comunidade Remanescente Quilombo dos Candendê. Instituto Primeiro Quilombo, Barbacena-MG, 2012.

colocada em uma caixa grande que fica num dos pontos mais altos do quilombo e dali redistribuída às casas.

Ângelo apresentou uma síntese sobre a localidade descrita no Inventário Municipal e abriu as discussões sobre a inclusão da região como terras quilombolas. As dúvidas expostas, em grande maioria, eram sobre o uso comunal da terra, além de dúvidas de como ficaria a situação dos recém-chegados que se estabeleceram na comunidade, em razão de doação de terras, das quais não possuíam registro. A moradora Maria Raimunda Gonçalves Nascimento<sup>60</sup> relatou sua preocupação com o fato de as terras se tornarem comunais, já que sua família possuía o registro individual das mesmas. Ela é descendente, pelo lado paterno, de um dos fundadores do lugar (é neta de Elias Quintiliano de Araújo); e pelo lado materno, seu avô Sr. Antônio Gonçalves Vilela Filho, comprou em 1964, mais uma faixa que ampliou as terras paternas. Vendeu-lhes Antônio Quintino dos Santos, viúvo de Maria Clemência Jesus, também descendente de Elias Quintiliano.

Após as indagações de Dona Maria, estabeleceu-se um silêncio no salão. Os participantes se mostravam preocupados; tanto as questões territoriais, quanto o termo quilombo tornaram-se um novo conceito que a comunidade deveria conhecer, discutir e resolver. É importante trazer neste espaço, os debates sobre a legislação vigente que regulariza as terras quilombolas no Brasil, para melhor entendermos as preocupações e os conflitos que ainda perduram no Candendê, até o momento.

O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, presente na Constituição Federal de 1988<sup>61</sup> estabelece que, “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”<sup>62</sup> Não precisa fazer muito esforço para afirmar que essa pequena proteção aos quilombos, entendidos como territórios negros tradicionais, não foi observada na íntegra pelos poderes instituídos.

Fato que também ocorre na falta de efetivação dos artigos 216 e 215 da Constituição. O primeiro, constituem-se como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individual ou conjuntamente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Em seu parágrafo primeiro, o Poder Público, em colaboração com a comunidade, deveria promover o patrimônio cultural

---

<sup>60</sup> Fala da Sra. Maria Raimunda Gonçalves Nascimento, na primeira reunião sobre a pretensão de titulação das terras do Candendê, 2012.

<sup>61</sup> [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_12.07.2016/art\\_68\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp) Acessado: 20/08/2018.

<sup>62</sup> FILHO, Tarcísio H. **Quilombola**: a legislação e o processo de construção da identidade de um grupo social negro. Brasília, a 48, nº 192, out dez, 2011, p.149

por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento. Já o artigo 215 estabelece, em seu parágrafo nº 1, que compete ao “[...] Estado a obrigação de assegurar proteção às manifestações culturais populares, indígenas e de demais grupos participantes do processo civilizatório nacional”.<sup>63</sup>

Contudo, apesar da vagareza das Instituições governamentais na efetivação da Lei, foi mérito da Constituição Federal de 1988, pela primeira vez, no período republicano, trazer aos parâmetros legais a categoria jurídica de quilombo. Mas, como afirma Laranjeiras Sampaio<sup>64</sup>

Fê-lo, porém, sob o viés da ‘reminiscência’, o que poderia em princípio sugerir uma inusitada e imprópria remissão a categorias jurídicas do passado, ou, mais exatamente, à matriz única dessas categorias, um alvará do Conselho Ultramarino de 1740, que, evidentemente, definia quilombo na perspectiva única da imputabilidade penal e da efetiva vigência da escravidão (...).

Como apontado por Laranjeira, o termo quilombo acabou sendo representado por uma única modalidade histórica de resistência étnica, de grupos de descendentes de escravos na sociedade brasileira. Com isso, tornou-se necessário ampliar, jamais menosprezar, as enormes conquistas advindas com o artigo 68 do ADCT, reconhecendo a insuficiência conceitual do termo “quilombo”.<sup>65</sup>

Segundo Mattos<sup>66</sup>, “[...] do ponto de vista acadêmico e jurídico, começou-se a caminhar para uma resolução da controvérsia a partir de um documento com a proposta de definição operacional da expressão ‘remanescentes das comunidades dos quilombos’”. O documento, escrito, em 1994, pelo grupo de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia afirma que o termo sofrera um processo de ressemantização, em razão dos movimentos negros rurais que passaram assim a se autodenominar, pautado na memória de uma origem comum, ligada à experiência da escravidão.

É importante lembrar que a principal condição que possibilitou a manutenção dos territórios étnicos foi a perpetuação da territorialidade quilombola, formada a partir da oralidade e narrativas de seu passado. Por isso, é imprescindível adequar a aplicação do dispositivo constitucional que assegura às comunidades o direito a suas terras e o respeito a suas memórias. A insuficiência em agregar grupos historicamente diversos e particulares,

---

<sup>63</sup> FILHO, Tarcísio H. **Quilombola**; 2011, p. 160

<sup>64</sup> SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Terras de quilombo: direito territorial etnicamente diferenciado, reparação histórica e reforma agrária. In: SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos; CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: história e resistência**. Belo Horizonte: CEDEFES, 2008.

<sup>65</sup> SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **Terras de quilombo**.; Belo Horizonte: CEDEFES, 2008.

<sup>66</sup> MATOS, Hebe M. **Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil**. Niterói, Tese de professor Titular UFF, 2004, p.20

numa conjuntura comunal determinada pelo artigo 68, constitui um dos limites na possibilidade de superar a invisibilidade de grupos descendentes de escravos espalhados por regiões rurais e urbanas brasileiras.

Para tanto, o Poder Público Federal editou, em setembro de 2001, o Decreto nº.3.912 que, em seu artigo 17, estabelecia como quilombo apenas grupos que mantinham a propriedade comunal da terra, e no artigo nº 1, acirrando ainda mais os conflitos sobre o termo “quilombo”, estabelecia que este poderia ser conferido apenas a propriedades ocupadas por negros em 1888 e por seus remanescentes em até 5 de outubro de 1988.<sup>67</sup>

Depois desse ato, as ações dos Movimentos Negros passaram a questionar os erros sobre a escravidão descritos em livros didáticos. Simultaneamente, solicitaram avanços nas propostas políticas revisionistas que buscavam melhoria nas condições desta parcela da população.<sup>68</sup> Com o intuito de revisão e busca em minimizar conflitos, o novo Decreto de nº 4887, em 2003, regulamentou o Artigo 68, passando a caracterizar os remanescentes de quilombos, com base na identificação, no reconhecimento, na delimitação e sua demarcação de suas terras. Em seu Artigo nº 2, atribuem-se, ao termo quilombo, os critérios de auto atribuição, com trajetórias históricas próprias, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, ligada a resistência à opressão histórica sofrida, atribuindo ao parágrafo 1º a caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas pelo atestado mediante a autodefinição da própria comunidade.<sup>69</sup>

Abrindo essa brecha constitucional, Ângelo busca explicar aos presentes na reunião do Candendê, a importância e a amplitude dos benefícios adquiridos pela comunidade com a titulação de Palmares e posteriormente, registro e apoio do Incra. Para ele,

Os benefícios concedidos pelo governo federal serão inúmeros como incentivo ao desenvolvimento sustentável e, proteção ambiental; a assistência técnica destinada à agricultura e liberação de linhas de créditos aos pequenos agricultores. Para tanto, é necessária a criação de uma Associação de moradores registrada em cartório e, a existência de uma ata onde (sic) os moradores locais se autodenominem “quilombolas”. Esses documentos, junto com a lista de presença, serão entregues na Fundação Palmares, junto com um dossiê sobre a história local, mesmo que esse esteja em fase inicial. E seguindo os trâmites legais, a [Fundação]Palmares enviará à localidade, uma comissão para averiguar e orientar sobre os procedimentos de como buscar com o Incra, o registro oficial das terras como quilombolas e assim, passarão

---

<sup>67</sup> FILHO, Tarcísio H. **Quilombola**: a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. Brasília, a.48, nº 192, out-dez, 2011, p.168.

<sup>68</sup> MATTOS, Hebe. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Ibero-americana (Madrid), v. 42, 2011, p. 147-160.

<sup>69</sup> FILHO, Tarcísio H. **Quilombola**: a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. Brasília, a.48, nº 192, out-dez, 2011, p.168.

a receber recursos e técnicos que os ajudarão a desenvolver uma economia em turismo sustentável no local.<sup>70</sup>

O Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Barbacena ficou pronto em março de 2012. Em 25 de abril do mesmo ano, uma comissão de doze pessoas, entre representantes da ONG Instituto Cultural Primeiro Quilombo, do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena (Sinter), nós como pesquisadora e descendente de um dos fundadores do quilombo, o avô Elias Quintiliano de Araújo, o recém eleito presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Comunidade Remanescente Quilombola Candendê, Sr. Alexandre, e demais moradores de Ponto Chique do Martelo seguiram rumo à Brasília e entregaram o inventário e a petição de titulação quilombola à Fundação Palmares.

Figura 4 – Entrega da Petição à Fundação Palmares



Fonte: arquivo pessoal, 2012. Foto tirada com a equipe da Fundação Palmares, membros do quilombo Candendê, representantes da Prefeitura Municipal de Barbacena, o antropólogo Ângelo Sátiro (no fundo e centro da foto), eu e minha mãe Aparecida que fomos convidadas a participar da ida à Brasília.

Em 21 de junho, o Instituto Cultural Primeiro Quilombo recebeu o ofício nº 503-2012-DPA-FCP-MinC da Fundação Palmares, informando que, depois da análise do inventário, realizaram a abertura do processo administrativo, solicitando o agendamento da visita da equipe da Fundação à Comunidade Candendê para o dia 8 de julho e, em agosto, finalmente a portaria com a titulação foi publicada.

---

<sup>70</sup> Ata da reunião para elaboração do dossiê de titulação junto a Palmares do quilombo Candendê.

Figura 5 – Titulação de Palmares

**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
**PORTARIA Nº 177, DE 31 DE AGOSTO DE 2012**

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º

e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º Registrar no Livro de Cadastro Geral n.º 14 e Certificar que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir se autodefinem como remanescentes de quilombo:

**COMUNIDADE DE CANDENDÊS, localizada no município de BARBACENA/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 014, Registro n.1.676, fl.093 - processo n.º 01420.005104/2012-74;**

Fonte: Extraído do Diário Oficial da União Seção 1- Nº 171, segunda-feira, 3 de setembro de 2012.

Assim, com a titulação em mãos, como explicar a desestruturação da comunidade que, apesar de uma memória comum, se vê desarticulada pelo tempo e por pressões internas e externas, deixando-a em inércia nas questões políticas e econômicas? Os medos e anseios quanto às terras comuns e o desconhecimento da amplitude do termo quilombo, podem estar no centro destas questões.

#### 1.4 - Quilombo: das páginas do passado colonial para as lutas contemporâneas

Para Beatriz Nascimento<sup>71</sup>, quilombo se liga direta e indiretamente ao tempo e ao espaço. Ao acompanhar o raciocínio da autora, quilombo seria um espaço contínuo de ideias de resistência ao colonialismo cultural que busca reafirmar a herança africana e achar um modelo brasileiro que seja capaz de manter sua identidade étnica. A pesquisadora que tragicamente nos deixou cedo, reiterava críticas à historiografia de sua época, em razão de pouco discutir a amplitude do termo e o considerar como algo do passado, pautado em visões reducionistas.

Segundo Beatriz,

Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com

---

<sup>71</sup> Para conhecer sua trajetória, ler: RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

incidência de população negra e segmentos populacionais de baixa poder aquisitivo pertencentes a outras etnias.<sup>72</sup>

Para ela, quilombo tem origem em Angola com os povos jagas ou imbangalas. Esse grupo de guerreiros e antropófagos, que matavam os filhos ainda crianças e adotava jovens de outras tribos para serem os futuros guerreiros, tornaram-se “[...] relevantes na história angolana, na maior parte das vezes na resistência aos portugueses, outras no domínio de vastas regiões de fornecimento de escravos.”<sup>73</sup> Com suas características nômades e a formação social denominada “quilombo”, união em quimbundo, aberta a estrangeiros, alimentavam um território de guerra, mas, ao mesmo tempo, construía um território sagrado, onde ocorriam as iniciações. Dessa forma, por incorporar jovens de diversas linhagens em sua sociedade guerreira, o Kilombo alcança um significado institucional.

A partir dessa amplitude conceitual, o termo quilombo se relaciona entre o passado e o presente, pautado numa perspectiva para o futuro. Não é apenas um espaço de sobrevivência e resistência cultural, mas também de continuidade histórica.

Se no Brasil setecentista, o termo quilombo, para os estudiosos, fora sinônimo de agrupamentos étnicos num mesmo espaço territorial e voltados a certo tipo de economia, nos oitocentos, foi visto como espaço de resistência e, de acordo com a área geográfica, devido a maior repressão oficial, afrouxavam a economia, com diversificação de cultivos e se tornavam um lugar acolhedor de escravos fugidos, sendo definido no Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740, como local de “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.”<sup>74</sup>

A proliferação dos quilombos no século XIX, visto em suas unidades, não levavam a nenhum risco o sistema. Contudo, observados de forma global, seja em espaços territoriais, seja em tempo histórico, deixavam à mostra a fragilidade do sistema escravista. Por isso, foram incorporados no Código Penal de 1835, com o sentido de valhacouto de bandidos, ameaça grave a estabilidade imperial, devendo julgar seus membros com penas iguais às de insurretos, ou seja, com a degola.<sup>75</sup>

Já o período republicano, inaugurado com o emblema de “Era da Liberdade”, na verdade e contraditoriamente, institucionaliza-se uma “escravidão social” baseada na diferença de classe e raça. Assim, podemos concluir que, no período escravista, a mobilidade

---

<sup>72</sup> Idem., RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. 2006, p.57

<sup>73</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. Alex Ratts. (org.), 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 156

<sup>74</sup> PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os quilombos brasileiros**. Salvador: SMEC; Departamento de Cultura, 1973, p.7

<sup>75</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras**: op.cit., p. 162

social era alcançada com a alforria, com a distinção do ser cativo do liberto, independente do fenótipo. Enquanto na República, o sistema passou a igualar as experiências sociais, “todos são cidadãos”, mas diferenciar as características raciais baseado no racismo científico.<sup>76</sup> Neste trajeto, a formação de uma identidade nacional plural e fluída, num país onde a cor marca o lugar social, traz a importância dos quilombos contemporâneos como território de ressignificação da cultura africana, resistência ao decolonialismo e espaço de reelaboração de uma identidade que se encaixe na sociedade atual. Ele tornar-se instrumento ideológico, um lugar mítico transpassado pela liberdade, resistência, sempre paralelo ao sistema de dominação.

Para Beatriz Nascimento, o quilombo permanece na contemporaneidade,

enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com aquele nome e nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura.<sup>77</sup>

Em concordância com Carneiro<sup>78</sup>, o Brasil é “visto” como um paraíso racial, devido às comparações estabelecidas com as lutas por direitos do povo negro na África do Sul e nos EUA. Fatores como o não conflito direto, a ausência de segregação legal, alguns negros em cargos de comando e a mistura étnica, são “armas” poderosas para esconder as tentativas de “chacina” que se realizam todos os dias no país contra as populações de cor e a sua cultura.

Contudo, a fragilidade dessa suposta democracia racial, se vê estampada tanto nos jornais, com as estatísticas de violência, assassinatos, desigualdade de julgamentos legais, quanto nas periferias sem recursos públicos adequados. E por mais que pareça repetitivo falar em desigualdade neste país, é pertinente lembrar as distorções existentes, uma vez que, apenas “uma parte da população branca, é pobre; [enquanto], toda a população negra é pobre.”<sup>79</sup>

Dessa forma, assistimos a um racismo sofisticado e perverso, com uma intolerância racial, mascarada como direitos iguais e edificada na desigualdade de oportunidades sociais.

---

<sup>76</sup> SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: agência e loucura no Brasil da Primeira República. In: Carolina Dantas et alii (org). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**. Vol.1, Niterói: EDUFF, 2013.

<sup>77</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras**: op.cit., p. 136

<sup>78</sup> CARNEIRO, Sueli. O Mito da Democracia Racial. Geledés Institute For Black Woman. Brasil e África do Sul: uma comparação. Laamounier Bolivar (org.), p.215.

<sup>79</sup> CARNEIRO, Sueli. O Mito da Democracia Racial, p. 220.

Condições agravadas pela falta de consciência coletiva negra, estimulada pela ideologia do embranquecimento, que desarticulam as ações conjuntas da população afro-brasileira, estratificando-a em “mais negro e menos negro”. Categorias de cor que transformam uma parcela da população em “não totalmente negra, ou em quase branco (sic)”, e que as desestimulam na articulação como grupo de resistência, junto aos demais.<sup>80</sup>

Beatriz Nascimento, em seus escritos chamou a atenção para o que denominou “Cultura da Discriminação”, quando afirma que o negro, apesar de ter uma história tradicional em que subsistem resíduos da sociedade africana, tem também uma cultura dominante forjada “aqui dentro” que mantém o grupo no lugar onde o poder dominante acha que deve estar.<sup>81</sup>

Para ela,

(...) o preconceito contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil, que ele existe latente e muitas vezes vem à tona na relação entre nós mesmos. Temos, vamos dizer, uma atitude de amor e ódio por nós mesmos[...], a presença, o confronto com o outro, nos incomoda também.<sup>82</sup>

Corroborando com as palavras da autora, constatamos a dificuldade em empreender projetos no quilombo, voltados à aquisição de recursos financeiros e de valorização da cultura local. Como afirma Ângela Davis, o racismo não é um fator negativo ligado apenas ao biológico. Ele fala muito das divisões de classe. O povoado do Candendê, em pleno século XXI, possui, em sua base, uma discriminação ligada a fatores como alta taxa de desemprego dos moradores, baixa escolaridade; infraestrutura carente de recursos públicos; ausência de uma escola quilombola que resgate e valorize suas tradições. Tudo isso acarreta um estigma de inferioridade que prejudica os próprios moradores na busca de melhorias para suas condições de vida.

### 1.5 – Etnocenso: uma análise socioeconômica da comunidade

O Instituto Cultural Primeiro Quilombo realizou, em 2017, o primeiro diagnóstico socioeconômico e demográfico das populações negras e indígenas de Barbacena. Coordenado pelo antropólogo Ângelo Sátiro, sob o financiamento do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, foram seis meses de pesquisas em 20 bairros urbanos e seis distritos da

---

<sup>80</sup> CARNEIRO, Sueli. O Mito da Democracia Racial, p.221

<sup>81</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006, p.47

<sup>82</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**, 2006, p. 47

zona rural de Barbacena, totalizando 2.555 residências visitadas e 2.892 entrevistados. A comunidade do Candendê, atual Ponto Chique do Martelo, foi um dos distritos analisados.

É pertinente transcrever a base de apoio analítico utilizado pelo Primeiro Quilombo para classificar negros e índios em Barbacena. Segundo dados do Instituto, devido às contradições existentes na autodeclaração, a pesquisa se pautou também no fenótipo do entrevistado. Caracterizaram-se como pretos a tez negra e o cabelo crespo; índios a pele morena e o cabelo liso. Para os pesquisadores do Instituto, a trajetória histórica brasileira aponta para as relações escravistas, em que o corpo e o cabelo passam a demandar uma identidade étnica e hierarquizada socialmente com a maior parte dos brancos no topo, negros e índios, abaixo. Além da autodeclaração e das características fenotípicas, os pesquisadores privilegiaram bairros da periferia barbacenense e seus distritos onde se concentram a maior parte da população pobre.<sup>83</sup>

Apesar das críticas à política de autoafirmação, dados retirados do Censo de 2010 apontam um crescimento da população que se considera negra e indígena no Brasil, mostrando um grau maior de conscientização sobre a identidade da população,

Segundo o IBGE-2010, a população negra brasileira veio e vem crescendo ao longo dos anos e constituiu-se no maior grupo étnico-racial no país, onde, por exemplo em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010 e a proporção de negros subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões). Sendo negros os pretos e pardos, esses somavam 50,7% da população em 2010. Esse resultado também apontou que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% (97 milhões) para 47,7% (91 milhões de brasileiros).<sup>84</sup>

Para o analista socioeconômico do IBGE, Jefferson Mariano, essa mudança demonstra uma transformação cultural da população em relação às suas origens, mudança observada desde o censo de 1991. Todavia, esse crescimento não se vê acompanhado de melhorias nas políticas públicas, deixando essa população à margem dos direitos sociais básicos.<sup>85</sup>

Em Barbacena, o censo de 2010 apontou também um saldo “positivo” na classificação de negros e pardos na população. Num total de 126.284 habitantes, 78.783 se autodeclararam brancos (62,14%), 9.561 se disseram pretos (7,6%), 37.072, pardos (29%) e 755 se

---

<sup>83</sup> SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Populações Negras e Indígenas de Barbacena**. Instituto Cultural Primeiro Quilombo, 2017, p.9. O diagnóstico completo pode ser visualizado no site: <https://barbacena.mg.gov.br/m/noticia.php?id=5323> no <https://youtu.be/6Vc7ixkT0SI>

<sup>84</sup> SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 11.

<sup>85</sup> Fonte: <https://www.brasil.gov.br/educacao>.

consideraram amarelos (0,59%). Ao somarmos pretos e pardos, esse grupo corresponde a 36,6% do total.<sup>86</sup>

Para uma cidade com um passado fortemente ligado à escravidão, e que segundo os dados históricos, pulverizada em pequenos percentuais de escravos entre os proprietários da região, com uma economia dinâmica, que em todo século XIX, funcionou como entreposto comercial da Corte do Rio de Janeiro com as cidades mineradoras<sup>87</sup>, é um avanço perceber um saldo considerável de população de cor na atualidade. Essas mudanças de conscientização se devem às ações de Movimentos Negros locais e aos grupos de congadas que se apresentam de forma ativa no cerne das discórdias, ou seja, com eventos no centro elitizado da cidade, território marcado pela lembrança do pelourinho e da proibição de negros participarem das celebrações na Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

Não podemos deixar de ressaltar a ampliação de educadores e especialistas negros ligados à temática étnico-racial e que vem divulgando suas pesquisas e trabalhos em seminários de escolas públicas e privadas da cidade.<sup>88</sup> Afinal, a consciência da negritude passa pelo reconhecer-se negro para o enfrentamento ao racismo. Fanon, com frases reflexivas, respalda essa ideia ao concluir que, “[...] desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi me afirmar como negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer.”<sup>89</sup>

Esses fatores se manifestaram no diagnóstico do Instituto Primeiro Quilombo. No primeiro objetivo da pesquisa, ao verificar a racialização da população barbacenense, dos 2.892 entrevistados, 34,8% se declararam brancos, o que corresponde a 34,1% se identificaram como pardos, 28,9% como negros e 2,2% indígenas. Ao somarmos pardos e negros, teremos um percentual de 63 % de grupos étnicos afrodescendentes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

---

<sup>86</sup> SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 10

<sup>87</sup> SANTOS, Roseli. **Herdeiros da Escravidão: legados e conflitos**, Barbacena, 1850 a 1888. Dissertação de Mestrado – UFSJ, 2014. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoRoseliSantos.pdf>

<sup>88</sup> Até o momento não se tem um estudo da atuação dos movimentos negros e congadas da cidade de Barbacena, e os impactos causados por suas ações no combate ao preconceito racial. Contudo, o que se vê é uma ampliação de grupos ligados ou não, às instituições de ensino, promovendo encontros e palestras sobre o tema, como os movimentos CAFA (Círculo Aberto Filhos do Amanhã), NOVO NEGRO DE BARBACENA, ENCRESPA, INSTITUTO CULTURAL PRIMEIRO QUILOMBO. Além do resgate e da valorização dos grupos de Congadas como a Congada de Santa Efigênia e a Congada de Nossa Senhora das Dores que, vêm atuando em várias datas comemorativas municipais e se apresentando no centro da cidade.

<sup>89</sup> FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008, p.107

Tabela 1 – Relação entre autodeclaração e fenótipo da população negra de Barbacena

LOCALIDADES	Entrevistas Válidas	RAÇA												
		BRANCO			PARDO			PRETO			INDÍGENA			
		FA	FR	IC	FA	FR	IC	FA	FR	IC	FA	FR	IC	
Candendês	91	15	16,5	7,6	19	20,9	20,6	56	61,5	10,0	1	1,1	2,1	
Com. Purí	98	17	17,3	7,5	25	25,5	20,7	13	13,3	6,7	43	43,9	9,8	
		1.038										66	2,2	0,5

Fonte: **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 15 **Obs:** FA significa frequência absoluta e está relacionada a números cardinais, inteiros e absolutos. No entanto nas tabelas seguintes apareceram também as **FR's** que são frequências relativas à porcentagem de pessoas que responderam as questões dos questionários em relação ao número absoluto, e em algumas outras tabelas a sigla **IC** que representa o intervalo de confiança que é uma margem de possibilidade tanto para acima quanto para abaixo da frequência relativa.

Ao destacarmos a região do Candendê na tabela, verificamos que 15 dos 91 entrevistados se declararam brancos, 19, pardos; 56, negros e 1 se declarou indígena. É importante frisar esses números dentro de um universo de 574 moradores, segundo os últimos dados do Presidente da Associação do Candendê, o que pode alterar o resultado da análise. Em princípio, muito válido constatar que dos entrevistados para o diagnóstico, a grande maioria se reconheceu como negra ou parda, o que corrobora o pensamento de Fanon quando este autor afirma que, “[...] enquanto um negro estiver em casa, não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinais, confirmar seu ser diante de um outro.”<sup>90</sup>

Em 2018, a TV Integração, canal de televisão realizou uma reportagem na cidade de Barbacena, incluindo na localidade dos remanescentes de Quilombo Candendê, para ser transmitida no ar, no dia 20 de novembro, em comemoração ao dia da Consciência Negra. Apesar dos percalços quanto ao tempo frio e chuvoso que dificultou as filmagens na região, o trabalho foi um sucesso, saltando aos olhos a entrevista da Sra. Aparecida Jussara do Nascimento, mais conhecida como Dequinha, pela emoção com que essa passou a relatar à repórter a luta diária vivenciada na comunidade, e que muito revela o enfrentamento do negro no Brasil. Em suas palavras,

**Antigamente eles não lembravam dos negros, né!** Agora, tem o dia da consciência negra, né! Muita gente comemora. **Nós negro também somos gente, nós** (sic) somos humanos. Antigamente, tinha muito racismo, **um preto não poderia fazer faculdade, não podia ter nada, se tivesse um carro era ladrão.** Hoje não, [choro], emocio porque muita gente sofreu, na escola, às vezes, os vizinhos brancos falavam: negros não vai (sic) pra frente. Então a gente chora.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 103

<sup>91</sup> Entrevista filmada da Sra. Aparecida Jussara do Nascimento pela TV Integração (MGTV) 1. Edição, em 21 de novembro de 2018. <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/t/edicoes/v/familias-relembra-historia-do-quilombo-dos-candendes-em-barbacena/7176814/>

Ao trabalharmos com a formação de palavras, pautado em Pollak, passamos a observar o emprego de prenomes e pronomes na frase. Para ele, alguns indicam uma aproximação entre o narrador e o fato narrado, enquanto outros mostram a busca pelo distanciamento e a reprovação como Dequinha demonstra ao falar do sofrimento de seu povo. O autor ao analisar as memórias dos campos nazistas de concentração, observou o emprego, nos relatos, da primeira pessoa do singular, o pronome eu, como forma de identificação pessoal com o fato; já a primeira pessoa do plural, nós, mostrava do entrevistado, seu pertencimento a um grupo, com provável capacidade de ação coletiva; quanto à terceira pessoa do singular “on”, que podemos traduzi-la como “a gente” em português, demonstra a impotência da coletividade frente àquele obstáculo.<sup>92</sup> Nesse sentido, a linguagem se transforma com as pressões que sobre ela exerce a experiência, e que devem ser observadas.

Assim, o uso por Dequinha da palavra “ele” na frase, “[...] antigamente ‘eles’ não lembravam do negro. [...]” pode ser num um sentido de reprovação e uma busca de seu distanciamento dos agentes do racismo. Quanto ao “nós” empregado por ela na frase “[...] Nós negro também somos gente [...]”, vem com uma entonação política de ação coletiva em prol da igualdade humana. Assim, nos deparamos com o termo “negro” e a sua dualidade de significado. Aimé Césaire, ao fundar um jornal “O estudante negro”, em 1934, destaca em seus escritos pela primeira vez, o termo negritude. Para ele, era um conceito que buscava rejeitar o projeto Francês de assimilação cultural e a desvalorização da África e sua cultura, tão caras ao poeta. Em suas palavras, “[...] a negritude aos meus olhos, não é filosofia. A negritude não é metafísica. A negritude não é desprezível concepção do universo. É uma maneira de viver a história dentro da história.”<sup>93</sup> Ambos, Césaire e Dequinha, mostram a dualidade da palavra, e buscam positiva-la com a reafirmação de si, de suas vivências, memórias e culturas coletivas acumuladas por gerações, e que, apesar de fragmentadas pela brutalidade da travessia e qualificação da carne humana como coisa, eles retomam o sentido da negritude, como uma “reviravolta espetacular” de resistência. “Nós negros também somos gente!”

A memória individual é constituída de diferentes planos: uma memória consciente, em que lembranças e experiências são mantidas à disposição, indicando quanto uma pessoa sabe de si mesma, qual o nível de sua autoestima e como lida com os “pertences guardados no

---

<sup>92</sup> POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p.3-15, 1989. p. 238-244.

<sup>93</sup> CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Coleção Vozes da Diáspora Negra, Volume 3. (Org.) Carlos Moore. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p.108.

armário da vida”, e a economia da memória que se constitui de elementos bastante heterogêneos: alguns inertes, outros latentes; em parte sobredeterminados, portanto inacessíveis, em parte dolorosos; por isso esquecidos no fundo do baú. Já a memória funcional é seletiva e atualiza apenas parte do conteúdo possível de recordações.<sup>94</sup> Ao creditar a “um preto” os preconceitos sofridos, ela separa as ações do tempo passado do seu tempo vivido e, de forma indireta, liga suas experiências pessoais aos seus semelhantes.

Dequinha seleciona fragmentos da memória para denunciar o preconceito racial sofrido por seu grupo. Não se coloca na cena dos fatos, possivelmente, pela dor e pelo constrangimento que lhe causam. Sua memória é, ao mesmo tempo, seletiva, como se partes fossem apagadas para evitar dores. Beatriz Nascimento, ao denunciar os mecanismos do racismo, traz, de forma poética, o corpo negro sendo um território de memória da diáspora e da resistência.

Entre luzes e som, só encontro meu corpo a ti.  
Velho companheiro das ilusões de caçar a fera.  
Corpo de repente aprisionado pelo destino dos homens de fora.  
Corpo-mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras.  
Que limitam a conquista de mim.  
Quilombo mítico que me faça conteúdo de sombra de palavras.  
Contornos irrecuperáveis que minhas mãos tentam alcançar.<sup>95</sup>

Ambas as mulheres, Beatriz e Dequinha, denunciam a opressão sofrida pelo corpo negro em estilos diferentes, mas com a mesma sonoridade de dor e resistência. Para a primeira, historiadora e escritora das próprias vivências, o corpo é identidade, definindo-se em seu fenótipo, a experiência da diáspora e a sua transmigração da senzala para o quilombo, do campo para a cidade. Ele é a memória do rapto de um povo da África que, posteriormente, foi jogado nos porões negreiros, acorrentado nas senzalas e obrigado a trabalhos forçados. Mas ele, o corpo negro é, também aquele que foge, que conquista tranquilidade num quilombo, dentro de um terreiro afro-brasileiro e nas batidas do funk. Para ela, o corpo é, sim, a memória da dor, como também o é de fragmentos de alegria, de toques carinhosos nos cabelos, dos movimentos corporais de antepassados em seus trabalhos, em sua arte e na própria vida.<sup>96</sup> Para Dequinha, mulher quilombola com poucos anos de estudo, é o corpo que denuncia a cor como forma de opressão, desumanização e exclusão social. Mesmo que o homem de cor

---

<sup>94</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011, pp.147-8

<sup>95</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006, p. 50

<sup>96</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica...;** 2006, p. 66

alcance um patamar elevado econômica e intelectualmente, ainda assim, poderá ser confundido com ladrões, nem terá o “privilegio” de se graduar com tranquilidade. Mas na história, quem roubou de quem? É nítido no racismo cotidiano, a inversão dos papéis, com o uso da negação, [a qual] é usada para legitimar estruturas violentas de exclusão racial. Enquanto o negro, retirado à força de sua continuidade histórica na África e trazido para a brutalidade da escravidão, o sujeito branco opressor torna-se a vítima, ao transformar o sujeito negro em inimigo intrusivo e ameaçador.<sup>97</sup> Ângela Davis, em estudos sobre raça e feminismo, afirma a necessidade de as pesquisas sobre o tema envolverem na análise uma “[...] consciência em relação ao capitalismo, racismo, colonialismo, pós-colonialidades, capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos [...]”.<sup>98</sup> Dequinha não só denuncia os preconceitos de raça, como os liga aos preconceitos de classe e de gênero.

Para Grada Kilomba, a branquitude é construída como ponto de referência, diferenciando os demais grupos. Para ela, ninguém é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação. Essas diferenças são construídas hierarquicamente, ou seja, pelos detentores do poder econômico, político e social. O preconceito é a junção da diferença associada a hierarquia das classificações. E o racismo surge a partir da combinação do preconceito com o poder.<sup>99</sup>

Um poder visível no quesito raça e sexo verificado também pelo diagnóstico do Instituto Cultural Primeiro Quilombo. Em seus dados, é possível constatar maior número de mulheres negras respondendo às entrevistas na Comunidade Candendê, as quais afirmam estarem fora do mercado de trabalho. Das 91 pessoas entrevistadas, 54 eram mulheres e 37, homens.<sup>100</sup> Ao relacionarmos sexo e raça, as mulheres pardas e negras são as que mais aparecem para a entrevista na localidade.

Tabela 2 – Raça e Sexo

LOCALIDADES	RAÇA X SEXO															
	BRANCO				PARDO				PRETO				INDÍGENA			
	FEMININO		MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO		MASCULINO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Candendês	8	8,6	7	7,6	10	10,8	9	9,7	35	38,0	21	22,8	1	1,0	0	0

Fonte: **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, pp. 16-7

<sup>97</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.34

<sup>98</sup> DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma constante**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p.

<sup>99</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 76

<sup>100</sup> SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 16

Os resultados são diferentes dos encontrados por Davis, nos EUA, onde as mulheres negras em número maior do que as brancas, trabalhavam fora de casa.<sup>101</sup> Há na comunidade de Ponto Chique, mais moradoras negras (pardas e pretas) do que brancas, fator que contribui para o percentual maior deste grupo no recebimento dos recenseadores da ONG. Mas, são elas, mulheres negras do Candendê, que também relatam, como Dequinha, não terem acesso contínuo ao mercado de trabalho. Uma das principais justificativa deve-se a baixa escolaridade desta população, em razão das dificuldades de acesso ao ensino médio e ao técnico. Fatores como distância, baixos rendimentos salariais e trabalhos na lida da roça dificultam a continuidade dos estudos. Das 91 pessoas entrevistadas, 45 têm apenas o ensino fundamental I; 29, o ensino fundamental II; 17, o ensino médio. Apenas um dos entrevistados do Candendê afirmou possuir curso superior.<sup>102</sup> O racismo ultrapassa questões de gênero, a sua opressão é tão brutal, que acaba por minimizar as questões de gênero. Ocupando o terceiro espaço, as mulheres negras ocupam “um vácuo de apagamento e contradição ‘sustentado pela polarização do mundo em negros de um lado e mulheres do outro.’”<sup>103</sup>

Os homens negros da comunidade, em sua maioria, exercem funções ligadas à agricultura e à pecuária em terras de antigos fazendeiros ou dos recém-chegados italianos. Quanto às mulheres, as que não conseguiram trabalhar como caseiras com seus maridos, nas fazendas da região, seguem para a cidade com o objetivo de trabalhar como domésticas, ou como diaristas, ou, enquanto não aparece ocupação que lhes garanta ajuda financeira, ajudam no serviço do lar e na própria roça, como relata Dequinha.

Viver aqui é muito gostoso. Aqui é sossegado, minha rotina é casa e serviço da roça, outro serviço aqui não tem, né? Se a gente não pôr (sic) a mão na massa, a gente não tem nada. Pra mim, minha casa hoje é uma mansão, eu e meu esposo, e graças a Deus, compramos outro terreno. Meu marido trabalha no retiro, e eu sou diarista, porque não tem serviço, nosso serviço é pôr a mão na terra.<sup>104</sup>

---

<sup>101</sup> DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013, p. 10

<sup>102</sup> Na comunidade dos Candendê existe a Escola Municipal Visconde de Carandaí, que atende às crianças até o 9º ano. Para cursar o ensino médio, os alunos devem se deslocar até a Escola Estadual Gabriela Andrade que fica na Colônia Rodrigo Silva, a 12 km da comunidade. Não existe EJA na localidade, nem Institutos Técnicos, nem Faculdades, sendo necessário aos moradores se deslocarem até à Colônia ou à cidade de Barbacena para frequentar esse espaço de ensino. SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 31

<sup>103</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.98

<sup>104</sup> Entrevista filmada da Sra. Aparecida Jussara do Nascimento (Dequinha) pela TV Integração (MGTV) 1. Edição, em 20 de novembro de 2018. <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/t/edicoes/v/familias-relembra-historia-do-quilombo-dos-candendes-em-barbacena/7176814/>

Apesar da referência positiva que Dequinha faz do lugar onde mora, deixa escapar a decepção de não possuir um emprego, afirmando ser necessário pôr a mão na massa, ou seja, trabalhar na horta, na granja, na terra para ajudar no sustento diário e compartilhar com o esposo os recursos necessários para a vida familiar. Informa ainda sua profissão de diarista, contudo deixa transparecer a frustração de nem sempre ter esse recurso financeiro à vista. Ao retornar aos textos de Beatriz Nascimento, a historiadora nos alerta de que, mesmo com a expansão da indústria ocorrida no Brasil dos anos 30 e, com isso, a flexibilização nas estratificações sociais, essa ocorre mantendo os papéis sociais distintos, relacionados a diferentes grupos étnicos, e o fator racial será primordial para demarcar esses novos espaços de trabalho.<sup>105</sup> Com esse fato, o papel do negro, em especial da mulher negra, será visto como uma continuidade do sistema escravista, em trabalhos na roça ou em casas de famílias. Funções essas que, em momentos de crises econômicas, serão fortemente atingidas. Para Barbacena, a pesquisa do diagnóstico étnico-racial da ONG trouxe dados de desemprego desanimadores. Dos 2.892 entrevistados, com 1.972 respostas válidas, 893 pessoas, ou seja, 45,5%, afirmaram estar vinculadas a um emprego fixo. Contudo 1.079, ou seja 54,5%, disseram estar desempregadas.<sup>106</sup>

A baixa escolaridade, com níveis médios e baixos de qualificação, é demonstrada na tabela como a mais frequente, nessa população periférica. A função de empregada doméstica, entre as mulheres, foi a profissão mais citada nas regiões analisadas no diagnóstico, chegando a 72 % do total.<sup>107</sup> Para o Candendê, no momento da entrevista, elas não se encontravam no momento em casa. As funções de pedreiro e de servente, as quais também requerem menor qualificação e são realizadas majoritariamente por homens, foram as mais citadas pelos moradores encontrados em casa na localidade do Candendê.

Tabela 3 – Relação de profissões dos moradores do Candendê

LOCALIDADES	ENTREVISTAS VÁLIDAS	PROFISSÃO							
		DOMÉSTICA		ESTUDANTE		PEDREIRO		SERVENTE	
		FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
Candendês	3	0	0,0	0	0,0	2	66,7	1	33,3
Com. Puri	5	0	0,0	5	100	0	0,0	0	0,0

Fonte: **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p.35

<sup>105</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006, p. 103

<sup>106</sup> SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p. 35

<sup>107</sup> Idem, p.35

Existe uma relação intrínseca entre escola, evasão e empregos com baixa especialização. Em se tratando de regiões marginais, com número elevado de população negra, a evasão se relaciona à falta de representatividade, ao racismo, às escolas com estruturas físicas e humanas deficitárias e às condições familiares dos alunos. Em *Becos da memória*, Conceição Evaristo narra, de forma realista, esses conjuntos de fatores como causadores do desestímulo escolar. A escritora traz para a narrativa literária contemporânea personagens negras como sujeitos. A protagonista Maria-Nova é a grande articuladora de uma nova forma de ver a mulher negra como autora e narradora de sua história. Moradora de uma favela, cresce com as memórias familiares narradas por parentes, como as do tio Totó e da tia Maria -Velha, fundamentais em seu processo de formação. Será a partir dessas vivências e das “pedras pontiagudas que os dois colecionavam”<sup>108</sup> que Maria se vê diplomada.

Como aborda Miriam Santos, os exemplos e os ensinamentos dos mais velhos da favela chamam a atenção de Maria-Nova “[...] para as necessidades de seu povo, como também para a preservação de suas memórias.”<sup>109</sup> A favela será sua “escola-mundo” e, neste sentido, Maria passa a sentir desconforto com o discurso historiográfico escolar, no qual o negro é apresentado como vencido, escravizado, subalterno ou simplesmente objetivado. Ela não se vê representada por aquelas histórias, sente vontade de dizer à professora que, para ela, a casa-grande é o bairro nobre ao lado, e a senzala, a favela onde mora. Mas Maria-Nova não vê espaços para o diálogo dentro de uma narrativa positivista, nem se sente confortável de dialogar com a professora, já que esta não se mostra disposta a relacionar a história do tempo presente com o passado.<sup>110</sup>

Maria-Nova expõe um problema social abrangente, ligando o abandono escolar às relações étnico-raciais, o que nos traz de volta Dequinha, ao citar a dor do racismo vivenciado pelos seus em determinados setores, inclusive na escola. “[...] No texto, Conceição Evaristo questiona, por meio da literatura, como a baixa escolaridade da população negra sustenta uma relação racismo-exclusão.”<sup>111</sup> A ausência de políticas públicas voltadas para a diminuição dos preconceitos e das desigualdades sociais nos espaços do saber visa articular, com os grupos hegemônicos, no poder desde sempre, o statu quo de submissão da população negra, em especial da mulher negra, historicamente direcionada aos subempregos.

---

<sup>108</sup> EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

<sup>109</sup> SANTOS, Miriam Cristina. **Intelectuais Negras**: prosa negro-brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p.104

<sup>110</sup> SANTOS, Miriam Cristina. **Intelectuais Negras...**; 2018, p.107

<sup>111</sup> SANTOS, Miriam Cristina. **Intelectuais Negras...**; 2018, p.111

O termo racismo também foi questionado no diagnóstico da ONG Primeiro Quilombo. Infelizmente, a instituição escolar, local designado ao conhecimento, ao respeito às diversidades, à valorização cultural, tendo uma legislação complementar voltada à cultura afro-brasileira, com implementações da lei 10.639 de 2003, aparece como sendo o local de maior concretude dos preconceitos raciais. Dos 2.892 entrevistados em Barbacena, 2.001, ou seja, cerca de 69,2 % das pessoas, disseram ter sofrido preconceito em relação às suas características africanas, sendo a escola e a universidade os locais de maior incidência. Esses valores subtraídos apenas para o espaço territorial do Candendê, como mostrado abaixo, preservam ambas instituições – escola/universidade, como locais de maior incidência do racismo.

Tabela 4 – Locais de maior incidência de preconceitos raciais aos moradores do Candendê

LOCALIDADES	SE SIM, EM QUAL AMBIENTE?					
	ESCOLA/ UNIVERSIDADE	TRABALHO	HOSPITAL	IGREJA	SUPERMERCADO	LOJAS
	F.R.	F.R.	F.R.	F.R.	F.R.	F.R.
Candendês	44,5	22,6	8,4	16,5	12,2	16,5
Com. Puri	-	-	-	-	-	-

Fonte: **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico...**, 2017, p.32

O “alerta” é claro. Tornam-se urgentes medidas efetivas no combate ao racismo, principalmente nos bancos escolares. Em Candendê, apesar do reconhecimento da comunidade pela Fundação Palmares, em 2012, como quilombola, não houve alterações, na política municipal, no tratamento de sua cultura e de sua memória. A escola existente, chamada Escola Municipal Visconde de Carandaí, apesar de toda a dedicação de seus diretores e professores, não atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, como descrito na Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, mesmo já sendo inscrita no MEC como escola quilombola.

Figura 6 – Escola Municipal Visconde de Carandaí do Distrito de Ponto Chique do Martelo



Fonte: foto da autora tirada ao visitar a instituição.

Para Soares, no que tange ao currículo escolar quilombola, “[...] é importante buscar conexões entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais e a inserção no mundo do trabalho.”<sup>112</sup> As sequelas da escravidão são os racismos-preconceitos, aliados ao abismo socioeconômico entre brancos e negros. A legislação educacional no Brasil foi legitimando uma forma estereotipada, a ponto de virar mito no imaginário social. Grupos foram tornados invisíveis e deformados por conceitos de opressão histórica. Em contrapartida, a Escola Quilombola traz, às páginas dos livros didáticos, o protagonismo negro, tornando, de forma afirmativa, o agenciamento de histórias tradicionais e a reparação da marginalização de um povo. Como lembra Soares, a base das ações políticas afirmativas tem origem nos EUA, onde todo um aparato constitucional foi utilizado para reparar danos causados pelos sistemas escravistas, a uma “[...] população afro-estadunidense, visando a expansão da classe média assalariada e com poder aquisitivo, seja pelo acesso diferenciado ao ensino superior, seja pelo acesso diferenciado ao emprego público.”<sup>113</sup>

A universalização da educação não pode continuar sendo utilizada como pano de fundo para a não implementação de um direito legal a grupos que tiveram sua história, cultura, memória, tradição excluídas das salas de aula. As diferenciações sociais cimentadas há anos tiveram, como pasta básica, os bancos escolares, com profissionais despreparados no trato com as diversidades étnico-culturais. A implementação da Escola Quilombola no

<sup>112</sup> SOARES, Edimara G. **Educação Escolar Quilombola**: reafirmação de uma política afirmativa. ANPED-UFPR. Curitiba-Paraná, 24 a 27 de junho de 2016, p. 6

<sup>113</sup> SOARES, Edimara G. **Educação Escolar Quilombola...**; p.8

Candendê não visa a exclusão dos demais grupos étnicos que a frequentam, mas, sim, uma ampliação de métodos e planos que priorizem toda diversidade.

Weimer, na tese “A gente de Felisberta”, analisa tanto as memórias do cativo e da pós-abolição de uma comunidade localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, conhecida como Osório como suas relações com a antiga fazenda do Morro Alto. A partir de histórias orais, análises de nomes e sobrenomes e de experiências de gênero e raça, o autor questiona sobre o conceito de Racialização e como ocorre o aprendizado da cor na referida região. Para ele, o abandono escolar pelos anciãos da comunidade não está ligado apenas à preferência da professora pelos alunos brancos, pelos que melhor se vestem para frequentar o ambiente. Está ligado também à necessidade dos filhos mais velhos de colaborarem nos afazeres domésticos e laborais dos pais, deixando aos mais novos o “privilégio” de anos a mais no currículo escolar.<sup>114</sup>

Beatriz Nascimento observa que o conflito não manifesto na contemporaneidade, encara-se com o racismo gritante na educação e no mercado de trabalho. Para ela, em vez de políticas públicas adequadas para minimizar as estatísticas negativas da população negra nestes dois setores, perpetuam-se, enquanto isso, “[...] opções do tipo jogador de futebol e sambista para aqueles que lutam pela ascensão social.”<sup>115</sup>

O tornar-se agente da própria vida demanda atitude; demanda principalmente conhecimento do eu e de sua relação com o outro e com o mundo. Dequinha não parece ter tido apoio da escola para seu crescimento e sua conscientização como mulher negra, periférica e quilombola. Tal consciência veio com sua entrada na Associação comunitária, com a demarcação e a titulação do Candendê junto a Palmares, onde as demandas sociais e políticas passaram a fazer parte de seu enredo. Em suas palavras,

**A Associação é que trouxe esta história pra nois [sic]. Nois [sic] nem sabia que éramos quilombolas[...], vians [sic] os muros de escravos por aí, mas nem sabia, [...] foi bom porque eu participei da associação e foi muito bonito, né!** Porque nossos antepassados sofreram muito, né! Aqui na comunidade, nós com a mão na massa, né! Tem que trabalhar, não tem outro serviço, é só plantação mesmo. Tem que mexer com a enxada, com a foice, do mais novo ao mais velho. Nossos antepassados sofreram muito, né! **Eu morava numa casinha de pau a pique**, era de capinho [sic]. Hoje evoluiu muito, nois [sic] não tinha água, era lamparina a luz, eu não alembro [sic] muito bem dos meus avós, mas do meu pai e a minha mãe

---

<sup>114</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p. 91

<sup>115</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**, 2006, p. 107.

contava, era muito ruim, não tinham onde morar, iam pra um lugar e para outro, trabalhava para os fazendeiros. Agora não, agora nois [sic] evoluiu!<sup>116</sup>

A Sra. Aparecida, vulgo Dequinha, por meio de palavras, demonstra orgulho de ser quilombola, descobrindo sua identidade étnica, ligada ao sentimento de pertencer a um grupo atrelado a um território<sup>117</sup>. Neste momento, Candendê passa a representar um símbolo de resistência, recompensa ao sofrimento dos antepassados e dos atuais moradores que, por anos, se viam e ainda se veem esquecidos à margem da rodovia MG 388. Os muros construídos pelos escravos, que antes nada lhe diziam passaram a ter novo significado de dor e ressignificação de sua própria história. Com a expressão “foi bonito”, ao afirmar sobre sua participação na Associação da Comunidade, denota a consciência de ser um agente histórico e transformador de seu meio. O território, agora Candendê, não mais apenas Ponto Chique do Martelo, passa a exprimir todo o conflito entre o local e o global, entre a escravidão e a liberdade, entre a opressão e a resistência, onde Dequinha e os outros passam a ser peça fundamental para mudanças e conquistas sociais.

A seletividade da memória observada na trajetória individual, é o mapeamento das redes de relações do lugar presente, do narrador, e dos lugares ocupados por suas construções do passado.<sup>118</sup>

A quilombola se lembra da fala dos pais, e provavelmente, de sua própria vivência de tempos ruins, sem lugar fixo, atrelada aos serviços temporários em fazendas locais. Como aborda Little, a memória que cada grupo específico constrói de sua memória coletiva depende das histórias de migrações que esses realizaram no passado. A memória espacial nem sempre é a mesma do lugar de origem do narrador, contudo torna-se seu cerne atendendo a novas circunstâncias e movimentos.<sup>119</sup>

Parafraseando Neusa Gusmão,

O negro faz parte de uma terra singular, uma terra que possui e da qual é possuído. Sua história nela se inscreve e ele próprio enquanto negro, nela, terra, encontra-se inscrito [...], sua relação com ela [terra] é centrada em ritos, mitos, lendas e fatos.

---

<sup>116</sup> Entrevista filmada da Sra. Aparecida Jussara do Nascimento (Dequinha) pela TV Integração (MGTV) 1. Edição, em 21 de novembro de 2018. <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/familias-relembra-historia-do-quilombo-dos-candendes-em-barbacena/7176814/>

<sup>117</sup> MALCHER, Albenize F. **Identidade Quilombola e Território**. Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de janeiro, 2009.

<sup>118</sup> MATOS, Hebe M. **Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil**. Niterói, Tese de professor Titular UFF, 2004, p.17

<sup>119</sup> LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002, p. 11

Memórias que contam sua saga, revelam a sua origem e desvendam, além da própria trajetória, a vida em seu movimento.<sup>120</sup>

Candendê é a casa para o corpo negro cansado de vagar, é o território circunscrito com as lembranças de familiares, com suas mãos machucadas a cada muro levantado. É também os vestígios de um corpo, de uma fala, de um modo de ver a vida. Candendê professa seus deuses do além-mar e que, mesmo com a brutalidade vivenciada, não se apaga.

A titulação de Palmares trouxe o passado à tona dentro da comunidade, contudo ela continua na margem dos dados do diagnóstico do Etnocenso, com reivindicações que vão além dos inexistentes asfaltos de suas ruas e da coleta de lixo. Sua população necessita ser inserida no mercado de trabalho e obter melhor qualificação, trazendo aspectos positivos tanto no pessoal quanto no coletivo. No pessoal, com o aumento da escolaridade, da renda, da qualidade de vida; no coletivo, com o fortalecimento da comunidade, com o surgimento de mais líderes capazes de continuar o legado, iniciado pelos membros da Associação. Apenas a titulação, sem política efetiva de melhorias internas que responda pelos anseios da comunidade, passou a ser utilizada como arma de conflito entre pequenos latifundiários interessados nas terras locais. Desde 2012, dissidências no grupo racharam o sonho de um quilombo reconhecido e valorizado por sua história, luta e unidade.

Alguns moradores, sem perspectiva de melhoria, entram no jogo de descendentes de antigos fazendeiros escravagistas do passado e de imigrantes italianos instalados ao redor do quilombo, trocando com ambos seus parcos alqueires de terras por alimentos, utensílios e empregos.

Na contramão desse processo de desintegração, vê-se a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Comunidade do Candendê a estabelecer parcerias com grupos de pesquisadores, com instituições e movimentos que buscam o fortalecimento pessoal e econômico de Ponto Chique. Senac-Minas, Ifsudeste, UEMG são algumas das instituições que disponibilizaram técnicos e cursos profissionalizantes aos moradores, sendo as mulheres os principais alvos a que os projetos de vida se destinam, visto serem elas, historicamente, as primeiras afetadas pelos desemprego, baixa escolaridade, gravidez precoce e sexismo.

---

<sup>120</sup> GUSMÃO, Neusa M. **A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo**: uma luta, muitas lutas, Tese (Doutorado). Depto. de Antropologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1990(mimeo), p.145

## 1.6 – Projetos de vida: em busca da paz quilombola

Como nos lembra Ângela Davis, no período escravagista, o trabalho era considerado força e produtividade dos negros, debaixo de chicotes e humilhações. A opressão a homens e mulheres poderia ser equiparada. Contudo, as mulheres sofreram ofensas diferentes: abuso sexual e outras barbaridades infligidas a elas. Não eram vistas, aos olhos dos donos, como mães absolutas. Eram apenas um instrumento que garantia o crescimento da força produtiva. “[...] as suas crianças podiam ser vendidas para longe delas como se vendiam as crias de animais.”<sup>121</sup>

A desumanização da escravatura empreendida pelos senhores escravocratas não era diferente no Brasil. Alguns senhores, mesmo com a proximidade da morte, mantinham sua percepção econômica sobre as mães cativas. Nos testamentos analisados para o Termo de Barbacena, em meado do século XIX, observamos que certos testadores deixavam descritos em seus codicilos, a distância que havia entre a mulher negra escrava e a mulher negra mãe. Caso como o do Senhor João Alves Sirino é enfático neste aspecto. Homem solteiro, afirma, em seu documento, possuir uma escrava de nome Roza, e com quem tem um filho de nome Anastácio, a quem libertou na pia batismal. Diz reconhecer o ingênuo como filho e como seu único herdeiro. No entanto, Roza, apesar de mãe do filho do senhor, foi mantida em cativeiro, e sua liberdade se daria depois da morte do testador, com condições. A escrava mãe que, no momento da escrita do documento, era casada com um dos escravos de João, de nome Francisco, teria sua liberdade condicionada à morte do senhor, mas somente depois de ela e o esposo servirem “[...] ao herdeiro ao tempo de dez anos e passados esses anos, receberá (sic) a carta de liberdade.”<sup>122</sup>

Não foi possível descobrir o desfecho da vida de Roza, devido ausência de fontes tais como contas testamentárias, processos de liberdade ou cartas de alforria, com nome de algum dos envolvidos na história e que pudesse confirmar ou não a conquista pela liberdade integral. Contudo, a história narrada confirma a visão ambígua do senhor quanto ao papel de Roza. Mesmo sendo mãe do herdeiro, continuava escrava deste. O tratamento recebido por ela e por tantas outras escravas mães, de seus senhores, era instrumental, objetivo, mecânico, como se a função dessas mulheres fosse apenas procriar, sem algum vínculo materno.

---

<sup>121</sup> DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013, pp.11-2

<sup>122</sup> SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888)**. Dissertação de Mestrado. UFSJ, 2014. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoRoseliSantos.pdf>

O professor Eduardo de Assis Duarte, em “Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade”, chama a atenção para a esterilidade de mulheres negras na Literatura Brasileira. A pele negra, segundo o autor, vem esculpida num pensamento ainda patriarcal, escravocrata, destinada ao prazer carnal, deixando visível, como marca, um sutil aleijão biológico que seria a infertilidade.<sup>123</sup> É um aleijão que remonta aos pensamentos da casa-grande, com a “[...] ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral. Mata-se (sic) no discurso literário, a prole da mulher negra.”<sup>124</sup>

A democracia racial é trabalhada de forma convoluta na busca da manutenção de uma mentalidade opressora, dissimulada e transgressora, que tenta manter o negro submisso e apático frente aos seus direitos históricos. Estereótipos são ressaltados, buscando deixá-los aquém de uma ascensão socioeconômica. As mulheres negras, como desvendado historicamente, elas retiradas do afã de mães, passam a ser observadas com olhares paternalistas e machistas. Para Davis<sup>125</sup>, empregadores que pensavam estar quites com as pessoas negras, ao preferi-las como criadas domésticas, no lugar das mulheres brancas, na verdade buscavam manter essa população no lugar que sempre imaginaram ser destinado a elas. O racismo e o sexismo são armas camufladas e poderosas, utilizadas há anos, para manter a ordem da classe dominante. Assim, chegamos a vivenciar, mesmo que em época distante, o colonialismo. Passado e presente são perceptíveis na tentativa da continuidade das agressões vivenciadas no período escravista. “[...] cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado).”<sup>126</sup>

A busca pela quebra desse modelo opressor que aflige, há anos os moradores da Comunidade dos Candendê, deram-se de forma voluntária em concordância e parceria com a Associação do quilombo. Projetos como “Mulheres Mil”, em 2012, ocorreram no IFSudesteMG, com técnicos ministrando aulas de culinária às mulheres de Ponto Chique, principalmente voltado à cocção de biscoitos caseiros. Apesar do número expressivo de alunas no curso, o projeto não seguiu adiante, nem se tornou fonte de renda contínua dessas mulheres.

---

<sup>123</sup> SANTOS, Miriam Cristina. **Intelectuais Negras...**; 2018, p. 82

<sup>124</sup> EVARISTO, Conceição. **Da representação à autorrepresentação da mulher negra na Literatura Brasileira**. Revista Palmares: cultura Afro-brasileira, ano I, nº 1, ago.2005, p.53.

<sup>125</sup> DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013, pp.70-1

<sup>126</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 158

A vontade de dar oportunidade de empreendedorismo aos moradores da comunidade fez surgir mais uma parceria com a Associação, em 2015, quando a Secretaria Regional de Educação, juntamente conosco e os voluntários, a artesã e historiadora Leiliane Moraes e o então presidente do Conselho de Patrimônio Cultural da Barbacena, Sérgio Cardoso Ayres articulamos o projeto “Mulheres do Candendê”. A intenção era, a partir de encontros mensais, resgatar a memória dessas mulheres e transformá-la em fomento econômico e turístico. A missão do projeto era buscar a geração de empregos e de renda para a comunidade, por meio da comercialização de produtos culturais de raiz e fazer a integração com o meio ambiente.

Para que a ação se firmasse, era necessário resgatar os sonhos e vontades dessas mulheres, sua relação com a localidade, com a história e com suas memórias. Assim, no dia 11 de junho, foi realizado o “Primeiro Encontro das Mulheres do Candendê”, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Aparecida, ponto referencial de eventos na região.

Figura 7 – Primeiro Encontro das Mulheres do Candendê



Fonte: arquivo pessoal, registrada em 11 de junho de 2015. Evento realizado pela autora em parceria com Sérgio Ayres e Leiliane Moraes e a SRE-Barbacena. Na foto, mulheres em roda, falam sobre atividades econômicas de interesse e a localização de suas moradias na comunidade.

A intenção era aprovar as festas juninas, com atividades variadas como danças folclóricas, rodas de conversas, narrativas de contos regadas a quentão e refrigerante, alimentadas com lembranças do passado, e um bom cachorro-quente. A expectativa era mapear e catalogar futuros empreendimentos que fossem de interesse da comunidade, além de estabelecer um elo de saberes entre seus moradores. Infelizmente, o projeto se encerrou na festividade, não conseguindo nós, seus idealizadores, articular uma nova data de encontros. A falta de experiência em empreender projetos de cunho socioeconômico, de mulheres líderes

que tomassem a frente do projeto e os poucos investimentos e parcerias jogaram um grande balde de água fria no empreendimento.

Em entrevista à TV Integração para a comemoração de 20 de novembro de 2018, o na época presidente da Associação do Candendê, Sr. Alexandre, destacou a dificuldade ainda enfrentada pela infraestrutura local e pela unidade dos moradores em torno do que é ser quilombola. Em suas palavras,

Hoje, eu acho que a comunidade quilombola tem que ter sua identidade territorial, mas primeiramente, ter sua identidade de educação. Tem que ter criança estudada, com saúde para futuramente, tocar o que é seu, que é a terra. Hoje, a gente está sendo visto. Hoje, parcialmente, pelo município, mas, a nossa comunidade sempre foi esquecida, né. Hoje que a gente tá mais visível, a mídia já tá (sic) vindo, a gente tem pessoas dentro do governo que briga (sic) pela nossa causa junto com a gente. Então, a gente vai conquistando alguma coisa dentro do município, né. Igual a escola, à gente tinha até o quinto ano, hoje, já vai até o nono, e esperamos que ano que vem, seja tudo aqui dentro da comunidade. Hoje, a gente sabe que a gente (sic) é remanescente de escravo. Só que porém, e a nossa cultura? A gente não saber da nossa verdade? Isso pra nós é uma perca (sic) que não tem reparação, entendeu? Mas cadê a nossa cultura? Foi esquecida, foi perdida. **Até hoje tem pessoas que têm resistência de falar o que a gente fazia, o que a gente fazia aqui dentro da comunidade. Tem medo de falar que é quilombola.**<sup>127</sup>

Alexandre traz, em sua fala, a necessidade de investimento na educação da comunidade, frisando a necessidade de melhorias e de ampliação do ensino na escola local. Ele dá respaldo aos indícios apontados pelo Etnocenso sobre a precariedade dos níveis de formação dos moradores, o que afeta a conscientização do que é ser quilombola.

A educação é o grande trunfo de descendentes de escravos na superação dos estigmas da escravidão. Fanon comenta sobre a dificuldade de certas pessoas de lidarem com sua negritude. Apesar de lançarem um olhar objetivo sobre a própria pele negra, são tantos os ataques vindos de fora, tantos fetiches, tantas teorias antropofágicas causando exclusão, que homens e mulheres se fecham em si mesmos, iniciando um autodesprezo de suas qualidades físicas.<sup>128</sup>

Para Fanon, o homem que possui a linguagem possui para além do mundo que ele carrega. Para ele, todo povo que nasce da inferioridade imposta pelo apagamento de sua cultura original passa a ter uma nova posição diante da linguagem opressora. É preciso identificar seus sinais, por meio de reflexões um pouco, mas um tanto complexas, para que

---

<sup>127</sup> Entrevista filmada do Sr. Alexandre José do Carmo pela TV Integração (MGTV) 1. Edição, em 20 de novembro de 2018. <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/t/edicoes/v/familias-relembra-historia-do-quilombo-dos-candendes-em-barbacena/7176814/>

<sup>128</sup> FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 106

não caiam no dilema: branquear ou desaparecer.<sup>129</sup> Daí, a importância de uma escola quilombola que trabalhe e analise ações e passividades diante dos conflitos de cor e do se reconhecer quilombola, numa comunidade majoritariamente negra.

Enquanto a ampliação do ensino e a mudança na grade curricular não acontecem na Escola Municipal Visconde de Carandaí, a Associação do Candendê vai empenhando sua energia na busca de projetos que resgatem a autoestima dos moradores. Desta feita, novo projeto com novos parceiros foram iniciados em 2017, obtendo um certo êxito.

O projeto “A fantástica fábrica de sabão quilombola Candendê”, pensado e coordenado pelas professoras Alcione Viana da Silva e Graziela Gonçalves do Nascimento, do Centro de Ensino Superior Aprendiz, instituição privada de ensino localizada em Barbacena, e com a minha colaboração, sensibilizaram-se com a atual situação dos moradores de Ponto Chique, devido ao alto número de desemprego, à baixa renda e à falta de infraestrutura, como a escassez de rede de esgoto em todo o perímetro. Iniciaram, assim, o processo de aproximação com os moradores e de coletas de informações sobre os resíduos deixados na natureza.

Em reuniões organizadas pelas próprias mulheres da comunidade, foi estabelecida uma linha de produção com materiais reciclados como óleos de cozinha, acrescidos de soda cáustica, para a fabricação do sabão. A logomarca e a rotulagem do produto deveriam trazer informações importantes ao consumidor como o registro símbolo do Candendê. As quase vinte mulheres aceitaram o desafio de iniciar uma nova atividade econômica que, futuramente, poderia se expandir e trazer melhorias na renda familiar. Além de palestras e oficinas sobre a produção do sabão, temas como a importância para a natureza da reciclagem do óleo de cozinha foram discutidos, aulas de matemática básica para vendas e lucros, confecções de rotulagens. As mulheres candendê tiveram momentos de reflexão sobre seu papel na sociedade, sua identidade quilombola e a importância da autoestima, assuntos ministrados por profissionais especializados de instituições como Centro Superior Aprendiz, Senac e Instituto Tecnológico Federal Sudeste – Campus Barbacena. Esses profissionais se dispuseram com boa vontade, a participar do projeto.

Os encontros ocorreram aos sábados, na sede paroquial da Igreja Nossa Senhora da Aparecida, localizada no quilombo. Restaurantes como O Sabor de Minas: forneceram galões de óleos usados como matéria-prima, e a escola Aprendiz se comprometeu a fornecer a soda até surgirem os primeiros lucros. A Associação do Candendê, junto com o Movimento Negro,

---

<sup>129</sup> FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 96

e o vereador local Sr. Carlos Augusto Soares do Nascimento conseguiram, com a Prefeitura de Barbacena, um estande na feira de artesanato, que se realiza todos os sábados no centro da cidade, para exposição e venda do produto.

Figura 8 – Projeto Fantástica Fábrica do Sabão Quilombola – Candendê



Foto: arquivo da autora. Na foto, mostra o produto final do projeto com os sabões e as logomarcas prontas para serem comercializadas.

Contudo, apesar dos esforços e entusiasmos iniciais, a participação das mulheres foi decrescendo com o passar dos dias, chegando a ter apenas duas na continuação do processo. O produto final foi apresentado numa feira científica do Instituto Federal de Barbacena, mas não chegou ao mercado consumidor. O projeto Fantástica Fábrica Sabão Quilombola Candendê, iniciado em 2017, encerrou suas atividades nos primeiros meses de 2018. O sentimento de impotência, frente às dificuldades de concretude de projetos pensados em parceria com a comunidade, transparece na fala do Sr. Alexandre.

[...] eu falo que minha comunidade tem muito a crescer. Só que tem muito a perder. São pessoas que não brigam por seus objetivos. **É pessoas que é liberto [sic]. Mas, é preso na mente. Ele continua sendo escravo.** Porque a pessoa que não tem a mente livre, continua sendo escravo. Ele não tem autonomia pra nada. **Livre é quando você tem disposição de lutar pelo seu povo e pelo seu objetivo.** Eu me cobro muito, por eu ser presidente e não poder fazer nada. Eu penso muito nos meus filhos e não só nos meus filhos, mas nos de todos. Eu como pessoa, eu sou presidente de uma comunidade. Eu sozinho, eu não [poder] fazer nada. **Porque se a comunidade empoderar-se,** apoiasse, apoiasse o povo que tá brigando pela comunidade, **nos seríamos muito grande.**<sup>130</sup>

<sup>130</sup> Entrevista cedida do Sr. Alexandre José do Carmo, em sua residência, em junho de 2019.

Alexandre, pautado na sua narrativa, traz o conceito de Racialização, com autoanálise do que é ser negro e agente político na transformação coletiva do quilombo. Entende e reconhece sua diferença como descendente de pessoas escravizadas, e os processos necessários para um enfrentamento às pressões que, ainda hoje, recaem sobre a população de cor. É importante lembrar que a proteção desses grupos inicia e termina com as ações dos próprios sujeitos envolvidos, na autoidentificação como quilombola, já descrito na legislação infraconstitucional e no compartilhamento dos destinos desse grupo, deslocando-se do modo passivo e resignado, tão decantado na historiografia e na mentalidade social, para um processo extremo de defesa e afirmação.<sup>131</sup>

Controlar a terra que tem é uma ação de grupo, definindo sua territorialidade baseada em limites étnicos, sejam eles vinculados a laços de parentesco, coparticipação de valores, práticas culturais e principalmente solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos.<sup>132</sup>

Little, no intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu território, traz o conceito de Cosmografia, para identificar toda uma relação para além do econômico com a terra. Essa simboliza a cosmovisão de mundo de um determinado grupo, baseado em laços afetivos, saberes ambientais, ideologias, história de sua ocupação guardada na memória coletiva, uso social do território e meios para sua defesa.<sup>133</sup>

O peso sentido e reclamado por Alexandre, como representante da Associação, torna-se agravante frente às pressões vividas pelos moradores do Candendê, com a chegada de imigrantes italianos que aumentam, a cada ano, seu espaço territorial de produção. A desintegração e passividade da comunidade servem como arma poderosa, aos potentados locais interessados nessas terras.

Além do mais, a contenda pela criação de novas políticas territoriais se dá entre atores de poderes desiguais. De um lado, existe um Estado poderoso, financiado pelo agronegócio e que detém os aparatos legais de controle social; do outro, múltiplos povos tradicionais economicamente marginalizados e politicamente desarticulados.

---

<sup>131</sup> FILHO, Tarcísio H. **Quilombola**: a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. Brasília, out-dez 2011, p. 158

<sup>132</sup> LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002, p. 9

<sup>133</sup> LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil.**; 2002, p.4

Como lembra Beatriz Nascimento, deve vir do negro a necessidade de “[...] esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis.<sup>134</sup>

Alexandre, em sua narrativa, retoma o sentido de liberdade para o século XXI. Ele, com pouco estudo e muita bagagem política e experiências de lutas sociais, conceitua de forma analítica e contrapõe a palavra liberto à palavra livre. Para o narrador, liberto é a pessoa que, apesar de solto dos grilhões do cativo, continua escravo em mentalidade, alienado, intelectualmente, frente a uma sociedade burguesa, que mantém o domínio dos meios de produção, incentiva a involução humana e social baseada na raça, na classe e no gênero; Já o homem livre é o ser empoderado, conhecedor de sua história, que se torna agenciador de mudanças para o meio em que vive; São o homem e a mulher que lutam contra a morte existencial, imposta por anos de escravidão, e se tornam revolucionários.

O líder da Comunidade do Candendê, de forma simples e prática, transmite o pensamento de Franz Fanon no que seria o despertar do eu. Fanon fala da importância de conceber a consciência de seu lugar num mundo marcado por contradições e lutas,

Desperto eu, homem, em um mundo onde as palavras se enfeitam de silêncio, em um mundo onde o outro endurece interminavelmente. Não, não tenho o direito de chegar e gritar o meu ódio ao branco. Não tenho o dever de murmurar meu reconhecimento ao branco. [...] Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade. Não quero ser a vítima da astúcia de um mundo negro. [...] Não sou prisioneiro da História. Não devo procurar nela o sentido do meu destino. Devo me lembrar, a todo instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a invenção na existência. No mundo em que me encaminho, eu me recrio, continuamente. Sou preto, e toneladas de grilhões, tempestades de pancadas, torrentes de escarro escorrem pelas minhas costas. Mas, não tenho o direito de me paralisar. Não!<sup>135</sup>

Fanon e Alexandre parecem gritar a importância de movimentação do povo negro, que deve pular as cercas da letargia impostas historicamente. Para o escritor e psicólogo, a História não deve servir como correntes de amarras aos grupos de afrodescendentes, que ora os inferioriza dentro da exclusão social, ora os vandaliza com fundos de ressentimentos que os retrocedem a conflitos interétnicos. O passado deve, sim, servir como lembrete de um tempo que não poderá voltar e, de arma em prol de mudanças sociais, busque a igualdade de direitos.

Alexandre conhece bem estas armas e as utiliza em proveito da unidade do Candendê. Tanto ele quanto outros, como Dequinha, conhecem, por meios diversos, seu lugar no mundo.

---

<sup>134</sup> RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica...**; 2006, p. 101

<sup>135</sup> FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 189

A Racialização frente ao mundo de fora, aos entraves feitos pelos brancos, aos outsiders, veio por uma consciência política de justiça social. Ele sabe da importância da comunidade para a cidade de Barbacena, que não a reconhece com valor. Cita, por duas vezes, a palavra empoderar, ratificando a necessidade de que toda comunidade deve reconhecer sua história e o valor socioeconômico que ela tem. Existe uma relação dialética entre texto e contexto, expectativa e realidade, entre as experiências vividas e a sensibilidade de perceber quão distante ou quão perto pode ser o futuro da localidade.

Quase um ano depois da entrevista cedida à TV Integração, esse pesquisador voltou à residência do Sr. Alexandre, na esperança de compreender os entraves que paralisam Ponto Chique do Martelo. Depois de fracassos de projetos de vida, que não foram adiante na comunidade, esta estagnou-se de forma a não continuar em coletividade com as reivindicações antigas, como mudança do nome do lugarejo e do nome da escola municipal. Em suas palavras,

(...) a nossa demanda hoje com a prefeitura é mudar o nome da escola e mudar o nome da comunidade, trazer o nome que era antes. A resistência da comunidade é essa, a gente não pode colocar Candendê, porque Candendê era um 'capitão do mato'. É igual eu falo: gente não importa o que ele era. Importa o que a comunidade é hoje, o que é a memória que ele deixou para a comunidade, é o nome que tinha. Ah não, nome amaldiçoado! Tem pessoas que tem birra dele sem conhecer e sem conhecer a história. Tem pessoas que julgam o Antônio Lourenço da Costa como vilão da história, e pessoas fortes que acha [sic]: ah não vamos trocar. Então, e até hoje, a gente não conseguimos [sic] trocar o nome da escola e o nome da comunidade, que pra mim como presidente da comunidade, como quilombola, é o ponto inicial pra nossa comunidade ter um rumo.<sup>136</sup>

O passado que uniu um povo em favor da titulação de Palmares, hoje é o entrave na sua unidade. O nome Candendê deixou, com o passar dos anos, de ser sinônimo de resistência para se tornar desconforto. A negação surgida no seio da comunidade e disseminada entre os seus não só dificulta as mudanças nominais, mas as conquistas onde só “a união tem a força”. Essa negativa não induz somente a um desconhecimento histórico da vida de Antônio Lourenço, como também, força uma análise mais profunda sobre as formas empreendidas por cativos para alcançar barganhas dentro do sistema escravista. A atual não aceitação do nome Candendê diz muito para além do seu valor simbólico de resistência, traz em si uma possível vergonha da forma pejorativa que a palavra recebeu dos potentados locais e do município.

---

<sup>136</sup> Entrevista cedida do Sr. Alexandre José do Carmo, em junho de 2019.

A recusa de ser candendê, mas continuar sendo negro parece buscar um distanciamento do imaginário de quilombolas arredios ou da desumanização promovida pela escravidão. Entender e aceitar erros e fracassos como processo de construção social e coletiva de um povo é algo que demanda um grau de autorreflexão. Perceber-nos como parte integrante do outro, esfacelado seu lado mais humano por uma sociedade dita civilizada, muitas vezes é doloroso. Mattos, ao analisar o diário e as cartas escritas nos últimos anos de vida por André Rebouças, um dos intelectuais abolicionistas mais estudados pela historiografia, trouxe, para a análise, como foi um processo doido para o intelectual o encontro com sua identidade racial.<sup>137</sup>

Para a autora, a identidade de André só se torna conhecida quando ele segue exilado para a África, entre os anos 1891 e 1893. Foi em Cannes, quando aguardava a morte do ex-Imperador brasileiro, a quem muito estimava, que o abolicionista se reconheceu pela primeira vez, como negro. O desalento com as perspectivas políticas do Brasil fá-lo seguir, em viagem, para à Europa e, em seguida, pela costa africana. Na África do Sul, depara-se com novas formas de escravização de seus semelhantes, despossuídos de suas terras pela exploração britânica e de sua humanidade pela segregação racial. Rebouças encontra no continente africano, depois de perdas e decepções, a identidade que não reconhecia no país de origem. Nas terras negras, não deixou apenas o corpo cansado das contradições dos seres humanos, mas também, a alegria do reencontro consigo.

Rebouças, apesar de abolicionista no Brasil, não se via como representante de um povo escravizado, marginalizado e sem direitos civis. Relacionando-se com a elite, conseguiu estudar e teve profissão renomada para a época. Mesmo lutando por um ideal de liberdade, distanciava-se da história de seus antepassados. Ele nos traz reflexões importantes sobre a comunidade do Candendê. É um povo resistente que tem sua trajetória já no século XIX, pautada em laços familiares, com culturas ainda não totalmente identificadas, mas que marcam sua singularidade, em relação aos fazendeiros e imigrantes italianos que o rodeiam. Pelo fato de desconhecer sua história, essa comunidade se vê a dismantelar e a tornar-se frágil diante das pressões econômicas que veem a terra apenas como algo produtivo de lucro e não como alma de um povo.

É preciso regressar no tempo para rememorar e para valorizar o momento presente e ter perspectivas positivas para o futuro. Antônio Lourenço, junto com outros homens de cor,

---

<sup>137</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe. **Histórias do Pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Vol. 1. Niterói: Ed.UFF, 2014, p. 14

com suas contradições e humanidades, foram responsáveis pela continuidade de um grupo cercado de “casa-grande”. A importância da relação memória e História, que não são sinônimos, deve-se a uma análise mais próxima da realidade enfrentada pelos homens em seu tempo. A História, ao contrário da memória, aposta na descontinuidade, no distanciamento, na problematização e reflexão desta. Para a História, a reconstrução do passado à luz de teoria só faz reinterpretá-lo, não se importando com o consenso, embora verifique seus conflitos.<sup>138</sup>

A relação de Antônio Lourenço com fazendeiros da região, fato que será mais bem estudado no capítulo três desta tese, denota formas de negociação que poderiam ocorrer dentro de uma sociedade assimétrica, em que agentes sociais transitavam entre grupos distintos, buscando melhorias para sua vida e seus descendentes.

Acreditamos ser desafio estudar a pós-abolição, não pelos caminhos escolhidos por livres e libertos, mas pelos problemas enfrentados por estes em sua nova trajetória. A sociedade é uma grande arena de conflitos, cujos desfechos não estavam predefinidos, embora dependessem da subjetividade e da coletividade dos agentes.<sup>139</sup> Antônio Lourenço não estava inerte frente a essas situações. As suas escolhas devem ser problematizadas e contextualizadas para um melhor entendimento de sua trajetória e da chegada do Candendê ao século XXI.

É importante encontrar a paz quilombola! As correlações de luta, resistências e negociações empreendidas por homens e mulheres que buscaram no quilombo histórico um sistema social alternativo. Nem só de guerra vivia o quilombo. As trocas culturais com grupos de acesso ao território quilombola, um espaço sempre aberto a inserção de novos membros, que ritualizados numa nova concepção de mundo e identidade, se estendiam para relações comerciais estabelecidas com proprietários e comerciantes locais. A paz quilombola, com certeza, era bem mais perigosa ao sistema escravista que suas guerras. Mas poucos são estudos desses momentos de interação nas narrativas oficiais. Os quilombos eram narrados apenas como territórios de embates com “negros fugidos”, e que teriam chegado ao fim com a abolição. Contudo, eles permanecem ressignificados em resistência social e cultural na contemporaneidade. Os momentos de paz com reelaborações afro-diaspóricas de cultos religiosos, de formas de organização familiar, do manejo comunitário da terra, de festejos e danças performáticas, transpuseram os tempos da escravidão e chegaram até a atualidade, como ferramentas de luta de populações negras residentes em áreas periféricas dos centros

---

<sup>138</sup> MOTTA, Márcia. **Jogos da memória:** conflitos de terra e amnésia social. Tempo: Rio de Janeiro, n.º.6, p. 183 198, dez.98.

<sup>139</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta.;** 2013, p. 5

urbanos, mas também são visto nos grotões do Brasil.<sup>140</sup> O quilombo atual chega a nós, “não mais como guerra bélica declarada, mas como um esforço de combate pela vida.”<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras**: op.cit., p.126.

<sup>141</sup> Idem, p. 250

## Capítulo 2 – Candendê/Sítio dos Crioulos: encruzilhadas afro-diaspóricas

Um louco, um louco! Encontrei um louco na floresta, [...] em seu cérebro, seco como biscoito que sobra depois da viagem, ele abarrotou compartimentos estranhos com observações que enunciam na forma de estilhaços.<sup>142</sup>

João Pedro da Silva, um dos mais antigos moradores de Ponto Chique do Martelo (Candendê), octogenário, orgulha-se ao narrar a trajetória da família como a fundadora da localidade. Em pesquisa de campo, realizada em 2012, Sr. João ainda morava nas terras que pertenceram seus avôs. Numa casa já reformada com as paredes de tijolos, mantinha alguns resquícios do passado, como as telhas que cobriam a casa, o chão da residência batido de barro e um fogão a lenha escondido no canto da cozinha, teimoso em registrar sua vivacidade nas paredes do recinto.

Ele, em meio a sua simplicidade, teceu os fios da memória ao lembrar dos avôs e os materializou com parcas características físicas que ainda povoavam sua mente. Falou dos cabelos “corridos” de seu avô Antônio Lourenço, o Candendê, apesar da pele “escurinha”; da avó materna, Firmina de Jesus, “escurinha”, que fazia toalhas de puro tecido de saco de açúcar, além do croché que forrava o altar da Igreja de Nossa Senhora da Aparecida; do tio Agenor, com o cabelo liso “puri”, irmão de sua mãe, Aurora Firmina, rezador e devoto de Nossa Senhora. Acreditamos que a referência aos povos puris, não seja a realidade capilar de Antônio Lourenço e família. Acreditamos que o adjetivo se deve ao padrão de corte sempre baixinho dos cabelos e, a proximidade geográfica existente entre a comunidade do Candendê com o distrito de Padre Brito, onde residem muitos descendentes desta etnia indígena. Para o momento, não possuímos fontes que iluminassem as relações estabelecidas entre esses dois grupos. Mas, com certeza, ao longo de todo o processo de formação e consolidação desta comunidade negra, as trocas culturais com os vizinhos puris devem ter ocorrido de forma intensa. Afinal, ambos povoados estavam rodeados por grupos de proprietários rurais famintos por suas terras.

---

<sup>142</sup> William Shakespeare, “As You Like It”, in Agnes Latham (ed.), *The Arden Edition of the Works of William Shakespeare*. Londres, 1975, pp. 48-50. Ed.Bras.: “Como Gostais”, in *Contos de Inverno*. Trad. Beatriz Viegas-Faria. Porto Alegre, L&PM, 2009.

O processo de resistência ecoaria como uma única voz, seja ela quilombola ou indígena. Como é possível observar na voz acentuada de João Pedro ao afirmar que, “[...] o Coronel Abel Campos ficou sendo dono de Ponto Chique. Mas, antes as terras eram dos dois avôs meus: vovô Candendê e vovô Elias.” Segundo ele, o avô Candendê era primo do avô Elias Quintiliano. Elias era casado com avó Idalina Francelina, da Colônia Rodrigo Silva, colônia dos primeiros imigrantes portugueses e italianos que chegaram à região. O pai de João Pedro, filho de Elias e Idalina, chamava-se João Serafim Antônio, e novamente, em suas palavras, “[...] era de cor parda, e o cabelo não era muito liso, não, era tipo puri.”<sup>143</sup> Não sabemos, ao certo, a textura dos cabelos que se designavam puris. Contudo, essa informação ficará suspensa no ar, faltando fontes que possam nos trazer uma melhor resposta.

Enfim, passados seis anos da primeira entrevista feita com o Sr. João Pedro, ocorrida de forma despreziosa, ainda no período de mestranda, em 2012, voltamos em 2018, agora como doutoranda, a sua residência, para auxiliar numa reportagem para a TV Integração, em comemoração ao dia 20 de novembro.<sup>144</sup> Na oportunidade, sua ascendência fundadora do quilombo foi novamente requisitada, e sua memória em nada titubeou. Ao contrário, trouxe informações novas sobre os personagens de sua história de resistência. Informou que seu pai, também conhecido como João Elias, cujo verdadeiro nome é João Serafim Antônio, era filho de Elias Quintiliano de Araújo, também fundador do quilombo Candendê.

O Sr. João Pedro comentou, com orgulho, ainda ter, em seu domínio, (o guarda livro que segundo ele, é) uma folha grande do tamanho de um quadro de parede, na qual se encontra o registro antigo da terra da família. Alegou ainda que, por ser relíquia, estava muito bem guardada. No momento, não podia apresentá-la aos visitantes. Quanto ao avô Antônio Lourenço, o Candendê, disse ser este, o primeiro dono da folha. Afirmou ainda que o Candendê era parente de um senhor chamado Antônio Pequeno que “[...] não foi escravo. Ele tinha um pouco e metro (sic) de altura. Mas, era capanga. Escravo de jeito nenhum! Era daquelas pessoas que veio da África (sic), [era] baixinho, um pouco mais de um metro.”<sup>145</sup>

A ligação entre Antônio Lourenço e Antônio Pequeno ainda é uma incógnita. Este último aparece, algumas vezes, nas memórias locais, sem ao certo estas saberem sua origem e

---

<sup>143</sup> Entrevista cedida pelo Sr. João Pedro da Silva, em 2012.

<sup>144</sup> Reportagem de 20 de novembro de 2018, pela TV Integração Juiz de Fora, 1. Edição. <https://www.youtube.com/watch?v=sFfYepgOzFQ&list=PLgvR-1xpBUTZlMJ7NjR0gZCy7b9D1MCKD&index=3&t=6s> Acessado em 24 de junho de 2020.

<sup>145</sup> Entrevista cedida à repórter Nayara da TV Integração, em outubro de 2018.

o seu paradeiro no fim da vida. Outro mistério ocorre com uma tal “pedra fundadora” da localidade. Segundo João Pedro, ela ficava para o lado de quem segue a estrada para Ponto Chique velho, próximo a uma plantação de feijão que existe na entrada do quilombo e que pertence a uma família de italianos que ali se estabeleceu. Em tom ressentido afirma que, “[...] retiraram ela (sic) do lugar, e não podiam. Pois, tinha (sic) dois letreiros da origem do lugar, e os italianos a tiraram dali.”<sup>146</sup> Segundo Sr. João Pedro, a pedra era do tamanho de uma geladeira, e foram os políticos que a colocaram ali. Foi retirada sem autorização da comunidade e jogada numa vala. Mas, apesar da irritação inicial, ele finaliza a entrevista com um sorriso no canto do rosto, ao lembrar as siglas marcadas na pedra: C e R.

A narrativa de João Pedro confirma a força da História que, do dia para a noite, tornou-se mobilizadora de parte da comunidade. O lema da emancipação dos escravos, com a previsão de um futuro organizado, imaginava diluir o passado e as origens daqueles que por ela lutaram, dando, na verdade, lugar as questões ligadas à identidade. Nas palavras da teórica literária feminista Teresa de Lauretis, a identidade é “uma construção ativa e uma interpretação da própria história mediada, discursivamente, de modo político.”<sup>147</sup> Ela se fundamenta a partir do que lembramos e do que esquecemos juntos.

A identidade do quilombo Candendê muito deve a essas memórias esparsas de seus moradores mais velhos que, às vezes, são vistas como narrativas delirantes, mas, na verdade, trazem todo o enredo e a (re)construção da origem da localidade. Então, sigamos as elas.

## 2.1- Antônio Lourenço da Costa: o candendê

Antônio Lourenço é um nome que povoa a memória da comunidade como um dos fundadores do quilombo Candendê. A partir do diagrama familiar montado com o cruzamento de fontes orais e documentais, a análise de sua trajetória abriu questões que perpassam a formação desta comunidade negra, cercada por proprietários com forte poder econômico e simbólico na região. Como foi possível o Candendê/Sítio dos crioulos existir e resistir às investidas senhoriais, no período escravista e, patriarcais, no pós-abolição? O que transformou Antônio Lourenço num personagem “reverenciado e odiado” para a comunidade? Quais caminhos teriam ligado o território dos Candendê com as propriedades circundantes?

---

<sup>146</sup> Entrevista cedida à repórter Nayara da TV Integração, em outubro de 2018.

<sup>147</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011, pp.69-70

As entrevistas e conversas soltas sobre Antônio Lourenço, o candendê, foram as primeiras fontes que iluminaram possíveis estratégias para que conseguisse sobreviver como camponês pobre, sitiado por fazendeiros abastados. Em algumas, Antônio Lourenço aparece como aquele que soube aproveitar as brechas existentes dentro de uma sociedade que busca excluir a população negra de seus direitos. As suas ações, pensadas ou instintivamente realizadas, de uma forma ou outra, favoreceram a perpetuação das terras de crioulos em solos produtivos e cobiçados por fazendeiros e imigrantes.

Em outras, as relações aparentemente ambíguas com moradores e fazendeiros locais, lhe reservaram severas críticas. Nesta visão, a estratégia de aproximação com funções que remetiam aos antigos capitães do mato do período escravista, servindo de braço direito como capanga no pós-abolição explicaria suas conquistas e manutenções territoriais.

João Pedro, neto de Antônio Lourenço, afirma que no passado, os fazendeiros “pagavam” a membros da comunidade para capturarem escravos “rebeldes”. Segundo ele, José Antônio Cirilo, parente do “candendê”, era o “puxador de cordas” desses escravos. As mortes sempre executadas numa figueira, ainda existente na localidade, e que hoje em dia, é o símbolo da Associação Comunitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos remanescentes do quilombo Candendê, mostrada abaixo:

Figura 9 - Figueira símbolo da memória e resistência do Candendê



**Fonte:** Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Quilombo Candendê

A escolha pela Associação não foi aleatória e nem alienada de sua história e simbologia. Para os seus representantes, a figueira era a representação de dor, mas também de resistência. As memórias de sacrifícios dos escravos aos seus pés, não deixam esquecer as atrocidades vividas por homens e mulheres retirados de seu continente mãe e escravizados no além mar. Ao mesmo tempo que, a cada anoitecer, as diversas narrativas locais sobre cantos e lamentos, entoados ao seu redor, embalam a chama da luta pela ancestralidade, pelos sonhos de liberdade e autonomia do povo negro.

A figueira enraizou-se entre o tempo presente e o passado, ligando o atual Ponto Chique do Martelo ao antigo Candendê/Sítio dos Crioulos. Ela registra na história, a situação contraditória e frágil de homens, seja num passado distante, com postos ligados ao controle de escravizados, seja num tempo mais próximo, com outros na função de fiscalizar a ações de trabalhadores livres. Homens divididos entre as ordens de senhores/proprietários e dos anseios de escravos/trabalhadores. Se por um lado eram pressionados a serem eficientes no controle, manutenção e exploração da força de trabalho. Por outro, estavam sempre na mira dos cativos/trabalhadores que esgotados de corpo e alma, procuravam impor ritmos próprios de trabalho.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt & CARDOSO, Raul Rois Schefer. “**Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão do Mato**”: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala. (Porto Alegre/ Taquari, século XIX). Revista Latino – Americana de História. PPGH - Unisinos. Vol. 2, n.7, 2013, p. 509.

Segundo o relato do Sr. João Pedro da Silva:

Tinha lá, até o lugar dele puxar (sic) a corda, a Ana disse que tem até a árvore lá dele puxar a corda para matar escravo. Ele tinha essa profissão só de matar escravo. Mas, vai saber aquele escravo, realmente que não tinha jeito. Era mandado pelos fazendeiros. Os fazendeiros pagavam a ele para matar escravo. Vezes o escravo que era bárbaro, que tinha crime que nada pagava. Aquele que não tinha condenação não. Tinha até o chapéu na fazenda do Gouveia, chapéu todo picado em volta, chapéu preto, descabanado (sic), era enfeites deles mesmo. Esses [escravos] que vinham da África, eles considerava (sic) quem fizesse guerra lá, ficava sendo o maior criminoso do mundo, aí, ele ficava no Brasil, ele não podia voltar, aí condenava ele aqui, aí degolação, hoje chama de forca, né!<sup>149</sup>

Ao dar uma pausa sobre as observações do Sr. João Pedro quanto à escravidão, sua narrativa distancia o “escravo bom” do “escravo bárbaro”, sem analisar a complexidade existente no sistema escravista. Para ele, as guerras africanas são os maiores crimes destes cativos recém-chegados ao Brasil. Assim, ele minimiza o sentido negativo das execuções realizadas por José Cirilo e distância o seu grupo familiar do cativo. A existência do chapéu “descabanado” usado pelo capão, como adorno na parede da fazenda Gouveia, fazenda essa pertencente à antiga família Moreira Campos, denota a força simbólica senhorial ainda existente nas relações verticais entre os potentados e os moradores do Quilombo.

A figueira rememora ações conflitantes, e que apesar de distantes no tempo, são semelhantes nos temas que envolvem a submissão e resistência. Memórias que se cruzam entre fatos e personagens delineadores do território do Candendê. João Pedro, ao falar da figueira, complementa com as relações que envolvem as terras de seus antepassados.

Em suas palavras,

As terras do atual Ponto Chique pertenciam aos meus dois avôs. Por parte de mãe, Antônio Lourenço Candendê, e por parte do pai, Elias Quintiliano, sendo estes primos. Antônio Lourenço foi “capanga” de Abel Moreira Campos. Ele era casado com Firmina e tinha três filhos: Agenor, José Pedro e minha mãe, Aurora Firmina.<sup>150</sup>

Por repetidas vezes, ele faz questão de afirmar que seu avô Antônio Lourenço, nunca foi escravo! Tal afirmação muito nos intrigou e nos levou a refletir sobre as relações escravistas nesta região. A firmeza do Sr. João Pedro na negativa da escravidão, além de

---

<sup>149</sup> Entrevista do Sr. João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço da Costa, morador até os dias de hoje da comunidade do Candendê, realizada em 2012.

<sup>150</sup> Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em outubro de 2012, na residência da autora.

demarcar a situação de liberdade de seus familiares, também parece querer reafirmar um distanciamento do cativo. Segundo Myrian Sepúlveda, essa atitude pode ser chamada de pós-memória. Para a autora, essa é formada a partir de experiências daqueles que cresceram dominados por narrativas que os antecederam, moldadas em acontecimentos traumáticos que não podem ser, nem totalmente compreendidos, nem recriados. Contudo, apesar de não vivê-las diretamente, suas sensações e emoções conseguem ser transmitidas.<sup>151</sup> Com toda certeza, as vivências da escravidão, repassadas aos descendentes de cativos, não são as melhores, o que reforça a ênfase do Sr. João Pedro em negar qualquer ligação com um passado escravo, e ao mesmo tempo, que justifica seu orgulho em pertencer a uma geração de homens livres e de cor. Para Halbwachs, a memória é seletiva, e se baseia no que lhe fizer sentido. Dessa forma, acreditamos ser importante para os descendentes do Candendê afirmar a sua origem e postura de distinção frente a uma sociedade, que ainda tem “a marca da escravidão” na estrutura social, no trato, na exclusão e na falta de investimentos públicos para essa parcela da população.<sup>152</sup>

Descaso que vem da ausência da violência como tema de análise. Para Hannah Arendt, isso mostra até que ponto “a violência e a sua arbitrariedade são olhados como fatos corriqueiros e por isso, são negligenciados. Afinal, ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos.”<sup>153</sup> Para enfrentar tal desvio, Mônica Lima sugere que, ao abrir discussão sobre o que fazia parecer justo capturar e escravizar pessoas ou ter o poder sobre vidas humanas traz uma compreensão da racionalidade da violência escravista. É necessário não deixar esquecer que, apesar de a escravidão ser legalizada naquela época, ela não exime da dor homens e mulheres a ela submetidos. “Cabe lembrar da parte dos que sofreram, a presença do medo, da incompreensão e do espanto frente a uma realidade que mais parecia um pesadelo.”<sup>154</sup> Tais sensações são perceptíveis na forma como descendentes de africanos falam sobre a escravidão. Um misto de dor, de ressentimento ou de busca pelo distanciamento mostra como aquela deixou marcas que precisam ser superadas, a partir de um revisionismo da sociedade brasileira.

Na abordagem de Carmen Teresa Gabriel, a narrativa histórica é que organiza a dispersão de nossas experiências, mobiliza as políticas de identidade e de diferença por meio

---

<sup>151</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2003. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, p.64.

<sup>152</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.55.

<sup>153</sup> LIMA, Mônica. **História, Patrimônio e Memória Sensível: O Cais do Valongo no Rio de Janeiro**. Revista: Outros Tempos, vol.15, nº 26, 2018, pp.98-111.

<sup>154</sup> LIMA, Mônica. **História, Patrimônio e Memória Sensível;** 2018, p.105

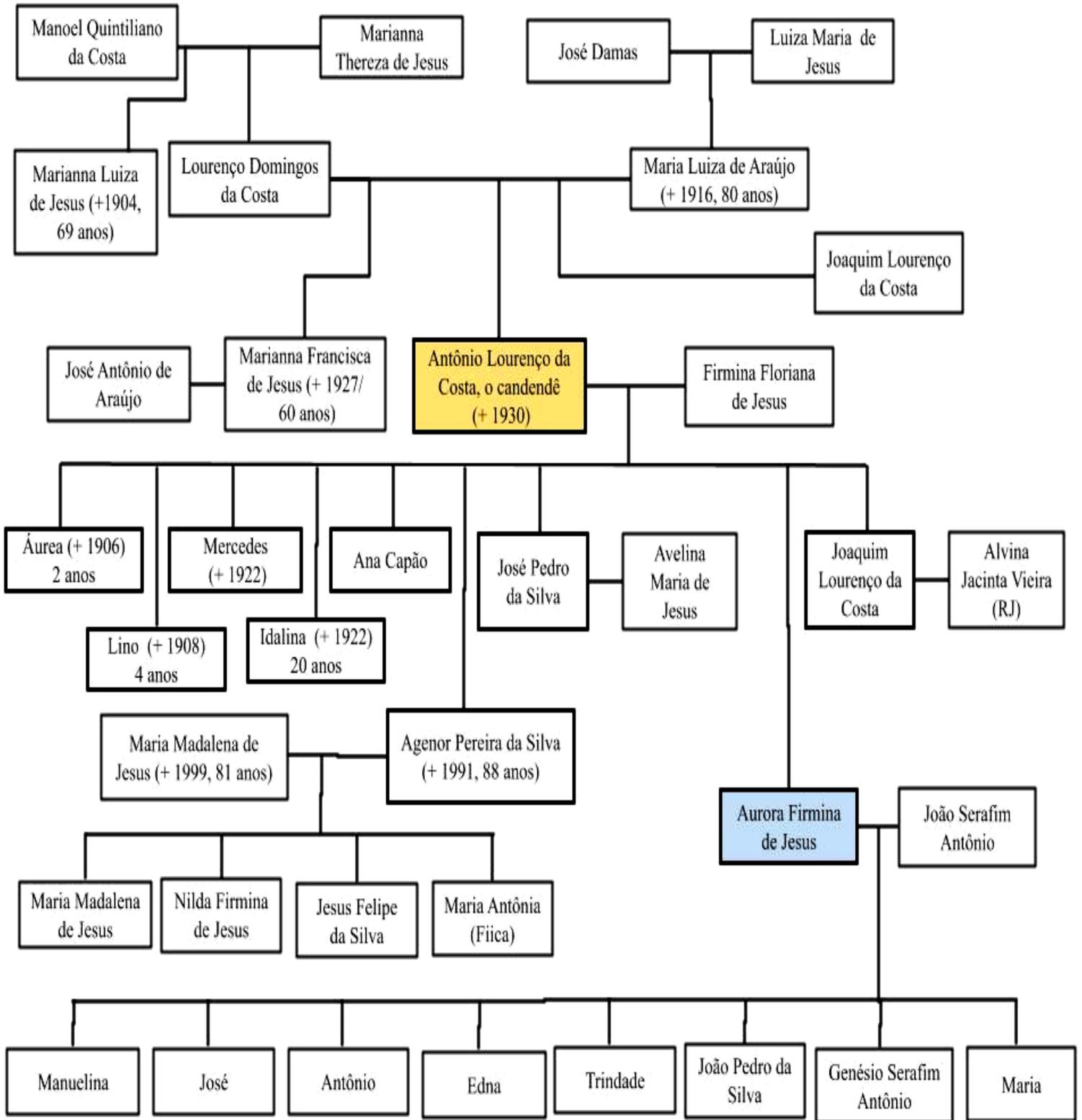
de dispositivos variados. Estes, acionam a memória, produzem silenciamentos, lembranças e esquecimentos. Passados são escolhidos e registrados para reatualizar tradições inventadas e comunidades nacionais imaginadas.<sup>155</sup> João Pedro construiu sua comunidade imaginada longe da senzala, não por negar sua origem negra, mas por ser o cativo um tema enternecedor em que memórias são ou acorrentadas por ressentimentos, ou historicamente negadas, produzindo justificativas para seu ocultamento.

Ao acompanharmos o diagrama da família de Antônio Lourenço, é possível vislumbrar e compartilhar a memória fundadora da comunidade. Nele, vemos acender laços que se pensava não existirem e, apesar de sua trajetória conturbada, originando opiniões diversas sobre sua personalidade e relações pessoais, o candendê, possibilitou, por meio de vínculos familiares, comunitários e até ambíguos, a manutenção das terras.

---

<sup>155</sup> GABRIEL, Carmen Teresa. **Jogos de Tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de história.** História Hoje. Revista de História e Ensino. ANPUH, V.4, n° 8, 2015.

Diagrama 1 – Família de Lourenço da Costa



Legenda: (+) = o ano de morte.

Fonte: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e entrevistas.

A memória de João Pedro, neto do candendê, diverge dos documentos escritos quanto ao nome do pai de Antônio Lourenço da Costa. Para ele, seu bisavô chamava-se Antônio Pequeno. Já nos registros cartoriais, o pai do Candendê aparece como Lourenço da Costa; a mãe, Maria Luíza de Araújo.

Apesar das dificuldades de registros paroquiais da região nos anos iniciais do século XIX, devido a um incêndio ocorrido na Paróquia de Santo Antônio de Ibertioga, responsável pela salvaguarda das fontes locais, encontramos escaneado, no site Family Search, um registro de batismo do inocente Lourenço, ocorrido na Capela de Ibertioga, em oito de setembro de 1820, filho legítimo de Quintiliano da Costa e Marianna Thereza de Jesus. Foram seus padrinhos Vital Antônio e Dona Maria.<sup>156</sup>

A suspeita de que se trata de Lourenço, pai de Antônio Candendê, se deve às coincidências de nomes envolvidos no batismo acima. Por ter sido ele registrado em Ibertioga, lugar responsável pelos registros da região, por ser filho de Quintiliano, o que pode indicar parentesco com a família de Elias Quintiliano e ainda, por ter um Vital Antônio, nome de um fazendeiro local, da família dos Moreiras Campos, como padrinho, tudo isso explicaria a forte relação das famílias fundadoras do quilombo Candendê com a família Moreira Campos.

Ao seguirmos esta linha de pensamento, os Lourenço (s) da Costa e os Quintiliano (s) poderiam estar mais interligados do que imaginávamos no início das investigações. O avô paterno de Antônio poderia ser sim, um Quintiliano, o que confirmam as lembranças do Sr. João Pedro. Nesta caminhada de buscas nominiais, encontramos, na Ata de Alistamento Militar, resguardada no Cartório de Notas de Ibertioga, já no final de nossa coleta nas fontes, o alistamento de Antônio Lourenço, em 28 de junho de 1888, aos 20 anos de idade, solteiro, morador de Ilhéus e filho legítimo de Lourenço Quintiliano e Maria Luiza.<sup>157</sup> Um ano depois, ele, agora com 21 anos, alista-se novamente, e o escrivão faz semelhantes anotações, alterando apenas o sobrenome da mãe do jovem para Damas.<sup>158</sup> Acreditamos que ao escrever Quintiliano e Damas para se referir a Lourenço e Maria, pais de Antônio, o responsável pelo registro estaria ligando-os a uma memória comunitária e ascendente, fato que justificaria a

---

<sup>156</sup> Arquivo Arquidiocesano de Mariana. Livro de Batismo, nº 10 – Igreja Nossa Senhora da Piedade (Barbacena), 1819 – 1824, fl.67  
Site:<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y338-BS2?i=69&cc=2177275&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGTH-R12S> Acesso em: 14 de outubro de 2019.

<sup>157</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas com Atribuição de Notas de Ibertioga - Cartório Andrade Rezende. Livro de Alistamento Militar, 2º Livro, 1888, fl. 04

<sup>158</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas com Atribuição de Notas de Ibertioga - Cartório Andrade Rezende. Livro de Alistamento Militar, 2º Livro, 1888, fl. 11.

troca do nome de Maria Luiza por Maria Damas, de um ano para o outro. Aqueles que vêm acompanhando nossa narrativa, devem lembrar que, no capítulo que antecede a este, apresentamos a certidão de óbito de Antônio Lourenço da Costa. Nessa fonte, o nome de seus pais confirma sua filiação a Lourenço da Costa e Maria Luiza.<sup>159</sup>

Maria faz-nos acelerar no tempo até 1916, quando é registrado, num lugarejo chamado Quendendê, o falecimento de Maria Luíza de Jesus, com seus 80 anos de idade, aludida como filha de José Damas e Luíza Maria de Jesus.<sup>160</sup> O sobrenome paterno de Maria pode explicar a troca feita pelo escrivão, no registro de alistamento militar de 1888 e 1889. Bem, para além das justificativas buscando comprovar os vínculos familiares de Antônio Lourenço da Costa, neste emaranhado de narrativas flutuantes no tempo e no espaço, entre os séculos XIX e XX, de Ibertioga a Ilhéus, a liberdade está sempre presente nas entrelinhas. Tanto no registro de batismo quanto no ato de poder se alistar, a autonomia da família Lourenço e Quintiliano se mostra presente.

A data de nascimento de Antônio Lourenço não foi encontrada. Infelizmente, devido à ocorrência de um incêndio na Paróquia de Santo Antônio de Ibertioga, local onde ficavam os livros de batismos da região de São José de Ilhéus e responsável pelos registros da população circundante. Contudo, pistas valiosas sobre sua trajetória familiar foram descobertas ao garimpar os documentos do Cartório de Registro das Pessoas Civis de Padre Brito. A primeira surpresa foi no livro nº 3 de Registro de Casamento, dos anos de 1929 a 1967, o edital de proclamação de um dos filhos de Antônio Lourenço, José Pedro da Silva, que se casara com Avelina Mariana de Jesus, em 1947, tornou-se possível conhecer o sobrenome do Sr. Candendê. Segundo as fontes, seu nome era Antônio Lourenço da Costa, esposo de Firmina Floriana de Jesus.<sup>161</sup>

É relevante observar as relações que foram estabelecidas e apresentadas no diagrama familiar de Antônio Lourenço. Vínculos matrimoniais realizados por seus filhos ajudaram no surgimento dos “nós” como grupo, fator importante no enfrentamento a uma sociedade que mantém uma ideologia de embranquecimento. Era necessário à formação de parentescos reais

---

<sup>159</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito nº.3, 1927 a 1957, fls. 82v e 83.

<sup>160</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de óbito. Livro nº 2, 1898 a 1925, fl.s/n.

<sup>161</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro nº 3, 1929 a 1967, fls. 143v e 144.

ou fictícios que moldavam o “Candendê/Sítios de Crioulos” sob os olhares atentos dos fazendeiros.

Apesar de a localidade dos Candendê ser conhecida como quilombo, ela não se define pelo tamanho nem pelo número de membros da comunidade, mas pela experiência vivida, pelas versões compartilhadas de sua trajetória comum e pela continuidade enquanto grupo. Teoricamente, o parentesco poderia ser definido como identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria, antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade, seja por arranjos matrimoniais.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amálgama é a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante como continente onde essas culturas são simbolicamente divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações.

A entrevista realizada com a bisneta de Antônio Lourenço, senhora Maria Madalena, trouxe-nos um pouco das histórias vividas que escutara e foram passadas de geração em geração. Dona Maria, conhecida como Madá, é filha de Sr. Agenor e de Dona Madalena. Ainda reside na casa de pau a pique de seus pais, antiga morada de Antônio, o Candendê. Nessa casa, o tempo deixou marcas nas ripas preenchidas por barro e empretecidas pela fumaça do fogão a lenha que sempre a acompanhou.

Figura 10 – Casa da Dona Maria Madalena



**Fonte:** arquivo da autora. A foto foi tirada em pesquisa de campo no Candendê. O acesso à casa se dá pelo terreno com plantações de proprietários italianos. Apesar da solicitação de tombamento do imóvel ao Conselho de Patrimônio Cultural, até o momento, nada foi feito neste sentido.

Atualmente, a casa de Dona Maria Madalena, é a única que ainda guarda os vestígios dos primeiros habitantes do quilombo, em seu aspecto arquitetônico original. A sua construção com metade das paredes de pau-a-pique e outra metade de adobe, possuem colunas de madeiras que sustentam o forro e o telhado, ambos de estatura mediana como as casas das construções do século XIX e início do XX, das comunidades negras do Brasil. Em seu interior, o fogão à lenha deixou nas paredes as marcas da sua utilidade tanto no cozimento dos alimentos quanto do aquecimento interno da casa. A importância da residência deve-se pelo valor material de construções que trazem a memória de um povo e de uma época, como pela importância imaterial da trajetória de Antônio Lourenço da Costa e de seus filhos.

Figura 11 - Sr. Agenor e Dona Madalena



**Fonte:** Fotopintura existente na casa de dona Maria Madalena, com a imagem de sua mãe, dona Madalena e do pai, Sr. Agenor. Arquivo da autora.

O Sr. Agenor, um dos filhos do Candendê, ali residiu com esposa e descendentes, até os últimos dias de vida. Maria Madalena, sua filha mais velha, deixou a residência apenas em 2018, por problemas de saúde, vivendo atualmente em casa de repouso na cidade. Dos três irmãos de dona Maria Madalena, apenas um ainda está vivo. Hilda, irmã do meio, faleceu tempos atrás, com o “[...] aparecimento de um caroço no pescoço que subiu junto com muita tosse, e ela não aguentou [...]”<sup>162</sup> Jesus, único homem e o caçula, foi ainda jovem procurar emprego e vida melhor em São Paulo e por lá ainda permanece. Sua irmã Maria Antônia, também conhecida como Fiíca, por anos, foi responsável em acompanhá-la até a cidade no dia do recebimento da aposentadoria. Residente na cidade desde juvenzinha, Fiíca trabalhou a vida toda em casas de famílias. Faleceu em 2019, em Barbacena, com problemas intestinais.<sup>163</sup> Infelizmente, a casa encontra-se abandonada, sumida no meio de plantações que a rodeiam e a afunilam, pertencentes aos imigrantes italianos, que ao longo do século XX, foram adquirindo terras do antigo Candendê.

Além de Agenor, o Sr. Candendê teve Áurea e Lino que faleceram ainda crianças de causa natural, em 1906 e 1908, respectivamente. Ambas as mortes foram declaradas por

---

<sup>162</sup> Entrevista de Dona Maria Madalena, filha do Sr. Agenor, neta de Antônio Lourenço da Costa, em 6 de outubro de 2018.

<sup>163</sup> Entrevista realizada com Maria Madalena em Ponto Chique do Martelo, aos 6 de outubro de 2018.

Gabriel Antônio dos Santos, como tendo ocorridas num lugar denominado Boa Vista.<sup>164</sup> Tempos depois, em 1920, o Candendê perdeu suas filhas Mercedes de Jesus, de morte natural, e Idalina Lourenço, por febre, conforme relatado no documento pelo outro filho de Antônio, José Pedro da Costa.<sup>165</sup> Já nestes documentos, os locais das mortes vêm registrados como “Lagoa”. Esses quatro registros orbitários trazem indícios de uma rede ampla espacial e simbólica pela qual caminhava Antônio Lourenço e família. Boa Vista e Pasto da Lagoa, fazem parte da memória de infância desta pesquisadora como referências territoriais de autonomia e resistência. Todavia, ambas localidades são sempre descritas como distantes por alguns quilômetros do quilombo Candendê. Dessa forma, questões por nós são levantadas, tais como: Antônio Lourenço também faz parte do enredo familiar ligado à fazenda da Boa Vista e ao Pasto da Lagoa? Estaria ele em constante deslocamento territorial? Quais motivos o levou a sair da Boa Vista e se fixar no Pasto da Lagoa? Antônio Lourenço seria o elo de uma ampla comunidade negra, entrelaçada por histórias e relações matrimoniais que favoreceram a existência e permanência do quilombo Candendê? Para o momento, ainda não possuímos dados que possam elucidar tais questões. Caminhamos a passos lentos, mas atentos, pelas fontes que se abrem em nosso ir e vir pelos arquivos e cartórios locais. Porém, o que esses registros nos mostram é que Antônio e a esposa Firmina, iniciaram a vida matrimonial um pouco distante do Candendê, mas não desvinculado do mesmo. Afinal, ele conquista ao longo da vida, um poder imaterial que o transforma no mito criador do quilombo. E isso não é por acaso!

Além dos filhos, já citados, foram encontrados registros de mais três do casal Antônio Lourenço e Firmina Florência Maria de Jesus: Ana, conhecida como Ana Capão, solteira; Joaquim Lourenço, casado com Alvina, vinda do Rio de Janeiro com a família para morar no distrito de Ilhéus e Aurora Firmina, casada com João Serafim. Com o casamento destes últimos, ampliaram-se as terras pertencentes à geração de Antônio Lourenço, em virtude de João Serafim ser descendente de Elias Quintiliano de Araújo, camponês negro, também citado como dono de terras no quilombo.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925, fl. 48 e 50.

<sup>165</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925, fl. 179v e 183v.

<sup>166</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro nº 3, de 1929 a 1967, fls. 1 e 161.

Weimer<sup>167</sup> afirma que as diferentes perspectivas históricas (Cooper, Holt e Scott, 2005) apontam para uma nova análise do pós-abolição que muito difere das tendências reducionistas, que alegavam que os indivíduos teriam caminhos e trajetórias pré-definidas pela herança escravista. Estes estão, agora, numa arena de conflitos e de problemas em que a subjetividade individual ou coletiva é testada. Assim, a família é fundamental nesse contexto, possibilitando o agenciamento do sujeito social sobre a vida em liberdade.

Seguindo o pensamento do autor, talvez um dos maiores desafios para a historiografia sobre o pós-abolicionismo seja apontar os diferentes caminhos disponíveis aos livres de cor e libertos e investigar em que situações e condições as pessoas os seguem. <sup>168</sup> Antônio Lourenço viveu até os 70 anos. Em sua certidão de óbito, marcando o dia dez de novembro de 1930 como de seu falecimento, ele vem designado como sendo de cor parda, lavrador, e residente no lugar denominado Candendê. A “causa mortis” foi “natural”, conforme declaração do filho Sr. Agenor Pereira da Silva. <sup>169</sup>

Figura 12 - Certidão de Óbito de Antônio Lourenço da Costa, o candendê

Aos dez dias do mês de Novembro de  
 mil novecentos e trinta, neste Dis-  
 trito de Padre Brito, comarca de  
 Alencara, Estado de Minas  
 Geraes, e impozeram em meu  
 Cartório o Sr. Agenor Pereira da  
 Silva, filho, lavrador, residente  
 neste Distrito, exhibindo o ates-  
 tado de duas pessoas qualifi-  
 cadas e declarou que hoje pelas  
 5 1/2 horas da manhã no lugar  
 denominado Candendê, neste  
 Distrito de Alencara, morte  
 natural o Sr. Antônio Lourenço da

Costa, 70 anos mais ou menos, nato  
 nel este Distrito, filho de Bonifá-  
 co da Costa e Maria Luiza, casa-  
 do com Felisberto Moana e Jure,  
 deixando cinco filhos, não  
 deixa testamento, mas deixa para  
 o casamento ser sepultado no  
 cemitério da Capital, Jure.  
 E para constar levo este livro  
 seu assino e o declarou aqui  
 de ter sido lido e lido com  
 nome e assino de José Joaquim  
 e Oficial do registro civil  
 e o assino e assino de Sr. Agenor  
 Pereira da Silva

Fonte: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito nº.3, 1927 a 1957, fls. 82v e 83.

A cor parda designada a Antônio Lourenço, na certidão de óbito, configura a percepção do escrivão ao histórico de vida do finado. O termo pardo, que no período escravista, distanciava o cativo, liberto ou livre da ascendência africana, se valia para a mais do que mera classificação de cor. Possivelmente, nomeando filhos de crioulos, o termo passa para o pós-abolição como um coringa capaz de abranger grupos sociais, a partir de seus

<sup>167</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p.05

<sup>168</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. 2013, p. 23

<sup>169</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº3, 1927 a 1957, fls. 82-3.

percursos individuais nas diferentes esferas da sociedade.<sup>170</sup> A cor era um demarcador e dentro de um panorama racial de embranquecimento, “a designação de ‘pardo’ pareceu representar, principalmente, a perda do estigma do cativo.”<sup>171</sup>

O candendê, rememorado por familiares como um homem negro e livre, possuía relações diretas com a escravidão, seja como um descendente de pessoas escravizadas, seja como agregado de senhores escravistas. A relação com a família Moreira Campos, antigos fazendeiros donos de terras e homens em Ilhéus, se estendeu até sua morte em 1930. Uma proximidade que, se por um lado favoreceu ao seu grupo certa ascensão social, por outro mostrou ser uma isca na autonomia de suas propriedades. A estrada construída por Antônio Lourenço, ao longo da vida, mostrou a face contraditória das relações humanas. Ele, dividido entre lavrar o solo fecundo de suas terras e estar à disposição como capanga de coronéis da região, fez a amálgama necessária que perpetuou seu nome com o do Candendê.

## 2.2- O caos da espanhola: indícios nominais de um campesinato negro

Nas fontes pesquisadas do Cartório de Padre, o antigo nome do lugarejo em questão aparece, pela primeira vez, na certidão de óbito da tia de Antônio Lourenço. Segundo o oficial de registro civil Antônio Joaquim Pereira, em 1898, a Senhora Umbelina da Costa de Jesus, aos 70 anos, casada com Antônio Francisco da Costa, faleceu às duas horas da manhã no local denominado Quendendê. Conforme declarado por seu sobrinho Joaquim Lourenço da Costa ao tabelião do cartório, a “causa mortis” se deve a uma moléstia que a acometeu, chamada “Hyddapsia”.<sup>172</sup> Pesquisando sobre o termo, nada foi encontrado sob a forma. A palavra mais aproximada é hidropsia, também conhecida como Menière. Esta resulta da distensão do compartimento endolinfa, líquido localizado na orelha interna. Entre as causas dessa síndrome, estão os distúrbios autoimunes, processos inflamatórios do ouvido, a sífilis e o traumatismo craniano. As consequências aos sistemas auditivos neurossensoriais, acometem principalmente, os idosos e provocam vertigens, zumbido e plenitude auricular.<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> CERUTTI, Simona “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FVG, 1998, pp. 173-202.

<sup>171</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, Século XIX). 3.ed.rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013, p. 305

<sup>172</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925, fl.09.

<sup>173</sup> Para saber mais ver: ATHERINO, Ciríaco C. T. & ASSUNÇÃO, Aída R. M. **Doença de Meniere no Idoso**. Revista |HUPE Uerj. v. 14, n. 1, jan-mar/2015.

O interessante, neste relato, deve-se à terminologia que aparece na descrição do local onde se deu o óbito de Umbelina. Quendendê, como encontrado nesse registro, sofreu alterações com o passar dos anos. Apesar da procura do significado, até o momento não se encontrou a que se refere. Em entrevista concedida a autora, o Sr. Alexandre, atual presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Comunidade Candendê, afirma que o nome se deve à existência de uma árvore de troncos grossos e ao azeite de dendê que muito foi utilizado pelos moradores da região no preparo de seus alimentos.<sup>174</sup>

A Senhora Umbelina não foi a única a falecer de hidropsia dentro da comunidade. Em 1913, Antônio Firmino da Costa relata o falecimento de sua mãe, Rita Antônia de Jesus, de 60 anos, com a mesma doença<sup>175</sup>. Os registros de óbito, na localidade, tiveram um aumento significativo na passagem do século XIX para o XX. Isso se deveu à chegada da gripe espanhola, e, com ela, o nome Quendendê se altera para Candendê.

A data do último registro, utilizando o nome original Quendendê, é 1916, quando da morte de Maria Luíza de Jesus, na época com 80 anos de idade, filha de Luíza Maria de Jesus e José Damas. A “causa mortis” foi registrada como morte natural, alegando-se falta de um atestado médico. Isso denota a precariedade sofrida pela comunidade em serviços de saúde pública. Acredita-se ser Maria Luíza, a mãe de Antônio Lourenço, candendê, pois seu nome é citado, no registro de óbito de Antônio, como mãe deste e como esposa de Lourenço da Costa.

A partir de 1918, o termo Quendendê é trocado por Candendê nos registros documentais. A mudança coincide com o tumulto causado pela gripe espanhola que afeta a região, o que pode ter favorecido a alteração passar despercebida.

A gripe espanhola surgiu no final da Primeira Guerra Mundial. Por agosto ou setembro de 1918, chegou à capital do Brasil, Rio de Janeiro. Foi noticiada em jornais, em pequenas manchetes que falavam de um estranho mal que acometera a Europa e a África e cujo diagnóstico ainda era incerto. Em junho do referido ano, os jornais de Londres haviam afirmado se tratar de uma “influenza” que recebera a alcunha de gripe espanhola, em razão desse país não fazer segredo sobre os casos da doença em suas terras e pela indignação dos ingleses devida à neutralidade do país ibérico em relação ao conflito mundial.<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> Entrevista concedida por Alexandre a autora, em 2018.

<sup>175</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925.

<sup>176</sup> GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v. 12, nº 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

Para Goulart, “[...] enquanto na Europa, a espanhola se disseminava, no Rio de Janeiro, [...] as notícias sobre o mal reinante eram ignoradas ou tratadas com descaso e em tom pilhérico, até mesmo [...] pseudocientífico.”<sup>177</sup>

A notícia do perigo ganhará audiência, quando componentes da missão médica brasileira que se encontravam a caminho de Dakar, a bordo do navio La Plata, foram surpreendidos com a morte de 156 soldados e oficiais. A tripulação sobrevivente enviou um alerta ao Brasil em 22 de setembro. Contudo, nada foi feito pelos governantes para evitar a entrada da “influenza” no país. Nenhuma estratégia de combate à moléstia foi realizada, e o inspetor sanitário do Rio, Jayme Silvado, foi acusado de deixar atracar no porto, em outubro, o navio Demerara que, possivelmente, teria sido o foco de entrada do vírus no país. Apesar das especulações contra o navio, registros da época já falavam da chegada de gripados nos portos brasileiros, tempos antes.<sup>178</sup>

Enfim, ao entrar no Brasil, as indagações do que realmente era o causador da moléstia começaram a surgir. Alguns sanitaristas imaginavam tratar-se de cólera ou peste bubônica. O contágio era rápido, com período curto de incubação e alto grau de letalidade. De simples zoeira no ouvido, a doença se desenvolvia para perturbações nos nervos cardíacos, infecções nos intestinos, pulmões, meninges, levando a vítima, em poucas horas, a sufocações, diarreias, coma e morte.

Ainda são poucos os trabalhos que trazem, como foco, o estudo sobre a gripe espanhola em Minas Gerais. Estudiosos, como Anny Silveira, afirmam que o terrível morbo desembarcou em Belo Horizonte, em 7 de outubro de 1918, com um oficial do exército acompanhado de sua família, vindo do Rio de Janeiro. Segundo Anny Silveira, a capital mineira acompanhava os fatos com um estado de ânimo contraditório. Construída obedecendo as normas sanitárias vigentes na época, Belo Horizonte se achava imune à manifestação da epidemia em sua fase mais letal. Apesar disso, três dias depois da chegada do oficial, começaram os registros de contágios e de mortes na cidade planejada.<sup>179</sup>

Como se viu, não foi só a capital de Minas que registrou o caos advindo da moléstia. Infelizmente, as notícias de contágios locais chegaram aos registros do Candendê e aos jornais

---

<sup>177</sup> GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola; p. 102.

<sup>178</sup> GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola, p.

<sup>179</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline. **A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte 1918**. Niterói: UFF- Programa de pós-Graduação em História, 2004.

da cidade de Barbacena. Segundo texto intitulado “Sublinhas” do Jornal Cidade de Barbacena, datado de 3 de outubro de 1918,

(...) não há razão para enxergarmos nessa (sic) pandemia uma calamidade comparável ao Cholera Morbus ou à Peste Levantina [...] não há razão para admitirmos que ela venha (sic) produzir em terra, [...], a hecatombe que determinou a bordo dos nossos navios de guerra.<sup>180</sup>

Pouco tempo se passou, e o responsável pela manchete anterior reconheceu o erro e admitiu a pouca informação que possuía sobre os danos da Influenza. Num texto em destaque “A Hespanhola” (sic), o redator faz críticas ao setor público sobre as ações de combate à epidemia e afirma que, pelo movimento do Registro Civil, a gripe já estava fazendo vítimas em Barbacena. Todavia, estas, quase todas, eram de classe pobre em consequência da falta de recursos, do escasseamento de enfermeiras e da falta de higiene necessária ao combate da moléstia. O jornal afirma ainda que o Dr. Carlos Silva Fortes “esforçado presidente da Câmara”, habilitou fiscais, agentes, a “Pharmácia Andrade & Andrade” e o médico Dr. Oscar Pimentel para fornecerem aos indigentes comprovados, assistência médica e gêneros de que carecessem, como a alimentação exigida pelo regimento dietético e o aviamento das receitas prescritas.<sup>181</sup>

A fazenda da Borda do Campo, na ocasião, passou a distribuir, por intermédio do Sr. Onofre de Campos, de 20 a 25 litros de leite, o que foi seguido por outros fazendeiros e comerciantes. Além do leite, forneceram alimentos e doaram dinheiro. Com o caos instaurado na cidade, a imprensa se tornou fiscal das boas e das más ações da população e das instituições, a ponto de certos habitantes da região pedirem uma brechinha nos noticiários, buscando justificar suas atitudes. Esse foi o caso do Dr. José Hygino da Silveira, ao explicar sua atitude feita, no dia 14 de novembro. Ao regressar da Colônia dos Alienados, aonde fora prestar serviços médicos, um rapaz que estava à frente da empresa pecuária, solicitou-lhe que examinasse alguns empregados enfermos dessa empresa. Ele atendeu-lhe o pedido, no entanto recusou-se a dar receituário aos doentes, por entender que estes não eram indigentes, logo não precisavam da assistência pública.<sup>182</sup>

A Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, instituição de caridade, também teve seu momento de “glória” nas páginas do jornal. Ao ser questionado, o provedor Sr. José Máximo

---

<sup>180</sup> ACAMPHAS. Jornal da Cidade de Barbacena, 1918, num.1446.

<sup>181</sup> ACAMPHAS. Jornal da Cidade de Barbacena, 1918, num.1455.

<sup>182</sup> ACAMPHAS. Jornal da Cidade de Barbacena, 1918, num.1456.

de Magalhães lamentou não poder atender à solicitação do presidente da Câmara, Dr. Carlos da Silva Fortes e explicou que o regimento interno da Instituição proíbe o recolhimento de “[...] gripados, por ser moléstia infectocontagiosa, e que os médicos assistentes se acham doentes, portanto (sic), a Santa Casa somente está preparada para conservar os doentes que se acham atualmente em tratamento de outras moléstias.”<sup>183</sup>

Entre ajudas e recusas de atendimento, a “Hespanhola”, em menos de um mês, era descrita como “causa mortis” de mais de 130 casos em Barbacena. Contudo, em 24 de novembro, o redator do jornal Cidade de Barbacena afirmava com entusiasmo que a horrível influenza estava em declínio. Porém faz uma ressalva, abordando a aflição do Juiz de Paz de Ilhéus, Sr. Manoel José Campos, em razão da escassez de médicos, no local, e da dificuldade de enviar um facultativo ao referido distrito, a fim de fazer os necessários medicamentos. Na ocasião, tudo o que fosse possível foi feito para combater a epidemia que “grassava” em ilhéus.<sup>184</sup>

O primeiro registro de gripe encontrado em Candendê, distrito de São José de Ilhéus, Termo de Barbacena, foi em 29 de novembro de 1918, e contrariava a expectativa do redator do jornal Cidade de Barbacena sobre o declínio da influenza. Segundo o Escrivão de Paz Interino e Oficial de Registro José Joaquim Pereira, a pedido de João Francisco, lavrador e residente no distrito, registrou-se o falecimento da menina Umbelina, de dez anos, ocorrido por volta das 5 h, tendo a gripe como causa mortis. Atestaram-na Simião José da Silva e Francisco Fernandes Vieira.<sup>185</sup>

Além da pequena Umbelina, outras mortes foram registradas nos grotões da nobre e leal “Cidade das Rosas”.<sup>186</sup> Joaquim Teixeira, carpinteiro, casado, residente no distrito de Ilhéus, declarou que aos 30 de novembro de 1918, no Candendê, lá pelas dez horas da noite, faleceu a menina Joaquina, filha de João Francisco e Maria Margarida. A criança, com apenas um ano e meio de idade, “sucumbira à força da gripe”.<sup>187</sup> O mês natalino também entrou com mortes causadas pela misteriosa. Aos 12 dias do mês de dezembro, o rapaz Antônio Francisco

---

<sup>183</sup> ACAMPHAS. Jornal da Cidade de Barbacena, 1918, num.1455.

<sup>184</sup> ACAMPHAS. Jornal da Cidade de Barbacena, 1918, num.1457.

<sup>185</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, nº 2, 1898 a 1925, fl. 128.

<sup>186</sup> Termo por que ficou conhecida a cidade de Barbacena por seus plantios de rosas e flores, exportadas pelo mundo afora.

<sup>187</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, 1898 a 1925, fl. 131.

Cassiano, filho de Anna Thereza de Jesus e Francisco Antônio Luiz da Costa, falece no auge de seus vinte anos, com os mesmos sintomas dos demais finados.

Num espaço pequeno, sem assistência médica adequada, pautada na economia familiar, a febre deve ter desolado e assustado sua população. A Febre Espanhola, além de devastar física e emocionalmente a população local, provavelmente, alterou os familiares relações de trabalho e as prestações de serviços dos moradores do Candendê aos fazendeiros locais.

As mortes continuaram na localidade até 1919, como relatado por Elias Antônio Quintiliano ao escrivão. Ele afirmou que no dia 4 de janeiro, a gripe ceifou a vida de Francisco Antônio Luiz, aos 55 anos de idade, filho de Antônio Francisco e Anna de Jesus. E que Francisco Antônio deixou duas filhas: Francillina e Maria Francisca<sup>188</sup>. No total, a “Hespanhola” levou a óbito cinco moradores, sem escolher idade e sexo.

Ela também chegou às portas dos fazendeiros. Em 22 de dezembro, Manoel José Campos informa ao escrivão que, em sua Fazenda Três Pontes, no distrito de Ilhéus, faleceu de gripe espanhola, Luiz Gonzaga com 80 anos de idade. O registro não classifica a relação do “velho Luiz Gonzaga” com Manoel Campos.<sup>189</sup> É fato que a mobilidade e o deslocamento de moradores para a cidade e fazendas facilitavam o contágio dos habitantes locais. Infelizmente, como ressaltam os jornais da cidade de Barbacena e os estudos sobre a moléstia no Brasil, as pessoas, com menos recursos financeiros, alimentares e higiênicos e com maior escassez ou dificuldade de acesso aos serviços públicos, compunham a estatística de óbitos registrados.

Neste emaranhado de fatos narrados, surge, em meio ao caos da “Hespanhola”, nomeações diferenciadas para o Candendê. Como um telefone sem fio, ele se transforma de variadas maneiras de acordo com o entendimento do escrivão à pronúncia dos moradores locais. Ao tentar encontrar um significado para a palavra Quendendê em dicionários de tronco linguístico banto, o mais aproximado que foi encontrado é a palavra “quembembe” significando vertente ou grotão. Palavra provavelmente do quicongo Ki- mbemba.<sup>190</sup> Como

---

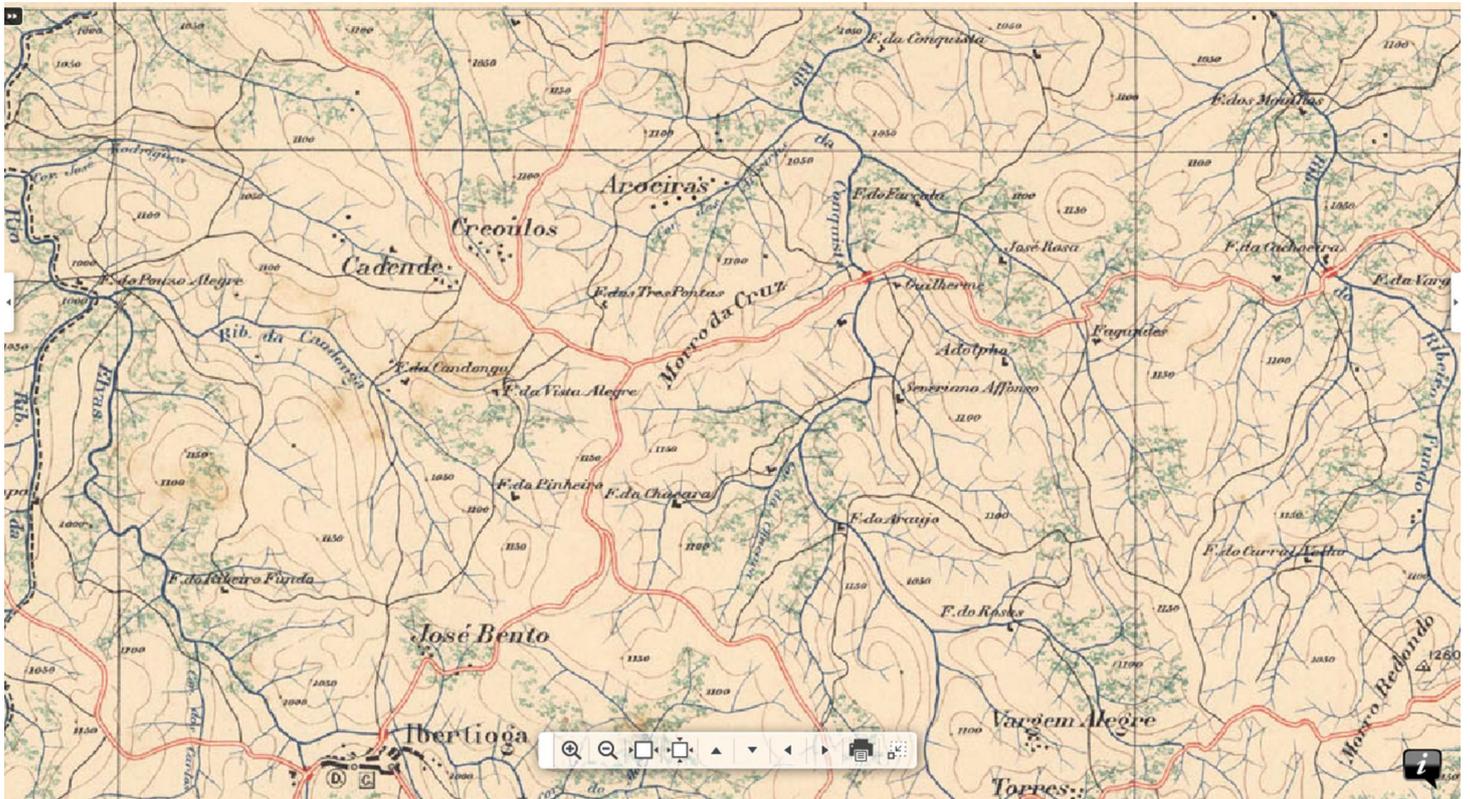
<sup>188</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, 1898 a 1925, fls. 148v e 149.

<sup>189</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925, fls. 150 e 150v.

<sup>190</sup> LOPES, Nei. Novo dicionário Banto do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, p. 207

dito no registro de falecimento de Umbelina, ocorrido em 1898, o termo quendendê prevaleceu dessa data até 1918, quando é alterado para Candendê. Em conversas com outros historiadores sobre a curiosidade que o nome levantava, um deles envia-nos como presente o mapa da cidade de Ibertioga com toda a cartografia regional, inclusive, havendo nele, a presença do Candendê/Sítio dos Crioulos, como se vê abaixo:

Figura 13 – Relevo da região Ibertioga/Barbacena, 1895



Fonte: Relevo da cidade Barbacena/Ibertioga. Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. Fundo da Secretaria da Agricultura, folha nº3, 1895. Disponível no Site: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=303](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=303). Acessado em 02 de fevereiro de 2021.

A importância do achado se deve pelo registro oficial do Candendê, aí grafado como Cadendê. A localidade mostra-se cercada por fazendas importantes como as de Pouso Alegre da família Sá Fortes, a das Três Pontes da família Campos e a da Candonga da família Rodrigues. Fato que nos intriga sobre a sua sobrevivência como comunidade negra em terras que aparentemente eram produtivas. A presença do Candendê em fontes oficiais demonstra uma temporariedade de existência e aceitação de sua presença entre os vizinhos proprietários. Interessante que ao cruzarmos a data do mapa com as fontes analisadas de filhos de Antônio Lourenço, acima apresentadas ao leitor, ele é descrito, até os anos de 1920, como morador das localidades Boa Vista e Lagoa. Ambas regiões, distantes alguns quilômetros do Candendê. Hoje na comunidade há uma polêmica quanto a nomenclatura estar ligada a Antônio Lourenço. Contudo, ao que parece, o quilombo antecede a sua existência. Desta forma, podemos pensar que não foi o Antônio o responsável pelo surgimento do Candendê. Mas, a sua trajetória de vida dentro desse território, que o eternizou com o mito fundador.

Para além dessas indagações quanto à terminologia e data de criação, é possível verificar no mapa de 1895, a presença de outra comunidade negra, vizinha ao Candendê: os Crioulos. Ambas regiões separadas pela estrada de rodagem Barbacena/Ibertioga, nestes grotões, possivelmente transformaram seus moradores em parceiros de caminhada. O termo Crioulo, nos remete aos pensamentos de Barth sobre a etnicidade, como uma organização social baseada na classificação que as pessoas, em razão de sua origem suposta, as validam na interação social.<sup>191</sup> Ou seja, era um termo pautado em observações e avaliações externas sobre o grupo que o compunha. Ao buscar uma contextualização de seu significado, encontramos diferentes percepções para a terminologia. Enquanto no século XVI, ele poderia se referir o escravo nascido na casa do senhor, na concepção do Padre Raphael Bluteau. Já em inícios dos setecentos, pelo viés do Padre jesuíta Antonil, seriam “[...] aqueles que se criaram desde pequeno na casa dos brancos, afeiçoando-se aos seus senhores. [...] E levando bom cativoiro.”<sup>192</sup> Por esses dois religiosos, os crioulos eram apresentados como submissos ao senhor e predispostos a se manterem como bons escravos.

Ao mudar a centúria, indo para o século XIX, o termo crioulo recebe novas concepções ideológicas. De acordo com Rodrigo Resende, Rugendas ao retratar os crioulos do Rio de Janeiro, os apresentam como os mais adaptados à cultura brasileira, formando um “[...] elemento tipicamente nacional. Imprensados entre os valores e códigos culturais não africanos e africanos, [eles formariam]: uma identidade crioula.”<sup>193</sup> Já o viajante Saint-Hilaire, os caracteriza como aqueles que eram filhos de africanos, nascidos no Brasil. Para Burton, essa familiaridade com a civilização ocidental, faria dos crioulos menos adaptados e predispostos à escravidão.<sup>194</sup>

As diferenciações e ambiguidades apresentadas acima sobre o termo reforçam a visão de Barth quanto às classificações sob jugo externo, pautadas em relações políticas e que variavam conforme o contexto. Assim, o que se vê é uma plasticidade em seu significado, que não minimiza, a própria idealização de mundo feita por este grupo, a qual poderia escapar das representações que lhes eram impostas.

A manutenção identitária de Candendê e Crioulos na memória e registros locais, muito se deve, não sob a forma de uma substância imutável, mas, à “fidelidade criadora em relação

---

<sup>191</sup> POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 141.

<sup>192</sup> RESENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e Crioulizações em Minas Gerais**: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentistas. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2013, p.46

<sup>193</sup> RESENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e Crioulizações em Minas Gerais**, op.cit, pp.46-7.

<sup>194</sup> Idem, p. 48

aos acontecimentos fundadores que os instauraram no tempo.”<sup>195</sup> Dessa forma, a memória histórica que alimenta a identidade destes grupos no presente nutre-se de lembranças do passado, sejam elas de prestígios, sejam de sofrimentos compartilhados.<sup>196</sup>

Engemman afirma que o tráfico interno, pós 1850, produziu o sujeito estrangeiro entre os cativos, ou seja, criou um sentimento de pertencimento entre os estabelecidos, como os crioulos e, um estranhamento em relação aos recém-chegados. O estranhamento, não se deve ao grupo étnico-cultural, mas, principalmente, ao tempo de adaptação dentro de uma sociedade multicultural. Com isso, o parentesco seria uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria, antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade, por consecução de cônjuges, seja por parcerias estratégicas no dia a dia de labuta. Um parentesco, mesmo que fictício, entre o Candendê e os Crioulos, seria a amálgama perfeita no enfrentamento contra a desapropriação de seus territórios.

Um dos netos de Antônio Lourenço da Costa, o Sr. João Pedro, nos levou, por meio de um fio condutor da memória, ao passado da formação da comunidade. Ele afirma possuir, em seu poder, a antiga escritura do local e que a existência e permanência do território, chamado hoje Ponto Chique do Martelo, se deve aos seus avôs Antônio Lourenço da Costa e Elias Quintiliano de Araújo, que eram primos. Primos que tiveram seus destinos entrelaçados por parcerias e matrimônios como da filha de Antônio, Aurora, com um dos filhos de Elias, João Serafim, o que legou ao casal maior extensão de terras.

### 2.3 - Os Quintiliano (s): crioulos parceiros na caminhada do Candendê

O sobrenome Quintiliano é citado pela primeira vez em 1904, quando Joaquim Lourenço da Costa, irmão de Antônio Lourenço da Costa, registra o falecimento de Marianna Luíza de Jesus, solteira, 69 anos, filha de Manoel Quintiliano e Marianna Theresa de Jesus.<sup>197</sup> Outro Quintiliano aparece nos registros de óbitos. Trata-se de José Quintiliano, 55 anos, de “causa mortis” desconhecida, solteiro, filho de Antônio Luiz Florêncio e Anna Luíza de Jesus. Segundo entrevista realizada com a senhora Maria Raimunda, José Quintiliano era seu tio e irmão de seu avô Elias Quintiliano<sup>198</sup>.

---

<sup>195</sup> RICOEUR, Paul. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal**. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, 2000, p. 177-194.

<sup>196</sup> POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade...**;p.165.

<sup>197</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Óbito, nº 2, de 1898 a 1925, fls. 30 e 30v.

<sup>198</sup> Entrevista realizada com a Sra. Maria Raimunda, em sua residência, em 2018.

O cruzamento das informações obtidas com os registros de óbitos, nascimentos e as entrevistas concedidas pelos moradores de Ponto Chique ajudam a desvendar um pouco sobre a composição familiar de Elias, também rememorado com um dos fundadores do lugarejo, e de sua esposa, Idalina. Interessante atentar para este casal, pois, segundo relatos, a Sra. Idalina era moradora da Colônia Rodrigo Silva, fundada em meados dos oitocentos para receber imigrantes, em maior parte, italianos. Até o momento não se encontrou o registro matrimonial ou outro documento que confirme a origem da esposa de Elias. Contudo, segundo a memória local, ela era uma mulher branca, de olhos azuis, possuía um sotaque estrangeiro e tinha cabelos longos, com os quais fazia um coque no “topo da cabeça”.

Ao pesquisar sobre a formação da Colônia Rodrigo Silva, encontrou-se o trabalho de Henrique Sérgio Discacciati. Esse autor afirma que a criação da Colônia foi autorizada pelo então Ministro da Agricultura Rodrigo Augusto Silva, em 28 de julho de 1877, no Aviso nº 36, aos diretores da Estrada de Ferro D. Pedro II.<sup>199</sup>

Segundo o autor, as primeiras 25 famílias chegaram ao núcleo em 13 de abril de 1888. Em pouco tempo, o núcleo já tinha 165 famílias, constituídas de 842 pessoas, em 16 de julho de 1889. Cada família recebia um lote com a respectiva casa e subsídio do Governo para seu sustento ao longo de um ano.

---

<sup>199</sup> DISCACCIATI, Henrique Sérgio. **Discacciati da Itália à Barbacena**: história de uma família. Campinas, SP: Incentivar, 2010, p.39.

Figura 14 - Núcleo Colônia Rodrigo Silva



Fonte: Extraído de DISCACCIATI, Henrique Sérgio. **Discacciati da Itália à Barbacena: história de uma família**. Campinas, SP: Incentivar, 2010, p.

Neste mapa, sem data, a Colônia já abrangia um total de 230 lotes rurais, mais 40 lotes urbanos e chegava a um total de área de 3.996 ha. As primeiras áreas foram adquiridas pelo governo da antiga fazenda do Facão, de Francisco de Assis Pacheco Penna, em 1887, na época com 19.670.278 m<sup>2</sup>. Segundo notícias encontradas pelo autor em jornais locais, muitas foram as dificuldades enfrentadas, como terras estéreis, o não-cumprimento do contrato pelo governo e falta de repasse financeiro aos imigrantes. Contudo, apesar das adversidades, o Almanaque Municipal de Barbacena, de 1897, traz o registro das lavouras a que se dedicaram os colonos, tais como milho, feijão, batatas e uvas, chegando a produção a 69:170\$500 (sessenta e nove contos, cento e setenta mil e quinhentos réis).<sup>200</sup>

Os imigrantes italianos eram majoritários, vindos da região Norte da Itália: Vêneto, Friuli-Veneza-Giulia, Lombardia e Piemonte. Porém, o núcleo recebeu população originária de outras regiões do mundo, como demonstra a tabela abaixo:

<sup>200</sup> DISCACCIATI, Henrique Sérgio. **Discacciati da Itália a Barbacena: história de uma família**. Campinas, SP: Incentivar, 2010, pp. 42-3.

Tabela 5- Imigrante da Colônia Rodrigo Silva

População do núcleo colonial Rodrigo Silva em Barbacena, entre 1889 e 1912								
Nacionalidade	1889	1894	1897	1908	1909	1910	1911	1912
Brasileiros			66	223	226	226	227	236
Alemães			12	8	8	8	7	7
Austríacos			72	13	13	13	9	9
Espanhóis			4	–	5	–	–	–
Italianos			754	1.147	1.179	1.228	1.348	1.389
Portugueses			–	6	7	7	1	5
Russos			–	–	–	–	–	7
Outras			–	–	–	9	22	22
<b>Total</b>	<b>842</b>	<b>811</b>	<b>908</b>	<b>1.397</b>	<b>1.438</b>	<b>1.491</b>	<b>1.614</b>	<b>1.675</b>

Fonte: Elaboração do autor como base em: 1889 – Arquivo Público Mineiro, 1894 – jornal A Folha, de 16/5/1894, 1897 – Almanaque Municipal de Barbacena, Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912, vol.1, p. 158, IBGE.

Possivelmente, a esposa de Elias, Idalina Maria de Jesus, fazia parte destes núcleos de imigração da Colônia Rodrigo Silva. Infelizmente, até o momento, quase nada se sabe sobre a sua existência, como teria estabelecido matrimônio pelas bandas do Candendê/Crioulos. O Sr. João Pedro afirma não ter conhecido sua avó, mas que sempre escutara falar que seus avós começaram a namorar depois de se encontrarem nas festas locais.

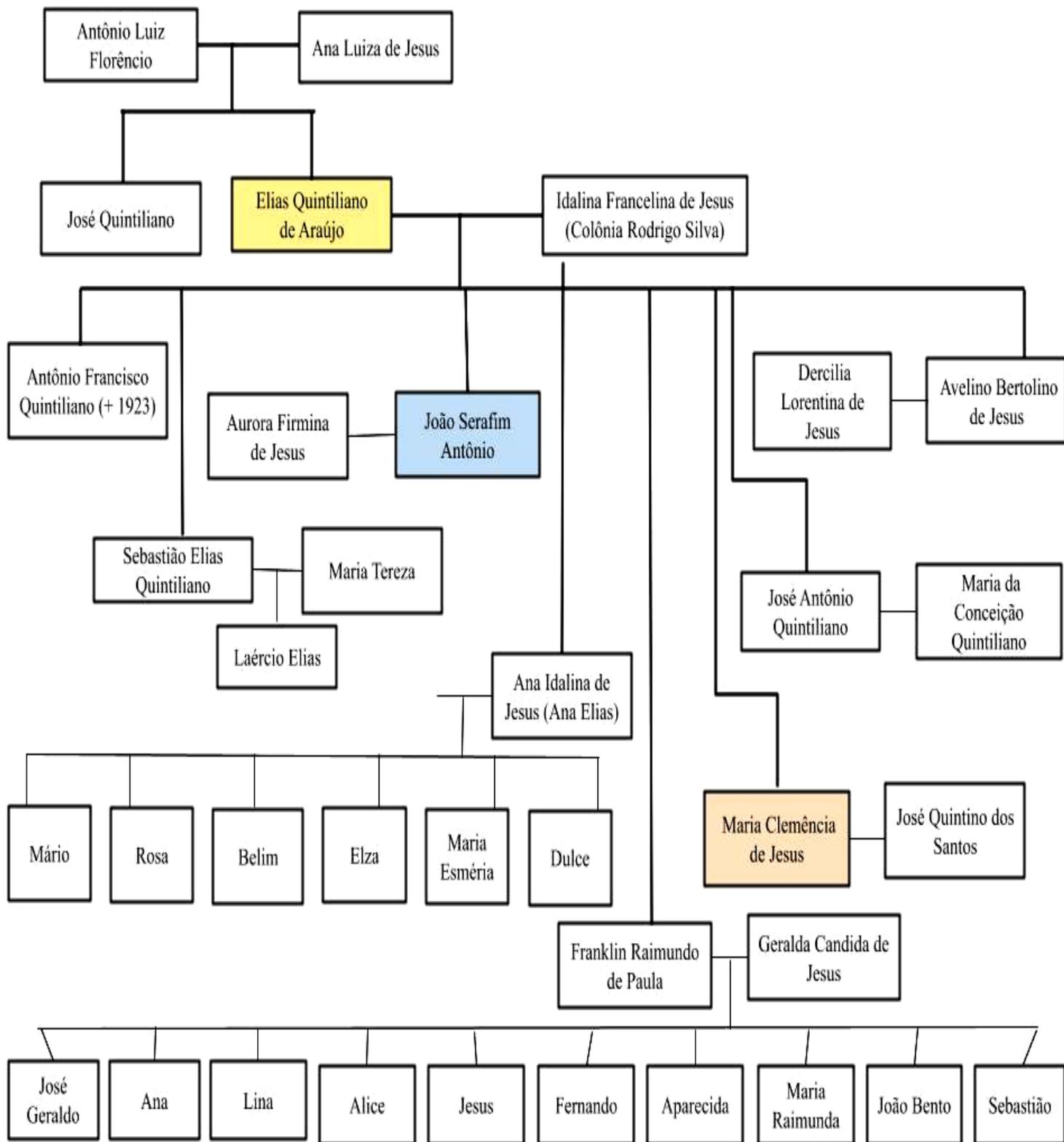
Elias e Idalina tiveram alguns filhos que apareceram nos registros ou nas memórias dos moradores. Entre eles, Sebastião Elias Quintiliano, casado com Maria Thereza, pais de Laércio Elias, ainda morador na região; Ana Idalina de Jesus, também conhecida como Ana Elias, mãe de Rosa, Belim, Maria, Elza, Dulce e Maria Esméria. Belim era o caçula, e a autora teve a oportunidade de conhecê-lo. Ele tinha a tez parda, cabelos lisos e pretos e olhos castanhos. Infelizmente, em idade adulta, passou a apresentar transtornos mentais, devido a problemas com alcoolismo, passando a vagar pelas ruas de Barbacena, estando atualmente, desaparecido.

Antônio Francisco Quintiliano, também filho de Elias, aparece no registro de óbito de 1923. Faleceu aos 40 anos, por causa de uma gripe, no lugarejo Crioulo/Candendê, como declarado por seu cunhado José Quintino dos Santos.<sup>201</sup> Neste registro é possível perceber as conexões estabelecidas entre Crioulos, Candendê e Lagoa. Pois, o declarante Antônio

<sup>201</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, nº 2, 1898 a 1925, fls. 187...

Quintino dos Santos, era morador do Pasto da Lagoa, esposo de uma das filhas de Elias Quintiliano, antigo morador dos Crioulos e, ao registrar o falecimento do cunhado, Antônio Quintino estabelece no documento a proximidade existente entre o lugarejo Crioulos e o Candendê. Proximidade que não era apenas geográfica, mas de parentesco e parcerias. As relações horizontais e mesmo as verticais com fazendeiros vizinhos, ajudaram a manutenção firme em tuas terras. Os laços possíveis entre os Crioulos e os filhos de Antônio Lourenço, neste momento, já fixado no Candendê, foram de suma importância para ampliação dos espaços ocupados, tanto em posses territoriais quanto, em status dentro da comunidade. Vejamos a seguir, as conexões estabelecidas pela família Quintiliano.

Diagrama 2 – Família Quintiliano



Legenda: (+) = o ano de morte.

Fonte: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e entrevistas.

O diagrama acima demonstra casamentos entre iguais: lavradores, pobres, negros, pardos e moradores locais. As duas famílias, Quintiliano e Lourenço da Costa, que trazem em si o mito fundador desses campos negros, estreitaram os laços de solidariedade a partir da união de João Serafim Antônio, filho de Elias, com Aurora Firmina de Jesus, filha de Antônio Lourenço. O matrimônio foi oficializado em cartório em 1949, quando os pais dos cônjuges já eram falecidos. Todavia, o registro esclarece que já eram casados na Igreja e possuíam sete filhos. Somente nesta data (1949) resolveram oficializar, no civil, o matrimônio e legitimar os filhos existentes.<sup>202</sup> A idade dos filhos de João Serafim, também conhecido na comunidade como João Elias, e de Aurora, na data do registro civil, chegava próximo aos vinte anos. A filha mais velha, Maria, já estava com seus dezoito anos; e o mais novo, Antônio, com apenas um ano de idade. Isso faz pensar os fatores que levaram João e Aurora a se preocuparem, tanto tempo depois de casados, em registrar em cartório seus herdeiros.

Levi, em texto sobre comportamentos, recursos e processos, traz algumas informações que poderão responder. Para o autor, numa sociedade fragmentada, conflitos e solidariedades ocorriam entre iguais. “[...] Esses competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas, hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos.”<sup>203</sup> Assim, os casamentos ocorriam geralmente entre iguais. Todavia, este fato não assegurava estabilidade familiar na manutenção da posse das terras. Dessa forma, era necessário assegurar, aos herdeiros, a legalização de seus bens para que, num futuro incerto, não fosse questionada por parentes ou por terceiros.

João e Aurora buscavam estabilidade e segurança para os seus. Ambos eram filhos e herdeiros de personagens com poderes simbólicos e territoriais na comunidade e, provavelmente, angariaram faixas de terras dos dois lados. Era necessário manter essas posses, mesmo nas adversidades, e evitar que o infortúnio os pegasse de surpresa. Infelizmente, foi o que se realizou, pois o filho caçula Antônio, quando jovem passa a apresentar transtornos mentais, ficando internado num hospital psiquiátrico de Barbacena. Contudo, tinha autorização para visitar a família nos finais de semana. De acordo com a

---

<sup>202</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Casamento, nº 3, 1929 a 1967, fls. 161 e 162.

<sup>203</sup> LEVI, Giovanni. “Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo.”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 212.

memória da prima, Sra. Maria Raimunda, numa dessas visitas, Antônio teria assassinado seu pai, João, com tiros da arma de fogo que o lavrador mantinha em casa.<sup>204</sup>

Apesar do fim trágico, constatou-se serem tardios os registros civis, um fator comum entre os moradores do Candendê. O que demonstra uma nova percepção da comunidade sobre as mudanças legislativas e sociais do século XX. Eles, deveriam se inserir na “República dos Cidadãos” e seguir suas regras. Não bastavam as leis costumeiras, em que todos conheciam suas posses, seus limites e seus herdeiros. Agora, era necessário o registro, o que faz pensar como esse grupo buscava se inserir na cidadania republicana.<sup>205</sup>

Acreditamos que as fragmentações territoriais nunca foram uma pretensão dos pais. Mas, para além da unidade territorial, dentro de uma comunidade ligada à memória e à resistência, transmitir aos filhos o legado social alcançado também era prioridade. A posse de extensões territoriais manteria, na mente dos descendentes, o legado imaterial conquistado por seus pais.<sup>206</sup> Todavia, apesar da união dos filhos das duas famílias fundadoras, não era suficiente, ante os percalços da vida, que poderiam mudar o rumo da história, como relatado por um descendente de Aurora e João Serafim,

Quando partiu aqui entre meu pai e os irmãos, eu já tava (sic) com 12 anos. Aí, eu lembro aquele movimento, documento pra cá e pra lá. Os irmãos, tio Avelino, tio bastião, tio zé Quintino [cunhado], tia Ana Elias. Então, esses são os herdeiros [de Elias Quintiliano] que meu pai partiu com eles. A tia Dercília, esposa do meu tio Avelino, o tio Bastião casou com irmã dela, outra origem. Candendê era dividido por vala, tinha mata-burro e porteira pra não passar. Mas dentro desse círculo, [...], pessoas ficavam doentes e pagavam com pedaços de terras, principalmente da parte da minha mãe [herdeira de Antônio Lourenço]. Mas da parte do meu pai não teve isso não. A parte do Elias Quintiliano de Araújo, teve isso não. Mas parte da minha mãe teve. Quando partiu, o meu pai fez uma toca do pedacinho da minha mãe, que pertencia lá e anexou no dele aqui. [...] falavam uma quarta, pequenininho, porque ficou pequenininho. Deve ser o pai dela, né, que foi pagando pra essas pessoas, só sobrou pra ela uma quarta, aquela época, eles falavam 10 litros. É o que eles cavavam e plantavam, 10 litros.<sup>207</sup>

Os relatos dos netos de Antônio Lourenço e de Elias Quintiliano demonstram que, para além da falta de recursos e fragmentação das terras com os matrimônios de filhos, ambos tiveram que utilizar de suas posses na solução de problemas pessoais. As relações verticais estabelecidas com proprietários vizinhos à comunidade, se por um lado os ajudaram a

---

<sup>204</sup> Entrevista realizada com a Sra. Maria Raimunda, aos 31 de novembro de 2018.

<sup>205</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p. 181.

<sup>206</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

<sup>207</sup> O sr. Genésio Serafim Antônio, neto pelo lado materno de Antônio, o Candendê, e do lado paterno de Elias Quintiliano de Araújo. Entrevista realizada em 15 de junho de 2019.

permanecer neste campo negro por anos, por outro, eram utilizadas como moeda de troca por favores que, os forçariam a esfacelar ainda mais suas conquistas.

Elias, como Antônio Lourenço, também teve relações próximas com os fazendeiros da família Moreira Campos. De acordo com João Pedro, seu pai, João Serafim, foi, ainda criança, deixado na fazenda Três Pontes do Sr. Manuel José Moreira Campos, pelo pai, meeiro naquelas terras, para ali ser criado e trabalhar.<sup>208</sup> Vê-se uma racionalidade específica do mundo camponês ou, como afirma Levi, uma estratégia<sup>209</sup> que vai tanto de casamentos entre iguais, resistência à repartição das terras, quanto também de mecanismos de proteção e clientelismo com redes de amizades e vínculos que vão além de puros cálculos econômicos.

Franklin Raymundo de Paula, outro filho de Elias, deu continuidade à postura da família em estabelecer laços matrimoniais entre lavradores. Contudo, o amor de sua vida viria com os recém-chegados de Ibertioga, Sr. Bento Francisco de Paula e Anna Cândida de Jesus, que concordaram, em frente ao Juiz do Registro Civil, casar sua filha, senhorita Geralda Cândida de Jesus, que acabara de completar 17 anos de idade.<sup>210</sup>

Interessante observar o local onde ocorre o casamento. Novamente a fazenda Três Pontes do Sr. Manoel José de Campos que, na ocasião, era o primeiro Juiz de Paz do Distrito de Ilhéus, aparece no cenário de atual pesquisa, sendo palco de um simbolismo importante para as famílias envolvidas: casamento. Isso comprova que a ligação entre os moradores do Crioulos/Candendê e a família Moreira Campos era para além das relações trabalhistas. O recém-noivo, apesar de retirante da fazenda Campos, não se privou de manter uma economia de subsistência em suas terras, sendo possuidor de um pequeno cafezal, de uma plantação de mandioca e da criação de porcos e galinhas.<sup>211</sup>

Sua irmã Maria Clemência de Jesus também andou um pouco afastada do grotão dos Candendê para encontrar seu parceiro de vida. Ela se casou com José Quintino dos Santos, filho de José Antônio Cirilo e Ana Francisca de Jesus Duarte. Estes eram moradores da

---

<sup>208</sup> Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em 9 de novembro de 2018, em sua residência.

<sup>209</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**, 2000, p. 25.

<sup>210</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Casamento, nº 3, 1929 a 1967, fls. 75.

<sup>211</sup> Segundo entrevista realizada com a filha Maria Raimunda, o pai trabalhava na Fazenda das Três Pontes, tendo a função de “retireiro”, ou seja, ordenhar vaca e cuidar do gado em geral. Era uma pessoa alegre e boa, que buscava dar fartura e qualidade de vida à sua esposa e aos 11 filhos, sendo denominado pela filha como “homem farturento”. Entrevista cedida ao autor em 30 de dezembro de 2018.

Lagoa, localidade afastada 6 km de Ponto Chique.<sup>212</sup> Antônio Cirilo foi mencionado no início da tese pelo Sr. João Pedro que afirmou ser ele capão do mato dos fazendeiros e “puxador de cordas” na figueira dos escravos fugidos.<sup>213</sup> Cirilo é lembrado como sendo um dos tocadores de cavaquinho nos bailes da roça e benzedor de animais.

#### 2.4 - ENTRE REZAS E CALANGO: ampliando a cantoria no quilombo Candendê

As memórias de rezas de curas e de algumas palavras específicas dos moradores mais antigos do quilombo Candendê mostram a riqueza das manifestações culturais afro-brasileiras. As rezas de curandeiras, comuns em vários cantos do país, ocorria com frequência no quilombo. Pelas memórias, sabemos que Antônio Lourenço “[...] falava meio embolado, usava algumas palavras do idioma africano, gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço.”<sup>214</sup> Os filhos Aurora e José Pedro seguiram seus passos.

Horton alega que a Biologia e a Química trazem mais respostas ao pensamento religioso e tradicional africano do que os antropólogos podem supor. O autor afirma que as relações entre o sentido comum e a teoria na África tradicional são iguais na Europa. Ele exemplifica seu ponto de vista, citando os povos kalabari do delta do Níger, que distinguem diferentes enfermidades e, para tratá-las, dispõe de coleções de ervas.

Segundo o autor, nesta região do Níger, quando alguém adoecer, um membro ordinário da família inicia o tratamento. Em outras ocasiões, eles seguem as instruções de um médico indígena. Caso não funcione o tratamento, o médico indígena tenta novos medicamentos naturais ou passa a relacionar a enfermidade a uma gama mais ampla, relativas às diferentes entidades espirituais.<sup>215</sup>

Não é preciso irmos tão longe para encontrarmos ervas e idiomas africanos como auxiliares em processos de cura. No Candendê, Aurora, filha caçula de Antônio Lourenço, mesclava os conhecimentos adquiridos com o pai com os de sua fé católica. Ao ser chamada para solucionar de pequenos a grandes “problemas, aparentemente, sem solução”, sejam ligados às plantações e criações, sejam ligados às moléstias que acometiam as crianças, ela sempre começava com uma indagação: “Bonita, você acredita em Deus?” Aí, a pessoa respondia que cria. Ela então continuava – “Então, confie em Deus e não em mim.” Quer

---

<sup>212</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Casamento, nº 3, 1929 a 1967, fls. 130, 130v e 131.

<sup>213</sup> Entrevista realizada com o Sr. João Pedro, em 2012.

<sup>214</sup> ANDRADE, José Lázaro (org.). **Projeto Pedagógico: História dos Distritos**. Barbacena, 2007.

<sup>215</sup> HORTON, Robin. Rasgos comunes al pensamiento occidental moderno y al pensamiento tradicional africano. **Ciência e brujeria**. Barcelona, Ed. Anagrama, 1967, p. 75-117.

dizer, ela só fazia a parte dela aqui na Terra [...]. “Ela ia fazendo as coisas, até acabarem os problemas.”<sup>216</sup>

Genésio faz questão de justificar a atitude e a fala da mãe, ao explicar como Aurora era famosa na região por acabar com as pragas que acometiam as couves e os animais, sendo muito requisitada nas fazendas e até nos lugarejos mais distantes do quilombo. Ele afirmou que “[...] não era assim como a turma, que nem fala hoje em dia, macumba, não era nada disso. Ela fazia simpatia!”<sup>217</sup>

Para entender o hibridismo que ocorre no encontro de culturas e de modos tão diferentes de ver o mundo, é necessário conhecer o que os distinguia. Horton, ao estudar a distinção entre ciência e cultura tradicional africana em meio as práticas de curas, separou a primeira (ciência), chamando-a cultura aberta, e a última, tradicional africana, cultura fechada.<sup>218</sup>

Para o autor, as técnicas de adivinhação comportavam traços básicos como meios de selecionar uma sequência de causa efetiva, a partir de várias causas potenciais e da áurea de falibilidade que trazem a possibilidade de desculpá-lo quando as prescrições terapêuticas não dão resultados. Já na cultura aberta, a atitude científica está firmemente institucionalizada e pode-se esperar uma resposta negativa do especialista sobre as causas da enfermidade. Afinal, ela pode ser posta à prova e substituída por novas teorias.<sup>219</sup>

Os termos coincidência, azar e probabilidade são “muito pouco desenvolvidos” nas culturas tradicionais da África. Para o autor, essa cultura tem o costume de atribuir uma causa concreta a qualquer evento, em que a morte de algum enfermo ou acidentado deve-se a problemas com os antepassados, heranças ou ao mau uso da propriedade. A probabilidade será a primeira a cair em desuso na cultura fechada. Já que é necessário existir um diagnóstico preciso sobre o que vai suceder com o enfermo, diferentemente do que se espera da cultura aberta (científica), com suas probabilidades das quais surgem as hipóteses.

Nesse sentido, é interessante ver a continuidade das tradições, ditas fechadas, em meio à modernidade da medicina. Genésio lembra que muitas pessoas que chamavam sua mãe para benzer e fazer simpatias eram de alto poder aquisitivo, podendo até “passear em Paris”, ou seja, possuíam recursos financeiros suficientes para procurar assistência médica. No entanto, confiavam nos conhecimentos de Aurora. As relações entre essa e os que a ela pediam auxílio

---

<sup>216</sup> Entrevista com o Sr. Genésio Serafim Antônio, filho de Aurora, em 15 de julho de 2019.

<sup>217</sup> Entrevista com o Sr. Genésio Serafim Antônio, filho de Aurora, em 15 de julho de 2019.

<sup>218</sup> HORTON. **Ciência e brujeria..**;p.92

<sup>219</sup> HORTON. **Ciência e brujeria..**; pp. 101-2.

se estreitavam a ponto de ultrapassar as rezas, tornando-a confidente de segredos de família e de questões ligadas aos bens dos solicitantes.<sup>220</sup>

Kwame Appiah,<sup>221</sup> ao observar a continuidade das tradições africanas, mesmo com o advento da modernidade científica, afirma que o Ocidente se familiariza mais rapidamente do que a África com o tema da modernidade. Para ele, nenhum dos dois mundos poderá compreender o que é moderno, enquanto não se autocompreenderem. Em seus escritos, alega que um dos marcos da vida tradicional africana é a extensão em que crenças, atividades, hábitos mentais e comportamentos, em geral, são perpassados pelo que os europeus chamam de “Religião”.

De acordo com APPIAH<sup>222</sup>, o termo Religião possui significados diferentes entre o Ocidente e a África tradicional. Por isso, onde é tão necessário distinguir os três tipos separados para sua melhor compreensão:

- 1- compreender o ritual e as crenças subjacentes;
- 2- compreender as origens históricas do ritual e das crenças;
- 3- compreender o que as sustenta.

Neste sentido não serão os movimentos que tornam religiosos as rezas e simpatias, mas, sim, as intenções dos que as querem fazer. Como exemplo, APPIAH cita a utilização do ouro em pó, produto essencial nos rituais tradicionais de certas regiões africanas. Em suas concepções, eles acreditam que, sem o ouro em pó, o ritual é menos eficaz, já que ele simboliza a doação da riqueza. Algo que o sacerdote tradicional, diferentemente do ancestral, não sabe. Apesar de a riqueza não fazer diferença para os deuses, a utilização do ouro demonstra um presente precioso e respeitoso que os humanos abastados gostariam de receber. Assim, o ouro em pó simboliza o respeito dado ao “ser” que é importante.<sup>223</sup>

No quilombo Candendê, os ensinamentos sobre plantas, que auxiliam contra certas enfermidades e pragas, ainda permanecem vivos na memória dos descendentes de Antônio Lourenço e de sua filha, Aurora. Ervas retiradas de pastos ou de cerrados, vegetação típica que cerca o lugarejo, eram utilizadas na confecção de xaropes e chás. Folha amargosa, boldo,

---

<sup>220</sup> Entrevista com o Sr. Genésio Serafim Antônio, filho de Aurora, em 15 de julho de 2019.

<sup>221</sup> APPIAH, Kwame. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 156.

<sup>222</sup> Idem; 1997, p. 158

<sup>223</sup> APPIAH. Na casa de meu pai; p. 159.

funcho, erva cidreira, mané-mago, por exemplo, compõem a lista de remédios caseiros de seus moradores.

APPIAH indaga o que mantém vivas crenças como essas na contemporaneidade, embora “pessoas modernas” as julgam, obviamente, falsas. Para ele, tanto a racionalidade quanto a verdade, são um ideal. Assim, “[...] na crença, a racionalidade consiste em ter uma disposição tal a reagir às provas e às reflexões que, o sujeito altera suas crenças de modo a tornar mais provável sua verdade”.<sup>224</sup>

Como exemplo, ao narrar o casamento de sua irmã, o autor buscou demonstrar o sentido conciliatório que as religiões africanas possuem ao repartirem seus ensinamentos e espaço, na celebração familiar, com os representantes metodistas, católicos e linguistas tradicionais da África. Para ele, essa “abertura” é que dá a durabilidade às cosmologias tradicionais africanas e que contrasta com o “sentido antagônico” da teoria científica. Para Appiah, a alfabetização tem consequências, entre elas, permitir um tipo de coerência que a cultura oral não exige. Ele afirma que o hiato entre africanos e ocidentais instruídos não vai continuar, graças às gerações de intelectuais africanos letrados que no momento, estudam as tradições de seus países.

Leda Martins afirma que a “[...] cultura negra nas Américas pode ser considerada de dupla face, de dupla voz, e expressa, [...] as disjunções entre o que o sistema social pressupunha que os sujeitos sociais deviam dizer e fazer e o que, por inúmeras práticas, realmente diziam e faziam.”<sup>225</sup> As rezas de Aurora trazem os saberes africanos revestidos em novos formatos. Afinal, sob condições adversas, estes saberes se transformavam garantindo assim, a sua sobrevivência. A cultura negra, é epistemologicamente o lugar das encruzilhadas de culturas e sistemas simbólicos. Tanto Aurora quanto Antônio, usavam palavras “emboladas” do idioma africano, transpassadas por frases, pensamentos e ornamentos cristãos. Tudo, banhado com ervas do cerrado indígena. Na hora da cura, é o coletivo que sobrepõe o singular, ao trazer na memória, no corpo e na voz de Aurora, os rituais de tempos e territórios culturais diversos.

Serão os estudos sobre culturas tradicionais, ao contrário do que se pensava, com pessoas apostando no seu desaparecimento, especialmente de base africana e oral, que passarão a ampliar e reproduzir seus saberes. Os desafios de calango, as rezas e as simpatias, os chás caseiros que buscam até hoje, amenizar situações de desesperanças e doenças, são

---

<sup>224</sup> Idem, p. 167

<sup>225</sup> MARTINS, Leda. Oralitura da memória. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org). Brasil afro-brasileiro. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.69

tradições orais passadas de geração a geração e que chegam até nós, com toda uma forma própria de ver e sentir o mundo e de se comunicar com ele. Cantos, orações e palavras africanas reformuladas no Novo Mundo trouxeram um colorido às narrativas do quilombo Candendê e carregam além de nostalgia, um sentido de resistência.

#### 2.4.1- Malungu: um jeito de ser e falar Candendê

Palavras pronunciadas por moradores mais antigos do Candendê, como “malungo”, têm um significado especial que vem do além-mar. Os descendentes de Antônio Lourenço e Elias Quintiliano, em entrevistas e em conversas informais, em Ponto Chique, soltam, em meio ao Português, frases como estas: “[...] ontem vi o malungo tal no centro da cidade de Barbacena.” Ou ainda, “[...]o ciclano tal é meu malungo.”

No texto “Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil”, Robert Slenes<sup>226</sup> demonstrou como a falta de interesse dos brancos brasileiros em conhecer a língua dos escravos, aliada ao fato de que parte desses cativos terem vindo das regiões centro-sul da África, tendo por isso uma mesma ramificação linguística chamada bantu, favoreceu na criação de códigos, dentro e fora das senzalas, para enfrentar a escravidão. Para o autor, “[...] um exemplo é a raiz que deu origem a palavra ‘malungo’, a qual [...] poderia encontrar-se por meio das palavras, não apenas no mesmo ‘barco’ semântico, mas no mesmo ‘mar’ ontológico.”<sup>227</sup>

Para Carla Malandrino<sup>228</sup>, a história dos povos bantos tem origem numa série de migrações internas ocorrida no Continente Africano, e influencia a memória do quilombo Candendê. Teve origem no aumento populacional das áreas ao norte da África e forçou uma série de migrações internas no Continente, em busca de terras férteis.

Essas levas migratórias saíram de suas regiões nas vizinhanças do atual Camarões, e se espalharam pela África Central e pela Oriental. São compostas pelos atuais países: Uganda, Quênia, Tanzânia, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue, África do Sul, Angola, República do Congo, Malavi, Botswana e Lesoto.

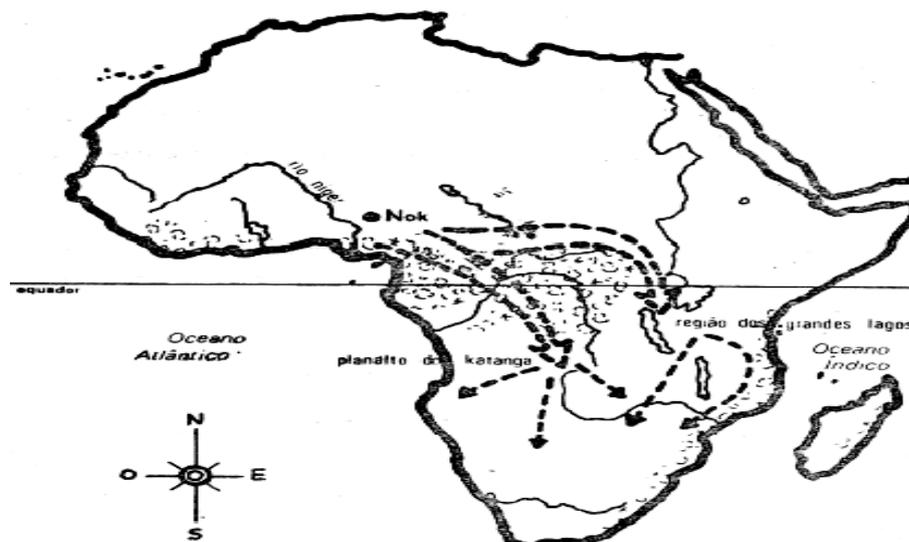
---

<sup>226</sup> SLENES, Robert W. “**Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil**”. Revista da USP, 12 (jan/fev. 1991/1992), 48-67.

<sup>227</sup> Idem, p. 52

<sup>228</sup> MALANDRINO, Brígida Carla. “**Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém**”: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantu no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo, 2010, p.42.

Figura 15 - Deslocamentos e migrações dos grupos bantos



Fonte: REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, *História*, p. 81

Para além do parentesco linguístico, os povos bantos conservaram também um fundo de crenças, ritos, usos e costumes bem similares. Para Malandrino, a unidade cultural revela-se nas linhas do pensamento, na concepção de mundo e no humanismo que dá base às instituições sociopolíticas.<sup>229</sup> A cultura africana, segundo ela, envolve uma visão particular do mundo, uma presença particular no mundo – onde as coisas se ligam e se interagem.

Ao que parece, os falantes de Quimbundo e Umbundo, junto com os de Quicongo, chegaram à palavra “malungo” com o significado de companheiro da mesma embarcação. Seja na infelicidade do rapto e da viagem num navio negreiro, seja no dia a dia da escravidão no Brasil. É provável que, durante a travessia do Atlântico, os africanos tenham percebido a possibilidade de comunicação entre os pares e as semelhanças mais profundas existentes na linguagem. Ao chegar ao Brasil, não demoraram a entender a situação a que estavam sujeitos, de mando e de submissão, “[...] e em parte por causa disso, [avistaram] a possibilidade de construir, a partir de uma herança cultural em comum, uma nova sociabilidade na própria soleira da porta que não lhes abria e, contra aqueles que a mantinham fechada.”<sup>230</sup>

Os povos africanos escravizados chegaram a Minas Gerais, graças ao dinamismo econômico alcançado por essa região. Desde a entrada dos bandeirantes, ainda no século XVII, o chão mineiro foi vasculhado em suas raízes, à procura de minerais preciosos. Com a

<sup>229</sup> MALANDRINO. “Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém”, p.52.

<sup>230</sup> Idem, p.59

derrocada da mineração, a Província, no século XIX, além de se transformar num importante entreposto comercial, tornou-se forte região abastecedora de alimentos que eram enviados, principalmente, para a Corte, e uma das maiores regiões exportadoras de café para o mercado mundial.

Os primeiros registros oficiais que aventam a possibilidade de haver pedras preciosas em Minas Gerais datam de 1664. Estas foram finalmente descobertas em 1683, o que fez a coroa portuguesa nomear a região de “Minas de Cataguases”.<sup>231</sup>

Uma estrada foi aberta interligando São Paulo à região aurífera e ao Rio de Janeiro. É o chamado “Caminho Velho”. Contudo, devido a vários percalços como: distância, tempo do percurso e risco de assaltos - tropeiros, autoridades e comerciantes começaram a planejar nova rota que fosse mais acessível e segura. É nesse contexto que se tem a abertura da estrada “Caminho Novo” e a expansão da região que posteriormente ficaria conhecida como Arraial da Borda do Campo.

A partir da abertura do Caminho Novo, inicia-se uma urbanização consistente, voltada a prestar serviços aos tropeiros que por ali passavam. Forneciam-lhes pouso, alimentos, área de pasto para seus animais e mantimentos destinados às regiões mineradoras e à Capital da Colônia.<sup>232</sup>

A construção da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade, no centro do arraial, foi o símbolo da posição privilegiada alcançada pela região em relação à Corte. Ao seu redor, construções foram autorizadas a partir de 1753. Não demorou muito para o Arraial da Borda do Campo ascender à Vila de Barbacena, nome esse recebido em homenagem ao governador da Capitania de Minas Gerais, Visconde de Barbacena, que assinou a autorização em 14 de agosto de 1791.<sup>233</sup>

O dinamismo econômico de Barbacena continua em ascensão no século XIX, como comprova a Lei Provincial, de 9 de março de 1840, que concede à vila o título de cidade. Massena cita o viajante Millet que, ao passar pela região, impressiona-se como Barbacena, junto com as freguesias de Ibitipoca e Simão Pereira, contava, em meados do século, “[...]”

---

<sup>231</sup> Segundo Massena, Fernão Dias Pais, em 1680, renova sua expedição ao interior de Minas Gerais em busca de esmeraldas, falecendo no ano seguinte de febre palustre às margens do Rio das Velhas. MASSENA, Nestor. **Barbacena: A terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 207.

<sup>232</sup> RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)**. Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008, p.153.

<sup>233</sup> MASSENA, Nestor. **Barbacena: A terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p.228-9.

com, mais ou menos, 12 mil habitantes que se empregam na agricultura e na extração de ouro e exportam para o Rio de Janeiro grande quantidade de café e de algodão”.<sup>234</sup>

O padre José Joaquim Correia de Almeida, no “Jornal Notícias da Cidade de Barbacena”, em 1883, confirma a diversidade econômica existente no Termo, a qual consistia na produção de “[...] queijos, açúcar, rapaduras, aguardente, fumo, farinha de milho [...]. Além de algumas voltadas à fabricação de tecidos de algodão e lã, sem se esquecer dos afamados cigarros [...]”.<sup>235</sup>

Desta forma, os relatos de viajantes e memorialistas corroboram com a afirmação de que, entre a decadência da mineração e a expansão do café, havia em Minas Gerais, uma economia diversificada e dinâmica.<sup>236</sup> Em meio a esse dinamismo, Barbacena se configurou, ao longo de sua trajetória, com uma expressiva utilização de mão de obra escrava disseminada entre pequenos e médios lavradores e, em pequeno número, nas “plantations” de fazendeiros locais ligados ao cultivo do café e na criação de gado leiteiro.<sup>237</sup>

Assim, os vestígios da cultura banta, que até hoje são perceptíveis na memória e na fala dos descendentes do Candendê, são justificados pelo número de escravos existentes no Termo de Barbacena, ao qual pertence o quilombo. Mesmo que a região, entre os anos que vão da elaboração da Lista Nominativa de 1832 ao censo de 1871, tenha sofrido desmembramentos importantes em seu território, como a perda de áreas cafeicultoras, como as de Juiz de Fora, Mar de Espanha, Rio Preto e Leopoldina, ela chegou ao final do século XIX com uma população em ascensão e integrada ao circuito mercantil escravista do Brasil, como mostra a tabela.<sup>238</sup>

#### Quadro 1 – Dados populacionais do Termo de Barbacena

---

<sup>234</sup> MASSENA, Nestor. *idem*, p.298.

<sup>235</sup> MASSENA, Nestor. *idem*, p. 376.

<sup>236</sup> Maria Yedda Linhares polemizou a respeito do quadro mofo surgido com o esgotamento das lavras auríferas. Suas ressalvas ressuscitaram novas indagações e visões sobre a economia de Minas e trouxe à tona trabalhos como os dos irmãos Martins e de Robert Slenes, que comprovam o dinamismo alcançado por Minas oitocentista. Para saber mais, ler: MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982; e SLENES, R. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Cadernos do IFCH/UNICAMP, 17, Campinas, 1985.

<sup>237</sup> SANTOS, Roseli dos. **Herdeiros da escravidão: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888)** [manuscrito] / Roseli dos Santos. – 2014. 210f.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, Monica R. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Niterói: UFF, 1999. (Tese de doutorado), p.92.

Termo de Barbacena 1831-1832		Termo de Barbacena 1872-1873	
População total do Termo	33.557	População total do Termo	40.113
População total da Vila de Barbacena	2.743	População total da cidade de Barbacena	19.503
N. de livres da Vila de Barbacena	1.762	N. de livres da cidade de Barbacena	14.513
N. de escravos da Vila de Barbacena	979	N. de escravos da cidade de Barbacena	4.990
N. de livres do Termo	17.725	N. de livres do Termo	29.765
N. de escravos do Termo	14.246	N. de escravos do Termo	10.348
N. de distritos do Termo	26	N. de distritos do Termo	06

Fonte: Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte e no IBGE do Rio de Janeiro.  
 Apud: CARVALHO, Sheldon. *As perspectivas de senhores...*, op. cit., p. 52.

Ribeiro, ao estudar a região de Barbacena, do período de 1809 a 1850, verifica que ela possuía um número maior de escravos do sexo masculino do que o do período anterior (1780 a 1808). Isso leva a crer que o Termo estava engajado no tráfico negreiro e com capacidade para importar escravos. No entanto, com a intensificação de combate ao tráfico, a autora afirma que os crioulos passaram a compor a maioria da mão de obra cativa nas propriedades, indicando um forte vínculo local com a reprodução endógena ou com o tráfico interno.<sup>239</sup>

Martins também corrobora com essa ideia, ao dizer que, entre os anos de 1850 a 1870, 200 mil escravos foram trazidos de suas províncias para as montanhas mineiras; e 140 mil foram deslocados de áreas em decadência de dentro da Província para as mais dinâmicas economicamente.<sup>240</sup>

Tais dados não descartam a saída de escravos mineiros para outras províncias. Martins, ao pesquisar em fontes como relatos de memorialistas, inquéritos do governo provincial e no censo do Império, constata que cativos mineiros eram alugados e vendidos para as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso mostra a complexidade do mercado escravista e da sociedade da época. Nas palavras do autor, “as províncias trocaram mais escravos entre si do que os resultados líquidos nos levariam a crer.”<sup>241</sup>

<sup>239</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Niterói: UFF, 1999. (Tese de doutorado), p.119.

<sup>240</sup> MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no Século XIX**. In: SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo, HUCITEC/FAPESP/ABPHE, 1996, p.99-100.

<sup>241</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos...*, op. cit., p. 120.

Neste vai-e-vem de cativos e na formação de uma “crioulização” da mão de obra escrava mineira, eis que surge entre as grotas barbacenenses, um campo negro, com uma epistemologia de vida, uma cosmovisão de mundo e um traço linguístico específico de resistência banto.

Para Genésio, a palavra malungo se refere ao companheiro que tem a “[..] idade pertinho do outro, com diferença de meses.”<sup>242</sup> Já no entendimento de sua prima Aparecida, “seria o conhecido da roça, amigo da família.”<sup>243</sup> Nas duas versões, seu significado continua sendo o de companheiro, parceiro, amigo de jornada, seja por estar na mesma faixa etária, seja por fazer parte das histórias familiares. Outras palavras como “caçoar”, (debochar dos outros), “sungar” os olhos, (levantá-los), “debicar”, (insultar), também compõem a fala corriqueira dos moradores do Candendê. Junto com estas, a palavra “candongá”, não apenas tem o significado de intriga, mexerico. Também nomeava uma antiga fazenda e um córrego da região,

[a fazenda da Candonga tem como divisa] dos Candendês [ou “Crioulos”], pelas divisas de dona Balbina Vargas até as de Honório de Paula Campos, por estas até as de José Rodrigues Campos, segue até a barra do lagrimal, por ele acima até um copim em um côvado, deste direito a outro côvado na beira da estrada em rumo a outro perto de um pau de Ipê e deste ao lado direito a um pau de pinho, deste ao lado direito a um cavado na beira do córrego da Chapada, por este abaixo até a divisa de Nestor Rodrigues Pereira, por estas até as divisas de Manoel Moreira Campos, Francisco Rodrigues Pereira até o começo que desce do “Capão das mulatas”, sobre este até onde começou.<sup>244</sup>

É interessante observar como o extrato de divisão de terras, cujos transmissores eram os condôminos da fazenda da Candonga, e o adquirente era o Senhor Joaquim Rodrigues Pereira Primo, morador de Ibertioga, traz a confirmação do sítio dos Candendê como local reconhecido por seus vizinhos e pela lei.

Genésio, ao relembrar palavras, cantos e formas de viver de seus antepassados, traz em suas memórias, um pouco do sentido de ser Candendê. Afirma que no tempo de seus pais, estes davam aos filhos nomes de santos, como os recebidos por seus irmãos: João Pedro da Silva, José dos Santos, Edna de Jesus, Maria da Trindade de Jesus, Antônio de Jesus e, por fim, seu nome que não era referência a santo, mas ao do próprio pai, ficando Genésio Serafim Antônio. Com os olhos molhados de emoção, Genésio alega que, apesar da divisão das terras de sua família com o passar dos anos, e mesmo estando há mais de 50 anos na cidade de São

---

<sup>242</sup> Entrevista com Genésio Serafim Antônio, no distrito de Padre Brito, em 22 de junho de 2019.

<sup>243</sup> Entrevista com a Sra. Aparecida dos Santos, neta de Elias Quintiliano de Araújo, em Barbacena, aos 2 de janeiro de 2020.

<sup>244</sup> AHMPAS. Extrato de escritura de divisão de terras. Cx. 178. Ord. 41. 2SVC. 1920. Fls. 01-1v, passim.

Paulo, o Candendê faz parte de sua essência. Em suas palavras diz, “[...] nós somos raízes daqui, então agradeça a quem chegou! Eu sou uma pessoa [que] não tenho grandes estudos. Mas um pouco de vista [...], procuro enxergar para sobreviver, porque eu gosto do presente, gosto do passado e gosto do futuro. Eu sou um tudo!”<sup>245</sup>

Tempels, outro autor que se debruça nos estudos sobre os povos bantos, afirma que esses trazem, em sua tradição, um dinamismo e uma espécie de vitalismo fornecedor da chave da concepção do mundo. A noção de força toma o lugar da noção de ser. Assim, esses povos orientam-se na luta entre aumentar ou diminuir a força vital. É nesse valor supremo que são ancoradas as instituições políticas, sociais, econômicas, artísticas e religiosas dessas sociedades.<sup>246</sup>

Dentro da comunidade banto, a participação vital é entendida como uma relação de ser de cada pessoa com os seus descendentes, com sua família, com seus irmãos, com sua ascendência e com o Ser Supremo. É também uma relação com seu patrimônio, com tudo que contém ou produz, que cresce e vive. Nesta visão de mundo, o nome tem destaque importante, pois a pessoa é o seu nome. Ele é a junção de dois mundos: a do antepassado que se perpetua nele, e a do futuro da criança que o recebe.

Daí a importância dos nomes familiares e suas ligações com o sagrado ou com a preservação da estirpe, na memória de Genésio. A proteção pretendida aos filhos, ao designá-los com nome de santos, ou o elo familiar que buscava deixar registrado no filho, ao nomeá-lo com partes do nome do pai, demonstram, além de um cuidado na formação dos descendentes e na manutenção das posses territoriais, uma forma específica de ver a vida.

#### 2.4.2- Os desafios de Calango

Lionardo, Lionardo (sic), lá na casa do meu sogro mata capado engordado. A minha sogra fica alegre pra comer toucinho assado!<sup>247</sup>

Genésio ainda lembra o gostinho da broa de forno e do café quentinho servidos nos bailes de Ponto Chique. Os quitutes ficavam sobre a mesa na parte interna das casas, “[...] café, broa e biscoito também tudo assim feito [...] tipo de fazenda, feito com leite, uma coisa

---

<sup>245</sup> Entrevista do Sr. Genésio Serafim Antônio, no quilombo Candendê, em 15 de junho de 2019.

<sup>246</sup> Cf. TEMPELS, Placide. *La Philosophie Bantoue*. Trad. A Rubens. Paris: Presence Africaine, 1949.

<sup>247</sup> O sr. Genésio Serafim Antônio, neto pelo lado materno de Antônio Candendê, e do lado paterno de Elias Quintiliano de Araújo. Entrevista realizada em 15 de junho de 2019.

boa!”<sup>248</sup> Enquanto isso, do lado de fora, numa varanda improvisada, rolava a música entoada pelo cavaquinho, violão, sanfona e o pandeiro. Qualquer pessoa participava, sendo até de outras regiões. Apenas deveria manter o respeito e colaborar com uma pequena quantia chamada “digitório”.<sup>249</sup> Depois, seu nome era anotado em um papelzinho. Bebida alcóolica, lá dentro era proibido, o que não impedia o consumo da dita-cuja, muitas vezes, escondida no mato que ficava perto da casa. As danças se realizavam em pares. As damas não podiam “dar tábua”, ou seja, recusar-se a dançar, o que causaria desconforto aos rapazes que pagavam para participar do evento. Se assim se desse, as moças, depois de dizerem não, deveriam ficar dentro da casa para evitar confusão.

A memória de Aparecida, prima de Genésio, traz a alegria do baile. Ainda pequena, sua mãe, Maria Clemência, descia o morro da Lagoa em direção à morada do tio Avelino, tio que mais promovia o festejo. A música soada até o amanhecer finalizava-se com uma quadrilha, “[...] um atrás do outro, afaa! Muito bonito! Antes do (sic) dia amanhecer acabava o baile, era a quadrilha. Lá era assim, tempo nós pequenininho (sic) era uma cidade Ponto Chique, depois que tudo se acaba, né!”<sup>250</sup>

A fala dos entrevistados, além do saudosismo, também deixa transparecer a felicidade proporcionada pela ocasião. O baile modificava a dinâmica do distrito, o que parecia elevá-lo à grandeza de uma cidade. Pela idade de seus participantes, os bailes parecem terem alcançado o auge, entre os anos de 1950 e 1960. Não havia restrições quanto à entrada de rapazes e moças, mas, no geral, eram conhecidos e moradores da região. É como cita Aparecida, “[...] faziam barraca nas casas, aquele baile bonito. Não tinha briga, não, tinha nada. Que a gente lembra, era tudo igual nós mesmo, assim moreno.”<sup>251</sup>

Wemeir também estudou bailes no litoral rio-grandense do país. Numa dessas festas conhecidas como Baile do Biriva, nos subúrbios de Conceição do Arroio, o autor percebe a distinção que a cor tem entre seus participantes.<sup>252</sup> No “baile dos crioulos” de Arroio, ocorrido de 12 para 13 de maio de 1932, em comemoração ao dia da libertação dos escravos, Victorino da Terra de Osório, conhecido como Biriva, responsável pelo evento, acaba parando na delegacia devido a um confronto entre o mulato Nelsinho e um grupo de rapazes brancos que tiveram autorização para participar da festa.

---

<sup>248</sup> Entrevista com o Sr. Genésio sobre os bailes de café e broa. Em 15 de junho de 2019.

<sup>249</sup> Forma falada pelos moradores do Candendê para a palavra “adjutório” que significa ajuda, auxílio.

<sup>250</sup> Aparecida dos Santos, é neta de Elias Quintiliano de Araújo. Entrevista em 20 de junho de 2019.

<sup>251</sup> Entrevista com Aparecida dos Santos, neta de Elias Quintiliano de Araújo, ao visitar, com sua companhia, Ponto Chique do Martelo, em 27 de maio de 2018.

<sup>252</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p.283

A confusão começou, quando pessoas disseram ser proibido aos rapazes recém-chegados participarem da dança. Contudo, estes estavam armados e impuseram presença, o que causou o tumulto. O que interessa na comparação entre os bailes de Ponto Chique e de Arroio é o sentido de racialização. Neste último local, há uma nítida demarcação de espaço e de quem teria a legitimidade de usufruí-lo. O “baile dos crioulos”, possuía uma lei costumeira de prioridades entres grupos diferentes. Os rapazes brancos, apesar da entrada liberada, não tinham os mesmos direitos de seus parceiros de cor. Em Ponto Chique do Martelo, os bailes de café e broa, em sua maioria, eram frequentados por membros da comunidade. Neste sentido, a tonalidade da cor da pele se diluía na cumplicidade diária. O termo “moreno” foi citado pela Aparecida, por ela ter sido inquirida sobre as características dos participantes. O baile ocorria entre os seus, sem a preocupação com o fato de serem negros, mulatos, pardos ou brancos. Eram todos morenos! A racialização não depende só da autoidentificação. Ela se deve à aceitação do membro no grupo, sua inclusão como parte deste, ou sua rejeição. O baile ao fim dos desafios, ocorriam sempre em roda e marcavam os pés no chão. Esses quando sapateiam, selavam e amassavam a terra, nutrindo-se dessa base simbólica representada pela força do passado da memória.<sup>253</sup>

Os bailes em Ponto Chique poderiam relacionar-se às datas especiais como o dia de São João, casamentos de algum conterrâneo ou simplesmente entretenimento dos moradores do povoado. Nem só de harmonia reinava a festa. Havia sempre uma tensão no ar devido às disputas de canto que embelezavam o evento. Como relembra Genésio, tudo era muito bem organizado para evitar confusão. Seu tio Zé Pedro, filho de Antônio Candendê, era chamado de delegado, por ser o responsável de pegar a autorização na delegacia, ele era um “tipo de inspetor”. Segundo Genésio, tocador de sanfona desde os 13 anos de idade, o baile era nomeado de formas diferentes e precisava de destreza dos organizadores e tocadores para não sair da ordem pretendida. Segundo ele, “[...] os nordestinos falavam embolado, aqui fala Calango. [...] meu pai ficava de segurança[...]. Eles disputavam o canto, um cantava mais que o outro, quando eles ficavam nervosos[...] aí meu pai me olhava e eu parava na hora.”<sup>254</sup>

Os fazendeiros também ajudavam na concretude do evento. João Pedro, irmão de Genésio, afirma que seu avô Antônio Candendê, em união com os potentados locais, fazia a festa, objetivando angariar dinheiro para a construção da Igreja Nossa Senhora da Aparecida,

---

<sup>253</sup> MANHÃES, Juliana Bittencourt. **Um convite à dança:** performances de umbigada entre Brasil e Moçambique: Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas. Rio de Janeiro. Unirio, 2014, p. 21

<sup>254</sup> O sr. Genésio Serafim Antônio, neto pelo lado materno de Antônio Candendê, e do lado paterno de Elias Quintiliano de Araújo. Entrevista realizada em 15 de junho de 2019.

onde, de primeiro, existia apenas um cruzeiro. Segundo ele, buscavam novilhas e garrotes que eram assados, juntamente com as broas que enfeitavam os cestos. Quem quisesse participar do baile que durava toda a noite, até finalizar com uma quadrilha, teria que contribuir com 5 mil réis. Em suas palavras: “[...] Amizade daqui do lugar e no mais a vizinhança, os fazendeiros daqui e de lá do rio [...]. Era tudo misturado, branco, negro, era uma panelinha só. Não tinha preconceito e nem tinha esse nome, né.”<sup>255</sup> Afinal, os fazendeiros locais tinham vínculos de parceria com membros das famílias de Antônio Lourenço e Elias Quintiliano, e que se estendiam ao apadrinhamento de seus filhos (tema a ser abordado no capítulo 3). Daí a observação de João Pedro de que “era tudo misturado”. Ao que parece, nesses momentos festivos, com objetivos em comum, “não ocorriam preconceitos”.

Assunção<sup>256</sup>, em texto sobre jongo, calango e folia, também fala da presença constante dos duelos verbais no Nordeste brasileiro. A maioria dessas manifestações mesclavam as tradições afro-brasileiras com as tradições de oralidades ibéricas. Para a autora, o contexto dos desafios verbais se difere tanto que dificulta qualquer generalização. As disputas físicas e verbais, ocorridas também no pós-abolição do Vale do Paraíba, segundo a autora, refletem um processo específico vinculado à formação do “Atlântico Negro”.<sup>257</sup>

Entre os desafios, o calango, cujo o nome é o de um pequeno lagarto ligeiro na corrida, é um estilo pouco conhecido no Brasil, apesar de ser uma dança popular em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com um ritmo contagiante apresentado como canto ou baile. Ele pode ter desafios com base em versos cantados por solista e repetidos pela plateia, em coro. No baile de calango, as danças se realizam em pares. Rapazes e moças entrelaçados dançam com movimentos simples, alegres e envolventes.<sup>258</sup>

Os versos dos calangueiros são improvisações do dia a dia. Cantam geralmente em dupla. Além do “calango de baile” que possui versos fixos, há a lera, que é o calango em que o desafio é o centro da prática. São cantados geralmente em estrofes de quatro versos – quadras – com rimas nos segundo e quarto versos. Há também o de seis versos – sextilha -

---

<sup>255</sup> Entrevista com o Sr. João Pedro da Silva, neto de Antônio Candendê, em 17 de maio de 2018.

<sup>256</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **Stanzas and Sticks: Poetic and Physical Challenges in the Afro-Brazilian Culture of the Paraíba Valley**, Rio de Janeiro. History Workshop Journal Issue 77 Advance Access Publication 13 February 2014, p. 115. Site: <https://academic.oup.com/hwj/article-abstract/77/1/103/571830> Acesso em: 14 January 2020.

<sup>257</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **Stanzas and Sticks**; 2014, p. 106

<sup>258</sup> MENDONÇA, Camila; BRASIL, Eric; MAIA, Eric; CASAZZA, Ingrid & SERVA, Matheus. “**CALANGO TANGO NO CALANGO DA LACRAIA**” Intelectuais, Cidadania e Cultura Política. Revista Cantareira Revista Discente do Departamento de História da UFF Volume 1 - Número 1 - Ano 2009, p.4 site: <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/> acesso em: 20 janeiro de 2020.

com rimas no segundo, quarto e sexto versos. Estes versos podem ser líricos ou jocosos, porém de extrema irreverência verbal.<sup>259</sup>

O baile de calango (broa com café), em Ponto Chique, não fugia dessa irreverência. Genésio, ao recitar alguns versos, lembra, com orgulho, sua função de tocador de sanfona para “os caras de fora cantar, disputar”:

Eu vou falar uma parte pequena, estou há mais de 60 anos em São Paulo, né: no calango da lacraia, a mulher do Benedito foi brigar perdeu a saia. Aí depois, Lionardo, lionardo (sic), tem dia que meu pai já sabe, o dia que eu tô danado levanto da cama cedo com o cabelo arrepiado. Pergunto os meus irmãos (sic) se já tem café coado. Se já tem, eu fico alegre. Se não tem eu saio danado, passo a mão no meu porrete, caceto pra todo lado; bebo leite de morcego como rato sapecado. Aí meu pai disse pra mim (sic), seu cabrito malcriado no tempo que eu te batia, antes tivesse matado!<sup>260</sup>

Nesse desafio de calango, o oponente aproveita o último verso para dar continuidade às rimas, até alguém errar, cansar ou desistir. Os participantes do baile incentivavam os versistas com palmas ou entravam na disputa, o que tornava o desfecho imprevisível. Apesar da liberdade de temas cantados, era importante manter um mínimo de decência para não desrespeitar as famílias na plateia ou, até mesmo, levar a um confronto físico.<sup>261</sup>

Para Tiganá Santana, ritmo é como um território. Uma plataforma de viver, com regulação, mas não regularidade como quer os ocidentais. Numa visão bantu-kongo, o ritmo representa estar no mundo, ocupar o mundo, tirar o mundo de si e ser atravessado por esta experiência.<sup>262</sup> Neste sentido, o calango é ritmo, é música, é corpo, é presença. Na arte afro-diaspórica não é possível separar visualidade, ritmo e cena. Todos fazem parte da mesma performance. Para Ligiéro, essas práticas performáticas referem-se à combinação de elementos como a dança, o canto, a música, o figurino, o espaço. São motrizes culturais dinâmicas utilizadas na diáspora africana e que buscam recuperar comportamentos ancestrais.<sup>263</sup>

Os desafios entre os homens faziam parte da vida cotidiana, como afirma Assunção, marcando o ritmo sazonal da vida de comunidades rurais. Nem sempre os concursos verbais

---

<sup>259</sup> MENDONÇA, Camila; BRASIL, Eric; MAIA, Eric; CASAZZA, Ingrid & SERVA, Matheus. “**CALANGO TANGO NO CALANGO DA LACRAIA**”; 2009, p. 6

<sup>260</sup> O sr. Genésio Serafim Antônio, neto pelo lado materno de Antônio Candendê, e do lado paterno de Elias Quintiliano de Araújo. Entrevista realizada em 15 de junho de 2019.

<sup>261</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **Stanzas and Sticks**; 2014, p. 121

<sup>262</sup> SANTOS, Tiganá Santana N. A Cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu – Kiau: tradução nera, reflexões e diálogos a partir do Brasil. Tese (doutorado). USP: São Paulo, 2019.

<sup>263</sup> LIGIÉRO, Zeca. **O conceito de ‘motrizes culturais’ aplicado às práticas performáticas afro-brasileiras**. Rev. Pós Ciências Sociais. Maranhão/UFMA, n. 16, v.8, jul/dez 2011, p.130

se deslanchavam em brigas. No entanto, estas eram frequentes e consideradas uma continuação ou, até mesmo, uma consequência normal dos desafios. Para a autora, os “duelos verbais” eram mais comuns durante a “mutação”, a tradicional troca de trabalho entre os camponeses, ocorridas em várias regiões brasileiras. O trabalhador, ao finalizar sua tarefa, iniciava o brão, ou seja, a música de desafio, para estimular os outros trabalhadores. Assim, o canto, durante o trabalho, tomou as formas de jongo e calango e as suas origens, ainda no período da escravidão.<sup>264</sup>

Para Stein, os escravos trabalhavam perto o suficiente para ouvir e continuar o canto do outro. Os líderes dos grupos se desafiavam ou zombavam dos feitores. Depois da abolição, o canto de duelo continuou existindo nos trabalhos nas lavouras. Todavia, segundo o autor, o jongo perdeu terreno para o calango, em especial nas áreas de comunidades negras.<sup>265</sup>

Por muito tempo, o calango era uma manifestação cultural que não se enquadrava no olhar dos folcloristas do início do século XX, do que eles chamavam de “música popular brasileira”. Suas visões de fora, parciais, e até mesmo preconceituosas, não se preocupavam em estabelecer os agentes sociais que cantavam e participavam dos versos registrados.<sup>266</sup>

Conforme Martha Abreu, os folcloristas não se preocupavam em descobrir quem eram os agentes sociais envolvidos nos cantos e danças do calango.

Dados sobre autoria, intérprete, informante, circulação, local e época do registro não importavam tanto aos folcloristas, pois entendiam que a poesia, definida como popular, era sempre coletiva (muitas vezes miscigenada) e de tradição oral, base para os argumentos sobre autenticidade da cultura e da identidade brasileiras.<sup>267</sup>

A primeira referência ao trabalho direto com o calando foi no “Dicionário do Folclore Brasileiro”, de Luís da Câmara Cascudo, publicado em 1954<sup>268</sup>. O autor faz uma breve descrição sobre essa manifestação e a classifica como uma dança popular de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

---

<sup>264</sup> ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *Stanzas and Sticks*; 2014, p. 109

<sup>265</sup> STEIN, Stanley. *Vassouras, a Brazilian Coffee County, 1850–1900: the Roles of Planter and Slave in a Plantation Society*, 3rd edn, Princeton, 1985, p. 163.

<sup>266</sup> MENDONÇA, Camila; BRASIL, Eric; MAIA, Eric; CASAZZA, Ingrid & SERVA, Matheus. “**CALANGO TANGO NO CALANGO DA LACRAIA**”; 2009, p. 9

<sup>267</sup> ABREU Martha. “**Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880 – 1950**”. Revista Afro-Ásia, vol. 31, Rio de Janeiro, 2004, p. 250.

<sup>268</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. Brasília, DF. Instituto Nacional do livro, 1972, p. 171.

Porém, pesquisas de fôlego sobre o tema surgiram, apenas, vinte anos depois da publicação de Cascudo. E foram os trabalhos realizados, quase na mesma data, por Francisco Pereira da Silva, Vera de Vives e Álvaro Janotti Nogueira.<sup>269</sup>

Francisco Pereira teve um encontro ocasional com o calango. Em pesquisa sobre o cateretê, em 1960, no bairro rural de São Paulo, chamado Caçapava, no Vale do Paraíba, em meio às anotações sobre a Dança de São Gonçalo, ele reparou que, antes do início dessa manifestação, duas pessoas embolavam versos rimados ao som de uma sanfona de oito baixos. Ao aumentar seu interesse pelo tema, a ponto de marcar para assistir a uma “porfia de calanguistas”, Silva foi o único autor a afirmar que o calango não acontecia somente Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas também em São Paulo.

Todavia, sua obra fica apenas numa análise descritiva do que seria o calango, não interrogando as formas de circulação, reapropriação dos temas ou os conflitos que são parte desta prática cultural. O autor observa os códigos comuns existentes entre os calangueiros, mas não aprofunda na questão, deixando escapar a oportunidade de análise das possíveis redes de coesão existentes no grupo, as características próprias do canto e da dança, as formas de leitura de mundo, seus passados compartilhados e, por fim, as projeções de futuro cantadas nos versos.<sup>270</sup>

No mesmo estilo de Silva, segue a linha de pesquisa de Álvaro Janotti Nogueira, que se baseou em dados primários coletados em 1976 e publicados em 1985. No “Guia do Folclore Fluminense”, ele destaca apenas o aspecto de lazer e divertimento do calango. Já no trabalho de Vera de Vives, intitulado “O Homem Fluminense”, de 1977, o calango aparece como manifestação cultural que estaria, junto com outras, em via de desaparecimento e em “processo de deformação das expressões da arte popular”, devido ao avanço da cultura de massa. Apesar do desalento quanto à perpetuação do calango, Vives faz interessante relação desta cultura com os cantos dos trabalhos escravos e da tradição oral africana.<sup>271</sup>

É difícil estabelecer uma origem para o calango. Mas é inegável a influência africana, sobretudo bantu, devido ao número de africanos trazidos como escravos para a Região Sudeste, tanto no comércio clandestino, que durou de 1830 a 1850, quanto no tráfico interno

---

<sup>269</sup> Da SILVA, Francisco Pereira. **O Desafio calangueado**. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1976. NOGUEIRA, Álvaro Janotti (org.), **Guia do Folclore Fluminense, Rio de Janeiro**, Presença Edições, Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, 1985. VIVES, Vera de (pesquisa e texto); Medeiros, Helton (idealização), **O Homem Fluminense, Rio de Janeiro**, Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro/ Museu de Arte e Tradições Populares, 1977.

<sup>270</sup> MENDONÇA, Camila; BRASIL, Eric; MAIA, Eric; CASAZZA, Ingrid & SERVA, Matheus. “**CALANGO TANGO NO CALANGO DA LACRAIA**”.; 2009, p. 13

<sup>271</sup> Idem ibidem, p.13

ocorrido de 1850 até 1888. A tradição ibérica e as migrações nordestinas também podem ter deixado marcas neste estilo de desafios verbais.

Seja como for, tanto o calango, o jongo e as folias de reis, além da alegria que transmitem em seus passos e versos, também marcam a presença, mais uma vez, da cultura negra no Brasil. Martha Abreu capitula muito bem a riqueza dessas formas culturais. Para ela, o patrimônio poético dessas manifestações mostra a importância central da oralidade nas comunidades rurais negras, e a “[...] criatividade manifesta no uso da metáfora, do subentendido, da alusão oblíqua nas cantigas é tributária de um talento linguístico e de uma tradição oral.”<sup>272</sup>

E na relação passado-presente, agregando grupos distintos aos eventos culturais, permeados por conflitos sociais e políticos internos a Minas Gerais, que Candendê e Sítio dos Crioulos passam por processos de adaptações e misturas culturais, influenciadas por aspectos externos como a busca por status, interesses comunitários e particulares, em jogo.<sup>273</sup> Eles, reformularam a maneira de viver, dentro das brechas dos sistemas normativas e dos olhares atentos de proprietários, donos de terras e homens, historicamente, conectados ao Candendê/sítio dos Crioulos por relações de mando, parceria e conflitos.

---

<sup>272</sup> MATTOS, Hebe; Abreu, Martha (orgs.). **Passados Presentes**. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem. Universidade Federal Fluminense. (LABHOI-UFF), 2005 – 2011. Coletânea de quatros. DVDs. Ap. Afro. Ásia, 49 (2014), p.357

<sup>273</sup> RESENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e Crioulizações em Minas Gerais**: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentistas. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2013, p.60

### **Capítulo 3- Candendê: terra de ninguém ou reduto da família Campos?**

Os caminhos que nos levam a uma pesquisa são interessantes e, muitas vezes, surpreendentes. A escrita de si não é algo fácil. Demanda sensibilidade e metodologia para dar mais clareza ao formato das análises e das conclusões. As memórias perpassadas por fontes históricas complementam todo o enredo de trajetórias e projetos de resistência de um grupo de família no Candendê, hoje denominado por lei municipal como Ponto Chique do Martelo, distrito de Barbacena. A imagem de personagens e de suas caminhadas foram por nós reelaborada ainda na infância pela oralidade, algo sempre presente nas narrativas familiares, que compôs nossos objetos de investigação ao longo do percurso acadêmico.

Em busca de vestígios que trouxessem os moradores do grotão de Ponto Chique à tona, fontes, como testamentos e inventários, de meados do século XIX, foram vasculhadas no Arquivo municipal, o que resultou na obtenção do título de mestre. Contudo, apesar de contribuir para o entendimento das relações étnico-raciais no Termo de Barbacena, na ocasião, nada foi encontrado que aludisse aos habitantes do Candendê. Dessa forma, com vigores renovados e com novas possibilidades de fontes e metodologias, embrenhamo-nos atualmente na tese, na tentativa de responder às indagações remanescente sobre a formação dessa comunidade.

Nos capítulos que antecedem essa análise, vislumbramos tanto as lutas da comunidade no hodierno quanto as memórias sobre seus possíveis fundadores: Antônio Lourenço da Costa e Elias Quintiliano de Araújo. Esclarecemos ao leitor que, em vários momentos das memórias e das fontes relacionadas a Antônio e Elias, estes aparecem em contínua e estreita relação, seja de mando, seja de parceria, com a família Moreira Campos. Aliás, um sobrenome de antigos fazendeiros e escravocratas da região que povoa, desde a infância, nossas memórias.

Assim, na tentativa de entender essa relação, o primeiro passo foi buscar, nas fontes documentais ou particulares de membros da família Campos, vestígios que nos levassem aos habitantes do Candendê. Mas, como retroceder, no tempo, à genealogia familiar, com cognomes que não seguem uma linha contínua de demarcação da origem da família?

Nesse dilema, sem saber ao certo como proceder na busca pela chegada da família Moreira Campos à região das Minas, e tendo à frente o tempo-limite para conclusão da pesquisa, com uma vastidão de fontes inventariadas no arquivo a serem verificadas, é

indiscutível o receio de se perder ao meio do caminho, sem alcançar resultados esperados. Porém, muitas são as ruelas, tortuosas ou não, que se abrem à frente de um pesquisador. E foi numa dessas, por meio do ensino, que mundos separados pelo tempo, e relações de mando e subserviência se aproximam e se alteram. Em uma sala de aula, não deve haver hierarquias, mas, sim, complementaridades, afetos e criações. Professor e aluno aprendem juntos, num balé de conteúdos e de reflexões. Nessa dança do saber, eis que encontramos o jovem aluno Davi Campos Braga, um dos descendentes da família Moreira Campos. E numa atividade voltada à pesquisa e à montagem da genealogia dos alunos, ele nos surpreende com uma autoanálise sobre sua procedência. Com voz chateada, Davi afirma estar constrangido por ser descendente de fazendeiros que participaram de forma efetiva da escravidão de outras pessoas. Ao ser inquirido da localidade das fazendas, ele soletra em alto e bom som, o nome Ponto Chique do Martelo.

Não é necessário dizer quanto sou, como música, aos nossos ouvidos, as palavras de Davi. Primeiro, pela reflexão madura, sincera e pesarosa, sobre o sistema escravista numa sociedade, feita por um descendente de senhores de escravos; segundo, por concluir sua análise alegando ter um livro em sua posse que traz toda a genealogia familiar dos Moreira Campos. E foi graças a esse livro que buscaremos descortinar as relações estabelecidas entre os moradores do Candendê e a família de fazendeiros em questão.

Nossa indagação começa quanto a origem das relações hierárquicas, ainda no século XIX, estabelecidas entre esses proprietários rurais e os futuros moradores da comunidade Candendê. Alguns vestígios nominais presentes na escravaria dos Moreira Campos foram analisados, de forma atenta, com a intenção de entender as formação dos grupos de pessoas escravizadas que compunham suas senzalas; as parcerias formadas por esses homens e mulheres na passagem da escravidão para a liberdade e, a memória que possa explicar a formação de um campo negro nesta localidade. É fato que, ao longo das gerações, alguns africanos e brasileiros escravizados conquistaram faixas de terras, onde puderam estruturar sua vida em liberdade. Candendê, talvez comungue com essas narrativas, apesar de estar inscrito, geograficamente, no centro de uma área em disputa por proprietários, afoitos na conquista de mais terras para o cultivo. Contudo, a aliança com alguns desses proprietários, poderia explicar por um lado a sua invisibilidade até meados do século XIX, nas fontes oficiais, por outro, essa comunhão poderia ser a base necessária para a sua existência e permanência em cobiçadas terras. O aparecimento da nomenclatura Candendê em documentos

do estado e registros cartoriais, coincide com a presença de documentos relacionados às famílias Lourenço da Costa e Quintiliano.

Os registros em fotografias, nas fontes oficiais ou em memórias locais marcam a presença dessas famílias em relações horizontais e que resultaram nos descendentes, moradores atuais do quilombo, mas também, elas deixam à mostra as ligações verticais e complexas que permearam muitas das estratégias de sobrevivência de negros e lavradores, com forças desiguais. Pois, com os encontros e desencontros, Antônio Lourenço e Elias Quintiliano conseguiram na pós-abolição realizar projeto de vida camponês. Projeto, por muitos forjado ainda no tempo do cativo e que, é agregado a sonhos esvaídos das senzalas com as experiências de homens livres e pobres.<sup>274</sup> Era projeto mesclado, pela autonomia e submissão, aos poderes de dominação de fazendeiros vizinhos, e que tiveram, como resultado, a formação de um campo negro, reconhecido e resistente às intempéries de cada tempo de existência. Para Carvalho, o Campo Negro de Barbacena “[...] se configurou como emaranhado de múltiplas comunidades de afrodescendentes que se interconectaram e reproduziram em formações socioculturais e políticas dentro de uma economia tradicional.”<sup>275</sup> Campos esses, circulados por antigos senhores e guetificados na Primeira República, continuaram firmes e com estratégias para enfrentar os domínios políticos e paternalistas locais. Então, partamos juntos para o encontro dessas relações verticais que podem ter emoldurado, o que hoje, conhecemos como Candendê ou Ponto Chique do Martelo.

### 3.1- As incógnitas de uma relação: atrás de indícios nominais

No baú das recordações dos Moreira Campos celebrado em cada encontro familiar, a trajetória e a linearidade da família egressa de Portugal são rememoradas. Ione, uma das descendentes, afirma que

Vindos de Portugal, embora de origem espanhola, acharam aqui, no coração de Minas Gerais, um lugar para realizar seus sonhos, construindo os alicerces de uma grande geração presente hoje e, com toda a certeza, honrando o sobrenome Campos por ainda muitos anos e em muitos rincões.<sup>276</sup>

---

<sup>274</sup> RODRIGUES, João Lucas. **Serra dos Pretos:** trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas (1811-1960). (dissertação) Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. UFSJ: São João del-Rei, 2013.

<sup>275</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da Opressão:** comunidades de ex-escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929). Tese de doutorado em História. UFF: Niterói, 2015, p.91

<sup>276</sup> Livro particular. 2. Encontro Família Campos, fl.1.

Em pesquisa sobre a região da Mantiqueira, sua formação e população que a compuseram no século XVIII, Ribeiro comenta sobre a falta de exatidão quanto ao total de imigrantes portugueses vindos para o Brasil. Para alguns autores, nesse período, por ano, chegaram 3 mil ou até 10 mil portugueses, para mais ou para menos. Contudo, a única certeza é que, independente do quantitativo de entradas, Portugal foi o país europeu que mais teve emigrantes em direção ao Brasil.<sup>277</sup> Os sonhos de uma vida melhor, a conquista de terras e jazidas minerais fez grande parte desses recém-chegados ao Brasil embrenhassem-se no sertão.

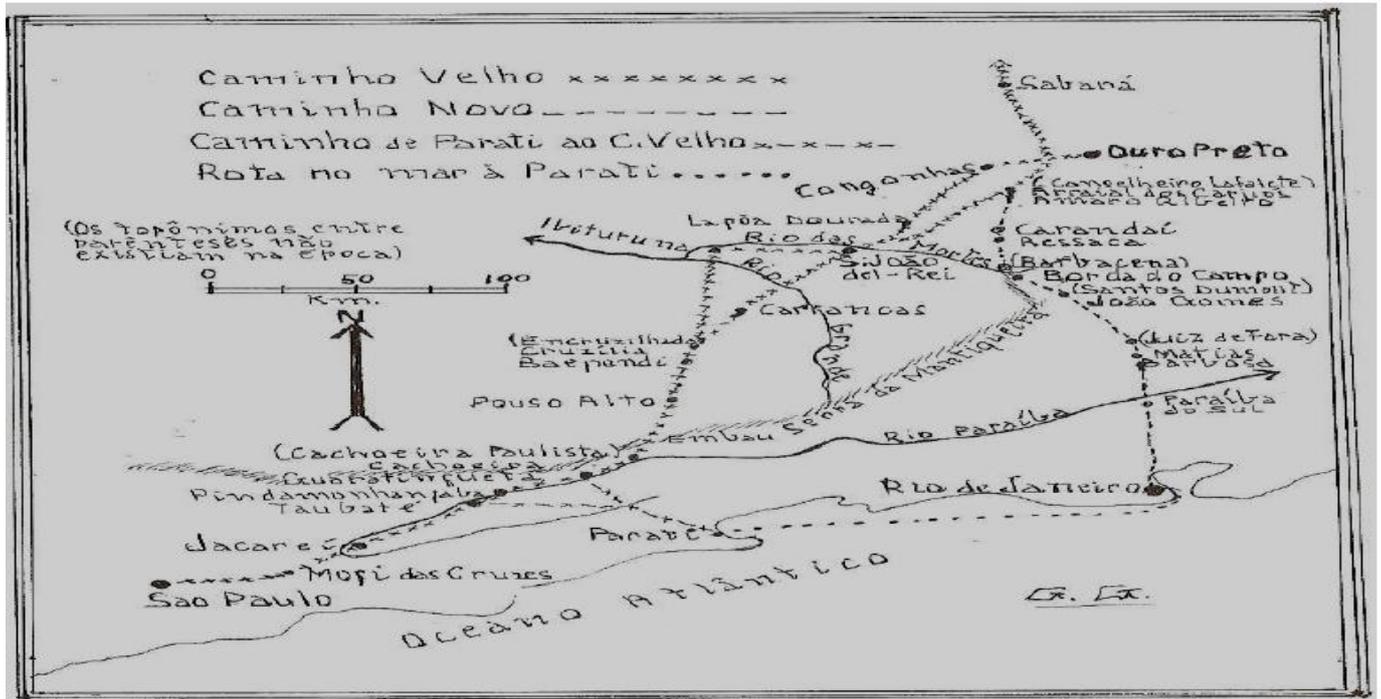
Mônica Oliveira lembra as dificuldades de chegar as Minas ainda nos primeiros anos do século XVIII, com seus terrenos íngremes, matas virgens e fechadas, habitadas por populações indígenas desconhecidas em seus hábitos e cultura. Na época, havia dois caminhos possíveis antes da construção do caminho novo: o da Bahia e o de São Paulo. Como mostra a figura abaixo, ao optar pelo caminho velho ao vir de São Paulo, o aventureiro iniciava o percurso em Costa de Parati, seguindo sentido Taubaté. Depois, continuava por trilhas indígenas até as Minas Gerais, num total de 74 dias de caminhada ou sentado no dorso de um animal. Esse tempo seria reduzido para 25 dias, com a abertura do caminho novo, iniciada por Rodrigues de Paes Leme.<sup>278</sup>

---

<sup>277</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII**. 1ed. Letras: Rio de Janeiro, 2016, p. 25

<sup>278</sup> Idem., p. 27.

Figura 16 - Os Caminhos das Gerais



Fonte: O Caminho Novo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei. n. IV. 1986. Apud: RESENDE, Edna Maria. **Ecoss do liberalismo...**, op.cit., p.58.

Os sertões da Mantiqueira (atual região das Vertentes) observam, com o esgotamento acelerado da mineração, uma gradual transição da base econômica mineradora para a produção de alimentos e um comércio dinâmico de bens voltado ao mercado interno brasileiro. Para Mônica Oliveira, a “Borda do Campo foi a que mais cresceu por estar às margens do Caminho Novo e ser a sede do registro de passagem [dos tropeiros].”<sup>279</sup> Mas, as regiões mais interioranas da Mantiqueira também tiveram seu desbravamento e sua povoação ligados principalmente à população que buscava enraizar-se em áreas menos fiscalizadas e controladas ou com atividades de tropeiros e mercadores conectados às praças distantes. E será nesse contexto, em meados do século XVIII, que um novo fluxo de imigrantes portugueses chega ao sertão, desta vez, vindos do noroeste de Portugal e das Ilhas Atlânticas. Eles foram atraídos pela mineração e por áreas cultiváveis. Nessas terras, passaram a reconstruir sua vida por meio de relações matrimoniais que lhes possibilitaram a fixação e estabilidade social.

<sup>279</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII**. 1ed. Letras: Rio de Janeiro, 2016, p. 31

Ao que parece, foi nesse panorama que a família Campos chegou à região, por ela nomeada São José de Ilhéus, o atual Padre Brito, possivelmente, em homenagem a alguma região da europeia. Nas palavras do historiador local, Amílcar Savassi,

Aos portugueses que aqui aportavam, procedentes da Metrópole, dava-se a denominação de reinol. Quando, porém, eram originários de algumas das ilhas portuguesas, recebiam o nome de ilhéu ou ilhota. Os primitivos habitantes de uma certa parte do Município barbacenense eram procedentes das ilhas de Portugal. A eles se referiam os moradores de outras regiões desta comuna como sendo os “ilhéus”, nome que, depois, pela tradição, passou a ser conhecida a região em que habitavam esses filhos da gloriosa pátria portuguesa.<sup>280</sup>

De acordo com as fontes encontradas, parece ser aquela (reinol) a alcunha de Manoel Gonçalves Campos e sua esposa Anna Manoel. Não vinham de ilhotas portuguesas. Ambos nasceram em Braga (Portugal) e vieram com os filhos Dionísio e Gabriel Gonçalves Campos para o Brasil. Os primeiros registros dessa família, nos arquivos locais, datam do final do século XVIII ao início do século XIX. Gabriel e a esposa, Anna Maurícia, são encontrados no batismo de um dos filhos do casal, Manoel, em 1772, aos dez dias do mês de dezembro, na capela de Nossa Senhora da Ajuda do Faria, filial da Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. De acordo com o registro, a criança teria como avós paternos Manoel Gonçalves Campos e Anna Manoel, ambos naturais da freguesia de São Martinho de Courel, Arcebispado de Braga. Como avós maternos, João Álvares Portela, natural de Santa Maria Madalena, do Arcebispado de Braga, e Joana Monteiro de Paiva, natural da freguesia de São Paulo, da cidade de Lisboa.<sup>281</sup>

Anna Maurícia faleceu 24 anos depois do batismo de Manoel. Em 1796, tem o inventário de seus bens aberto pelo viúvo, Gabriel. A relação dos bens indica que esta família estava envolta nas atividades econômicas locais, ainda que de forma tímida, pois eram proprietários de um sítio de nome Pedras, na Vila de Barbacena, contendo casa de vivenda

---

<sup>280</sup> SAVASSI, Amílcar. Barbacena 200 anos. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991; op.cit, FUNDAC. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Barbacena.** Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. 2010, p. 28

<sup>281</sup> Arquivo Arquidiocesano de Mariana. Livro de Batismo, Tomo II – Igreja Nossa Senhora da Piedade (Barbacena), 1763–1780, fl. 253.

Site: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y33Z-QFZ?i=55&cc=2177275&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGTH-YSJS>.

Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

coberta de telhas, moinho, monjolo, fornalhas forradas de capim e uma horta de arroz despido e cascado.<sup>282</sup>

Em fins do século XVIII, a Vila de Barbacena já funcionava como um entreposto comercial entre áreas mineradoras e demais regiões, principalmente, como fornecedora de produtos agrícolas. Conforme afirma Teixeira, o governador Dom Rodrigo José de Meneses, em 1780, ao mapear as atividades desenvolvidas pelos posseiros residentes no sertão da Mantiqueira, constata, nos relatórios descritos pelos capitães-do-mato de patrulha, envoltos na tarefa, que na localidade designada como Borda do Campo, 76,19 % das atividades produtivas estavam relacionadas à prática agrícola e, em segundo lugar, à pecuária vinculada à agricultura.<sup>283</sup>

O dinamismo da região favoreceu ao casal Anna e Gabriel buscar na agricultura e na pecuária, a base de sustento dos 11 filhos do casal. Além das terras e benfeitorias do sítio, eram proprietários de 14 cabeças de vacas com cria, 12 novilhas, 29 cabeças de gado, 8 carros de boi, 2 cavalos, 1 égua e 1 potro, animais que, além da roça de arroz encontrada no inventário, poderiam enriquecer a base alimentar familiar e, até mesmo, serem levados nos carros de bois e guarnecerem de leite e carne a vizinhança. O fato é que o casal que desbravou o oceano à procura de um novo recomeço alcançou certa estabilidade já em fins do século XVIII na região da Vila de Barbacena, a ponto de se tornarem proprietários de 14 escravos com etnias e idades variadas, conforme tabela abaixo:

Quadro 2 - Relação dos escravizados de Anna Maurícia

Proprietário	Nome do Escravo	Etnia	Idade e Estado Civil	Valor
	1- Antônio	Crioulo	18 anos	110\$000
	2- Manoel	Crioulo	18 anos	90 \$000
	3- José	Crioulo	12 anos	105\$000
	4- Luiz	Crioulo	10 anos	70\$000

<sup>282</sup> AHMPAS. Inventário de Anna Maurícia. Cx. 119. Ord. 17. 2SVC. 1796

<sup>283</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. **Barbacena Colonial**: uma vila mineira na última década dos setecentos. In: Anais do Primeiro Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005, pp. 3-4. Disponível em: [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br).

Anna Maurícia Paiva	5- Pedro Quebrado	Congo	-x-	20\$000
	6- Joaquim	Mina	50 anos	30\$000
	7- Francisco	Rebolo	40 anos	70 \$000
	8- José	Mina	50 anos	60\$000
	9- Gregório	Benguela	50 anos	60\$000
	10- Roque	Rebolo	-x-	30\$000
	11- Mariana	Angola	40 anos casada c/ José Mina	55\$000
	12- Joaquina	Cabra	13 anos	80\$000
	13- Bonifácia	Parda	40 anos	75\$000
	14- Eva	Cabinda	2 anos	40\$000

Fonte: AHMPAS. Inventário de Anna Maurícia. Cx. 119. Ord. 17. 2SVC. 1796

A relação dos escravizados da família corroboram com pesquisas sobre a mão de obra cativa para a região em fins do século XVIII. Conforme aborda Teixeira, o trabalho escravo em Minas Gerais esteve presente desde os primórdios de sua ocupação, e a hegemonia pelo fornecimento de cativos para a região mineira foi transferida do porto da Bahia para o porto do Rio de Janeiro, na virada do século. Para o autor, a relação proprietário/posse de cativos na Vila de Barbacena demonstra, por um lado, uma pulverização desses trabalhadores em pequenas propriedades; por outro, a concentração em números nas maiores propriedades, como nestes dados colhidos em inventários do período de 1791 a 1822,

(...) os proprietários situados nas faixas de 1 a 5 e de 6 a 10 representavam 70,9% dos inventários registrados, mas detinham apenas 23,8% dos escravos. Em contrapartida, os proprietários de plantéis (sic) acima de 20 escravos perfazem 11,48 % dos processos pesquisados e possuíam 41, 48% dos cativos inventariados.<sup>284</sup>

<sup>284</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o século XIX em Minas Gerais Colonial – Barbacena, 1792-1822. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2007, pp.118-19.

Assim, apesar da disseminação da mão de obra cativa entre os pequenos e médios proprietários, há, por outro lado, uma concentração do quantitativo dessas mãos nas grandes propriedades. Anna Maurícia e Gabriel, como veremos adiante em seu inventário, estão no rol dos pequenos e médios proprietários rurais detentores de mão de obra escrava na execução das tarefas diárias. Ao analisar o perfil desses homens e mulheres presos à violência da escravidão no documento neste ramo da família Campos, encontrou-se maior presença de homens em detrimento das mulheres: são 10 homens para 4 mulheres. Outro fator observado nessa fonte se relaciona às idades dos cativos arrolados. Destes, 13 estavam em idade produtiva, ou seja, eram maiores de oito anos de idade e uma criança, de dois anos, de etnia cabinda. Tais dados são indicativos de uma estreita relação com o tráfico transatlântico. A compra de homens em idade produtiva era a prioridade nas transações do referido tráfico. Não foi possível verificar se os cativos descritos como crioulos e cabras eram filhos de uma reprodução endógena, ou seja, fossem crias da casa. Tanto Mariana quanto Bonifácia, a primeira casada com José Mina, possuíam idade para serem mães dos jovens e crianças descritas no documento.

Bôscaro, ao pesquisar sobre o tráfico de escravos para a Serra da Mantiqueira, a partir da lista nominativa de 1831, aborda a presença masculina de forma predominante entre os mancipios das propriedades. Encontrou certo equilíbrio quanto à relação de africanos e nacionais dentro destes fogos. Segundo a autora, estes pequenos e médios proprietários participavam do tráfico negreiro na aquisição de homens e mulheres, prontos para serem explorados em sua força de trabalho, o que não inviabiliza a busca por um crescimento vegetativo entre seus cativos. Esses fatores eram pesados pelos senhores conforme o acesso que possuíam nas negociações ligadas ao tráfico e nas suas possibilidades econômicas.<sup>285</sup> Porém, a presença de idosos, crianças e mulheres provenientes da África, para Bôscaro, pode indicar o baixo valor desses cativos no mercado. Talvez isso explique o preço dos escravos de Anna Maurícia, inclusive a presença da criança Eva, cabinda, de 2 anos, no inventário.

Para respaldar essa análise e suposição, é importante comparar o preço dos cativos da praça do Rio de Janeiro com os avaliados nos inventários da Vila de Barbacena. Teixeira nos trouxe essa comparação ao analisar o preço de um africano, do sexo masculino, sem problemas físicos e em idade produtiva, observado em pesquisa de Manolo Florentino, com o

---

<sup>285</sup> BÔSCARO. Ana Paula D. **Uma Serra de Almas Negras**: o tráfico de escravos e a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira – Século XIX. XXIX Simpósio de História Nacional. ANPUH, 2017, p.8.

preço que chegava a 119\$000 mil réis. Já em Barbacena, para a mesma época e com cativos em idênticas condições descritas acima, o preço médio variava em até 129\$985 mil réis.<sup>286</sup> Ao voltarmos ao quadro dois (2), verificamos que apenas três cativos de Anna Maurícia, em 1796, homens, crioulos, com idade entre 12 e 18 anos, tiveram seu preço avaliado próximo ao apresentado para a praça do Rio de Janeiro. Já os demais escravos tiveram sua avaliação bem abaixo da tabela, o que indica variação deste valor, provavelmente relacionado a um acesso mais fácil ao comércio de cativos ou a uma maior oferta no mercado no período em questão.

Na meação de Gabriel Campos, ele escolheu para compor seus bens, os seguintes cativos da falecida esposa: José Mina, Mariana Angola, Antônio Crioulo, Bonifácia, descrita na meação como mulata, Manoel Crioulo e Joaquim Mina. Ao que parece, o viúvo buscou manter, sob seu domínio, principalmente, os cativos do sexo masculino, em idade produtiva e que ainda mantinham vigor físico. As escolhas dos senhores, na hora da divisão dos bens, não se realizam de forma irracional. Num monte-mor de 2:026\$000, os cativos de Anna Maurícia perfazem 44,22% do total. Escolher quais continuariam sob a posse do patriarca ligava-se à busca da continuidade da produção e, com ela, a manutenção da estabilidade econômica e, quem sabe no futuro, uma ascensão do status social. Sem falar nas relações estabelecidas, no dia a dia, entre senhores e escravos, e que também pesavam nas escolhas. O número de uma escravaria menor nas propriedades acabava por favorecer um contato mais direto entre o senhor e o escravizado. Este, ao observar as frestas do sistema opressor, buscava ampliar as margens de manobra e de atuação. E nesse panorama, o casal José e Mariana conseguem se manter unidos em plena divisão de bens senhoriais, sem sofrer alterações bruscas em suas rotinas, ao permanecerem na mesma propriedade e assim, provavelmente, mantendo as conquistas alcançadas de certa autonomia, como na formação de núcleo familiar.

Gabriel Gonçalves Campos viveu mais cinco anos depois do falecimento da esposa, Anna Maurícia, e não parece ter ampliado suas posses ao longo deste período. Como afirma em seu inventário, ele continuou morando no sítio, localizado nas paragens de Antônio Dias, Vila de Barbacena. Na propriedade, havia a casa de vivenda, monjolo, moinho, agora um paiol, terras de criar e capoeiras, tendo como limites as terras de seu irmão, o capitão Dionísio Gonçalves Campos. O monte-mor de seus espólios, avaliados em 1801, totalizou em 2:529\$712 entre propriedade rural, animais bovinos e equinos, escravos e bens relacionados à mobília e aos utensílios domésticos. Atentemo-nos na relação de cativos de seu monte,

---

<sup>286</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga, op.cit., p.128.

buscando indícios de nomes que pudessem trazer à baila parentes dos primeiros habitantes do Candendê.

Quadro 3 - Relação dos escravizados do monte-mor de Gabriel Gonçalves Campos

Proprietário	Nome do Escravo	Etnia	Idade e Estado Civil	Valor
Gabriel Gonçalves Campos	1- Manoel	Crioulo	22 anos	130\$000
	2- Antônio	Crioulo	21 anos	120\$000
	3- Joaquim	Mina	58 anos	20\$000
	4- José	Crioulo	20 anos	130\$000
	5- Luís	Cabra	14 anos	130\$000
	6- Silvério	Crioulo	12 anos	100\$000
	7- Gregório	Angola	65 anos	40\$000
	8- Roque	Rebolo	40 anos	40\$000
	9- Quintiliana	Crioula	30 anos	120\$000
	10- Joaquina	Cabra	16 anos	120\$000
	11- Joana	Crioula	14 anos	90\$000
	12- Luan	Cabra	06 anos	60\$000

Fonte: AHMPAS. Inventário de Gabriel Gonçalves Campos. Cx. 63. Ord. 18. 2SVC. 1801.

Dos escravos recebidos na partilha da finada esposa, continuaram sob o domínio de Gabriel até seu falecimento: Antônio Crioulo, Manoel Crioulo e Joaquim Mina. Tanto o casal José Mina e Mariana quanto Bonifácia Mulata não aparecem mais nas documentações encontradas no arquivo municipal. Podem ter sido vendidos, terem falecido ao longo de cinco anos ou conquistado a liberdade ainda em vida do senhor.

A configuração étnica da escravaria de Gabriel se altera. Passa a ser composta por mais cativos nacionais do que africanos, com nove brasileiros para apenas uma mina, um

descrito como angola e um reboło. No grupo dos escravos nacionais havia uma criança, quatro jovens e quatro adultos. Já os três africanos possuíam idade de 40 anos para mais. A preferência pelo sexo masculino se mantém: são três mulheres para nove homens. Ao que parece, o proprietário do Sítio das Pedras não conseguiu, nos cinco anos de viuvez, ampliar sua base econômica, nem seu status social. A posse de cativos brasileiros, com idade jovem e alto valor de mercado nos bens de Gabriel, parece mais ter relação com a reprodução endógena do que com transações comerciais.

A dificuldade em acompanhar a trajetória de pessoas escravizadas, seja pela falta de fontes, seja pela escassa informação sobre estes grupos nos documentos da época, faz da pesquisa um trabalho ainda mais desafiador. Neste intento, voltamos ao cotejo de mais documentações que pudessem trazer luz ao paradeiro de homens e mulheres vítimas da escravidão. Um nome cativo que nos chamou a atenção entre todos que pertenceram a Gabriel Gonçalves Campos foi o de Quintiliana, nome esse que poderia estar vinculado a um dos ramos das famílias fundadoras do quilombo Candendê. Elias Quintiliano de Araújo é citado nas memórias da comunidade como um dos fundadores da localidade junto com Antônio Lourenço da Costa. O sobrenome Quintiliano poderia ser homenagem a um prenome de parentes de Elias. No entanto, nem nos registros paroquiais e cartoriais locais, foi possível descobrir mais sobre os caminhos percorridos por esta crioula, de 30 anos, presa ao cativo em 1801. Todavia, a família Campos, portugueses, recém-chegados ao Brasil, e seus descendentes, ao longo dos anos, foram se instalando nos limites das terras conhecidas como Candendê / Sítio dos Crioulos. O que leva a suspeitar que essa comunidade negra, tenha se formado ainda na senzala destes proprietários. O nome Quintiliano que em fins dos oitocentos tornara-se prenome de um dos fundadores da comunidade, pode ter sido rememorado por essa linhagem como homenagem à antepassados relevantes à história familiar. Na expectativa de novos indícios, avançamos no tempo, até o inventário de um dos filhos de Gabriel, Elias Gonçalves Campos, falecido em 1857.

É importante ressaltar que, entre a abertura do inventário do pai, Gabriel (1791), e do filho Elias (1858), muitas transformações ocorreram no cenário local. Como lembra Resende, o já visualizado caráter dinâmico da região dos Sertões da Mantiqueira, no século XVIII, muito se intensificou com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, ao Rio de Janeiro. Para a autora, poderia a intensificação do uso da terra, não apenas pelo incentivo governamental, com doações de sesmarias de áreas dos sertões proibidos, mas pelo excelente aproveitamento realizado por esses novos sesmeiros, transformando as matas fechadas em campo de criar e

em terras de cultura, explicar o êxito de muitos produtores em atingir o mercado da Corte e aumentar sua capacidade produtiva.<sup>287</sup>

Esse florescimento econômico e demográfico culminou com a criação, em 1833, da comarca do Rio Paraibuna, e com a Vila de Barbacena alçada à cabeça da nova comarca. As terras pertencentes a Elias, localizadas em Barroso, região limítrofe de São José de Ilhéus e Ibertioga, seguem um perfil demográfico acordante com as demais áreas que compõem o Termo, com número maior de populações livres no tocante a cativas, conforme demonstra a tabela,

---

<sup>287</sup> RESENDE. Edna Maria. **Ecos do Liberalismo:** ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) – Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008, pp. 101-2.

Tabela 6 - Relação dos distritos do Termo de Barbacena

DISTRITOS E POPULAÇÃO DO TERMO DE BARBACENA, 1834.						
Termo de Barbacena	DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL	CATIVOS	%	LIVRES	%
	Barbacena	2439	843	34,56	1596	65,43
	Ribeirão	1307	485	30,98	822	62,89
	Remédios	2098	1055	50,28	1043	49,71
	Rio do Peixe	1190	495	41,59	695	58,4
	Santa Rita	1013	338	33,36	675	66,63
	Ibitipoca	1052	404	38,4	648	61,59
	Piau	1042	532	51,05	510	48,94
	Borda do Campo	822	291	35,4	531	64,59
	Barroso	553	224	40,5	329	59,49
	São José do Paraiba	914	414	45,29	500	54,7
	Espírito Santo	1514	501	33,09	1013	66,9
	Garambeo	738	317	42,95	421	57,04
	Bom Retiro/ Livramento	1739	720	41,4	1019	58,59
	Simão Pereira	2501	1574	62,93	927	37,06
	Rio Preto	2420	1106	45,7	1314	54,29
	Ilhéus	482	124	25,72	358	74,27
	Bom Jardim	1427	553	38,75	874	61,24
	São Domingos	1270	456	35,9	814	64,09
	Bertioga	727	367	50,48	360	49,51
	Curral Novo	1042	627	60,17	415	39,82
	Rosário	782	328	41,94	454	58,05
	São Francisco de Paula	1701	809	47,56	892	52,43
	Mercês do Cágado	1491	960	64,38	531	35,61
	Chapéu de Uvas	2244	1128	50,26	1116	49,73
	Juiz de Fora	1532	949	61,94	583	38,05
João Gomes	1087	545	50,13	542	49,86	
Quilombo	1232	656	53,24	576	46,75	
Bicas	-	-	-	-	-	
TOTAL	28	36.159	16.801	46,46	19.358	53,53

Fonte: Mapas de População: Arquivo Público Mineiro. Apud: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: Seminário sobre economia mineira: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. p. 22-25., op.cit. RESENDE, Edna, 2008, p.114.

No entanto, a quantidade de cativos descritos para os distritos da Comarca não são números insignificantes. Ao contrário, mostram quão dinâmico o Termo estava ao ser possuidor de 46,46 % de escravizados. Como afirma Mônica Oliveira, esse percentual deixa claro a difusão da mão de obra escrava para além dos limites das atividades agroexportadoras, assim possuindo capital para participar ativamente do comércio escravista.<sup>288</sup> Tal representatividade dos cativos nos registros de posses corroboram os trabalhos de Douglas Libby para as décadas de 1830 e 1840, quando alcançaram 36,74 % da força de trabalho em Minas Gerais. Ao longo desse período, é possível perceber a continuidade da presença

<sup>288</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de famílias: terra, mercado e poder na formação da agricultura cafeeira.** Bauru: EDUSC, 2005, p. 91.

masculina de cativos no inventário da família Campos, o que mostra a potencialidade econômica destes em estarem inseridos no tráfico negreiro.

Contudo, a década de 1850 marca uma série de transformações importantes no Brasil, como lembra Ribeiro: mudanças políticas com a consolidação do Estado Imperial, a partir da unidade e da centralização da monarquia; econômicas, que além de vários eventos que a redefiniram, ainda houve a Lei Eusébio de Queiroz determinando o fim do tráfico de cativos; e pródigas na liberação de recursos para áreas de infraestrutura, como as estradas de ferro, para o comércio e para as indústrias. A autora ainda reforça a importância da Lei de Terras implantada nessa década, como instrumento para regularizar a estrutura fundiária do país, discriminando as terras públicas das privadas e mapeando as terras devolutas. É fator que muito contribuiu para determinar quem poderia ter ou não acesso à terra e favorecer a concentração fundiária nas mãos de potentados.<sup>289</sup>

Tal lei regulamentada pelo decreto de 1854, além de demandar ao governo central o controle das terras brasileiras cultiváveis ou devolutas, lei ocorrida dentro do contexto de fim do tráfico transatlântico de escravos e da promoção da colonização nacional e estrangeira como força de trabalho, também demonstra o intuito imperial em apoiar seus aliados a terem, em seus domínios, homens, mulheres, livres, forros e escravos.<sup>290</sup>

Assim, nesse contexto de mudanças, em vinte de dezembro de 1855, Elias Gonçalves Campos registra a posse da fazenda do Serrão, com duzentos e cinquenta alqueires entre terras de cultura e de campos, localizada no distrito de Barroso. A fazenda foi citada no inventário de Gabriel, seu pai, e, ao que parece, Elias pretendia ampliar seus domínios sobre a área, ao comprar dos irmãos Francisco e João, mais os alqueires acima.<sup>291</sup> Com esse registro, caso as terras de seu pai Gabriel, ainda não estivessem na legalidade, a Lei de Terras acabaria por beneficiar a ela e a tantas outras, ao legalizar muitas áreas que, invadidas por posseiros ou recebidas em doações sem registros, foram ocupadas no desbravar dos Sertões da Mantiqueira.

Elias não desfrutou, por muito tempo, de suas terras legalizadas, vivendo por apenas mais dois anos depois do registro. Ele, falecido em 1857, teve o inventário aberto em 1858.

---

<sup>289</sup> Idem, p.211.

<sup>290</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da opressão:** comunidades de ex-escravos, a gutificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2015, pp.52-3.

<sup>291</sup> Registros paroquiais de terras. Nossa Senhora da Piedade de Barbacena (1854-1856). Arquivo Público Mineiro. Serviço Administrativo. Fls.11v

Ao verificar seu monte-mor, percebe-se tratar-se de um médio proprietário rural, somando um total de cinquenta e quatro contos, quatrocentos e setenta mil réis (54:470\$000). Além da casa e do sítio do Serrão, agora com um total de 280 alqueires de campo, mais 150 alqueires de cultura, estão registrados no inventário várias benfeitorias como moinho, monjolo, paiol e roda de moer mandioca. Ao que parece, esse descendente da família Campos buscou potencializar sua base econômica diversificando as áreas de produção. Entre ferramentas para arar a terra, também encontramos um tear, balança e carros de boi. As criações foram contabilizadas em dezenas de carneiros, centenas de vacas e novilhas, 20 bois de carga e vários animais de transportes como cavalos, éguas e burros. Para além da agricultura e da pecuária, parece que o fazendeiro buscou empregar seus escravos na fabricação de telhas, sendo encontradas e avaliadas 800 dessas para envio ao mercado. Todo esse dinamismo e diversificação denota quão Elias buscava estar integrado às rotas mercantis, tendo o domínio das fases da produção e do transporte dos produtos. As linhas de crédito também foram utilizadas por ele em vida, mais como socorro a familiares que lhe pediam auxílio do que como agiota pensando nos lucros, tendo, como dívida ativa, um pouco mais de dois contos de réis distribuídos entre filhos, genros e parentes.<sup>292</sup>

Para manter toda a produção em andamento, o proprietário do Serrão empenhou a metade de seus recursos na aquisição de cativos, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Relação dos escravizados do monte-mor de Elias Gonçalves Campos

<b>Proprietário</b>	<b>Nome do Escravo</b>	<b>Etnia</b>	<b>Idade e Estado Civil</b>	<b>Valor</b>
Elias Gonçalves Campos	1- Lourenço	Cabra	16 anos	1:800\$000
	2- Joaquim	Pardo	18 anos	2:000\$000
	3- Daniel	Africano	50 anos casado com Mariana	1:000\$000
	4- Maria	Africana	44 anos casada com Daniel	1:200\$000
	5- Justa	Parda	44 anos casada com Pedro	1:300\$000
	6- Pedro	Africano	40 anos casado com Justa	1:500\$000

<sup>292</sup> AHMPAS. Inventário de Elias Gonçalves Campos. Cx. 131. Ord. 16. 2SVC. 1858. Termo de Barbacena.

7- Tomaz	Africano	40 anos	1:200\$000
8- José, neto de Rosilha	Congo	50 anos	700\$000
9- João, neto de Rosilha	Cabinda	55 anos	800\$000
10- Sabino, neto de Rosilha	Africano	45 anos	900\$000
11- Simplício	Pardo	14 anos	1:800\$000
12- Pedro	Pardo	11 anos	1:500\$000
13- Sesário	Pardo	7 anos	1:400\$000
14- Candido	Pardo	1 ano	400\$000
15- Maria Amacia graneola?	Conga	30 anos	1:500\$000
16- Joana	Africana	65 anos	500\$000
17- Carlota	Crioula	22 anos	1:800\$000
18- Januária	Crioula	16 anos	1:600\$000
19- Generosa	Cabra	6 anos	1:200\$000
20- Maria	Crioula	9 anos	1:400\$000
21- Matilde	Parda	5 anos	900\$000
22- Joana	Crioula		1:600\$000
Total			28:000\$000
23- Agostinho	Crioulo	dote para a filha Maria Sabrina de Campos	200\$000
24- Raquel	Nação	dote para a filha Maria Sabrina de Campos	350\$000
25- Gregório	Crioulo	dote para a filha Rita Maria da Conceição	560\$000

	26- Rosa	Nação	dote para a filha Rita Maria da Conceição	550\$000
	27- Joaquim	Nação	dote para a filha Francisca Cândida do Nascimento	361\$000
	28- Floriania	Crioula	dote para a filha Francisca Cândida do Nascimento	300\$000

Fonte: AHMPAS. Inventário de Elias Gonçalves Campos. Cx. 131. Ord. 16. 2SVC. 1858. Termo de Barbacena.

Dos escravos recebidos na divisão dos bens paternos, em 1801, Elias recebeu os cativos Gregório, Joaquina e Luan, com idade na época de 65, 16 e 6 anos respectivamente. Apesar de aparecer um escravo de nome Gregório entre as doações feitas como dote no casamento das filhas de Elias, não se refere ao mesmo cativo recebido em herança há 57 anos, pois há divergências na idade e na etnia. Enfim, dos 22 cativos, 12 homens e 9 mulheres, listados entre seus bens, fora os dotados, vê-se a continuação, pelos Campos, da opção pelo sexo masculino em detrimento do feminino. Quanto à maior presença de escravos nascidos no Brasil, nos montes de Elias e de seus pais, analisados acima, parece ser normal. Contudo, é importante frisar as mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava em 1850 e que passaram a influenciar a aquisição de escravos pelos proprietários rurais e urbanos.

Em nosso trabalho de mestrado<sup>293</sup>, abordamos a luta pela extinção do tráfico interatlântico de escravos para Portugal, tendo início com a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra, em 1810, em troca de sua proteção contra as investidas napoleônicas. No entanto, apesar do tratado, Portugal e Brasil resistiram como puderam para retardar a aplicabilidade da proibição do tráfico negreiro e só com a Independência, em 1822, que vários acordos com a Inglaterra tiveram que ser recapitulados, e o fim do tráfico estava entre eles. Nessa nova negociação, previa-se que o fim do comércio interatlântico de escravos se daria até 1831. Porém, com o “jeitinho brasileiro”, novamente a lei, que ficou conhecida como “Lei para o Inglês Ver”, não surtiu efeito, e o fim do comércio negreiro só teve início de forma efetiva a partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz. Os efeitos dessa Lei rareando, cada vez mais, a mão-de-obra africana, foram sentidos no aumento do preço dos escravos, na

<sup>293</sup>SANTOS, Roseli dos. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no termo de Barbacena (1850-1888). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei: São João del Rei, 2014, p. 160.

busca pela reprodução endógena e na intensificação do comércio interno de cativos de áreas menos produtivas para outras mais dinâmicas.<sup>294</sup>

As mudanças ocorridas com a proibição do tráfico e a Lei de Terras devem ter mexido com as prioridades de Elias. Os bens de raiz e os escravos passam a ter maior valor de mercado, sendo importante maior investimento nestas aquisições. Assim, ampliou suas áreas de produção e aumentou a mão-de-obra cativa com escravos brasileiros e em idade produtiva. Não é possível afirmar se a maior quantidade de escravos brasileiros “jovens e crianças” em seu monte-mor tenha sido resultado de uma reprodução endógena. Contudo, como era de se esperar, eles foram os mais bem avaliados pelos louvados do inventário.<sup>295</sup>

Da relação dos escravos de Elias, o nome de Lourenço nos trouxe na memória o nome de um dos fundadores do quilombo Candendê/Sítio dos Crioulos: Antônio Lourenço da Costa. Neste momento, pausamos por um tempo na busca de mais informações sobre o cativo Lourenço, citado no inventário de Elias como de etnia cabra, na época tendo 16 anos. Ao retornarmos ao segundo capítulo desta tese, é possível refrescar a memória sobre os nomes dos pais de Antônio Lourenço da Costa: Lourenço Domingos da Costa e Maria Luíza de Araújo. Assim, Lourenço tornou-se palavra chave na busca das fontes.

As dificuldades em seguir a trajetória de pessoas escravizadas são imensas. Não existe um registro completo, são informações picadas, que podem ou não surgir em fontes variadas, como inventários, testamentos, processos crimes, manutenção de liberdade, fontes cartoriais eclesiásticas, registros de matrículas, periódicos reclamando sua fuga, entre outros. A ausência de sobrenome dificulta o cruzamento dos dados, mas, mesmo com esse empecilho, realizamos uma varredura nas fontes arquivísticas do Arquivo Municipal “Amílcar Savassi” de Barbacena, do Cartório de Registro Civil de Ibertioga e de registros paroquiais da Matriz Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, disponíveis online. Entre tantos xarás, um outro Lourenço acendeu uma luz no breu que pairava nas idas e vindas em fontes: um batizado feito na Capela de Ibertioga no dia oito de setembro de mil oitocentos e vinte, quando o Padre Manoel José de Oliveira põe os santos óleos em Lourenço, inocente, filho legítimo de

---

<sup>294</sup> Idem, p. 96.

<sup>295</sup> Conforme quadro n.4, a escravaria de Elias Gonçalves Campos era composta de treze brasileiros e nove africanos. Em relação à variação da idade, temos seis adultos, se considerarmos a adultidade a partir dos trinta anos até os cinquenta; oito jovens de onze até vinte e dois anos e, cinco crianças de um até nove anos.

Quintiliano da Costa e Marianna Thereza de Jesus. A criança teve como padrinhos Vital Antônio e Dona Maria Antônia.<sup>296</sup>

Com certeza devem estar se perguntando sobre a diferença de idade deste Lourenço, nascido em 1820, com o apresentado no inventário de Elias, de 1858, então com 16 anos. Pois é, realmente não se trata da mesma pessoa. O que nos fez descartar o Lourenço do inventário e focar as atenções no registro de batismo. Importante ressaltar que, para a composição desta pesquisa, dois anos foram necessários entre escuta das memórias locais e a análise de documentações às quais tivemos acesso no Cartório de Notas de Padre Brito – antigo São José de Ilhéus. Por meio da montagem de planilhas e bancos de dados, foi-nos possível conhecer um pouco da família dos fundadores do quilombo Candendê. Assim, nomes como Lourenço da Costa e Quintiliano passaram a ser perseguidos na ânsia de desvendar a trajetória de cada um. Em entrevista, o sr. João Pedro da Silva, neto materno de Antônio Lourenço e paterno de Elias Quintiliano, além de sempre afirmar a negativa de cativo a seus ascendentes, reafirma o parentesco entre seus avós.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]”. E o que fornece a amálgama é a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. Nesse modo de ver o mundo, o território se torna tão importante como o espaço de culturas divididas, representadas e repassadas, o que o transforma num lugar sagrado de representações.<sup>297</sup>

Com essa deixa, acreditamos que a criança a receber os santos óleos em início do século XIX, seja o pai de Antônio Lourenço da Costa. Algo que comprovaria a relação entre os Lourenço da Costa e os Quintiliano. Outras fontes foram encontradas como o alistamento militar de Antônio Lourenço, ocorrido em 1889 e apresentado no capítulo dois. Nesse documento, Antônio Lourenço é registrado como sendo filho de Lourenço Quintiliano. Nossa suposição é que o escrivão tenha confundido o nome do pai de Antônio, ao relacioná-lo com parentes próximos conhecidos na localidade, o que torna passível de confirmação as lembranças do sr. João Pedro sobre o parentesco de seus avós. Neste viés, a tríade Quintiliana, Lourenço e Campos poderiam ser as peças faltantes no quebra-cabeça das relações

---

<sup>296</sup> Arquivo Arquidiocesano de Mariana. Livro de Batismo, nº 10 – Igreja Nossa Senhora da Piedade (Barbacena), 1819 – 1824, fl.67

Site: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y338-BS2?i=69&cc=2177275&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGTH-R12S> Acesso em: 19 de outubro de 2020.

<sup>297</sup> ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.182.

envolvendo escravidão, liberdade e resistência nas terras do Candendê. A escrava Quintiliana, presa à senzala da família Campos, por motivos desconhecidos, poderia ter ultrapassado os muros da repressão, e moldado uma família egressa do cativeiro, simbolizada pelo ingênuo Lourenço, batizado em 1858. Todavia, os Campos manteriam certa ascensão sobre esse grupo familiar. Fator que explicaria a existência, de forma pacífica da comunidade Candendê e Sítio dos Crioulos, bem no miolo das terras destes fazendeiros.

Assim, presença de Vital Antônio como padrinho no registro de batismo de Lourenço também nos chamou atenção. Acreditamos que este Vital seja o jovem descendente da família Campos, que em breve, ganharia a patente de capitão e, alcançaria influência econômica e política na região de Ilhéus. Vital, ao longo da vida adquiriu diversas propriedades rurais e entre elas: a Fazenda das Pontes. Essa Fazenda é uma peça importante em nosso quebra-cabeça, tanto pela proximidade territorial com o Candendê/ Sítio dos Crioulos quanto pela histórica relação existente entre as famílias fundadoras do quilombo e a referida fazenda. Uma relação estabelecida seja como proprietários/legatários de pequenas faixas de terras em seu interior, seja como meeiros nas produções ali realizadas sob comando da família Campos. Pois bem, sigamos no encalço de Vital Antônio e seus descendentes na expectativa de encontrarmos uma resposta mais assertiva sobre essas questões.

### 3.2- Os Campos em Ilhéus: os dilemas dos últimos anos da escravidão

Em abril de 1873, o Capitão Vital Antônio de Campos, morador do distrito de Ilhéus, Termo de Barbacena, faz uma queixa à Justiça contra Vicente Teixeira e o acusa de, em dias do corrente mês e ano, lá pelas tantas da noite, próximo às 23 horas, o réu penetrou o rancho dos porcos da fazenda da Ponte, de propriedade do suplicante e, contra sua vontade, ou seja, sem seu consentimento, retirou do referido rancho, dois porcos capados.<sup>298</sup> De acordo com o andar do processo e as falas testemunhais, Vicente, com o parceiro Francisco Faria Sodré, este morador do arraial de Barroso e oficial de pedreiro, se dirigiu à casa do Capitão para buscar ferramentas para um serviço que iriam prestar. Ao longo do caminho, encontraram Vital que lhes pediu para retornarem mais tarde. Assim feito, depois de Vicente receber as ferramentas e distribuir com o amigo, ele parou em frente a uma porteira, abriu-a e adentrou a propriedade e pouco depois, saiu com um porco nos braços e o ofereceu a Francisco. Depois, pegou mais um, levou-o para casa, matando-o no dia seguinte.

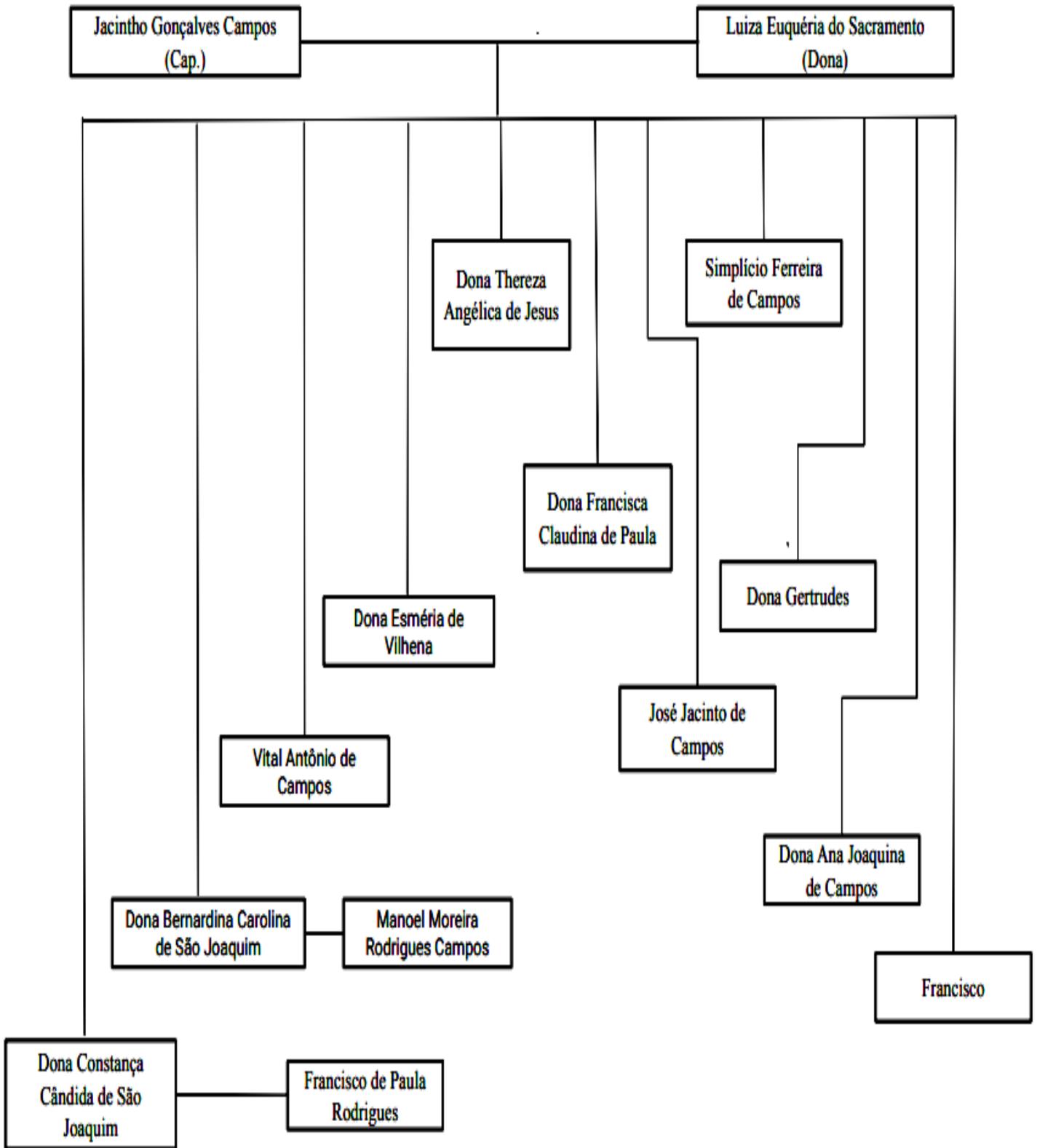
---

<sup>298</sup> AHMPAS. Sumário de culpa. Cx. 187. Ord. 30. 2SVC. 1873.

Os motivos que levaram Vicente a subtrair das terras do Capitão os capados, sem autorização, não foram descritos no processo. Talvez imaginasse que o proprietário não sentiria falta de apenas dois animais em meio ao tamanho dos bens que possuía. Foi, porém, uma atitude arriscada mexer nas posses de um homem com patente de capitão. O desfecho do documento, como podemos imaginar, não foi favorável ao réu. Foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão e multa de 20 % do valor do furto.

Vital Antônio era um dos filhos do Capitão Jacintho Gonçalves Campos e sobrinho-neto de Gabriel Gonçalves Campos, analisado no início deste capítulo. A família Campos possuía grandes extensões territoriais distribuídas pelos antigos sertões da Mantiqueira, nas áreas de Ibitipoca, Ibertioga, Barroso e Ilhéus. Vital herdou propriedades localizadas principalmente na região de São José de Ilhéus, algumas adquiridas na partilha da herança paterna, outras compradas e trocadas, ao longo do século XIX. Seu pai, capitão Jacintho, ao falecer em 1828, deixou um monte-mor de trinta e dois contos, oitocentos e trinta e cinco mil e oitocentos réis (32:835\$800) em terras, escravos, joias e utensílios domésticos a serem divididos com a viúva Dona Luíza Euquéria do Sacramento e os dez filhos descritos no diagrama abaixo:

Diagrama 3- Família do Capitão Jacintho Gonçalves Campos



Fonte: AHMPAS. Inventário de Jacintho Gonçalves Campos. Cx. 77. Ord. 05. 2SVC. 1828. Vila de Barbacena.

Entre as terras de Jacintho constava uma fazenda de nome Martelo, com casa de viver com sobrados, moinho, monjolo, paiol, tudo coberto de telhas, senzala coberta de capim, quintal com bastantes árvores, cercado de pedra, campos e capoeiras. Essa fazenda era localizada próximo do rio da Conquista, na região de São José de Ilhéus, distrito de Barbacena. Para além dela, também era possuidor de uma casa na fazenda do Paiol, tendo ali 20 alqueires de planta de milho e 10 alqueires de floresta de capoeira, tudo no mesmo distrito. Mattos, ao analisar a importância da agricultura numa região voltada ao agronegócio cafeeiro como Capivary, no Rio de Janeiro, para meados dos oitocentos, considera, como fazendeiros, os pequenos “grandes” proprietários que se mostraram capazes de uma reprodução social e de se distanciar de suas rotinas, o trabalho manual. Tinham, para isso, certo número de escravos. Eram proprietários que controlavam a política local por meio do clientelismo estabelecido com homens livres, em laços de dependência pessoal, econômica, política e familiar.<sup>299</sup> Ao pensar neste sentido, apesar de estarmos trabalhando com a região da Mantiqueira, e esta não possuir envolvimento direto com a zona cafeeira mineira, fica perceptível a ascensão social e econômica alcançada pela família Campos na região. A própria estrutura das construções de suas fazendas como a do Martelo, com casa de viver assobradada e várias repartições cobertas de telhas, demonstra a distinção alcançada dentro do próprio contexto familiar, ao ser comparada com o Sítio do Serrão do parente Gabriel Gonçalves Campos.

No interior da fazenda do Martelo, os louvados, em 1828, encontraram talheres com cabos de prata ou adornados, em grandes quantidades, como as colheres que somavam quase 378 oitavas desse mineral. A produção, no interior da propriedade, parecia intensa com a presença de tachos e fornos de cobre em tamanhos variados, compondo os utensílios da cozinha. Ao que parece, o Capitão soube mesclar a religião com bens de valor, ao utilizar crucifixos, rosários, contas e botões de ouro para se vestir e professar a fé. O acúmulo de bens monetários, como a presença de um conto e setecentos e trinta e um mil e oitocentos e cinquenta e um réis em moedas, mais seiscentos e sessenta mil réis em espécie, guardados em casa, indicam transações comerciais diárias na vida de Jacintho. Entre idas e vindas aos locais de trocas, ele, calçado com suas esporas de prata, acompanhado ou sozinho, seguia pelos caminhos da região no lombo de animais de carga, seja nos três cavalos, seja nas dezenas de éguas, seja no burro manso, acompanhando o som de seus vários carros de bois, todos descritos no inventário. Poucos foram os proprietários que conseguiram ter, entre seus bens,

---

<sup>299</sup> MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Ao sul da História:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.33-4

touros, devido a seu alto valor de mercado. Mas o Capitão, além das centenas de vacas e bois, dezenas de novilhas e bezerros, possuía um touro e quatro tourinhos novos. Na busca de manter a distinção social e fugir da mácula do trabalho, ele mantinha preso à escravidão, vinte e quatro pessoas. Entre elas, nove crianças de um a nove anos, treze adultos, em idade produtiva de treze a quarenta e cinco anos, inclusive Thomaz crioulo mais bem avaliado entre os demais, chegando ao valor de quatrocentos mil réis, além de dois considerados idosos: Maria Cesarina, de 70 anos, com a menor avaliação obtida entre todos os cativos, dezesseis mil réis, e José, crioulo de 50 anos. Aliás, os crioulos compunham a maior parte dos escravizados, num total de vinte para quatro africanos, todos divididos em doze homens e doze mulheres.<sup>300</sup>

Vital Antônio e os demais irmãos dividirão, entre si, doze contos e cento e trinta mil réis (12:130\$000) dos bens paternos. As terras da Fazenda do Martelo e do Paiol, totalizadas em seis contos e setecentos e setenta e cinco mil réis (6:775\$000), serão divididas em dez partes, e cada décima no valor de seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos réis a cada herdeiro. O futuro capitão Vital Antônio Campos, aparece em documentos do meado do século XIX, em transações de troca, compra e venda de terras e de escravos, ou como procurador e testamenteiro de proprietários rurais da região de São José de Ilhéus. Ao longo da vida, Vital terá que lidar com mudanças políticas e sociais no que tange à utilização do trabalho escravo e buscará, na expansão territorial, manter seu domínio na localidade.

Para além das terras recebidas por herança, Vital aparece em 15 de junho de 1855, a registrar na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, as fazendas Pouso Alegre, com uma sesmária mais ou menos de extensão, tendo, como confrontantes, pelo nascente a fazenda da Serra; pelo norte o rio Elvas; ao poente a fazenda Monte Vídeo e ao sul a fazenda da Candoguinha do “burrito manso”. E também registra a posse da fazenda da Ponte, do tamanho de duas sesmárias, mais ou menos, divisando, pela nascente, com as fazendas do Faria e do Paiol; ao norte com a fazenda do Barroso; ao poente com a do Morcego e ao sul com o arraial de Ilhéus e a fazenda do Martelo.<sup>301</sup>

Nesse contexto de transformações jurídicas, com a regulamentação das terras, o império brasileiro, ao mesmo tempo que proíbe a entrada de africanos no Brasil, busca

---

<sup>300</sup>AHMPAS. Inventário de Jacintho Gonçalves Campos. Cx. 77. Ord. 05. 2SVC. 1828. Vila de Barbacena.

<sup>301</sup> Registro Paroquial de Terras. Nossa Senhora da Piedade de Barbacena (1854-1856). Arquivo Público Mineiro. Serviço Administrativo. Fls. 7 e 7v.

canalizar os recursos econômicos dos grandes proprietários rurais para um amplo mercado de terras, além de barrar a disponibilidade de acesso fácil deste produto aos homens livres pobres ou libertos. Esse fato acaba coagindo os homens livres pobres a vender sua força de trabalho.<sup>302</sup> O caso de Vicente Teixeira e de seu amigo Francisco Sodré, homens libertos ou livres pobres, lavradores ou pedreiros fazem parte da parcela da população que, sem acesso às terras ou a recursos para viver só de suas propriedades, trabalham esporadicamente para os “senhores de Ilhéus”. Ao que parece, a relação entre Vicente e o Capitão Vital era antiga, pois, em um processo-crime de 1867, aberto pelo fazendeiro por injúria, o primeiro aparece como testemunha de acusação.

O fato se deu quando o queixoso Vital diz ter arrematado no dia 11 de maio, em praça, umas vacas que foram da finada D. Maria Antônia de Jesus, antiga proprietária da Fazenda do Morro Redondo, que fica próxima a Fazenda das Pontes. Segundo ele, o testamenteiro e inventariante da finada, Sr. José Antônio de Campos, teria trocado uma das melhores vacas da praça que pertencia ao grupo arrematado por Vital por outra muito ordinária, como denunciado por Anselmo.<sup>303</sup>

Entre as tentativas de acordo, o queixoso alega ter escrito uma carta que foi entregue a José Antônio pedindo pela troca dos animais. Essa, não surtindo efeito, abre espaço para acusações que muito nos revelam sobre o emaranhado das relações entre proprietários e comunidades negras na região. Cesário da Costa Gomes, de 55 anos, viúvo, lavrador e morador de Ilhéus, foi o responsável tanto pela entrega da Carta ao réu quanto pela troca dos animais. Contudo, não encontrando José Antônio em casa, deixou a carta com o sobrinho Bento. Retornou mais tarde para saber a resposta. Ao ser recebido pelo acusado, Cesário diz ter escutado deste as seguintes palavras:

Ora, não sei o que tem estes meus parentes, que só querem me achincalhar buscão ou se me põe um rabo. Mas rabo em mim não põe, antes ele é que tem, porque apareceu na Chapada da Fazenda do Morro Redondo, ainda em vida da viúva [Dona Maria Antônia de Jesus], uma novilha sem dono e sem marca, e depois que a viúva morreu, ele queixoso passou-a para sua Fazenda e marcou-a, coisa que não podia fazer sem minha ordem.(sic)<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Ao sul da História:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.123.

<sup>303</sup> AHMPAS. Processo Crime. Cx. 174. Ord. 06. 2SVC. 1867. Termo de Barbacena.

<sup>304</sup> AHMPAS. Processo Crime. Cx. 174. Ord. 06. 2SVC. 1867, fls.7 a 9. Termo de Barbacena.

Cesário afirma também que, no dia das barganhas, foi até o centro da cidade e lá, ao encontrar o Tenente Domiciano Ferreira Campos, este lhe perguntou por uma vaca araçá, amojando, sob os cuidados dos crioulos Anselmo e Vicente, herdeiros da fazenda do Morro Redondo. Estes, então, lhe responderam que essa vaca teria sido trocada por José Antônio, pela que ele, testemunha, levaria à casa do acusado para “desbarganhar”. Vicente foi a segunda testemunha a depor e confirma a versão dita por Cesário. O interessante é que ele não se apresentou com o sobrenome conhecido por todos: Teixeira. É descrito no processo como sendo Vicente Ferreira Malta, 22 anos, casado, lavrador, natural e morador da Fazenda do Morro Redondo.

Dona Maria Antônia de Jesus faz parte dos 79 testadores barbacenenses analisados em nosso trabalho de mestrado, defendido em 2014, e que legou, além da liberdade, bens significativos aos seus escravos. Vicente Teixeira aparece entre os 39 cativos libertados e que puderam dividir entre si, além da Chapada do Morro Redondo, os pastos da Xica e de José Francisco, conforme testamento e inventário da finada senhora, aberto em 1866. Ele era filho do casal Antônio Teixeira e Maria, tendo Anselmo Teixeira descrito como um dos seus irmãos.<sup>305</sup> O sobrenome Teixeira se deve ao primeiro esposo da testadora, Antônio Teixeira Alves, e que será utilizado por muitos da primeira e da segunda geração de escravizados do casal. Mas, apesar de demarcar todo o processo de emancipação e conquista de autonomia pelos libertos, também era um demarcador na memória local, de vínculo com o passado escravo desse grupo. Assim, faz jus à mudança de sobrenome empreendida por Vicente que busca, no processo, a troca do Teixeira para Malta, na tentativa de distanciamento do tempo de cativo. Contudo, a memória social não falha. Em vários momentos, o Teixeira é requisitado para se referir a Vicente.

Toda essa narrativa entre os dois processos, quando Vicente aparece ora, como réu ora, como testemunha, traz, nas entrelinhas, os vínculos existentes entre os proprietários rurais de Ilhéus e as comunidades de ex-escravos locais. Vital, que ao longo da vida vai adquirindo grandes extensões territoriais, como veremos mais abaixo, estabelece relações clientelares com variados grupos sociais que circulavam suas propriedades. Inclusive, ele aparece trocando faixas de terra arrematadas, em praça, do espólio da finada Maria Antônia, a pedido dos ex-escravos e herdeiros que alegaram que o pasto do Joviano, adquirido pelo Capitão,

---

<sup>305</sup> SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850-1888). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014, pp.168-9.

além de possuir um moinho utilizado por eles, tinha a localização dentro da Fazenda do Morro Redondo, mais cômoda aos herdeiros do que a Vital. Para este, o pasto do José Francisco era mais próximo ao quintal de sua fazenda [da Ponte].<sup>306</sup> E assim, o Coronel e Vicente vão cruzando as necessidades de oferta e demanda de força de trabalho, ao que parece, especializada, para solucionar seus desejos imediatos. Vicente faz parte da segunda geração de ex-escravos legatários de terras e parece utilizar da mobilidade espacial e venda da força produtiva como um complemento à renda familiar.

Quanto ao Capitão Vital, nas fontes sempre parece buscar ter o controle de suas posses, e punindo até antigos vizinhos que lhe tentaram usurpar um bem. Todavia, demonstra-se aberto a negociações e trocas que favorecessem os seus parceiros. Com esse perfil, encontramos-lo novamente no registro de terras feito por Florentino Antônio da Silva, em 1856, que alega possuir uma sorte de terras de cultura com quatro alqueires, mais ou menos, dentro da fazenda do Capitão, denominada Cachoeirinha.<sup>307</sup>

Mattos, ao analisar as propriedades territoriais de Capivary, na segunda metade do século XIX, verifica que, entre o quadro de concentração da propriedade e o comprometimento nas possibilidades de reprodução devido ao elevado valor do preço dos escravos para este período, vai se tornando comum na região a incorporação de agregados e sítiantes no interior de uma propriedade. De acordo com os dados da autora,

Entre 1850 e início da década de 70, o mercado de compra e venda de situações, mesmo que restrito, cresce significativamente o mercado de terras, propriamente dito, com um grande número de negócios de alto valor indicando a presença expressiva de lavradores abastados não proprietários neste tipo de negócio. Em 1861, uma situação com benfeitorias, casas de morada, senzalas, campos e cafezais foi vendida por 2:400\$00 e outra com casas, cafezais e arvoredos frutíferos por 6:092\$800 (!), valores extremamente altos para a média de negócios realizados com terras e lavouras no mercado local.<sup>308</sup>

A situação vivida por Florentino nas terras de Vital Antônio talvez não alcançasse toda a estrutura visualizada por Mattos em Capivary. As diferenças nos valores também devem ocorrer já que são localidades distintas no aspecto econômico, com a região do Rio de Janeiro voltada à agroexportação cafeeira, e a região mineira, abordada por nós, para o mercado interno. Mas, a possibilidade de ter acesso a um pedaço de terras dentro de uma propriedade

<sup>306</sup> AHMPAS. Inventário de Maria Antônia de Jesus. Cx. 90. Ord. 11. 1SVC. 1866, fl. 65.

<sup>307</sup> Registro Paroquial de Terras. Nossa Senhora da Piedade de Barbacena (1854-1856). Arquivo Público Mineiro. Serviço Administrativo. Fl.88.

<sup>308</sup> MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p.135.

de um médio proprietário, mostra que as mudanças na conjuntura social, ocorridas em meados do século XIX, também afetaram a região de Ilhéus. Os senhores de terras e homens visualizavam as transformações e buscavam novas dinâmicas de trabalhar suas posses territoriais, sem perder, no entanto, o status quo. Ao rastreamos Florentino na busca de conhecer quais laços o ligavam a Vital, infelizmente nada foi encontrado.

Enfim, Vital continuou adquirindo terras até o fim da vida. Em 1884, encontramos-lo comprando uma sorte de terras às margens do rio Elvas pelo valor de cinco contos de réis (5:000\$000), composta de campos, cultura, moinhos, monjolos e vários ranchos.<sup>309</sup> Apesar de ser um alto investimento feito nos seus quase 80 anos de idade<sup>310</sup>, era a postura mais acertada e segura, frente à crise do trabalho escravo iniciada com a proibição do tráfico negreiro. Aliás, a Lei Eusébio de Queiroz foi apenas o início de legislações abolicionistas que culminaram na Lei Áurea, de libertação nacional. O ânimo de Vital Antônio, muito deve ter sido alterado no momento final de sua vida pela lei de 13 de maio. No entanto, ele não teve tempo de digerir ao falecer um mês depois de sua promulgação. Na abertura do inventário, em junho de 1888, foi possível conhecer a dimensão territorial conquistada por este capitão na região de Ilhéus e vizinhança, como podemos visualizar na tabela abaixo:

Quadro 5 - As terras e benfeitorias pertencentes ao Capitão Vital Antônio Campos

Fazendas, sítios, benfeitorias e outros	Dimensões	Localização	Valor
Fazenda das Pontes	295 alqueires (1039 hectares) de terras de campo	Ilhéus	14:850\$000
Fazenda das Pontes	137 alqueires (479,5 hectares) de cultura	Ilhéus	8:562\$500
Fazenda do Martelo	19 alqueires (59,5 hectares) de terras de campo	Ilhéus	680\$000
Fazenda do Martelo	terras de cultura	Ilhéus	50\$000

<sup>309</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de terras. Livro n ° 2. Escritura de compra e venda, 1883 a 1891, fl.18,18v e 19.

<sup>310</sup> Vital foi batizado aos dez de fevereiro de 1805, na capela de Sant'Ana da Boa Vista, filial da Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Para saber mais, ver: Arquivo Arquidiocesano de Mariana. Livro de Batismo – Igreja Nossa Senhora da Piedade (Barbacena), fl.210v.

Site: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y338-Y7S?i=213&cc=2177275&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGTH-12KG>

Acesso: dia 21 de dezembro de 2020.

Retiro do Serro	80 alqueires (280 hectares) de campo	Ilhéus	3:600\$000
Retiro do Serro	23 alqueires de cultura	Ilhéus	1:265\$000
Nas partes do Valentim, Pau de óleo e Silvério	5/2 de terras de campo ou 194,25 hectares	Ilhéus	2:775\$000
Nas partes do Valentim, Pau de óleo e Silvério	8 alqueires de cultura com 28 hectares	Ilhéus	480\$000
Fazenda da Cachoeira	193 alqueires (675,5 hectares) de campo	Ilhéus	9:650\$000
Fazenda da Cachoeira	86 alqueires (301 hectares) de terras de cultura	Ilhéus	5:590\$000
Sítio Elvas	58 alqueires (203 hectares) de terras de campo	Ilhéus	2:900\$000
Sítio Elvas	9 alqueires (31,5 hectares) de terras de cultura	Ilhéus	540\$000
Fazenda do Morro Redondo	82,5 alqueires (288,75 hectares) de terras de campo	Ilhéus	3:300\$000
Fazenda do Morro Redondo	24 alqueires (84 hectares) de terras de cultura	Ilhéus	1:200\$000
Córrego do Morcego	99 alqueires (346,5 hectares) de terras de campo	Ilhéus	4:950\$000
Córrego do Morcego	31 alqueires de cultura	Ilhéus	1:705\$000
Pasto do José Ribeiro	42 alqueires (147 hectares) de campo no pasto		1:680\$000
Pasto do José Ribeiro	8 alqueires (28 hectares) de terras de cultura		400\$000
Pasto da Capitinga	67 alqueires (234,5 hectares) no pasto		2:680\$000
Pasto da Capitinga	07 de cultura		352\$000
Pasto do Monjolo	44,5 alqueires (155,5 hectares) de campo		1:780\$000
Pasto do Boi Morto	23,5 alqueires de campo no pasto		1:175\$000
Pasto do Boi Morto	½ de cultura		60\$000
Pasto da Dainha ou Rainha (?)	34 alqueires de campo		1:700\$000
Pasto da Dainha ou Rainha (?)	3 alqueires de cultura		195\$000
Pasto da Pitangueira	46 alqueires de campo		2:300\$000
Pasto da Pitangueira	1 alqueire de cultura		?
Fazenda do Ribeirão	110 alqueires de campo		5:500\$000

Fazenda do Ribeirão	78 alqueires de cultura		7:020\$000
Fazenda da Invernada	150,5 alqueires de campo	Barroso	7:525\$000
Fazenda da Invernada	18,5 de alqueires de cultura	Barroso	1:202\$500
Fazenda do Lourenço Pinto	85 alqueires de campo	São João del Rei	425\$000
Fazenda do Lourenço Pinto	23,5 alqueires de cultura	São João del Rei	138\$000
Fazendo do Retiro, herdeiros de Antônio Ladeira	15 e ¼ de alqueires de campo no pasto		762\$500
Fazendo do Retiro, herdeiros de Antônio Ladeira	4 alqueires de cultura		220\$000
Antônio Dias, Palmital e Tapunha (?)	90 alqueires de campo neste lugar	Palmital	3:600\$000
Antônio Dias, Palmital e Tapunha (?)	46 alqueires de cultura neste lugar	Palmital	2:325\$000
Fazenda da Ponte	Casa de vivenda, moinho, paiol, monjolo, ranchos e senzala.	Ilhéus	3:000\$000
Retiro do Barro Preto	Benfeitorias	Ilhéus	80\$000
Retiro do Barro Preto	Laranjeiras	Ilhéus	70\$000
Fazenda do Martelo	Parte das benfeitorias	Ilhéus	80\$000
Retiro do Taperinha	Benfeitorias	Ilhéus	101\$000
Retiro do Serro	Benfeitorias	Ilhéus	280\$000
São José de Ilhéus	casinho e fundo do arraial dividindo com Antônio da Costa Ferreira e José Branquinho	Ilhéus	200\$000
Fazenda da Cachoeira	Casinha, moinho e quintal	Ilhéus	200\$000
Sítio Elvas	Casa, moinho e quintal	Ilhéus	500\$000
Ilegível	Casa ordinária, telhas, forro velho e quintal		230\$000
Fazenda do Ribeirão	Moinho, quintal e rancho		900\$000
Fazenda da Invernada	Casa velha, moinho, telhas, quintal e rancho de taipa	Barroso	940\$000
Candinha	Duas casinhas estragadas		220\$000
Lourenço Pinto	Um resto da casa	São João del-Rei	80\$000

Severiano	Telhas na casa	Ilhéus	24\$000
Fazenda da Vista Alegre	Casa velha, sítios e quintal	Ilhéus	430\$000
Fazenda do Boi Morto	Benfeitorias		24\$000
Bairro Boa Morte	Morada de casa	Barbacena	400\$000
Viana	Benfeitorias		80\$000
Estevão Vital	Casinha de taipa		30\$000

Fonte: AHMPAS. Inventário de Vital Antônio Campos (capitão). Cx. 69. Ord. 06. 1SVC. 1888.

Pela tabela, é possível verificar a ampliação dos bens rurais. Ele não só buscava por campos para criar animais, mas investia também na aquisição de terras de cultura utilizadas no plantio de alimentos e no cultivo de árvores frutíferas. Toda a produção saída dessas terras, além de alimentar a família do Capitão, seus escravos e agregados, também deve ter sido destinada ao abastecimento dos mercados locais. Ao que parece, ele buscou ter o domínio das etapas da produção, adquirindo as benfeitorias e equipamentos de beneficiamento dos alimentos. Algumas dessas aquisições já estavam danificadas pelo tempo. São descritas no inventário como estragadas e velhas. Talvez tenham sido adquiridas aproveitando partilhas familiares de antigos proprietários vizinhos. Contudo, não acreditamos que, ao comprar moradias fragmentadas e precárias, o Capitão buscasse auxiliar famílias ou parceiros em apuros. O ato parece mais estar ligado ao interesse de estender a área de domínio territorial e aproveitar de situações de os imóveis estarem com baixo valor de mercado. E com essa política de “boa vizinhança”, ele aumenta sua área de influência em quase todo o território de Ilhéus, além de posses nos distritos de Barroso e Palmital e nas cidades de Barbacena e São João del Rei. Com a ajuda do mapa que segue abaixo, é possível ter uma noção da faixa de terras adquirida por Vital na região de Ilhéus. E os donos de terras também precisam de dominar homens para lhe servir. Sua influência na vida cotidiana, seja de proprietários menos abastados, seja de pequenos lavradores, seja de libertos não deve ter sido pequena. Sem falar na mão de obra cativa em sua posse usada para movimentar suas áreas produtivas.



afirma no processo aberto por ele, ao solicitar a divisão das terras por desentendimentos com os sócios Marcellino Lopes Correia e Cândido da Sena Ladeira.<sup>312</sup>

O que se constata nas negociações empreendidas ao longo da vida do Capitão é a dimensão “doméstica” do mercado de terras da região, do qual ele soube aproveitar em compras e trocas de áreas que estavam em processo de divisão de herança, já que muitas dessas aquisições ainda trazem uma referência dos antigos proprietários. A lei de terras abriu oportunidades a esse proprietário, frente aos desafios porque senhores de escravos tiveram que passar nos oitocentos. A historiadora Mattos comenta que a Lei de Terras, votada no mesmo ano da extinção do tráfico de escravos, procurava tanto proibir a ocupação das terras devolutas por outros títulos que não as de compra quanto incentivar novas formas de emprego da mão-de-obra ao valorizar o trabalhador livre e a mercantilização das terras.<sup>313</sup>

Neste mapa, datado de 1895, o Candendê, aparece bem no centro do caminho que ligava as propriedades de Vital Antônio. É uma incógnita pensar como uma comunidade negra surge no cerne de regiões com intensas transações territoriais. Nos registros de terras para a região de Ilhéus, em 1854, não há indícios de sua existência. Podemos pensar que isso se deve ou, pela dificuldade econômica para uma população egressa do cativeiro em pagar pelo registro da posse territorial ou, por essas terras estarem dentro de propriedades de terceiros. Para Machado, a precariedade quanto à formação e à permanência das comunidades negras, a dificuldade em legalizar suas terras e a desatenção dos contemporâneos sobre elas foram grandes incentivadores para o seu desaparecimento físico e nas fontes, “[...] a não ser em casos excepcionais, nos quais a ocupação de terras por libertos chegou a afrontar interesses mais fortes, exigindo a intervenção dos poderes constituídos.”<sup>314</sup>

Contudo, a confirmação oficial da existência do Candendê pelo estado de Minas Gerais, em fins dos oitocentos, demonstra certa estabilidade temporal da referida comunidade. E, para que a mesma fosse delimitada no mapa cartográfico, ela deveria ser reconhecida por seus confrontantes e pelos “maiorais” locais. Vital, ao percorrer por suas propriedades localizadas ao norte, sul, leste e oeste de Ilhéus, assentado sobre o lombo de um cavalo, possivelmente cavalgou pelo interior e ao redor das terras que receberiam o nome de Candendê. O aparecimento do nome, apenas no pós-abolição, em fontes oficiais, não deve ser indicativo que tenha surgido somente nesta data, pois é inconcebível imaginar que, por todo

---

<sup>312</sup> AHMPAS. Divisão de terras. Cx. 22. Ord. 08. 2SVC. 1869. Termo de Barbacena.

<sup>313</sup> MATTOS de Castro, Hebe Maria. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p.123

<sup>314</sup> MACHADO, Maria Helena P. Toledo. **O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edusp, 1994., p. 43-44

os oitocentos, estas terras teriam ficado devolutas frente à voracidade dos senhores por terras. O inventário do Capitão Vital nos dá fortes indícios de como esta região era cobiçada para ampliação das áreas de campo e de cultivos de alimentos.

O que se pode pensar neste caso, é um certo apadrinhamento por parte de proprietários da região no surgimento e permanência do Candendê. Além de se localizar entre grandes fazendas, a comunidade pode ter aproveitado as brechas sociais, em meio as modificações sobre a utilização da força de trabalho no século XIX. A insegurança vivida pelos fazendeiros quanto a garantia da continuidade das produções, deve ter ajudado a alguns “homens livres” fixarem-se na região e moldarem o território com uma identidade afro-brasileira. Não podemos esquecer da relação de compadrio apresentada no registro de batismo de 1820, de Vital Antônio para com o Lourenço. Esse, pode ter se beneficiado da existência de um padrinho capitão e dono de terras, que ampliava suas chances de sucesso e autonomia, como a de seus descendentes. Por outro lado, ter afilhados pobres, capazes de lavra a terra, com sentimentos de gratidão, era um grande trunfo para o Capitão Vital continuar expandindo seu território de produção e de influência. Para Carvalho, a presença destas terras, até os dias atuais, pode ser o resultado de um silenciamento sobre suas posses nos registros de terras, o que evitava assim que elas fossem contestadas pelo Estado e seus representantes, ou que os registros aguçassem o interesse de grandes proprietários locais em expropriá-las.<sup>315</sup> Era bem melhor mantê-las distantes dos holofotes estatais e, quem sabe, continuar com o apadrinhamento dos poderosos da região, sem inflamar sua ira.

E Vital, com certeza era um deles. Em meio às transformações legislativas, o Capitão, ao registrar no censo paroquial de terras as suas propriedades, também se preocupou com estratégias para ampliar a produção. Com embates ainda mais acirrados em prol da abolição, intensificados nos anos 1870 e 1880, a utilização da mão-de-obra tornou-se uma pauta nacional.

Os ânimos dos barbacenenses estavam exaltados, como sugere o artigo publicado no *Gazeta de Barbacena*, pelo seu proprietário Guilherme Lopes, em 1881. Ao direcionar um apelo à Câmara Municipal, ele informa sobre as associações que vêm se formando no Estado de Minas Gerais, entre lavradores e negociantes, os quais, para o proprietário, são os únicos mananciais de riqueza pública. Ainda assim, são os desconsiderados pelos poderes do Estado. Afirma ser de suma importância a constituição de associações voltadas para o estudo de medidas tendentes a salvaguardar os interesses dos setores produtivos locais, frente às

---

<sup>315</sup> CARVALHO, Sheldon. Op. Cit., 2015, p. 102.

questões graves que se apresentam no momento, como a substituição do trabalho escravo. O autor do texto cita, como exemplo, as diversas associações denominadas Club Agrícola que têm sido organizadas e que se encontram em funcionamento nas cidades vizinhas de Barbacena: Leopoldina, Cataguases, Ubá, Mar de Espanha, São José de Além Paraíba, Serraria e Juiz de Fora. Frente a isso, Guilherme intervém a favor dos lavradores e negociantes solicitando que

Diante do movimento não convém que o município de Barbacena, que prepondera na política da província, se conserve indiferente. Imediata a representante do povo, a Câmara Municipal deve tomar iniciativa de dirigir circulares aos fazendeiros e negociantes do município, convidando-os para uma reunião com o fim de estabelecer as bases da associação que, cooperando com o Club Central da Corte, procure estudar e resolver as questões mais importantes que interessam as duas classes supra mencionadas. A substituição do braço escravo, a introdução de máquinas de reconhecida utilidade, o desenvolvimento da indústria pecuária, a fundação de escolas agrícolas, o crédito agrícola e a aquisição de trabalhadores livres, a redução das tarifas na E. F. Pedro II para transporte especialmente de gêneros alimentícios, as jurisprudências e polícia agrícola são algumas das questões que preocupam presentemente o espírito das classes produtoras.<sup>316</sup>

O que vemos é a busca pela manutenção do posicionamento social dos grandes da terra ligados à produção e à comercialização dos gêneros alimentícios, como pauta que engloba os setores públicos e privados de Barbacena. Na tentativa de solucionar a crise da mão-de-obra escrava, muitos, como o capitão Vital, por um lado, recorrerão ao mercado de terras; por outro, estabelecerão novas relações de trabalho.<sup>317</sup> Pela amplitude de suas posses, acreditamos que, enquanto pôde, ele tenha mantido, sob seu domínio, um número elevado de pessoas escravizadas, e tenha utilizado ferramentas possíveis para mantê-las até o derradeiro momento do 13 de Maio. Inclusive, em 1881, ele aparece na Gazeta de Barbacena oferecendo gratificação a quem soubesse do paradeiro de seu escravo Antônio, com 24 anos, cor preta, bons dentes e rosto carnudo. Segundo o noticiário, depois da fuga, o cativo teria feito alguns roubos pela região, até meados de abril. Mas que até o momento, no mês de maio, acreditavam que teria embarcado em algum trem sentido Zona da Mata, já que fora visto por terceiros, perto de Matias Barbosa.<sup>318</sup>

Infelizmente, não foi possível conhecer toda a escravaria de Vital, por esta não mais fazer parte do rol de seu inventário, aberto em junho de 1888. Contudo, com o cruzamento de fontes, conseguimos mapear alguns personagens, como o escravo Antônio, que nos ilustra de

---

<sup>316</sup> AHMPAS. Gazeta de Barbacena. Ano I, 1881, fl. 06

<sup>317</sup> Idem, p. 164.

<sup>318</sup> AHMPAS. Gazeta de Barbacena. Ano I, n.18, 1881, fl. 03

modo singelo, as relações escravistas desse senhor. Vamos às informações apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 6 - Escravizados que pertenciam ao capitão Vital Antônio Campos

<b>Nome do Escravo</b>	<b>Etnia</b>	<b>Idade e Estado Civil</b>	<b>Valor</b>
1- Juliana	Parda	Livro de venda Cx. 51 Ord.10 2SVC 1861-86	1:900\$000
2- Madalena	Parda		
3- Lauriano	casado com Bárbara		Livro de batismo 13 A fl.93V 1835 Santuário de Nossa Senhora da Piedade
4- Bárbara	casado com Lauriano		
5- Isabel	filha de Lauriano e Bárbara		
6- Custódia	Cabra	Livro Escrit. n.3 1880-1901 Cartório Padre Brito	2:000\$000
7- Ingênuia	filha de Custódia		
8- Vicência	Crioula		
9- Rita	Parda		
10- Maria	filha, 9 anos		
11- Laurinda	2 anos		1:600\$000
12- Maria Joana de Jesus	ex- escrava	Doc. Avulsos Cartório de. Padre Brito	
13- Anna Maria de Jesus	Filha		
14 - Antônio	Escravo fugido	AHMPAS. Gazeta de Barbacena. Ano I, n.18, 1881, fl. 03	

Fontes: AHMPAS; Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito; Santuário Paroquial Nossa Senhora da Piedade (Barbacena).

Numa análise possível das fontes, encontramos a formação de famílias dentro de suas senzalas. No vasculhar documentação na Casa Paroquial da Matriz de Barbacena, Lauriano e Bárbara, citados como escravos de Vital Antônio de Campos, batizam a filha Isabel, na capela de Ilhéus, em 1835.<sup>319</sup> A montagem familiar nas senzalas foi um estudo abordado por Slenes. Para ele, estas formações eram a possibilidade, para os cativos, de aumentarem a autonomia frente às limitações da escravidão. Assim, os ganhos como as moradias individuais desempenham um papel favorável na recriação, no interior das moradias, de tradições africanas e no fortalecimento da identidade. Além destes grupos familiares que funcionam como suporte emocional, há os laços de solidariedade, dando ânimo aos seus membros na busca por dias melhores, frente às pressões do cativeiro.<sup>320</sup> Os grandes proprietários observavam essas famílias escravas com um duplo olhar: um positivo; o outro receoso. Isso porque, ao mesmo tempo que essas traziam estabilidade dentro da senzala, também limitavam a autonomia do senhor, caso fosse necessário, desfazer-se de algum cativo. Para além das precauções no trato, os fazendeiros, a partir de meado dos oitocentos, tiveram que atentar para o Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, que, no segundo artigo, proibia a separação da família escrava, em processos de venda e partilha.<sup>321</sup>

Ciente dessas limitações, já em 1880, Vital realiza a venda de Custódia, juntamente com a filha ingênua de um ano. Ambas, com outra escrava de nome Vicência, são adquiridas por Francisco de Paula Souza, morador de Barroso, pelo valor total de 2:100\$000. Na mesma data, Rita parda, mais a filha, Maria, de 9 anos e a ingênua Laurinda, de apenas dois, são negociadas também pelo Capitão por 1:600\$000, para João Alves Constantino, morador do distrito de Piréu.<sup>322</sup> Não sabemos o paradeiro dos pais das crianças e há quanto tempo, o capitão era dono das referidas cativas. É possível que estivessem há poucos anos em sua propriedade e que suas aquisições fossem resultado de cobranças de dívidas ou recebimento de hipotecas, como sugere o documento da venda de Rita.

Os anos da década de 1880 devem mesmo ter mexido com as prioridades de Vital, principalmente na busca por liquidez em suas negociações, ao se desfazer de escravos para adquirir terras. São ares de um novo tempo e que pesam em suas escolhas. As mulheres em

---

<sup>319</sup> Santuário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Livro de Batismo, 13 A, 1835, fl.93V.

<sup>320</sup> SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.

<sup>321</sup> ROSSINI, Gabriel A. A. **A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869**. Estud. Econ., São Paulo, vol.49 n.4, p.777-806, out.- dez. 2019.

<sup>322</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de terras. Livro de Escritura de Compra e Venda, n° 3, 1880-1901, fls.1 e 3.

idade produtiva e com “crias” deixam de fazer parte de um desejo dos senhores, e a Lei do Ventre Livre, de 1871, dará um empurrão para esta mudança com a libertação dos filhos das cativas, a partir desta data. Ela também deixou uma brecha para continuidade da escravidão, ao legar ao proprietário a escolha de usufruir da força produtiva do ingênuo até os seus 21 anos, e reservar-lhe um pecúlio a ser-lhe entregue no fim do período, ou entregá-lo aos 8 anos de idade para o Estado e receber deste um valor de indenização.<sup>323</sup> Ao que parece, 21 anos era tempo demais no cronômetro de Vital, nem a indenização do Estado parece ter-lhe enchido os olhos. O homem tinha pressa e talvez outras alternativas para manter a produtividade nas várias posses territoriais. No início da implantação da Lei, talvez não acreditasse que ela surtisse efeito, e aparece registrando no Livro de Escritura de Compra e Venda de Escravos de Barbacena, de 1872 a 1876, a compra de Juliana e Madalena, ambas no valor total de 1:900\$000.<sup>324</sup> O fato é que, numa racionalidade pautada na economia de suas reservas, ele deixou à margem das negociações, tanto na compra quanto na venda, os escravos do sexo masculino. A explicação pode estar na utilidade desta mão-de-obra, visto sua força física e seus altos valores de mercado. Não era momento de maiores investimentos ou perdas consideráveis, dentro de um período de instabilidade quanto à continuidade da força produtiva.

Enfim, os poucos registros encontrados sobre a escravaria deste descendente da família Campos, mostra-o alinhado ao pensamento de sua época e sempre atento às mudanças legais, modificando suas estratégias na busca pela manutenção da influência local. Ao morrer sem ter feito o testamento, algo inaceitável para o estrategista e homem perspicaz que aparentava ter sido, indica uma morte repentina que apesar da idade avançada, deve ter pego a família de surpresa. As tensões dos anos 1880 devem ter caído como um peso difícil de carregar. No inventário, aberto um mês depois da Lei Áurea, não mais havia vestígios de seus cativos. Nada foi encontrado, até o momento, nas documentações que indique que tenha legado alforria em vida. A liberdade não afastou todos os seus ex-escravos de Ilhéus. Ana Maria de Jesus aparece frente ao escrivão local, em 1890, para solicitar que ele registrasse seu casamento com Irineu João Afonceno (sic). Ela afirma ser filha natural de Maria Joanna de

---

<sup>323</sup> COSTA, Lenira Lima da. **A Lei do Ventre Livre e os Caminhos da Liberdade em Pernambuco, 1871-1888**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007, p. 27

<sup>324</sup> AMPHAS. Índice das Escrituras de Vendas de Escravos. Cx. 51 Ord.10 2SVC Livro n ° 5 de notas. 1872-1874, fls. 4v e 5

Jesus, que ambas foram escravas do Capitão Vital Antônio de Campos e que são moradoras do distrito.<sup>325</sup>

Para nós, a existência da comunidade dos Candendê pode ser o resultado desses fatores. Uma comunidade conectada com alguns senhores e suas senzalas, mescladas com a presença de libertos e homens livres pobres, ávidos em vender suas pequenas produções e força de trabalho. Um povoado que foi se fortalecendo a partir de um sentido comunitário, enraizado por laços familiares e de memórias de resistência que mantinha certo apadrinhamento e aceitação por forças maiores, como proprietários locais, que os observavam bem de perto e aproveitavam dessa aproximação. Como aborda Carvalho,

As formações de libertos dependentes, menores disciplinados e tutelados, como também de comunidades de ex-escravos e seus descendentes fixados nas terras das fazendas eram alternativas a que os senhores estavam recorrendo para garantir a continuidade do trabalho e de seu poder moral, mesmo que isso fosse muito arriscado, pois, (sic) a terra e a sua produção eram muito valorizadas por ex-escravos e estavam em suas expectativas juntamente com a liberdade, família e comunidade.<sup>326</sup>

Para Engemann<sup>327</sup>, é o tempo no cativo que favorece a formação de um sentido de solidariedade. O outsider sempre será visto como o estrangeiro, o de fora e demandará uma continuidade dentro do mesmo local para que as afinidades e alianças políticas possam surgir. O tempo é o fator fundamental para a socialização e a formação da comunidade a partir da família, de ritos e crenças comuns que os façam sentir pertencentes ao mesmo grupo. Teoricamente, o parentesco pode ser definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se é, antes de tudo, conseguir aliados. Os laços de solidariedade desempenham papel relevante na posição do indivíduo, ou seja, importa mais os grupos relacionados do que o indivíduo propriamente dito. O egresso do cativo buscava se afastar dos resquícios da escravidão, a partir da posse de terras ou aliando-se a antigos senhores na busca de melhores posições sociais.<sup>328</sup>

Yabeta comenta sobre as possibilidades abertas a um campesinato negro. Para ela, “[...] sempre houve uma articulação entre quilombos, a economia local e os setores sociais

---

<sup>325</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Doc. Avulsos, 1890.

<sup>326</sup> CARVALHO, Sheldon. Op. Cit., 2015, p. 134

<sup>327</sup> O autor verifica listas nominativas das fazendas do Comendador Manuel de Aguiar Valli: fazendas do Resgate e Bocaina. Além do cruzamento com os dados das fazendas Engenho Novo da Pavuna, na freguesia de Jacarepaguá, fazenda do Camorim e Real Fazenda de Santa Cruz. Ver: ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. 2005, p.175.

<sup>328</sup> ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e...”, op.cit., p.173.

envolventes.”<sup>329</sup> Por não estarem isolados e terem um processo de imigração, certos quilombos, ou não eram identificados e reprimidos por fazendeiros e autoridades ou, quando reconhecidos, eram vistos como vilas de camponeses negros, que participavam da economia local com trocas de mercadorias, e por que não?, com o fornecimento de mão-de-obra para as terras dos potentados da região. A autora lembra a relevância das comunidades de senzalas, formadas ainda na escravidão por cativos de um ou mais proprietários, e que, ao longo da pós-abolição, vão se fortalecer por elos familiares, de compadrio ou pela base religiosa, e chegam aos dias de hoje denominados terras de preto.<sup>330</sup>

Candendê, de uma forma ou de outra, chega fortalecida e reconhecida pelos órgãos públicos no pós-abolição, ao fazer parte do mapa sobre o território de Barbacena. Isso só foi possível por marcar presença há anos na localidade e ser aceita pelos seus confrontantes. Sua origem pode estar relacionada com as relações estabelecidas com Vital Antônio, que via no espaço territorial uma forma de fixar seus cativos e dependentes. Uma relação, que pode ter sido o embrião da estabilidade conseguida pelos moradores no período imperial e, mantenedora de relações desiguais no advento da república. Avancemos para este tempo.

### 3.3 - Os Moreira e os Campos: a parentela como fator de expansão sociopolítica em Ilhéus

Em entrevista realizada com o neto mais velho do Coronel Abel Carlos Moreira Campos, o Sr. Abel Santana Campos, este lembra do avô como um benfeitor da região de Padre Brito (São José de Ilhéus), distrito vizinho da comunidade do Candendê. Afirma ter sido seu avô, chefe político local da família Bias Fortes,<sup>331</sup> a assumir cargo de vereador por três mandatos. Todavia, seus afazeres se dividiam entre coordenar a região e administrar seus bens rurais recebidos em herança.<sup>332</sup>

Abel era o filho mais velho do segundo matrimônio de José Narciso Moreira Campos, importante fazendeiro e antigo escravista da região de Ilhéus. Ao falecer em 1911, seu pai deixou um volumoso monte-mor de 71: 242\$960 a ser dividido entre os 17 herdeiros do

---

<sup>329</sup> YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. **Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes** (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro-Ásia, núm. 47, 2013, pp. 79-117

<sup>330</sup> YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Op.Cit., 2013, p.109.

<sup>331</sup> Família Bias Fortes

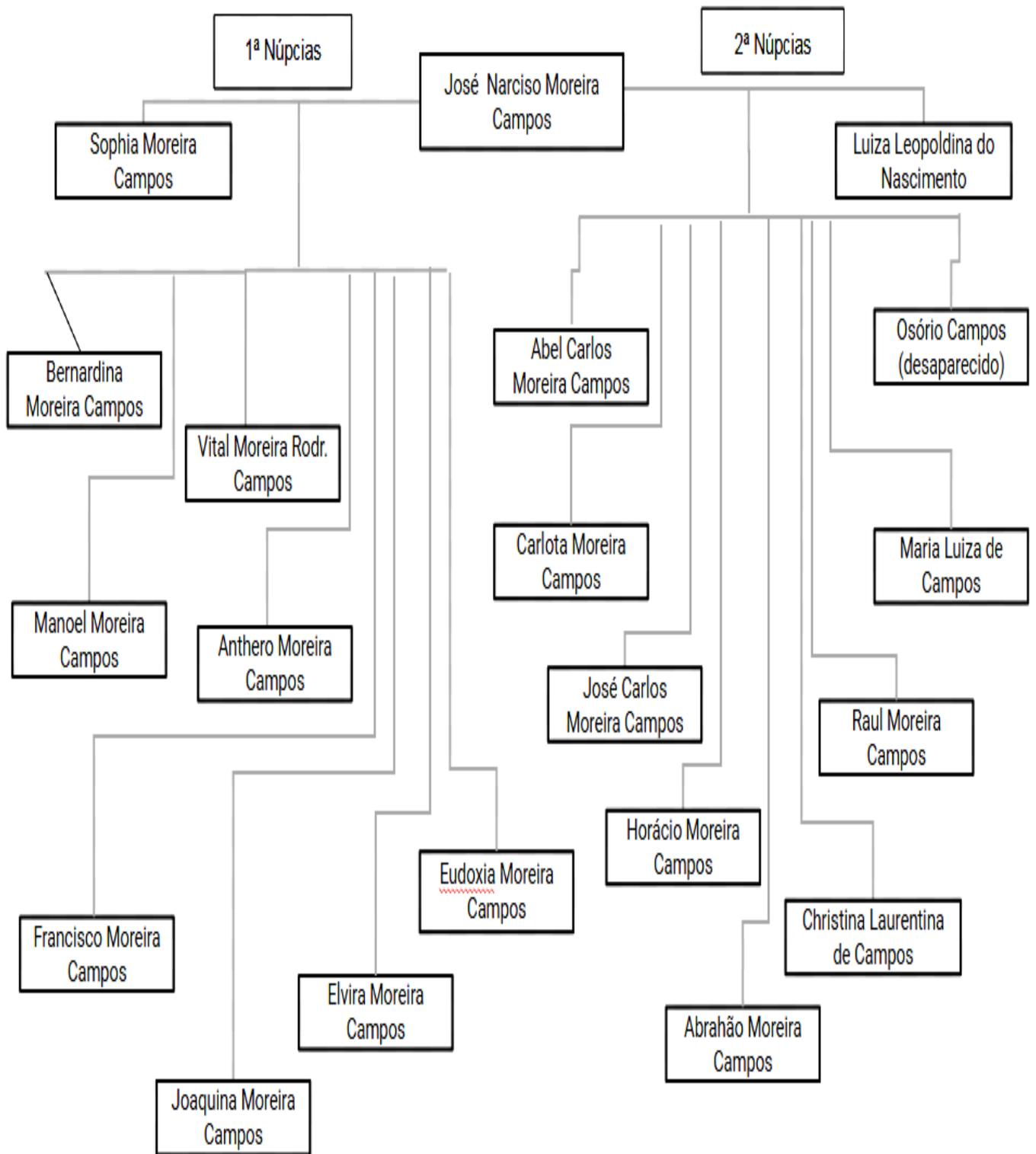
<sup>332</sup> Entrevista do Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.

primeiro e do segundo casamento, além da meação que deveria ser realizada com sua segunda esposa, Dona Luíza Leopoldina do Nascimento<sup>333</sup>, como se verifica no diagrama abaixo:

---

<sup>333</sup> AHMPAS. Inventário de Sr. José Narciso Moreira Campos. Cx. 41. Ord. 19. 1SVC. 1911.

Diagrama 4 – Família de José Narciso Moreira Campos



Fonte: AHMPAS. Inventário de Sr. José Narciso Moreira Campos. Cx. 41. Ord. 19. 1SVC. 1911.

Abel herdará do pai o Pasto do Lopes, com 19 alqueires de campo e de cultura, além de mais cinco alqueires de campos e quatro e um quarto de cultura na capoeira de Mariazinha.

Essas terras tinham, como demarcações confrontantes, “um pau de cruzeiro, à beira da capoeira, descendo abaixo do rio, por este abaixo até o córrego de Mariazinha, voltando por cima até o correquinho (sic), voltando à direita por este acima, até o primeiro o campo (ilegível), em linha volta ao pau do cruzeiro.”<sup>334</sup> Essas terras correspondiam a dois contos, quatrocentos e oitenta e dois mil e cento e vinte seis réis a favor de Abel.

José Narciso parece ter seguido uma tradição sobrevivente do período colonial de estabelecer uma relação de endogamia de classe, ou seja, a realização de casamentos entre iguais. No caso dele, esse igual se resumia a laços consanguíneos, pois sua primeira esposa Sophia, era nada mais, nada menos que sua prima de primeiro grau. Narciso era o filho caçula de Dona Bernardina Carolina de São Joaquim, irmã do Capitão Vital e Manoel Moreira Rodrigues. Manoel, falecido em 1852, deixou à viúva e aos sete filhos um monte-mor de 28:354\$680 em terras, escravos, animais, mercadorias, móveis e utensílios domésticos. Entre suas propriedades rurais, o inventariado era dono da fazenda Canta Galo, situada em Ibitipoca, na qual plantava roça de milho, arroz e feijão. Além das áreas cultiváveis, compunha a fazenda de duas casas de morar, paiol, casa de tropa, senzala, moinho, monjolo, pasto gramado e mais sete pastos em suas divisas. O cultivo e beneficiamento de alimentos parecia algo intenso no cotidiano de Manoel, tido como proprietário das benfeitorias do sítio, onde reside Dona Maria Anacleta. Essas benfeitorias são casas de residência, paiol, moinhos e pastos gramados. O abastecimento do mercado interno parece bem integrado ao cotidiano do pai de José Narciso, pois ao falecer tinha em seu poder oito arrobas de toucinho salgado, quatorze saias de sal, dezesseis unidades de sabão de madeira Pérola, quase treze arrobas de algodão e duas arrobas de açúcar. Esses produtos eram resultados do esforço de 19 escravos já em idade produtiva, de um total de 28 adultos, e crianças presas à sua senzala. O transporte dos produtos era feito nos vários animais de trote, que, com ovelhas e quase cem porcos, foram avaliados no inventário.<sup>335</sup>

A opção escolhida ou incentivada de fechar o ciclo familiar dos Moreira Campos, ao se casar com Dona Sophia Claudina, uma das filhas de seu tio, o Capitão Vital Antônio Campos mostra a intenção de Narciso em ampliação de suas posses territoriais e adquirir mais semoventes que favorecem seus negócios. A aliança foi uma excelente estratégia para a ampliação e manutenção do poderio dos descendentes de Manoel e de Vital. Afinal, a junção dos bens herdados dará ao casal, Narciso e Sophia, o domínio de terras e homens na região de

---

<sup>334</sup> AHMPAS. Inventário de Sr. José Narciso Moreira Campos. Cx. 41. Ord. 19. 1SVC. 1911, fl. 85.

<sup>335</sup> AHMPAS. Inventário de Manoel Moreira Rodrigues. Cx. 88. Ord. 16. 1SVC. 1852.

Ilhéus e vizinhança. A família passa a ser vista pelos “grandes da terra” como ligação importante para além do parentesco. Ela começa a ser objeto de desejo e de estratégia na manutenção de propriedades e na continuidade do status social. Segundo Brügger,

Os casamentos auxiliam na solidariedade considerada uma realidade patriarcal, as dívidas eram compensadas dentro da família, portanto as alianças matrimoniais facilitavam a consolidação de teias que viabilizam projetos políticos e econômicos.<sup>336</sup>

Nesse sentido, a família ordenava as relações sociais, ampliando as bases de negociações econômicas e possibilidades de créditos, além de colaborar na ampliação da imagem pessoal. José Narciso ampliava tanto suas posições territoriais quanto seu simbolismo frente à comunidade na qual estava inserido. Ao inventariar os bens da finada esposa, em 1889, ele declara um monte-mor de trinta contos, quatrocentos e sessenta e um mil réis, divididos entre animais (59 vacas, 10 bois de carro, 2 bois de cortes, 20 bezerros, 50 novilhas, 03 cavalos, 1 besta, 1 burro, 2 poldros, 15 éguas) e terras que chegavam a 298 alqueires de campos, mais 109 alqueires de cultura e as benfeitorias da fazenda da Cachoeira, no distrito de Ilhéus.<sup>337</sup> E apesar da divisão dos bens com os herdeiros necessários, ele, como meeiro, embolsou desse quinhão, um vultoso oito contos, vinte e quatro mil e oitocentos e vinte réis.

Todavia, mesmo enlutado e com órfãos para cuidar, o amor bateu novamente à sua porta e se enlaçou em segundas núpcias com Dona Luíza Leopoldina do Nascimento, com a qual teve nove filhos, entre eles, o Coronel Abel Carlos Moreira Campos.

Ao falecer em 1911, a abertura de seu inventário nos possibilitou verificar algumas de suas estratégias pela manutenção de seu status, frente às mudanças que assolavam o Brasil na virada do século XIX para o século XX. Apesar de descender de uma família escravagista, ele teve que se adaptar aos novos rumos e restringir seu poder, antes sobre terras e homens, a apenas proprietário rural. As experiências vividas pelo tio/sogro Vital Antônio devem ter povoado sua memória, e, com êxito, pois Narciso passa a dominar numerosos alqueires de campo, e cultura, e benfeitorias como descrito abaixo:

---

<sup>336</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal** - família e sociedade (São João del Rei, séculos XVII e XIX). UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).p.287

<sup>337</sup> AHMPAS. Inventário de Sophia Claudina Moreira Campos. Cx. 154. Ord. 19. 1SVC. 1889.

Quadro 7 – Relação dos bens de José Narciso Moreira Campos

Ano	Proprietário	Herdeiros	Fazendas e terras	Escravos
1911	José Narciso Moreira Campos	<p>1. Matrimônio:                      1- Bernardina Moreira Campos;                      2- Manoel Moreira Campos;                      3- Vital Moreira Campos;                      4- Francisco Moreira Campos;                      5- Anthero Moreira Campo;                      6- Joaquina Moreira Campos;                      7- Eudoxia Moreira Campos;                      8- Elvira Moreira Campo, casada com José Eduardo Moreira Vargas.</p> <p>2. Matrimônio:                      1- Abel Carlos Moreira Campos;                      2- Carlota Moreira Campos ;                      3- José Carlos Moreira Campos;                      4- Horácio Moreira Campos;                      5- Abrahão Moreira Campos;                      6- Christina Laurentina de Campos                      7- Raul Moreira Campos;                      8- Maria Luiza de Campos;                      9- Osório (desaparecido há 8 anos)</p>	<p>1- sorte de terras: das Capoeiras; da Vargem; Ladeira; Pastinho; Mariasinha; Egoas; Gabiroba; Caetana e Tapera; João Fernandes;                      Uma sorte de terras acima da casa da Cachoeira, campos da Silveira, sorte de terras Lopes, campo do Silvério; Moinho; abaixo daTraquera, Campo dos animais; Pasto de Gordura; uma sorte de terras no capo do Claudino, no Cateto; no Montevideo; abaixo do Cuia; terras de campo no Cuia de Cima; no Pastinho do Sobrado, Terras de campo no Tacuaral; alqueires em mato virgem; Terras de Cultura em Água Vermelha; Terras de campo e cultura em Capoeira Grande; no Campo dos Orphãos; no Campo do Cateto; Campo do Paiolinho.</p> <p>2- Benfeitorias da Fazenda do Pouso Alegre; Benfeitorias do Retiro do Alto; Benfeitorias da Fazenda da Cachoeira e Benfeitorias do Retiro da Mariasinha.</p> <p>3- Retiro Florêncio; Retiro do Paiolinho, mais casa de vivenda e moinho.</p> <p>4- Parte na casa do filho Manoel Moreira.</p>	

Fonte: AHMPAS. Inventário de Sr. José Narciso Moreira Campos. Cx. 41. Ord. 19. 1SVC. 1911

As fazendas e terras citadas no inventário de José Narciso se estendem por toda a região do antigo distrito de São José de Ilhéus (atual Padre Brito), numa complexa rede de clientelismos, e suas aquisições e posses demonstram uma articulação entre iguais, desvinculadas do pensamento impessoal do mercado, como se vê na transcrição desta escritura:

Escritura de venda de terras que fazem **Simplício José de Campos e sua mulher Dimas Amélia de Campos, e Antônio Rodrigues de Souza e sua mulher D. Luiza Policena de Souza Campos, e Antônio Gomes d’Aquino e sua mulher dona Maria de Paula Campos, e D. Constância Cláudia de Campos** aos compradores João Antônio de Cerqueira, Antônio Gomes de Aquino, **José Narciso Moreira Campos**. Pelo primeiro e segundo herdeiro, foi dito que tendo em divisão das terras que teve por herança do pai e sogro, de uma sorte de terras de 11 alqueires, 08 e meio pratos de campos no pasto denominado José Ribeiro, vendeu essa parte a Antônio Gomes d’Aquino pela quantia de quatrocentos mil réis. **Pelos terceiros e quarto herdeiro**, que tendo recebido em herança 17 alqueires de campos na ilha, e vinte e três alqueires e dez e meio prato de campos na Capetinga vendem para João Antônio de Cerqueira pelo preço de três contos, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e oito réis. E pelos mesmos me foi dito que são senhores de 17 alqueires e 4 e meio pratos de campos no pasto denominado José Ribeiro por 1 conto 422 mil 158 réis ao senhor Antônio Gomes de Aquino. E pelos mesmos me foi dito que **eram donos de 13 alqueires e 16 e meios pratos de cultura** que **houveram de herança do pai e sogro**, no lugar denominado **cachoeira**, e que **vendiam para José Narciso Moreira Campos, pelo preço de 1 conto 851 mil e 630 réis**. E pelos **quintos e sexto herdeiros** me foi dito que eram possuidores de **1 alqueire e 3 pratos de cultura** no lugar denominado **Cachoeira** e que **vendem ao Sr. José Narciso 71 mil réis**. **Pela sétima** me foi dito que **era dona e possuidora de 26 alqueires e 20 e meio pratos de campo** no lugar denominado **Silvério** e **o vende ao Sr. José Narciso Moreira Campos pelo preço de 1 conto e 332 mil réis**. E ainda que **era dona de 6 pratos e meio de cultura no mesmo lugar Silveiro** e que **vendia ao Sr. José Narciso Moreira Campos por 390 mil réis e pela mesma sétima** me foi dita que **era dona de 4 alqueires e 24 e meio pratos de cultura** no lugar chamado **Cachoeira** e que **vendia ao Sr. José Narciso Moreira Campos, pelo preço de 309 mil e 700 réis**. **Sr. José Narciso pagou o valor de 9:682\$547 pelas terras compradas.**<sup>338</sup>

Em pesquisa sobre a região de Piemonte, Levi nos presentia com suas análises sobre as transações que nada têm de impessoais no mercado de terras. Nas palavras do autor, “[...] Dentro deste círculo de pequenas parcelas de terra, a parentela, a vizinhança e a estraneidade dos contratantes tinham papel determinante na definição do nível dos preços e na natureza da transação.”<sup>339</sup> Como sugere Polany, é importante analisar os processos econômicos no âmbito das relações, entre o fluxo material dos bens e esferas político-culturais, e das relações sociais em geral.<sup>340</sup>

Não será possível verificar a variação de preços das transações de terras em Ilhéus, com essa única escritura em mãos. Contudo, a nossa pretensão é demonstrar as formas utilizadas por proprietários rurais, principalmente no pós-abolição, com transações econômicas que reforçam a manutenção familiar sobre a posse das terras herdadas. José Narciso, além de descendente direto dos Moreira Campos, busca na aliança matrimonial com

<sup>338</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Escrituras de Compra e Vendas de Terras. N.º.2 – 1883 a 1891, fls. 35, 35v e 36.

<sup>339</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000, p.148

<sup>340</sup> POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

parentes e na compra de legados desses, a manutenção do poder econômico e moral. Afinal, a Lei Áurea deve ter tirado o sono de muitos desses proprietários de Ilhéus, que tiveram de rever suas estratégias a partir de então, seja com aquisições de terras, primordiais na continuidade de seu status-quo, seja nas relações pessoais com os novos agregados que os ajudariam na continuidade de suas produções. Em seu inventário, foi encontrado grande número de animais vacum (96 vacas, 16 novilhas, 64 bezerros, 4 touros e 10 bois), além de 20 bestas, 6 poldros, 2 éguas, 5 cavalos e 1 burro. Esses animais explicam a aquisição, ao longo de sua vida, de grandes faixas de terras de campo e até de mato virgem, que pudesse se tornar pasto em momento oportuno. Ao que parece, José Narciso iniciou em Ilhéus, experimentos voltados à fabricação de queijos, existindo em seu monte-mor, uma banca de queijeira que deveria pertencer a Fazenda da Taquara, como descrito no auto de corpo de delito de 1892:

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa e dois, às duas da tarde na fazenda do Senhor Cidadão José Narciso Moreira Campos, no lugar denominado Taquara, presente o Juiz de Paz Sr. Honório de Paula Campos e os peritos nomeados Florentino Dias Sanches, carpinteiro, morador neste distrito de São José de Ilhéus e Casemiro Luiz Teixeira, lavrador, morador deste mesmo distrito [...] encarregou-lhes que procedessem o exame em arrombamento do Retiro do Cidadão José Narciso Moreira Campos. [...] Em consequência passaram os peritos a fazer os exames [...], concluídas as quais declaram o seguinte: arrombamento na parede do fundo do retiro forçando os capins, falta de 18 queijos na queijeira pela marcação dos ditos, tendo encontrado também dentro do Retiro um modo de ter havido fogo em cima de umas espigas de milho com palha, e tendo a dita ou o dito, apalpado os queijos onde ficou signal (sic) de dedo. [Sendo os danos] avaliados em duzentos mil réis.<sup>341</sup>

Desavenças no meio rural parece serem uma constante, onde as hierarquias existentes eram descendentes de um sistema opressor baseado na exploração da mão de obra alheia e na posse, cada vez maior, de terras. Contudo, alianças certas poderiam minimizar os perigos que rondavam as terras e as produções desses proprietários. José Narciso, descrito como cidadão, não alcançou títulos militares ou cargos de vigilante local como seu primo Sr. Honório de Paula Campos<sup>342</sup>, citado no documento como Juiz de Paz. Mas, alcançou bens, que lhe trouxeram cidadania, e expectativas de avançar por novos empreendimentos, como na produção de queijos e no controle de seu transporte, como demonstra o número alto de muares no inventário. Não foi possível achar a “mão leve” que se apossara dos queijos, mas podemos imaginar que 18 peças, talvez as maiores e de melhor aparência, apalpadados e

---

<sup>341</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Notas. Nº. 4 – 1830 a 1878. S.n./fls

<sup>342</sup> Honório de Paula Campos era filho de José Jacintho de Campos, irmão de Dona Bernardina Carolina de São Joaquim, mãe de José Narciso Moreira Campos, casada com Manoel Moreira Rodrigues Campos, como descrito no Livro do Segundo Encontro da Família Campos.

visualizados com a luz improvisada do fogo da espiga de milho, não foram furtados apenas para o leite de um apaixonado por derivados do leite. Mas sim, para alguém que gostaria de fazer parte da rede de negociantes do produto, mesmo que de forma clandestina ou, pela pessoa que se achava no direito de receber, como pagamento de serviços prestados, os produtos que, por muitos anos, produziu, sem nada receber.

Infelizmente, não conseguimos registro dos agregados que trabalhavam nas terras e fazendas de José Narciso. Nem sabemos se seus ex-escravos permaneceram no pós-abolição exercendo, para esse fazendeiro, a maior parte da força de trabalho. O que sabemos é que ele pertencia a uma família escravista, que dominou a localidade de Ilhéus e áreas vizinhas, do século XVIII ao XIX. Contudo, as pistas sobre seu passado de senhor de escravos foram deixadas pelas “travessuras” de antigos cativos nos documentos do final dos oitocentos. Foi o caso de Izídeo, seu ex-escravo, que aparece citado num termo de audiência por injúria, aberto em 19 de outubro de 1889, por Manoel Joaquim de Souza. O réu, Izídeo, segundo os relatos, não compareceu no dia da audiência por ter se evadido do lugar, sendo “[...] aberto mandado de prisão ao mesmo (sic) para na primeira audiência vir e às testemunhas Florentino Dias Sanches e José Miguel Teixeira, mesmo que ‘virem debaixo de vara.’” O termo é assinado pelo Subdelegado de Polícia, Eduardo Moreira Vargas, parente de José Narciso.<sup>343</sup>

E imaginamos as injúrias ditas por Izídeo a Manoel Joaquim de Souza. O queixoso não parece ter alcançado sucesso em seu intento, pois nem o réu nem duas das três testemunhas compareceram na audiência de conciliação. Ao comparar o nome das testemunhas, reconhecemos Florentino Dias Sanches como o perito na avaliação dos danos pelo arrombamento do Retiro da Taquara, de José Narciso, em 1892. Ambos, Florentino e José Narciso, provavelmente se conheciam, seja pela proximidade territorial, seja por laços de serventia. Tal situação explicaria o fato de o primeiro sempre estar presente em fontes ligadas ao proprietário rural e, talvez por isso, ele tentasse se abster em relatos que prejudicassem pessoas vinculadas àquele.

O subdelegado Eduardo Moreira Vargas, que demonstra certa irritação na ausência do réu e das testemunhas, era cunhado de José Narciso, casado com sua irmã Maria Bernardina Campos, o que poderia pesar no favorecimento de aliados em comum. Não sabemos se o processo não foi adiante por Izídeo não mais retornar a Ilhéus ou se este possuía “as costas quentes” que o ajudaram a abafar o caso. O que buscamos neste emaranhado de transcrições, audiências e inventários é demonstrar a forte presença dos Moreira Campos neste restrito

---

<sup>343</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Notas. Nº. 4 – 1830 a 1878. S.n./fls.

espaço geográfico, com uma vida cotidiana agitada, e a importância do emaranhado de relações familiares para o sucesso e a manutenção da ordem social que se alcançou.

No período do Império pelas patentes militares (coronel e capitães, entre outras) pelos cargos camarários (juiz de paz, subdelegado de polícia) adquiridos por parentes de José Narciso. Esses títulos, estabelecidos pela “[...] própria Coroa Portuguesa, delegou (sic) poderes aos moradores coloniais para a defesa e o domínio das posses coloniais.”<sup>344</sup> Nas escolhas, pesavam a relação do indivíduo com sua comunidade, caracterizado como pertencente a um grupo restrito de “homens bons”, ou seja, homens que faziam parte do grupo seletivo, com status diferenciado, e que era reconhecido como tal pelo “público”. Essas patentes e cargos fazem parte de alguns personagens da família Campos e continuarão sendo perseguidos pelos descendentes de José Narciso, como seu filho Abel, no início do período republicano, na tentativa de continuarem acumulando o poder econômico, político e simbólico, no novo tempo que se anuncia.

Mas o terreno das relações humanas é pantanoso. É necessário saber onde e como pisar, para que o nome de toda uma geração não se afunde no esquecimento. É nesse complexo mundo social, com identidades variadas e distintas, mas que se cruzam em relações de mando, que inusitadas combinações, com significados de liberdade, autonomia e cidadania, ganham novas acepções. Ao lidar com novas classificações sociais presentes nas fontes, buscamos, nas próximas páginas, entender como cidadãos e não cidadãos se relacionaram no universo burocrático e jurídico republicano, num campo minado como o de Ilhéus.<sup>345</sup>

### 3.4- A Caçada: um coronel, um capanga, um lavrador e um cachorreiro na busca por autonomia entre Ilhéus e Candendê

As relações estabelecidas entre alguns moradores do Candendê, atual Ponto Chique do Martelo, distrito de Barbacena, Minas Gerais, com fazendeiros locais, reforçam as formas diversificadas de busca pela autonomia na pós-abolição. Contatos que favoreceram certos indivíduos na obtenção de um status dentro da comunidade transformaram-nos em lideranças projetadas para além da existência física.

---

<sup>344</sup> MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o Bem Comum**: os “homens bons” e a Câmara de São João del Rei – 1730 – 1760. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2010, p. 68

<sup>345</sup> Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.). **Quase cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 10

João Pedro, neto de Antônio Lourenço, afirma que seu avô tinha união com os fazendeiros locais, tanto em funções rotineiras quanto em colaboração nas festas de Calango ali existentes,<sup>346</sup>

Vovô Candendê em união com esses outros fazendeiros faziam as festas, [eles] busca novilha (sic), buscam garrote (sic). De primeiro era só o cruzeiro, eles tinham esperanças de fundar uma igreja. [A festa acontecia] na casa do tio Avelino, mais (sic) meu pai e minha mãe [João Serafim Antônio e Aurora Firmina de Jesus] é que faziam o baile lá em casa. [Tinha] cesto de broa do forno, tinha barraca de ramo lá fora e a gente dançava. Amizade daqui do lugar e no mais a vizinhança, os fazendeiros daqui e os de lá do rio. Eram 5 mil réis. Era tudo misturado, branco, negro, era uma panelinha só.<sup>347</sup>

Segundo João Pedro, as relações entre os avôs Antônio Lourenço e Elias Quintiliano, com a família Moreira Campos, vêm de tempos imemoráveis e se verificam de formas diferenciadas entre ambos. Elias Quintiliano possuía vínculos de parceria nas fazendas desses potentados, plantando “lavoura de meia com os fazendeiros, nas terras dos fazendeiros (sic).” No entanto, para além das terras cultivadas, Elias legava a essa família a criação de alguns de seus filhos, como lembra João Pedro: “[...] ele [meu pai] brincava muito com o Sr. Manoel José Campos. Meu pai era bem criado lá. Meu avô entregou meu pai para ficar trabalhando lá na fazenda das Pontes.”<sup>348</sup>

A estratégia de Elias, em ser parceiro nas terras da família Moreira Campos e ainda deixar-lhe a criação de seu filho, parece funcionar dentro de uma racionalidade específica do mundo camponês. Como aborda Levi, por trás dos comportamentos e escolhas pairavam as incertezas derivadas da dificuldade em prever o futuro, mas também ligadas à consciência que se tem “[...] informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir.”<sup>349</sup> Contudo, esses receios não tornavam inertes o mundo camponês. Ao contrário, seus agentes sociais buscavam aprimorar a previsibilidade como fator de segurança e controle do ambiente. Para tanto, o universo das relações familiares se expandia para além do núcleo

---

<sup>346</sup> As festas de Calango, chamadas pela comunidade como o “Baile da broa e do café”, foram apresentadas no segundo capítulo desta tese.

<sup>347</sup> Entrevista realizada com o Sr. João Pedro da Silva, em 17 de maio de 2018. O tio Avelino citado por João Pedro era irmão de João Serafim, ambos filhos de Elias Quintiliano de Araújo. Já a Aurora Firmina era filha de Antônio Lourenço, o Candendê. Tanto Antônio Lourenço quanto Elias Quintiliano, são lembrados como os fundadores da comunidade Candendê/Sítio dos Crioulos, fato já apresentado no segundo capítulo deste trabalho. João Pedro na entrevista não especificou de qual rio falava, mas acreditamos se tratar do rio Elvas, que circula todo o vale dos Candendê.

<sup>348</sup> Entrevista realizada com o Sr. João Pedro da Silva, em 09 de novembro de 2018.

<sup>349</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000, p.27.

parental, chegando às esferas do clientelismo e às relações verticais que possibilitam maior proteção frente aos percalços da vida.

Ao que parece, tornar-se parceiro em terras com melhores recursos financeiros, para investimentos tecnológicos, não parecia nada mal a um pequeno agricultor. Elias, dentro de uma racionalidade limitada<sup>350</sup>, ao imaginar que os filhos o seguiam no caminho da lavoura, destina a criação de João Serafim à rotina da fazenda, estreitando ainda mais os vínculos já existentes com os proprietários da dita cuja. Além do mais, ele, como pai, sempre estaria por perto, já que trabalhava diariamente nas terras dessa propriedade.

O lado do avô Elias, segundo João Pedro, era mais ligado às parcerias em terras dos fazendeiros. Já do lado de sua mãe, Aurora, seu avô materno, Antônio Lourenço, tinha vínculo com os proprietários numa relação de capanga. De acordo com suas lembranças,

“[...] eles ajustavam os mais velhos para ser capanga, o meu tio também ficou sendo. Eles falavam guarda-costas, outros falam capanga. Eles ajustavam pois não tinha polícia. Até para fazer caça de pássaros. Eles chamavam meu avô Elias, mas ele tinha medo de ‘churrasqueira’, aí não ia não! Antônio era capanga de Abel Moreira Campos. Ele ganhava uma porcentagem, ele ganhava uma determinada importância: - Ahhh, vou dar uma gorjeta ao Candendê [falava Abel].”<sup>351</sup>

Antônio Lourenço não restringe suas funções a cuidar e a cultivar as terras que possuía na comunidade dos Candendê. Ele estabelece relações verticais de poder com um dos descendentes da família Campos, família com extensas propriedades nas vizinhanças desta comunidade negra. Nenhuma fonte trouxe até o momento, como as relações entre o capanga Antônio e o coronel Abel se deram, mas é possível deduzir que a proximidade entre suas terras, um passado de relações entre os moradores do lugarejo com esta família e o fato de serem líderes entre os seus, já eram fatores suficientes para uma união. A estabilidade da parceria parece ter garantido a permanência do “campo negro” sem muitas surpresas ao longo do século XX. Pelo menos, nesse período, nenhuma fonte trouxe confrontos entre os moradores e os potentados locais. Enquanto pôde, Antônio esteve como aliado de Abel, e este soube articular, no fim da vida do parceiro, fragmentos de terras no Candendê. Exemplo disso é o relato de João Pedro, neto de Elias e de Antônio Lourenço (Candendê), sobre o momento em que um de seus avós se viu no fim da vida com a difícil escolha de utilizar parte da terra como pagamento ao fazendeiro benfeitor,

---

<sup>350</sup> Uma racionalidade limitada ao modo de ver o mundo camponês como processo de continuidade familiar, acessível àqueles que possuíam baixa escolaridade e poucos recursos financeiros.

<sup>351</sup> Entrevista realizada com o Sr. João Pedro da Silva, em 09 de novembro de 2018.

[...] o senhor Abel estava tomando conta daqui da área, círculo de vale, realmente, é que chama Candendê, a não ser, não é não! Então, aí ele falou assim, oh Candendê, ele chamava ele de Candendê, oh Candendê, eu vou levar você lá pra fazenda, [fazenda pra cima de Padre Brito], chamava Ziel, eu vou levar você pra lá, que você adoeceu, eu vou levar você pra lá, eu vou cuidar de você lá, não precisa querer pagar não, eu vou levar você e vou cuidar muito bem, e o prefeito pode cuidar também. [...] Aí levou! [Ele levou ele], ele ficou lá tratando dele, deu remédio, tudo mais, naquele tempo não era muito caro, mas [mesmo] assim ficou caro, aí ele resolveu a cobrar uma parte do que ele tratou do meu avô. Nisto que ele [quis] cobrar, ficou bem alto a conta. Aí ele estava partindo o terreno, aí o Sr. Abel foi depois que o meu avô sarou, ele falou agora oh Candendê, vai ter que você dar uma parte do terreno pra pagar, éh, foi assim! [...] Então aí, o meu avô foi e falou com ele, então, se eu pagar uma parte minha, não precisa do [Senhor] pegar uma parte do terreno. Não, mas ficou muito caro, vai ter que você dar uma parte do terreno. Então ele deu uma parte do terreno que [tava] partindo, deu uma parte do terreno, vendeu pra ele. A minha mãe [quis], que era caçula, a caçula [quis] ficar do lado de cá do alto, porque do lado de cá do alto, o meu pai João Serafim Antônio, herdou do vovô Elias. Era uma parte do vovô Elias, aí [de] lá um primo, do lado de cá outro primo.<sup>352</sup>

Como afirma Weimer, é importante pensar a herança para além da mera distribuição de bens. Para o autor, Thompson alerta para o fato de ser necessário levar em consideração, além do direito à terra, o acesso aos direitos costumeiros que não podem ser quantificados em partilhas.<sup>353</sup> Com isso, é fácil imaginar a dificuldade para Antônio Lourenço se desfazer de parte da história de resistência, representada pela posse da terra. A estratificação social não se limita apenas às dimensões das propriedades. Elas permitem também perceber quais foram as estratégias de escolhas, quais foram as exclusões e integrações que tornam o organismo familiar mais elástico. No caso de Antônio Lourenço, não havia muitos caminhos a escolher. Ao longo de anos aliou-se, por diversos fatores, a um dos grandes da terra. Enquanto foi possível, essa aliança deu frutos e sossego aos seus.

Para Abel Carlos Moreira Campos, que ostentava o título de coronel, não é difícil imaginar a necessidade de possuir aliados, às vezes armados, que lhe assegurassem o poder de mando local. Como aborda Arruda, os senhores de terras, ainda nos períodos colonial e imperial, eram destinados ao mandonismo regional. O fato é que, desde o turbulento Período Regencial com a criação da Guarda Nacional, esses senhores recebiam patentes de capitão, de tenente-coronel, de major e, aos mais poderosos, a patente de coronel. Todavia, no advento da República, a burocratização estatal e a ampliação das instituições políticas transferiram o aparelho policial para os estados e buscaram findar com os títulos nobiliárquicos. Mas essa

---

<sup>352</sup> Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em 9 de novembro de 2018, em sua residência.

<sup>353</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p. 179

burocratização em nada serviu para aniquilar o poder dos decadentes coronéis do Império, e, sim, funcionou como instrumento de manipulação e revitalização de seu poder municipal.<sup>354</sup>

Nas palavras de Leal,

O coronel não era funcionário do governo, mas tão pouco senhor absoluto, independente, isolado em seus domínios. Era um intermediário. Sua intermediação sustentava-se em dois pilares. Um deles era a incapacidade do governo de levar a administração, sobretudo da justiça, à população. Constrangido ou de bom grado, o governo aliava-se ao poder privado, renunciando a seu caráter público. [...] a Lei parava na porteira das fazendas. O outro era a dependência econômica e social da população. Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural, pobre e analfabeta. Um elementar senso de autodefesa lhe dizia que era mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel. Fora dessa proteção, restava-lhe a lei, isto é, o total desamparo.<sup>355</sup>

Nesse contexto, de transição do mandonismo para o coronelismo, em fins do século XIX, proprietários de terras tiveram de se adaptar a uma nova conjuntura, tornando-se chefes políticos municipais e intermediários do Governo com sua população de dependentes. O sucesso do continuísmo do poder sobre a região de Ilhéus pela família Moreira Campos estava nas mãos de Abel. Não era um jogo simples em que apenas encontraria subserviências. Era preciso negociação e, ao mesmo tempo, demonstração de poder para inibir os mais abusados no trato. Segundo seu neto<sup>356</sup>, Abel era chefe político dos Bias Fortes, família ligada às oligarquias rurais que se estabeleceram ao longo do Caminho Novo no período colonial e que forneceram influentes lideranças ao Partido Liberal de Barbacena, durante o Império<sup>357</sup>. Em plena ascensão republicana, os Bias continuaram dominando a política local, seja com cargos administrativos como juízes, seja como deputados, chegando a governadores do estado na década de 1940. Essa família, além da estreita relação com a política em seus vários âmbitos, tinha ascendência sobre a família Sá Fortes, que era dona de terras e voltada à criação de gado leiteiro.

---

<sup>354</sup> ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo:** continuando o debate conceitual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013. p. 1-18.

<sup>355</sup> ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. op.cit.p. 7. C.f. LEAL, 1997:276.

<sup>356</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.

<sup>357</sup> LADEIRA, Francisco F. **As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrada na cidade de Barbacena:** da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade. Mal-Estar e Sociedade - Ano II - n. 3 - Barbacena - nov. 2009 - p. 55-76

João Pedro, ao ser inquirido sobre uma foto de caçada em que aparece seu avô Antônio Lourenço, confirma a versão sobre a relação existente entre Abel e a família Bias Fortes. Em suas palavras,

O Sr. Abel era cabo número 1 dos Bias Fortes. Então, a metade dessa foto, Juca, Narciso, Sr. Horácio, fazendeirão (sic), a metade desse pessoal aqui, é tudo político(sic). [...] O Candendê está no meio dos políticos, por causa de ser capanga. Qualquer um que ganhasse um ano (sic), ele guardava eles (sic) e ganhava presentes: leiteira. Meu avô tinha vaca de leite, ganhava garrote.<sup>358</sup>

A foto citada por João Pedro, de autoria desconhecida, faz parte dos registros familiares dos Moreira Campos sobre um passatempo preferido por muitos dos moradores de Minas Gerais: a caçada de animais silvestres. O viajante Saint-Hilaire, ao passar pela região, afirma que os caçadores utilizavam cães treinados e com tratamentos diferenciados, e que em Minas, ao contrário da Europa, esses cães ficam soltos pelas casas e não presos em canis. No dia do evento, os cachorros eram desatrelados e dispersados pelo mato, onde “[...] dão o sinal logo que farejam um veado”.<sup>359</sup>

Andrade, ao estudar a Família Junqueira, do Sul de Minas, entre os séculos XVIII e XIX, confirma que a prática da caçada era uma das ocasiões mais comuns de a elite se divertir e passar o tempo. Esse evento servia como comemoração dos aniversários ou dos casamentos dos caçadores.<sup>360</sup>

No caso da foto que mostraremos abaixo, não há como saber se estava inserida em alguma data comemorativa de Abel. Não podemos descartar seu valor como fonte histórica, ao trazer personagens centrais para esta pesquisa, nem as relações de mando e de hierarquia estabelecidas no cotidiano da região de Ilhéus no século XX.

---

<sup>358</sup> Entrevista realizada com o Sr. João Pedro da Silva, em agosto de 2018.

<sup>359</sup> SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, p.147.

<sup>360</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais\_ Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p.179.

Figura 18 – A caçada



Fontes: datada de 1920, pertencente ao acervo fotográfico de Alessandra Campos, descendente direta da família Moreira Campos.

Esta fonte fotográfica, além de marcar a presença de Abel, no centro da imagem, revela-nos um pouco das alianças familiares, como a presença dos irmãos Horácio, Raul e Juca (que poderia ser o irmão José Carlos), e Hilário Moreira Campos que além de primo de Abel, sela mais a proximidade entre os dois, com casamentos entre alguns de seus filhos.<sup>361</sup> O registro não mostra apenas as relações horizontais de uma família de antigos proprietários de terras de Ilhéus, região vizinha ao Candendê, acostumados a estabelecer laços entre iguais. Também nos mostra relações que extrapolam os vínculos familiares, como a presença de afrodescendentes compondo o grupo da caçada. A presença de Antônio Lourenço e Esmael, moradores da comunidade do Candendê, pequenos lavradores, com características afro-brasileiras, num evento tão simbólico para os maioraes. Posicionados na extremidade da foto, desvela-nos muito sobre as relações verticais estabelecidas pelo coronel.

A caça de animais faz parte dos primórdios da humanidade, desde seu uso como insumo alimentar, atividade física, escape para o ócio e até demonstração de força e prestígio. Almeida esclarece que, já no período do Império Brasileiro,

<sup>361</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de casamento. N.3, 1929 a 1969.

(...) Aprender a caçar era uma oportunidade e uma das primeiras que poderia se apresentar aos homens para usar armas. Caçar animais poderia ser uma necessidade para proteger plantações e rebanhos, poderia desenvolver-se como uma distração, um hobby nas horas de ócio ou, ao contrário, tornar-se fonte de renda [...]. os homens não começavam a caçar para aprender a lutar, mas nesta atividade tinham incentivo para aprender a atirar com arma de fogo e este aprendizado poderia ser útil nas ocasiões em que se vissem obrigados a lutar.<sup>362</sup>

Para o autor, a caça era uma prática associada à divisão social entre senhores e dependentes, que se dava quando um fazendeiro organizava uma caçada e chamava as pessoas a participarem em dias alternados dos seus. Varnhagen, inclusive, segundo Almeida, em seu manual sobre caçada, recomendava aos caçadores convidar pessoas de níveis inferiores, mas bons caçadores, para lhes ensinarem a empreitada, devendo dar a eles uma boa recompensa. Varnhagen dá como exemplo o caso de Júlio Bello, de Recife, que, aprendendo desde a infância a arte da caça, voltará na fase adulta, a aperfeiçoar-se nela com um mulato caçador do próprio engenho.<sup>363</sup>

Da mesma forma, como Júlio da história de Varnhagen, nosso coronel Abel também deve ter se embrenhado nesta atividade, ainda em tenra idade. Descendente de família escravagista, ele segue os passos de tantos outros caçadores do Brasil que utilizavam a destreza de seus “crioulos e mulatos”, como companhia, e professores de caçada. Assim, o que a foto nos traz é um certo continuísmo da estrutura hierárquica escravista brasileira, ainda que já no áureo período republicano. Antônio Lourenço e Esmael possuíam lugares demarcados ao lado da família Moreira Campos, seja como bons caçadores, seguranças, seja como especialistas no trato com os cães. Eles não estariam ali como mero enfeites ou apenas por gostarem de participar da atividade. Era importante se fazerem necessários para que fossem convidados.

A posição ocupada na foto, tanto por Antônio Lourenço quanto por Esmael, expressa apoio e proteção ao coronel e a sua parentada; também mostra uma subordinação na hierarquia do poder, numa imagem tipicamente paternalista. Carvalho, ao analisar essa foto, faz uma observação interessante,

(...) em outra leitura, somados os posicionamentos das armas, as posições corpóreas, as expressões faciais e a exibição dos trajes, tudo mostra quão frágil era (sic) as posições e realidades dos coronéis locais. Uma vez que não tinham mais escravos, estavam cercados por pessoas que não mais admitiam ser tratados como tais. Essas relações que no tempo do cativo já apresentavam certos limites ao poder dos

---

<sup>362</sup> ALMEIDA, Adilson José. **Sociedade Armada**: o modo senhorial de atuação no Brasil Império. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N. Sér. V. 23, n.2, 2015, p. 93 – 138.

<sup>363</sup> ALMEIDA, Adilson José. **Sociedade Armada**, 2015, op.cit.p.111

senhores, agora então com as realidades vivenciadas no período da abolição, demonstravam que os fazendeiros tinham de agir de forma diferenciada, malgrado os continuísmos.<sup>364</sup>

Afinal, o fim da escravidão não representou apenas a perda da propriedade, mas também a perda identitária dos donos de terras e de homens. As relações no pós-abolição não se pautavam mais no binômio senhores-escravos. Novas formas relacionais deveriam ser criadas, não somente no mundo do trabalho, mas nas lidas cotidianas.<sup>365</sup>

O Coronel Abel e seus parceiros de caçada sabiam das transformações sociais que minimizam o poder de um sobre o outro, mas que não as anularam. Todos agiam dentro de forças instáveis. Era necessário saber aproveitar os recursos de uma situação e tirar partido das ambiguidades e tensões do jogo social. Abel, com um passado senhorial e com título de coronel, não foi poupado de conflitos familiares e de ataques anônimos, que devem ter mexido com seu ego e sossego. E, nestas horas, manter-se protegido ou pelo menos cercado de pessoas nas quais poderia confiar era a solução mais acertada.

É o que se vê na Ação Ordinária de Indenização, de autoria de Abel, contra um parente, José Luís de Campos, pelo assassinato e tentativa de assassinato de seus cães caçadores. De acordo com a Ação, em 13 de outubro de 1919, o Coronel alega que, “sendo amante de partidas de caçadas, ‘treiou’ a sua matilha veadeira e se dirigiu para terrenos de propriedade de José Rodrigues, onde fez a ‘soltada’<sup>366</sup> Nesse momento, os cães farejaram a presença de um veado que, fugindo em disparada, penetrou nos terrenos do réu José Luiz de Campos. Em perseguição à caça, dois de seus cães, de nome “Mirrão” e “Cambraia” adentraram o terreno do réu que faz divisa com José Rodrigues, não havendo tapume divisório entre as propriedades que inibisse a entrada dos cachorros.

Ao serem inquiridas as testemunhas a favor e contra o réu, encontramos Esmael - citado em alguns documentos também como Ismael - presente na foto da caçada, dando seu depoimento e explicando os vínculos existentes com o Coronel Abel. De acordo com a testemunha,

Esmael José Ferreira, com 37 anos, casado, natural de Ilhéus, [...] disse que, no dia 13 de outubro, o depoente, em companhia do autor da ação e outras pessoas, se

---

<sup>364</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da Opressão:** comunidades de ex-escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2015, p. 378-9.

<sup>365</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação.** Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.125

<sup>366</sup> AHMPAS. Ação Ordinária de Indenização. Cx. 240. Ord. 02. 1SVC. 1919.

dirigia (sic) para os terrenos de José Rodrigues e fizeram a soltura dos cães, que desatrelada a matilha nos terrenos acima, os cães deram levanto ao veado e saíram (sic) em sua perseguição. [...] e que os cães seguindo o veado foram para o terreno do réu; e que o tapume existente entre o terreno do réu e do seu confinante Dionizio não impede a passagem de cães. Que viu o réu atirar nos cães. [...]. Que após os tiros, o depoente conduziu a cadela Cambraia para o Retiro da Serra de propriedade de José Rodrigues. Disse que não sabe se o réu havia proibido o autor a caçar em seus terrenos, e que na ocasião em que se deram esses fatos, José Luiz estava em companhia de um preto ainda moço, Antônio. Diz o depoente que é cachorroiro do autor e que é também seu compadre, sendo, entretanto, independente do autor, vivendo em terreno próprio.<sup>367</sup>

É interessante o depoimento de Esmael para analisarmos as contradições sociais de permanências e rupturas visíveis ainda no período da República, quanto a termos e expressões renascidas da sociedade escravista. Ele, mesmo não tendo a cor indicada no auto, devido à função exercida, cachorroiro, indica um passado ligado à subalternidade. Andrade, ao falar sobre senhores e caçadores na região dos campos, sul de Minas, enfatiza a utilização dos escravos como cachorroiros ou no abatimento dos animais caçados pela família Junqueira, como foi feito, em 1880, pelo escravo dessa família de nome Lino.<sup>368</sup>

Esmael estabelece ligações horizontais, por redes matrimoniais, com a família de Antônio Lourenço e Elias Quintiliano, o que reforça a categoria social a que ele pertencia: pequenos lavradores, donos de pequenas faixas de terras na região.<sup>369</sup> Contudo, no processo instaurado por Abel pelo atentado aos seus cães, Esmael, como testemunha, afirma ser funcionário público, cargo que poderia ser o resultado das boas alianças conquistadas na vida. As relações horizontais entre iguais provavelmente o ajudaram a obter terras que fixaram sua família na região.

Já as relações verticais, estabelecidas por laços de compadrio ou serventia, dar-lhe-iam estabilidade e lhe garantiriam certa distinção dentro de seu grupo. Ao tentar afirmar sua aparente neutralidade na posição de testemunha, ele buscou reafirmar sua autonomia econômica ao alegar que vivia em “terreno próprio”, e assim, demarcando o limite da dependência existente entre ele e o coronel.

Esmael busca reforçar sua distinção social em várias partes do processo, perceptíveis nas entrelinhas de seu depoimento, seja pela afirmação da autonomia territorial, seja pela

---

<sup>367</sup> AHMPAS. Ação Ordinária de Indenização. Cx. 240. Ord. 02. 1SVC. 1919, fl.39

<sup>368</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais\_ Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 182.

<sup>369</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro n.2 de Registro de óbito, 1898 a 1925, fl. 67 e, Livro n.3 de Registro de casamento, 1929 a 1969, fl.21.

classificação que ele faz do ajudante do réu José Luiz, em suas palavras, “[...] um preto, ainda moço, [chamado] Antônio.”<sup>370</sup>

Hebe Mattos, ao abordar os significantes “crioulo” e “preto”, utilizados dentro do sistema escravista para designar a cor/condição do escravizado, afirma que preto se referia ao africano e crioulo, ao filho deste nascido no Brasil. Para a autora, no pós abolição, esses termos classificatórios ainda continuaram fossilizados na sociedade republicana, como forma de distinção e discriminação. Assim, pautados nessa ideia, imaginamos o tom pelo qual Esmael teria pronunciado “[...] um preto, ainda moço, Antônio”. Por mais que estivesse numa posição hierárquica abaixo dos autores e réus da Ação Ordinária, Esmael tem olhar de superioridade sobre Antônio, firmando um certo distanciamento e restaurando, para o rapaz, uma categoria lá do período escravista. Apesar de Antônio ser classificado como “ainda moço” e assim, pensando a partir da data do processo, 1919, ele provavelmente não ter nascido nas agruras do cativeiro, algo levou Esmael a demarcá-lo com palavras que alargaram ainda mais sua inserção na conquista da cidadania plena.

O silenciamento sobre a cor de Esmael, na Ação Ordinária da qual foi testemunha, favorece uma ideologia do branqueamento. Para Mattos, “[...], por meio do silêncio, os indivíduos embranquecem, mas os ‘pretos’, ‘pardos’, ‘brancos’, enquanto categorias gerais, permanecem eficientes para designar lugares sociais.”<sup>371</sup>

Ser cidadão, dentro de um contexto social com fortes traços do passado escravista, demandava mecanismos diversos pelos nossos personagens na manutenção de sua autonomia. É importante pôr em cena esses indivíduos que se ascendem em meio ao grupo e buscam desvendar suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada que poderia afetar sua vida e a de toda uma comunidade. As limitações impostas por uma época, mentalidade e até situações financeiras devem ser pesadas nas relações e nas ações estabelecidas em vida por Antônio Lourenço, Elias Quintiliano e Esmael, mesmo num mundo hierarquizado. Com papéis sociais definidos, eles empreenderam em forças de atuação e aproveitaram as brechas existentes, aliando-se aos coronéis em tarefas corriqueiras, agregados ou parceiros em suas terras, e ao mesmo tempo, distanciando-se do passado escravista na conquista e manutenção de domínios territoriais que lhe assegurariam condições melhores de vida.

Nesse período de continuísmos e rupturas, o Coronel Abel também se vê forçado a negociar com a sociedade ao redor. Ele, herdeiro de um poder econômico e simbólico

---

<sup>370</sup> AHMPAS. Ação Ordinária de Indenização. Cx. 240. Ord. 02. 1SVC. 1919, fl.39

<sup>371</sup> Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 345.

acumulado há anos pelos Moreira Campos na região, busca manter sua ascensão num mundo de relações sociais móveis e fluidas, e articula em diferentes frentes. Para além da administração das terras, animais e produções, Abel ampliou seus vínculos políticos, ao eleger-se vereador e juiz de paz, cargos importantes na manutenção do status moral sobre os habitantes locais. Entretanto seu lugar social foi testado em vários momentos, seja por pessoas de seu convívio, como descrita na Ação Ordinária, seja por (des) conhecidos que aproveitam do anonimato para agredir o patrimônio material e imaterial do Coronel. Foi o que aconteceu em 1928, quando Abel teve uma surpresa desagradável em seu empreendimento, aberto em Padre Brito (antigo São José de Ilhéus). De acordo com o auto de corpo de delito, foi encontrado uma escrita na parede da Farmácia Santa Cecília, de propriedade do Coronel, com as seguintes palavras: “Merda para esta pharmácia (sic), puta que vai, puta que pariu. Oh (sic) farmacêutico sem critério, o homem mais sem-vergonha deste lugar. Puta que pariu para o dono desta merda”.<sup>372</sup> Apesar do palavreado, o que presenciamos é o enfrentamento, mesmo que incógnito, ao status quo de Abel. O sobrenome Campos, como instrumento de poder econômico e político, não lhe assegurava tranquilidade definitiva. Nem o cargo de juiz de paz assumido ao longo dos anos 1920 - um artifício perfeito criado pela República como instrumento de coerção e controle sobre os trabalhadores rurais, e muito bem utilizado por esses juízes como forma de perseguição aos rivais<sup>373</sup> - foi o suficiente para conter conflitos e agressões contra sua pessoa. Era necessário aprender a lidar com forças melindrosas de poder e negociação, o que talvez não tenha sido pesado para Abel.

Enfim, as expectativas e vivências dos participantes da caçada, que aparentemente parecem distantes, e correlacionam-se no final para a captura da melhor fórmula da própria felicidade: a conquista do poder e da autonomia. Aqui, essas palavras ultrapassam o sentido político e econômico, sendo almejadas em sua forma abstrata, alcançadas por escolhas acertadas dentro de relações sempre movediças e comuns numa sociedade. Como abordado nos estudos de Giovanni Levi para a região de Piemonte, “[...] o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirando partido das ambiguidades e das tensões que caracterizam o jogo social.”<sup>374</sup> Assim, o coronel,

---

<sup>372</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Pasta de documentos avulsos. Auto de Corpo Delito. 1928, fls.1 ao 3.

<sup>373</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. Dados. Vol.40, n.2. Rio de Janeiro, 1997, p.4.

<sup>374</sup> LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000, p. 33.

o capanga, o lavrador e o cachorreiro, cada qual dentro de sua visão de mundo, caçaram um futuro valioso em seu dia-a-dia. Vale saber qual deles levou o prêmio.

#### **4- Uma territorialidade Candendê: terras de cativo e sonhos de liberdade**

Mas liberdade - aposto - ainda é só alegria de um pobre caminhãozinho, no dentro do ferro de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer.<sup>375</sup>

Começamos nossa caminhada à procura da história da comunidade do Candendê logo que iniciamos o ano letivo no curso de doutorado. A dinâmica para ampliar o banco de dados foi dividir os dias da semana entre entrevistas com os moradores mais antigos da localidade e a coleta de dados de fontes documentais existentes no arquivo de Padre Brito. O atual Ponto Chique (Quilombo Candendê) e a região de Padre Brito estão a mais ou menos 8 km de distância um do outro. Ambos fazem parte dos treze distritos de Barbacena e sofreram alterações em seus respectivos nomes com o passar dos anos: a comunidade do Candendê/Sítio dos Crioulos é atualmente chamada de Ponto Chique do Martelo enquanto que o antigo São José de Ilhéus foi nomeado, na década de 1990, como distrito de Padre Brito.

Candendê sempre esteve em nossas lembranças de infância, mais por ouvir dizer sobre o lugarejo e de seus moradores do que por conhecê-lo ao vivo e a cores. Muitos personagens que foram residentes naquelas paragens ilustravam os campos, lagoas e fazendas citadas por tias nos relatos sobre a infância. A expectativa em (re)conhecer essas regiões era grande e, ainda maior, a sede de encontrar fontes que iluminassem a história da localidade e as estratégias empreendidas pelos antigos moradores na criação e continuidade de uma comunidade negra localizada entre valas e caminhos cercados por fazendas de proprietários sedentos por terras.

Bem, a felicidade sentida nas visitas domiciliares feitas em Ponto Chique já foi narrada em outro espaço deste trabalho, mas não custa relembrar o aroma do café e da broa de fubá quentinho, com os quais nos recebiam os moradores. Quanto ao distrito de Padre Brito, os seis meses de pesquisa no cartório local, além de fontes importantes e que muito contribuíram com nosso primeiro e segundo capítulo deste trabalho, também nos possibilitou tardes agradáveis e com boas risadas proporcionadas pelo bom-humor da escritã Sara Feres.

---

<sup>375</sup> GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.290.

O cartório, com a sua fachada neoclássica, destacava-se das casas simples que também circulavam a praça central do lugarejo. Infelizmente, não foi possível conhecer todo o território de Padre Brito, como as fazendas antigas citadas nas fontes e que ainda persistem no tempo. O pouco que sabemos do distrito vem dos detalhes geográficos descritos na lei n<sup>o</sup> 556 de 30 de agosto de 1911, data em que alguns distritos do município de Barbacena foram reestruturados em suas demarcações, como no trecho referente à São José de Ilhéus, atual Padre Brito:

Art. 4<sup>o</sup>. Ficam suprimidos os seguintes distritos:

[...]

III - De Ilhéus, no município de Barbacena, anexado o respectivo território aos distritos da cidade de Barbacena e de Ibertioga, conforme as divisas estabelecidas nesta lei.

[...]

Art. 9<sup>o</sup>. As divisas dos atuais municípios e distritos mencionados no quadro anexo são as estabelecidas na legislação em vigor com as seguintes alterações:

LXII - As divisas entre o distrito de Ibertioga e o da cidade de Barbacena, no mesmo município, são as seguintes: – do ribeirão da Conquista pelo valo acima até a porteira da Cruz no alto da fazenda das Três Pontas – daqui seguindo a estrada que vai para o povoado Ilhéus até a porteira que entra para o sítio dos Cadendês ou Crioulos, daí seguindo o valo que margeia a estrada de comércio com direção à estação de Ilhéus até a porteira que entra para o pasto da Cruz das Almas, daqui seguindo o valo a esquerda até a porteira do Capim da fazenda do Gouveia, por este abaixo até o Brejo, por este até o córrego do Corvo, por este abaixo até o córrego que vem do pasto da Rainha, por este até o valo do pasto do Lopes, por este acima até a porteira do mesmo pasto, por este, à direita, até a porteira do Capão dos Pimentas, seguindo o valo até o córrego das Bicas, deste à esquerda pelos valos até a porteira do pasto do Silvério e por este valo até o rio Elvas. – Nestas divisas fica o território da estação de Ilhéus, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, pertencendo ao distrito de Barbacena – e os terrenos compreendidos por esta divisa são resultantes do distrito de Ilhéus, suprimido por esta lei.<sup>376</sup>

Neste documento, alguns nomes importantes para nossa pesquisa são apresentados como o Ribeirão da Conquista, a fazenda Três Pontes e o Sítio dos Candendê ou Crioulos. O Ribeirão da Conquista, com águas descidas da Serra da Mantiqueira, avoluma-se com a junção de pequenos córregos que irrigam sua passagem, ligando-o às fazendas e demais localidades. Algumas fazendas, como a dos Rosas, à direita, e a das Três Pontes à esquerda, eram visitadas por suas águas numa faixa de 30 quilômetros. Após serem banhadas ou circundadas pelo Ribeirão, as terras das fazendas do Araújo, do Severiano Affonso, do José Eugênio, do Guilherme e a da Conquista vão se esvaindo na paisagem de modo que as suas memórias e histórias ficam para trás quando o Ribeirão deságua no Rio das Mortes, à 5

---

<sup>376</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Lei no 556/1911 de 30 de agosto de 1911.

quilômetros da Estação de Ilhéus.<sup>377</sup> Em seu percurso, o Ribeirão desce até a porteira que delimita o sítio do Candendê/Crioulos.

Candendê, com o seu nome oficializado pelo município em decreto/lei, é, ao mesmo tempo, prova de resistência de uma memória que atravessou o Atlântico.

A escravidão e a liberdade são temas importantes na luta de homens e mulheres presos num sistema opressor. A região de Ilhéus, distrito de Barbacena com área distribuída entre famílias proprietárias e escravistas, foi palco da formação de comunidades de senzalas que, ao longo do século XIX, buscaram, na negociação e parceria, a conquista da autonomia individual e coletiva. As brechas existentes nos sistemas normativos eram vistas e aproveitadas por esses grupos na conquista de alforria e de bens materiais que facilitavam sua passagem de escravo para o status de liberto. Não foi fácil! Pois essa terra era de cativo! O mergulho nas lutas pela liberdade, pela conquista de seu pedaço de chão, pela autonomia, marcou o encontro com as terras de preto, como veremos, seja Quitéria na luta pela “Conquista” da própria liberdade, seja no sonho de um pedaço de terra com a fazenda da Boa Vista, seja nos encontros dessas histórias com as de moradores do Candendê/Crioulos vistos como parceiros de caminhada.

Narrativas de indivíduos, até o momento anônimos, que aparecem nas páginas desta tese, pela bravura e persistência ao não aceitarem a condição imposta em terras de cativo. O acesso à terra, a transformação de escravizado em pequeno camponês, foram resultados de estratégias de anos em relações desiguais de poder. Os personagens que aqui serão apresentados, aprenderam com a dureza da vida que qualquer passo em falso colocaria em risco o sonho de se tornar dono da própria vida ou dos recursos de sobrevivência em liberdade.

Como lembra Carvalho (2015), o campesinato negro em Barbacena ocorreria em meado do século XIX incentivado pela característica econômica local. A então vila, ligada ao abastecimento interno, possuía diversificação na produção de gêneros alimentícios e com um “[...] complexo fundiário de pequenas, médias e grandes propriedades e casas comerciais à beira dos caminhos e de seu centro urbano localizado na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade.”<sup>378</sup> Para o autor, a consolidação e o domínio de fazendeiros e negociantes escravistas, ligados a redes de tropagens, favoreceu a formação de comunidades de ex-escravos reconhecidas e exploradas pelos senhores, estabelecendo relações de poderes distintos. As

---

<sup>377</sup> RENAULT, Leon. Chorografia do município de Barbacena. RAPM. ANO 13. Imprensa Oficial de Minas Gerais, BH, 1909, p. 19.

<sup>378</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da opressão: comunidades de ex-escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, p. 37.

famílias Moreira Campos, Sá Fortes, Rodrigues, Vaz de Brito, Teixeira, entre outras, dominavam as terras e os homens na antiga região de São José de Ilhéus e ao redor do Candendê/Crioulos, com relações de mando. A expectativa é que tais histórias cruzadas, quando olhadas à miúdo, possam abrir as páginas amareladas da localidade e, nelas, os vestígios do processo de res (existência) do povo negro do Brasil.

#### 4.1- Quitéria: cedo ou tarde na “Conquista” da liberdade

As ações de liberdade foram fundamentais na organização das relações privadas entre senhores e escravos no que tange ao direito à liberdade. De forma progressiva, estas ações inserem o poder do Estado nas demandas por direitos dos cativos como resultado da modernização das esferas jurídicas brasileiras ao longo do século XIX.<sup>379</sup> É o caso, por exemplo, do libelo de Quitéria [ocorrido no ano de 1837 e disponível no arquivo municipal de Barbacena] que demonstra a precariedade da liberdade vivenciada por homens e mulheres que, por motivos diversos, alcançaram às duras penas a liberdade.

Tal processo, no primeiro momento de análise, mostra uma suposta artimanha empreendida por senhores para manter injustamente pessoas presas ao cativo. Assim, na tentativa de ludibriar as ações futuras de conquista da liberdade, Dona Joaquina Antônia de Carvalho registra Quitéria como cativa e transfere seu domínio ao genro, Manoel Rodrigues. Essas ciladas do destino, contudo, não conseguem apagar da memória da suplicante seu estado de mulher livre e, como tal, solicita a liberdade para si e para seus filhos que estavam em domínio dos acusados:

Diz Quitéria, parda, que nascendo livre se acha no injusto cativo de Manoel Rodrigues, morador no lugar denominado de Conquista, deste distrito, porque receosa sua primeira e injusta detentora Dona Joaquina Antônia de Carvalho e sogra do mesmo Manoel Rodrigues, que a suplicante cedo ou tarde proclamasse sua liberdade e que em virtude de sua proclamação lhe fosse assim tirada, a passou manhosa e artemadamente para o suplicado, fosse para título de compra, fosse por doação. E como sempre e inestimável direito da liberdade tão favorecido pela humanidade das Leis tanto civis como criminais, nunca prescreve, que a suplicante trata de proclamar o dito seu direito contra o suplicado, intentando no juízo municipal da Vila de Barbacena, huma (sic) ação de Libelo Civil para ser reconhecida julgada livre e isenta de toda escravidão, com os filhos de pario (sic), cujos os filhos se achão (sic) em poder do mesmo suplicado e a dita sua sogra, sendo

---

<sup>379</sup> GRINBERG, Keila. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX.” In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social**. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006, p. 101-128.

menores de 12 anos e como a suplicante não pode ser admitida sem intentar primeiro, por meio da reconciliação.<sup>380</sup>

É importante pensar nas agências utilizadas pela então cativa em seu processo. O curador, em defesa da mesma, afirma a não prescrição do “inestimável direito da liberdade tão favorecido pelas Leis tanto civis como criminais”. Os seus argumentos, já utilizados por outros defensores de cativos, faz a sua interpretação do livro 4 ° das Ordenações Filipinas<sup>381</sup>, título 11, que tem como premissa “[...] que ninguém seja constrangido a vender seu herdamento e coisas que tiver, contra sua vontade.” E no parágrafo 4 ° alega que “[...] em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais do direito.”<sup>382</sup>

Num segundo momento de análise, não obstante, a batalha jurídica entre Quitéria, Joaquina e Manoel demonstra o quão enlaçadas as relações escravistas estavam na esfera pública onde conflitos latentes, não resolvidos pelas negociações no âmbito privado, acabavam chegando aos tribunais. Como afirma Reis e Silva (1989): “No Brasil como em outras partes, os escravos negociavam mais do que lutaram abertamente contra o sistema.”<sup>383</sup> Nesta perspectiva, acreditamos que Quitéria e sua família esgotaram todas as suas apostas e tentativas de acordos junto a Dona Joaquina, a qual usou de má fé para mantê-la no cativo. Dessa forma, Quitéria não viu outra alternativa a não ser recorrer à justiça pelo seu direito à liberdade. O curador e a suplicante ainda buscaram uma reconciliação com Manoel Rodrigues, o qual fez pouco caso da petição, não comparecendo na audiência. Atitude que muda somente quando se tem ciência da continuação do processo à sua revelia. Assim, ao apresentar-se ao juiz condutor do libelo, Manoel alega não pretender se conciliar com o curador José Pinto Souza pelos motivos abaixo:

(...) por ser o requerimento fabuloso e porquanto a escrava é sua e nenhum título razão ou documento tem para a liberdade, porquanto pois, a mesma mãe da escrava foi cativa e este procedimento é sugerido por um João Antônio que sem consentimento da escrava, máquina em juízo, e por isso, desde já protesta contra qualquer injusta violência com que se é ataque ao direito da propriedade [...].<sup>384</sup>

---

<sup>380</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2SVC. 1837.

<sup>381</sup> No Brasil colônia, as Ordenações Portuguesas eram o estatuto jurídico vigente. Com a união entre Portugal e Espanha, essa passou a ser conhecida como Ordenações Filipinas. Posteriormente, a justiça do Império passou a se basear na Constituição de 1824 e estabeleceu o direito inviolável e natural à liberdade. Na verdade, a justiça brasileira se mostrava contraditória, quando afirmava, de um lado, o direito à liberdade, com juízes e curadores escravocratas defendendo cativos no tribunal e confirmava, do outro, o direito à propriedade (escrava). LARA, Sílvia. H. (org.). **Ordenações Filipinas: Livro V**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

<sup>382</sup> GRINBERG, Keila. Em defesa da propriedade: Antônio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**, 21-22;1998-1999, p.121.

<sup>383</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1989, p.14.

<sup>384</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2 SVC. 1837, fls.05, 05v e 06.

A negativa de Manoel Rodrigues em reconhecer o estado de liberdade de Quitéria é evidência da disposição do mesmo em não perder seu domínio. Ao defender sua posse, Manoel afirma ser o requerimento fictício (fabuloso), não havendo nenhuma documentação que comprove ser Quitéria liberta já que era filha de mãe cativa. O suplicado parte do pressuposto que tais ideias de liberdade teriam sido incentivadas “por um João Antônio” e que estas infligiram seu direito de propriedade. Nestas réplicas e trélicas, assistimos a disputa jurídica entre o direito à liberdade, retirado das Ordenações Filipinas, livro 4, título 11, parágrafo 4, que afirma serem maiores as razões a favor da liberdade<sup>385</sup>, com o direito à propriedade apresentada na Constituição de 1824, no artigo n.º 179, que fala da “[...] inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos: liberdade, segurança e propriedade.”<sup>386</sup> Como aborda Chalhoub (1990), o conflito entre a primazia da liberdade e a defesa irrestrita do direito à propriedade privada, ao chegar ao âmbito público, demonstra a necessidade de um debate acalorado sobre a situação servil no país. Afinal, o que estava em jogo era a interferência no pacto liberal que pregava a defesa da propriedade e as formas de organização do trabalho no Brasil.<sup>387</sup>

Porém, as bases sociais e costumeiras pautavam as decisões da justiça de primeira instância sobre quem era livre ou cativo.<sup>388</sup> Assim, era necessário que Quitéria comprovasse seu estado de liberdade a partir de um reconhecimento social ou alguma documentação que o atestasse. É interessante pensar que a luta por este reconhecimento tinha bases familiares, como demonstra Mattos (2003), pois, mesmo quando as gerações eram partilhadas, as famílias continuavam unidas em prol da comprovação da ilegalidade da escravidão.<sup>389</sup> É o que se verifica na história de Quitéria. A luta pela comprovação da ilegalidade da escravidão antecede seu nascimento e está atrelada a sua história familiar. Assim, o suposto maquinador

---

<sup>385</sup> No Brasil colônia, as Ordenações Portuguesas eram o estatuto jurídico vigente. Com a união entre Portugal e Espanha, essa passou a ser conhecida como Ordenações Filipinas. Posteriormente, a justiça do Império passou a se basear na Constituição de 1824 e estabeleceu o direito inviolável e natural à liberdade e à propriedade. Na verdade, a justiça brasileira se mostrava contraditória, quando afirmava, de um lado, o direito à liberdade, com juízes e curadores escrivatas defendendo cativos no tribunal e confirmava do outro lado, o direito à propriedade (escrava). Para conhecer mais sobre as Ordenações, ver: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

<sup>386</sup> GRINBERG, Keila. “Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX.” In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de História Social**. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006, p. 109. Para conhecer as disposições gerais e garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros na Constituição Imperial, contido no Título 8º, ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

<sup>387</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 99.

<sup>388</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 3.º ed. rev., Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.179.

<sup>389</sup> Idem, p.180.

de ideias contra o direito de posse de Manoel, João Antônio do Araújo, nada mais é do que o pai da suplicante, que junto com a esposa e mãe de Quitéria, Elena Antônia do Nascimento, buscam, por meio do poder judiciário, elucidar o emaranhado e controverso passado que sobrevoa suas histórias e de maneira artilosa vem sendo usada pelos acusados.

Bem, todo o dilema começa [em fins do século XVIII] quando Antônio Pinto Nunes, feitor do capitão João de Moura, realiza coito ilícito com a escrava de seu empregador, Anna parda. Deste ato deu-se o nascimento de Elena, a qual, mesmo reconhecida pelo pai, era posse do capitão por ser filha de cativa. Com o falecimento de Moura [não foi possível verificar a data], Nunes, a quem o capitão devia certa quantia por suas porções de feitor, solicitou que na partilha da herança lhe fosse dado em pagamento o valor de sua filha para libertá-la, “[...] ficando desde então, Elena forra e isenta de toda escravidão”<sup>390</sup>, nas palavras do curador.

Tempos depois, Antônio Pinto Nunes interessou em casar com Anna [Carvalho Duarte], filha de Manoel de Carvalho Duarte. De acordo relato de Elena, essa futura esposa do pai tinha por ela certa ternura. O sonho do matrimônio, contudo, foi frustrando com a morte da pretendente, mas, ainda na ânsia pelo casamento perfeito, Nunes passou a cobiçar a que seria sua cunhada, Joaquina Antônia de Carvalho, e logo se casa com ela. A partir de então, tudo mudou no mundo mágico de Elena como na observação do curador sobre os atos do feitor Nunes, transcrito abaixo:

Tendo o rato das rivalidades de seo (sic) gênio feroz e impetuoso, ocultou a liberdade da dita sua filha, chegando até por caixa e miserável condescendência que as filhas desta, e consequência seus netos, fossem batizados como cativos. Que sabendo desta trama, a mãe da mesma Elena e avó dos filhos desta, que então era forra, requereo (sic) ao governador e capitão geral da capitania para que fizesse restituir a mãe e aos filhos, a sua antiga liberdade e foi quando sendo aquele Nunes intimado da parte do ouvidor da Comarca para fazer a restituição, por (?) fazê-lo em sua casa protestando moléstias e incômodos para não trazê-los à presença do mesmo ouvidor.<sup>391</sup>

O curador, na defesa de sua cliente, utiliza um artifício inteligente para prejudicar a imagem de Nunes perante o juiz. O advogado, pautado na mentalidade da época sobre a brutalidade da escravidão, compara o feitor com o rato das rivalidades, ou seja, aquele que, por interesses particulares, não se priva de fiscalizar, castigar e denunciar outros seres humanos, corroendo suas liberdades. A administração da disciplina do trabalho escravo, os castigos incontestados e exemplares eram sempre de responsabilidade do feitor. Este, homem de confiança era escolhido por proprietários rurais não pelo grau de crueldade no trato com os

---

<sup>390</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2 SVC. 1837, fls. 07.

<sup>391</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2 SVC. 1837, fls. 7v e 8.

cativos, “mas [pela] sua competência de desenvolver um código moral de castigos sem que a produção da fazenda fosse estagnada [...]”.<sup>392</sup> Assim, Nunes, já acostumado a resolver problemas com uma certa dosagem de crueldade e jogo de cintura aprendida na lida de feitor, é qualificado como tendo um gênio feroz e impetuoso, capaz de qualquer atrocidade em prol de seus interesses, fato que justificaria a abominável atitude em driblar a liberdade da própria filha e netos ao batizá-los como cativos.

Não obstante, Elena não se deixou fraquejar frente à tarefa de defender a liberdade familiar. Forra e em busca de melhores condições de vida, Elena marcou, como tantas outras mulheres forras e cativas, as ruas, becos e vielas das vilas e arraiais mineiros com sua presença ao exercer certas atividades econômicas. E foi dentro desta dinâmica social, com fortes elos horizontais, que Elena levou até ao ouvidor sua queixa em relação às atitudes do próprio pai, mesmo ciente das diferenciações no trato destinadas a estes grupos sociais pelas esferas públicas do poder. Precioso (2011), ao estudar sobre a atuação dos “vassalos” na Vila Rica colonial, demonstra como na América Portuguesa, o gozo dos direitos políticos e civis não era uma garantia à toda população da época. As diferenças e desigualdades sempre naturalizadas no corpo dos textos jurídicos, demarcavam o lugar dos partícipes no Direito Canônico e consuetudinário, que seguia uma rede ordenada e hierarquizada a partir das posições sociais.<sup>393</sup> No entanto, no que concerne aos trâmites sobre a escravidão e a liberdade, a Justiça se vê responsável pela reconciliação do equilíbrio dentro das relações de poder, “[...] quando estas não se mostravam em harmonia para definir costumeiramente se alguém era livre ou escravo.”<sup>394</sup>

Nunes, então, se viu obrigado a apresentar seus netos frente ao ouvidor para estabelecer a restituição das suas liberdades. Mas, novamente, ele utilizou de ferramentas para adiar tal ação, alegando moléstias que o proibiram de efetivar a solicitação. E não para por aí. Como diz Riobaldo em *Grande Sertões: Veredas*, “[...] cavalo que ama o dono, até respira do mesmo jeito.”<sup>395</sup> Assim parece ter sido a relação amorosa entre Nunes e a esposa: tendo para

---

<sup>392</sup> COUCEIRO, Luiz A. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre escravos e livres nas fazendas do sudeste, 1860- 1888. **Revista de Antropologia**, v. 46, nº 1, 2003, p.45.

<sup>393</sup> PRECIOSO, Daniel. **Legítimos Vassalos: pardos, livres e forros na vila Rica colonial (1750 – 1803)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 65.

<sup>394</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no. Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 3 ° ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 179.

<sup>395</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertões: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 73.

com esta uma subserviência desmedida, ele apronta outra vez com seus descendentes. Vejamos mais uma de suas trapaças descrita no Libelo:

[...] Que por virtude dessa promessa se propôs, o Nunes restituir a liberdade de Elena e seus (sic) filhos, sendo um destes a autora Quitéria parda e que nasceu depois da liberdade de sua mãe, mas ainda assim, suplantado o Nunes pelo temor e respeito de sua mulher, aquele não ousava opor-se em coisa alguma, em mais a respeito de Elena de quem hera (sic) inimiga capital, recorreu a huma estratagem fabulosa arteiro e foi ele [...] não querendo desgostar a mesma sua mulher, de quem era ferve e humilcimo (sic), fingiu que João Antônio de Araújo lhe dava em troca de Elena, uma outra escrava, a fim de se casar com ela, como de fato casou, fazendo passar o crédito fantástico ao mesmo João Antônio da quantia de 80 mil réis para afim de autorizar. Mas este embuste foi de todos conhecidos para que a verdade é que nem ouve (sic) tal troca da parte de João Antônio, nem era possível que huma (sic) escrava custasse a quantia de 80\$000. A Elena sahio (sic) do poder de Nunes, para se anteriormente livre e livres os filhos que pariu depois da liberdade.<sup>396</sup>

Neste caminhar em pedras, Elena teve sua liberdade restituída após o conhecimento de todos do “estratagem fabuloso” do pai para garantir-lhe a liberdade sem prejudicar a “relação de amor” com a esposa. Interessante pensar que Nunes buscou criar uma venda imaginária da filha/cativa ao futuro genro por um valor que, para a época, era inferior ao correspondente a uma escrava com as características de Elena, o que deixava perceptível a farsa.

Elena, conseguiu se ver liberta das agruras impostas por um passado de amores ilícitos, rivalidades e opressão, não ocorrendo o mesmo com sua filha Quitéria. Essa, continua mantida “[...] em iníquo e injusto cativeiro, perpetuando-o, e o de sua casa toda livre, por assentos de batismos obreptícios e sub-reptícios.”<sup>397</sup> Ou seja, Nunes e a esposa batizaram os filhos de Elena como cativos.

Encontramos o inventário de Nunes na fazenda de nome “O Gerais da Ressaca” num distrito de Barbacena. Neste documento, observou-se que, mesmo tendo alcançado o título de alferes, Nunes era um homem de poucos bens. Não possuía quase nada de pertences e utensílios domésticos avaliados pelos louvados e, talvez pela função exercida (alferes), acompanhando as tropas de mercadorias pelos caminhos das Gerais, era dono de 9 animais de trote e apenas 4 animais vacum. O maior valor de seu monte-mor, avaliado em 788\$865, deve-se aos escravos João Benguela, de 20 anos, Joaquim Rebolo, de 21 anos, Maria Benguela, de 17 anos, Siríaco cabra, de 8 anos, Esméria parda, também com 8 anos de idade e, por fim, Quitéria parda, de 9 anos e avaliada no valor de cinquenta mil réis (50\$000). Nunes, além da filha natural, tivera de seu casamento com Joaquina, mais 9 filhos legítimos, que

---

<sup>396</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2SVC. 1837, fls. 7v e 8.

<sup>397</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2SVC. 1837, fl. 8.

repartiram entre si os bens paternos, em sua maioria, os cativos. Como se vê, infelizmente, Quitéria se encontrava avaliada entre os pertences do avô.<sup>398</sup>

Em 1815, Elena, auxiliada pelo marido João Antônio, entra novamente em ação e vai à justiça no intuito de libertar sua filha das amarras da escravidão. Sua narrativa no processo ilumina ainda mais a relação que existiu entre sua mãe Anna e o feitor Antônio Pinto Nunes. Em suas palavras: “[...] Anna de Moura, parda, hoje liberta, era escrava do capitão João de Moura, já falecido, morador no distrito da Ressaca.” Ainda afirma que, no tempo da escravidão da mãe, Nunes, homem branco recém-chegado de Portugal, tanto foi trabalhar como feitor na casa do capitão Moura como aproveitou para tratar de seus próprios negócios como demarcador de fazendas. No prosseguimento de seu relato, Elena diz que Nunes sempre se recolhia, ao fim do expediente, na casa do patrão, local onde também estava recolhida a cativa Anna que era muito estimada pelo senhor. Neste recolhimento duplo, a escrava e o feitor tiveram uma amizade ilícita que resultou em seu nascimento, sendo reconhecida como filha natural do dito Nunes. Elena finaliza alegando que, ao falecer, o capitão Moura deixou sua mãe Anna forra em testamento e, à Nunes, o capitão deixou pouco mais de 200\$000 como pagamento dos trabalhos prestados. Dinheiro que foi usado por Nunes na compra da liberdade da filha Elena, junto aos herdeiros do finado senhor. Assim feito, ela ficou liberta mas sob os cuidados do pai que, logo em seguida, “[...] foi para a casa de Manoel de Carvalho Duarte para ali aprender a cozer e os mais mistérios de uma mulher, sendo que neste tempo já se falava estar tratado o pai da autora casar-se com uma filha do mesmo Carvalho.”<sup>399</sup>

Bem, aí já conhecemos tudo que sucedeu: Elena é mantida ilegalmente na escravidão até a sua venda atrapalhada feita por Nunes, que acaba deixando-a livre. Todavia, ela não conseguiu que sua prole lhe acompanhasse na liberdade e entra com este processo na justiça. Infelizmente, a documentação encontra-se fragmentada, não sendo possível ter acesso ao resultado da ação. Contudo, se acompanharmos o raciocínio do que até o momento foi apresentado, fica nítido que houve uma negativa na concessão da liberdade de Quitéria, o que explica a mesma entrar, em 1837, com um libelo civil pedindo a própria liberdade.

As trapaças, então, passaram a ser realizadas pela viúva de Nunes. Dona Joaquina no intuito de retardar qualquer tentativa de liberdade por Quitéria, a transferiu para a fazenda e poder do genro, Manoel Rodrigues de Souza, que era casado com dona Anna Joaquina Nunes.

Encontramos Manoel Rodrigues registrando suas terras em 1855 na região de Ilhéus, distrito de Barbacena. Segundo o registro, ele era dono de terras de cultura e campos de criar

---

<sup>398</sup> AHMPAS. Inventário de Antônio Nunes (Alferes). Cx. 55. Ord. 08. 2SVC. 1809.

<sup>399</sup> AHMPAS. Libelo Cível (Traslado). Cx. 83. Ord. 08. 2SVC. 1815, fl. 6.

na fazenda da Conquista, a qual tinha a extensão de uma sesmaria. Em suas divisas, tinha como vizinhos, à nascente, a fazenda dos Moinhos, ao norte e poente, a fazenda do Martelo de nosso já conhecido Vital Antônio Campos<sup>400</sup>, e, ao sul, as fazendas do Guilherme e do Fagundes.<sup>401</sup> O que explica o do porquê no libelo de Quitéria, a localidade descrita no documento vim com o nome de “Conquista”. Ou seja, ao ser entregue ao genro de Joaquina, a cativa teve que se deslocar quase 60 km de distância do distrito de origem [Ressaca], para o de Ilhéus, onde ficava a fazenda de Manoel. A mudança realizada por Dona Joaquina, mostra algumas das estratégias senhoriais na busca em manipular fatos conhecidos socialmente e, que poderiam favorecer os cativos num processo de liberdade. Pois, ao mandar a escrava para um local onde sua pregressa trajetória naquela família senhorial fosse desconhecida, a atitude favorecia a manutenção de Quitéria como cativa. Já para ela, o deslocamento forçado mexia com seus sonhos de liberdade, ao separá-la de familiares e companheiros de jornada que poderiam testemunhar a seu favor. Além disso, ela ainda teria que passar pela “ansiedade de adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades.”<sup>402</sup>

Todavia, mesmo em novas paragens, Quitéria não desistiu em denunciar o cativo ilegal. Não sabemos a quanto tempo ficou sob o jugo de Manoel Rodrigues. Contudo, ela viu nestes grotões das gerais, a possibilidade de realizar atividades fora da fazenda da Conquista. Como informado pelo curador no libelo, Quitéria era obrigada a entregar diariamente, jornais no valor de duzentos e quarenta mil réis (\$240) ao proprietário da fazenda. Atitude contestada pelo curador, pois, era impensável tal obrigatoriedade, já que a dita era livre e isenta da escravidão. Ele termina o documento afirmando estar Quitéria e sua filha menor, de nome Maria, injustamente sob o domínio do réu.

Durante o processo, Manoel Rodrigues mostra-se apegado à escravidão, e agarrando-se ao direito de propriedade para protestar contra o curador, José Pinto da Souza. O fazendeiro alega que José Pinto fica inculcando na mente de Quitéria, para que a mesma, seja depositada na casa do fiador, José Marcelino. Fiador esse, segundo Manoel, “homem fraco de bens e incapaz de garantir os prejuízos.”

---

<sup>400</sup> No capítulo 3, fizemos uma análise sobre a importância da família Campos na região de Ilhéus e de suas relações sociais no período escravista e de pós-abolição.

<sup>401</sup> Registros paroquiais de terras. Nossa Senhora da Piedade de Barbacena (1854-1856). Arquivo Público Mineiro. Serviço Administrativo. Fls. 12v.

<sup>402</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 111.

É importante nesta altura dos fatos explicar a função do depositário para entendermos a alegação do réu. Para que o cativo entre com uma ação de liberdade, é necessário que alguém livre, a seu rogo, faça um requerimento direcionado ao juiz. Após o aceite do documento, é escolhido um curador (advogado) para a defesa do suplicante, podendo ser, inclusive, a mesma pessoa que assinou o requerimento. Na tentativa de salvaguardar os direitos do escravo contra qualquer pressão ou opressão de seu proprietário, ele é enviado para um depósito público ou privado, e lá ficar, enquanto o processo estiver em andamento. No caso de Quitéria, foi sugerido pelo seu curador que ela ficasse sob a guarda privada de José Marcelino. Como afirma Grinberg (1994), “[...] refere-se ao contrato de depósito, no qual alguém obriga-se (sic) a guardar e restituir, quando lhe for exigido, qualquer objeto móvel que de outrem receba.”<sup>403</sup> Daí o receio do senhor de Quitéria de que, em caso de fuga, ou qualquer outra situação que ocorra com a mesma, antes de concluído o processo, o depositário não pudesse sanar com os danos econômico causados ao antigo senhor.

Para Manoel, é João Antônio, esposo de Elena, quem impulsionou à Quitéria entrar na justiça. Essa alegação confirma a importância da família como suporte nas lutas pela revogação de escravidão ilegal. João, descrito como “o crioulo” pelo advogado do proprietário, aparece oferecendo “umas terrinhas em hipoteca” para afiançar o depósito da filha.<sup>404</sup>

Quanto às disposições do curador a favor de Quitéria, não podemos esquecer quão laboriosa foi a sua função, ao longo dos vários meses, que se arrastaram o processo. Como afirma Grinberg (1994), em alguns libelos, os curadores nomeados pelos juízes são os mesmos que assinaram o requerimento inicial, ou seja, certos escravos já tinham acesso a estes advogados e pediam a eles que os defendessem nos tribunais. Mas, quem tinha direito a um curador? Tanto no Direito Português quanto no Direito Brasileiro, ambos, copiaram da Constituição Romana de Constantino, o pressuposto que todos os miseráveis teriam direito ao privilégio de foro.<sup>405</sup> Porém, nas Ordenações Filipinas<sup>406</sup>, só teriam o privilégio de escolher um curador: órfão, viúvo e miserável, sem detalhar sobre esse último. Para os pesquisadores do tema, o termo “miseráveis” das Ordenações estaria mais relacionado aos grupos que compunham as duas primeiras especificações, como “[...] mulheres solteiras que tivessem

---

<sup>403</sup> GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade, as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 22.

<sup>404</sup> AHMPAS. Libelo Cível de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2SVC. 1837, fl. 23.

<sup>405</sup> GRINBERG, Keila. 1994, op. cit., p. 64.

<sup>406</sup> Nas Ordenações Filipinas. Livro n.º 3. Título 5, parágrafo 3 a 5, esclarece os grupos que poderiam recorrer a um curador para suprir suas próprias incapacidades de administrar seus interesses.

perdido o pai e as que fossem maiores de quatorze anos (não mais consideradas órfãs, portanto) e outros casos semelhantes, mas nunca a escravos.<sup>407</sup> Assim, os cativos enquanto não incluídos na terminologia de miseráveis acabavam utilizando de outros artifícios para terem o auxílio de advogados na função de seus curadores. O caso de Quitéria serve como exemplo. Ela era filha de Elena, mulher forra, desde o início do século XIX, e de João Antônio, que de acordo com o advogado possuía umas terrinhas. Além disso, conforme descrito no processo, a cativa fornecia jornais ao senhor. Bem, pensando por esses fatores, Quitéria e família transitavam pela sociedade, seja como pessoas livres, como a mãe e o pai, seja fornecendo a força de trabalho em jornais. Essa mobilidade vivenciada por Quitéria e família ampliava as possibilidades de relações horizontais e verticais favoráveis à suplicante. E nem a artimanha da antiga senhora em transferir Quitéria para um local afastado de suas relações a deixou desamparada na luta pela liberdade.

Estamos seguindo a luta de três gerações com seus sucessos e desventuras. José Pinto de Souza, provavelmente conhecia de perto todo o enredo e observava possibilidades de ganho com o processo. Entrar nesta causa, não seria nada mal! José, advogado e morador dos subúrbios de Barbacena, que atuou por toda vida como um profissional liberal, quase nada acumulou em vida a não ser uma casa, poucos animais e alguns escravos descritos no inventário. Pelo tamanho das dívidas deixadas por José Pinto, para o desespero da esposa, o advogado parece ter se enrolado nos últimos anos de vida com credores que minguaram, ainda mais, os seus poucos bens.<sup>408</sup> Assim, como senhor de escravos e endividado, não acreditamos que o curador de Quitéria fosse uma alma caridosa prestes a se tornar o guardião da liberdade na vila de Barbacena. A sua atuação parece tender mais para a expectativa de que tivesse algum retorno financeiro, do que ser resultado de uma evolução espiritual e moral no combate à escravidão. No entanto, toda a retórica jurídica dispensada por José no enredo dessa família de libertos e “cativos”, acabou esbarrando nos recursos insuficientes para o depósito das suplicantes. Em 12 de dezembro de 1837, o curador é intimado a ter ciência da absolvição do réu na primeira instância. Resumindo, toda luta de Quitéria por sua liberdade como pela liberdade da filha Maria voltava à estaca zero. Era necessário novo requerimento e, posteriormente, a apresentação de um novo fiador.

---

<sup>407</sup> Grinberg afirma que no Brasil a questão sobre a inclusão dos escravos no termo miseráveis, só foi definida no Aviso n° 07, parágrafo 4, de 25 de janeiro de 1843. Neste aviso, além dos cativos, também entraram na categoria de miseráveis, os presos, os pobres, a igreja e os religiosos mendicantes. GRINBERG, Keila, op.cit., p. 64–65.

<sup>408</sup> AHMPAS. Inventário José Pinto de Souza. Cx. 33. Ord. 05. 1SVC. 1841.

Infelizmente perdemos de vista Quitéria e Maria. Nenhum novo libelo civil a favor de sua liberdade foi encontrado no arquivo local. Isso não quer dizer que a cativa tenha desistido da alforria. Novas estratégias poderiam surgir. De fato, com o passado de sucesso de Elena, fica difícil acreditar que Quitéria deixaria de lutar pelo raio luminoso da liberdade. De acordo com pesquisas sobre escravidão e liberdade em ações jurídicas, a paralisação do libelo de Quitéria, em 1837, mostra uma certa tendência à manutenção da escravidão e favorecimento dos senhores locais, em julgamentos de Primeira Instância.<sup>409</sup> Mas o nosso apego ao enredo de Quitéria não permitiu deixá-la esquecida nas folhas amareladas do libelo. Assim, fizemos uma devassa nas documentações existentes de Manoel Rodrigues na esperança de encontrar novas pistas.

Manoel Rodrigues, para além do enfrentamento com Quitéria nos âmbitos jurídicos, também teve de vivenciar as transformações sociais e econômicas pelas quais o país vivia entre os anos de 1831 a 1850. Manoel, morto em 1862, tem o inventário aberto na mesma data, já estando nesta época, viúvo de Anna Joaquina Nunes. O casal teve 10 filhos, os quais dividiram: 85 alqueires de cultura e 210 alqueires de campo na fazenda da Conquista. Além das terras, a propriedade possuía as benfeitorias, uma casa de vivenda, um paiol, senzalas, um moinho e monjolos: tudo coberto de telhas. Fato que valorizava o imóvel no mercado da época. A fazenda era dividida pelo ribeirão da Conquista que, num baile de águas com seus afluentes, percorria grande parte do antigo distrito de São José de Ilhéus. Quitéria, enviada para o distrito ainda no início do século XIX, provavelmente caminhou por seus leitos, circundando fazendas e sítios e vendendo sua força de trabalho. Neste ir e vir, cativos e libertos cruzavam com os trajetos de Quitéria, contando-lhe em repentinos encontros, causos de dor e de esperança. Grupos de homens e mulheres que teriam suas presenças, pouco registradas nos documentos oficiais, mas que, ao longo do tempo, estabeleceram laços familiares e de parcerias e moldaram a futura comunidade dos Candendê/Crioulos.

Quanto a Manoel Rodrigues, proprietário de terras, homens e animais, alcançou no final da vida, um monte-mor de 24 contos, oitocentos e oitenta e nove mil e novecentos mil réis (24:889\$900).<sup>410</sup> As suas relações afetivas, o fizeram estreitar laços que ultrapassam os limites territoriais, indo conhecer a mãe de seus filhos, dona Anna Joaquina Nunes, no distante distrito da Ressaca. Os caminhos do sertão da Mantiqueira devem ter sido pano de fundo para que acumulasse bens na vida, o que explicaria a quantidade de animais de trote

---

<sup>409</sup> MATTOS, Hebe Maria. 2003, op.cit., p.183.

<sup>410</sup> AHMPAS. Inventário Manoel José Rodrigues de Souza. Cx. 02. Ord. 07. 1SVC. 1862.

avaliados no inventário. Com uma frota de 13 bois de carro, 8 éguas, 6 poldros, 3 cavalos e 2 burros, mercadorias puderam ser distribuídas e trocadas com os fazendeiros locais e de outros distritos de Barbacena. Ao longo do caminho, amizades e inimizades eram iniciadas, amores e acordos, visando a ampliação das posses econômicas, foram estabelecidos. Quitéria entrou neste último quesito, comprada ou doada, se vê obrigada a seguir como cativa pelo “marido da própria tia” rumo a Ilhéus. Manoel faleceu quase 30 anos depois da abertura do libelo de liberdade empreendido na justiça por Quitéria. E, apesar de frustrada nossa expectativa de encontrar indícios de Quitéria ou Maria em seu inventário, nessa documentação, elas também não estavam mais registradas como cativas.

Assim, nós, daqui do outro lado de tempo histórico de Quitéria, fechamos esta narrativa com a esperança de que o nome da fazenda para a qual ela foi enviada, por sua antiga “senhora”, com a prerrogativa de atrapalhar a luta em provar ser uma mulher livre, tenha sido na verdade, o prelúdio de que cedo ou tarde, tanto a mãe [Quitéria] quanto a filha [Maria] tenham conquistado a liberdade.

A fazenda da Conquista, ao longo do século XX, será transferida de proprietários: dos Rodrigues para os Moreira Campos. Em um outro contexto, futuras relações de trabalho serão estabelecidas entre os donos da fazenda e moradores locais. E num viés republicano, novos atores irão se relacionar em formas antigas de dominação e resistência. As negociações e disputas pelo poder e autonomia continuarão, sorrateiramente, acontecendo pelos cômodos da fazenda. Personagens, agora cidadãos livres, advindos de comunidades negras ali circundantes, entrarão em cena nas tarefas rotineiras, num encontro silencioso com o passado.

#### 4.2- Uma miragem chamada Boa Vista: revisitando a memória e a história

Todo o embate de Quitéria pela liberdade teve como pano de fundo o Ribeirão da Conquista com fazendas escravistas e comunidades negras da região. Nesse cenário, memórias e histórias sobre pedaços de terras e fazendas doados a ex-escravos acabam sendo rememorados. A fazenda ou sítio Boa Vista é cenário de algumas dessas histórias e é quase uma miragem em nossas lembranças. Dentro do baú das recordações, o passado e o presente parecem dialogar constantemente, e nas narrativas familiares, os anseios em demonstrar as realizações dos pais e avós são aflorados. Ao mesmo tempo, essas memórias trazem frases soltas de ressentimentos com atos e fatos que atrapalharam a trajetória de camponês do grupo. A velha tia Ana Francisca, ao atravessar o tempo histórico chega ao século XXI com

lembranças que entram sem pedir licença nas conversas corriqueiras. Ela relembra o passado na tentativa de justificar atitudes e sentimentos vividos e experimentados pelos seus. Ao narrar a vida do avô José Cirilo, ela fala sem constrangimento da antiga função que o mesmo desempenhava como capitão do mato e, nas entrelinhas, deixa a entender que foi graças às relações estabelecidas por ele com os antigos senhores, que ainda no período escravista, a família teria conquistado terras e escravos.

Era a memória de sitiante/proprietário e escravista que a narrativa familiar valorizava. Uma memória dos tempos do tráfico transatlântico de escravizados, que, aparentemente, já tinha terminado quando ele se tornou proprietário. Ao entrevistar João Pedro da Silva, primo de Ana Francisca, ele confirma que, além da fazenda, o João Cirilo parece ter conseguido comprar um escravo. Nas palavras de João Pedro:

José Quintino era filho de José Antônio Cirilo, [...] naquele tempo, os fazendeiros se interessou [sic.] de comprar escravos de uma fazenda para a outra. Pois conquistar não tinha jeito não! Porque conquistava escravos lá das Pontes para levar para a Conquista, e lá tinha o nome de quilombo ou rio. Aí, o pai do José Quintino, (sic) se interessou e disse assim: ué, eu também posso comprar um nêgo, tá todo mundo comprando um nêgo, eu também posso comprar.<sup>411</sup>

A lembrança de Ana Francisca sobre a “fazenda da Boa Vista” aparecia sempre num relato não linear, “(...) mas pinçado [de] processos e associações entre o hoje e o ontem.”<sup>412</sup> Era perceptível para nós, sobrinhos, ver o seu olhar iluminar com as lembranças de fatura advindos do cultivo da terra e da criação de animais. Segundo ela, fato que possibilitou a família ter uma vida mais tranquila na roça e, posteriormente, com a mudança para a cidade construir a casa própria em que residia.<sup>413</sup> Todavia, em meio às frases soltas, um certo ressentimento aparecia em sua fala. Para ela, a perda de parte da referida fazenda se deve a certas articulações feitas por fazendeiros interessados nas terras. A esses, ela os nomeava como “o rato de barriga branca”.

---

<sup>411</sup> Entrevista do Sr. João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço da Costa, morador até os dias de hoje da comunidade do Candendê, realizada em 2012.

<sup>412</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. Estudos Históricos, vol. 02, nº 03, 1989, p. 34.

<sup>413</sup> Anotações de conversas realizadas com Ana Francisca. In memoriam.

Figura 19 - Tia Ana Francisca



Fonte: Acervo Pessoal da Autora

As lembranças dos mais velhos abrem portas pelas quais eles também falam de si, de suas concepções de mundo e valores moldados nos exemplos de membros do passado. Nestes momentos de transmissão dois ciclos da vida, passado e presente integram-se numa combustão de histórias e pensamentos diversos no tempo e no espaço.<sup>414</sup> A imaginação dos ouvintes sobrevoa lugares e visita personagens, até então, desconhecidos. O desejo em decifrar os enredos, aparentemente truncados, instigam a nós, pesquisadores, e acabam transformando-se em objetos de estudo. Das memórias surgem várias indagações sobre a própria origem familiar, como os caminhos que possibilitou a aquisição de terras na fazenda da Boa Vista? Quais “perrengues” por que essa família passou relacionados a conflitos de terra?

Na tentativa de responder a essas indagações, nós recorremos às fontes documentais, indo de encontro a livros de registro de notas de compra e venda de terras, do século XIX e

---

<sup>414</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, vol. 02, nº 03. Rio de Janeiro, 1989, p. 36.

XX, guardados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Nessas fontes, vários nomes de fazendeiros amontoavam-se sobre a mesa, até que, para nossa felicidade, nos saltou aos olhos um nome em especial: Ana Francisca de Jesus Duarte.

Ana Duarte, aparece no documento de 1912 informando ser casada, residente em Ilhéus e nomeando Severino Affonso Neto como seu procurador. A procuração serviria para que esse resolvesse em seu nome, a divisão e construção de tapumes que deveria ser feita na fazenda de Boa Vista, em parceria com o vizinho proprietário, Sr. Manoel José Campos. No documento, Ana Duarte faz questão de registrar a origem das terras em seu poder e afirma serem as mesmas uma herança recebida do finado José Domingos da Costa.<sup>415</sup> Pouco tempo depois, ela, acompanhada do marido José Antônio Ciry, vai até a fazenda das Três Pontes para providenciar uma troca de lado das terras que possuía na respectiva fazenda da Boa Vista, com o mesmo Sr. Manoel José Campos. Segundo o documento:

Manoel José Campos e sua mulher, dão a José Antônio Ciry e sua mulher, um terreno de campo e cultura no lugar denominado pasto da Lagoa, na fazenda da Boa Vista, confrontando de um lado com os terrenos de Idelfonso José Rodrigues e por outro lado com Antônio Lourenço, começando nas divisas deste terreno num correguinho (sic) da horta do Prudêncio.<sup>416</sup>

Já, José Ciry e a mulher cederiam, a Manoel Campos, o outro lado do espigão da tapera de Francisco Luiz, parte que confrontava com José Idelfonso Campos, Honório de Paula Campos e demais terras do próprio Manoel José Campos.

O encontro com essa fonte revisitou a memória de um tempo histórico distante de nossa vivência. Ana Francisca Duarte e José Antônio Ciry - esse último que, talvez por descuido ou mal entendimento do escrivão, aparece com o sobrenome de Ciry e não Cirilo - eram os avós paternos da saudosa tia Ana Francisca, aquela que irradiava de alegria às tardes com suas narrativas familiares.

Bem, voltando à troca de lados das terras entre Ana Francisca Duarte e Manoel Campos, os propósitos que a envolvia não estão à mostra no documento. Contudo, ao verificar novos confrontantes daqui por diante de Ana Duarte e de Manoel Campos, algumas hipóteses podem ser sugeridas. Uma, seria a vontade do próprio Manoel em se fixar mais próximo de seus familiares e de outras terras que lhe pertenciam. A outra, é que a partir da troca, Ana Francisca Duarte teria como confrontante além de Idelfonso Rodrigues, antigo

---

<sup>415</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Notas, nº 5 e 11, 1908 a 1926, fls. 27v-28.

<sup>416</sup> Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de Notas, nº 5 e 11, 1908 a 1926, fls. 28, 28v e 29.

proprietário da fazenda da Conquista, Antônio Lourenço, um dos fundadores do quilombo Candendê. E, porventura, mesmo que Ana Duarte e José Cirilo tenham sofrido pressão para realizarem a troca, acreditamos que os seus novos vizinhos os agradariam, principalmente, a comunidade negra do Candendê, possíveis parceiros na jornada de homens e mulheres negras no pós-abolição.

Uma informação importante dessas fontes sobre as terras de Ana Duarte, e que contraria a memória familiar, é que conforme descrito na procuração, ela teria recebido parte da fazenda como herança de José Domingos da Costa e não, como se imaginava até então, de seu esposo, José Cirilo [capitão do mato], por serviços prestados a fazendeiros locais. Mas, quem era José Domingos na trajetória familiar de Ana Duarte? Quem eram os demais legatários?

Ao encontrarmos a localização da referida fazenda, foi possível constatar que a propriedade era muito mais do que faixas territoriais fixadas no entroncamento entre comunidades negras e fazendas locais. Para além da importância econômica, ela possuía também um valor simbólico de resistência e de ressignificação do sonho camponês. Um sonho vivido por homens e mulheres negros transpassados pela crueldade da travessia no além mar. Um sonho fincando bem no interior das terras da Fazenda das Pontes, que foi de propriedade do Capitão Vital Antônio Campos, que no período escravista, foi dono de terras e homens.

Na busca por respostas e, na ânsia em descobrir esse mundo imerso em águas revoltas da história, com relações entre o passado e o presente, entre a opressão e a resistência, optamos por retroceder no tempo e descortinar a linha tênue existente entre a escravidão e a liberdade que permeiam essas terras de negros.

#### **4.2.1 – A Fazenda Boa Vista: descortinando o passado**

Ao regressarmos no tempo histórico da fazenda da Boa Vista, chegamos à 1839. Nessa data, o medo da morte rondava o alferes Manoel José Pereira Barbosa, ao ponto de solicitar, já bastante enfermo, mas ainda lúcido, a escrita do próprio testamento. Acostumado as intempéries de sua profissão de alferes, Manoel Barbosa, vê em sua frente o maior de todos os obstáculos enfrentados na vida: a proximidade da morte! Não havia mais tempo, era preciso reordenar sua passagem terrena para iniciar com tranquilidade uma vida celestial.

Na abertura do documento, Manoel Barbosa, natural de Barbacena, diz ter sido casado em primeiras núpcias com Rita Maria de Jesus, e de cujo o consórcio teve os filhos: Ana,

casada com Domingos de Oliveira Senra, no momento já falecida, ficando os netos Maria, Mariano, Manoel, Domingos e Martiniano; Mariana, casada com José Senra, de quem ficou o filho Antônio; Constância, Maria e Vicente, todos solteiros. O alferes afirma que contraiu a segunda núpcia com Maria Antônia de Oliveira (Senra) por contrato de Aras<sup>417</sup> e deste matrimônio não obteve filhos. E, devido o contrato matrimonial, o testador deixou registrado dono documento fúnebre, a informação de que os escravos Maria Angola, Floriana Rebola, Ignês Crioula, Eva Crioula, Ana Crioula, Gabriel Crioulo, Raphael Crioulo, Francelina Crioula e Praxedes Crioula, eram de propriedade de sua segunda esposa, demonstrando haver uma exceção nas cláusulas contratuais que regiam o enlace matrimonial. Em suas palavras, os ditos cativos, “[...] não fazem parte de meus bens e sim, juntam in solidum à dita minha mulher por haver comprado com o produto de suas criações e outros serem produções de suas escravas [...]”.<sup>418</sup> Para além do reconhecimento das posses dos cativos, o moribundo lega à esposa, 158\$000 em dinheiro, mais o remanescente da terça em terras, que deveriam ser divididas em igualdade com os filhos solteiros.

Praxedes, uma das cativas de Dona Maria Antônia Senra, terá um desfecho interessante relacionado à fazenda Boa Vista. Aqui, nas fontes de Manoel Barbosa, ela aparece junto com a mãe e irmãos, presa ao cativo. O pai, Antônio Mina, e seu parceiro de eito, Francisco Congo, são citados no testamento como pertencentes ao alferes Manoel Barbosa, e segundo o desejo do testador, após a sua morte, ambos deveriam ser transferidos para a posse da viúva, após avaliação e pagamento de seus valores. Atitudes como essas do alferes Manoel Barbosa mostram a tensão porque passavam os escravos, quanto ao seu futuro, diante da morte do senhor. Escravos de proprietários diferentes, mas residentes na mesma senzala, a separação e divisão dos bens senhoriais poderia afetar todo um sonho de liberdade do grupo e desestruturar arranjos familiares.

Em relação ao Alferes Manoel Barbosa, o medo da morte e as dores da enfermidade não amoleceram seu coração. Em testamento, o alferes legou a liberdade apenas aos cativos idosos Sebastião e Joana crioula. O tempo e as relações estabelecidas com esses dois podem ter pesado na decisão. Apesar de que outros fatores como a idade e o baixo valor de mercado

---

<sup>417</sup> Manoel provavelmente estava se referindo ao “contrato de casamento por arras” com Dona Maria Antônia. De acordo com a autora Seabra, neste tipo de contrato pressupõe a alienação do poder “pater família” pela venda deste poder. Desta forma, o marido adquire essa posição de “pater”, ficando a esposa impossibilitada de ter os próprios bens, salvo certas exceções. Para saber mais sobre as formas de contratos matrimoniais, ler: SEABRA, Maria Judite de C. R. A mulher e o dote na segunda metade do século XVIII. **Antropologia Portuguesa**, vol. 01, 1893.

<sup>418</sup> AHMPAS. Inventário de Manoel José Pereira Barbosa (Alferes). Cx. 85. Ord. 11. 2SVC. 1839, fl. 02.

desses escravos anciões, também podem ter dado um “empurrão” na ação pia. Manoel Barbosa, não declara no documento as intenções do ato, mas deixa uma pista ao registrar que, “[ambos eram] já idosos [...]”. Assim, se por um lado, o tempo de cativo e as inter-relações entre Manoel Barbosa e o casal de cativos o influenciou no ato, por outro lado, as alforrias poderiam estar atreladas a intenção de se desfazer de futuros prejuízos aos herdeiros.<sup>419</sup>

Excetuando Sebastião e Joana, que são declarados com idades acima dos 70 anos e agora libertos, os demais escravos de Manoel Barbosa possuíam idades que variavam entre 30 e 60 anos. Fato que reforça nossa observação de que a dádiva senhorial na liberdade dos escravos idosos era fruto de uma mentalidade econômica que visava se livrar de um “peso morto”, neste caso, dois pesos. Enfim, passemos agora a conhecer todos os bens descritos no inventário do Alferes:

Quadro 8 – Bens do alferes Manoel José Pereira Barbosa

Ano	Inventário	Animais	Terras	Escravos
1839	Alferes Manoel José Pereira Barbosa	03 carneiros, 17 poldros, 06 éguas, 16 bois de carro, 10 bezerros, 08 novilhas, 19 vacas, 04 burros, 02 muares, 03 cavalos, 08 carneiros, 11 capados e 28 porcos de terreiro	183 e 1/2 alqueires de campos e capoeiras, 56 alqueires de cultura e Benfeitorias na Fazenda da Três Pontes	Adão Crioulo, Antônio Benguela, Domingos Benguela, Vicentina Cabinda, José Cabinda, Joaquim Guaranguí (Guarani ?), Francisco Benguela, Matias Benguela, Francisco fula, Joaquim Mufimbe, Ignácio negro
			A Fazenda do Pinheirinho, benfeitorias e a Fazenda do Banana, ambas nos Gerais.	<b>Transferido para a esposa</b> Francisco congo (50 anos) e Antônio mina (42 anos)
			Parte na casa no Arraial de Ilhéus	<b>Libertados</b> Sebastião (70 anos) e Joana (80 anos)

AHMPAS. Inventário de Manoel José Pereira Barbosa (Alferes). Cx. 85. Ord. 11. 2SVC. 1839

Ao que parece, Manoel Barbosa combinava a função de alferes, que lhe garantiria certo prestígio, com a de proprietário rural, sendo dono de terras, homens e animais. Com um

<sup>419</sup> PEDRO, A. Um Certo Capitão José Pedro: Transmissão de bens, doações de liberdade e manutenção do domínio senhorial. V **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Campinas - século XIX. (Congresso), 2011, p. 09.

número elevado de animais vacum e suínos, ele não se absteve em ter sob seus domínios animais cavalares que, provavelmente, o ajudariam no transporte da produção para abastecer o mercado interno. Algumas mercadorias registradas no inventário estavam prontas para serem comercializadas, tais como: 28 queijos de tamanhos variados, “louros” de milho e dúzias de tábuas de pinho. A diversificação na produção e nas atividades empreendidas por Manoel Barbosa aumentavam a possibilidade de se ver bem sucedido numa época em que o sobrenome, a posse de terras e o domínio de homens e mulheres faziam toda a diferença e distinção social.

Para manter-se com status positivo ou para que seus negócios pudessem se realizar era necessário ao Alferes ter posses territoriais que os respaldassem. E, entre as suas terras registradas no documento encontramos a fazenda das Três Pontes. Historicamente, essa fazenda estava ligada à família Moreira Campos e às relações de parceria e mando com os moradores da comunidade dos Candendê. Acreditamos que, Manoel Barbosa, foi um sitiante dentro da Fazenda das Pontes e essas terras ficaram para a viúva Dona Maria Antônia Senra com parte de sua terça.

Em 23 de setembro de 1867 será a vez da Dona Maria Antônia providenciar o próprio testamento. Ela declara estar em perfeito juízo, ser natural da freguesia do Ipiranga, filha legítima de Manoel José Oliveira Senra e Elena Maria de Jesus e conforme sua vontade, os bens adquiridos em vida deverão ser distribuídos aos sobrinhos e afilhados. Entre todos os legatários, um dos afilhados é o José Domingos da Costa, aquele que fora citado na procuração de Ana Francisca Duarte como sendo o doador da fazenda Boa Vista à sua família. Por isso, vamos nos ater, por um momento, na distribuição dos bens da finada Dona Maria Antônia Senra para conhecermos melhor a trajetória de José Domingos:

[...] Declaro que meu testamenteiro dará a minha afilhada Guilhermina, filha de Vicente Ferreira Barbosa, a quantia de 400\$000. Declaro que meu testamenteiro dará a meu **afilhado José Domingos**, 200\$000 em terras, seja cultura ou campo; declaro que meu testamenteiro dará a minha afilhada Maria Clara, casada com José Joaquim, 100\$000. Declaro que meu testamenteiro dará à minha sobrinha e afilhada, casada com José Fagundes do Nascimento, 100\$000. Declaro que deixo ao meu afilhado Martiniano, filho de Domingos Senra, 100\$000.<sup>420</sup>

A dona Maria Antônia ao dispor de seus bens, ela lega aos filhos de suas enteadas, ou seja, filhas do Alferes Manoel Barbosa e casadas com membros da família Senra, apenas bens monetários. E destoando dessas disposições, aparece o legado, em terras, destinado ao

---

<sup>420</sup> AHMPAS. Inventário de Maria de Antônia de Oliveira (Senra). Cx. 21. Ord. 03. 1SVC. 1867.

afilhado José Domingos. Não há referência no documento que o ligue à ascendência da família Senra, o que significa que José Domingos fica solto no diagrama de bens destinados aos parentes consanguíneos de dona Maria Antônia. Para além da distribuição de legados em terras e dinheiro, a testadora determinou também a liberdade de todos os seus cativos, inclusive Francisco Congo e Antônio Mina, escravos transferidos à mesma pelo Alferes Manoel Barbosa, em testamento, como vemos no quadro abaixo:

Quadro 9 – Relação dos libertos no testamento de dona Maria Antônia Oliveira (Senra)

Ex-escravos do alferes Manoel	Ex-escravas de Dona Maria Antônia	Filhos libertos
Francisco africano	Maria africana	Francisca crioula (9 anos), Antônia crioula (7 anos), Camillo crioulo (8 meses)
Antônio Mina	Floriana africana	Gabriel crioulo, Raphael crioulo, Cândido crioulo, Francelina crioula, José crioulo (filho de Francelina) Praxedes crioula, Vicência crioula, Leopoldina crioula, Maria crioula.

AHMPAS. Inventário de Maria de Antônia de Oliveira (Senra). Cx. 21. Ord. 03. 1SVC. 1867

As relações matrimoniais estabelecidas entre Francisco Congo e Antônio Mina com as cativas de dona Maria Antônia, Maria e Floriana africanas, abriu uma brecha favorável aos primeiros dentro do sistema escravista num dos momentos mais angustiantes para um cativo: a morte do senhor. O receio da venda ou da partilha com herdeiros assombravam as famílias escravas, e no caso de Francisco e Antônio, essa ameaça foi minimizada, possivelmente, devido aos laços familiares estabelecidos com as escravas da viúva. Os senhores, entre eles o alferes, conheciam os riscos de uma desintegração forçada das uniões cativas. A viúva, sem herdeiros forçados a quem tivesse obrigação de partilhar seus bens, acaba dispondo-os livremente seguindo suas vontades. A testadora, dona de terras e de 16 escravos, os quais, parecem tê-la acompanhado, por anos à fio <sup>421</sup>, presos ao cativo, acabam sendo “remunerados” com a alforria. Nessa feita, três gerações de cativos (pais, filhos e netos) conquistam o sonho de se verem livres das garras da escravidão, como descrito no trecho abaixo do testamento de dona Maria Antônia:

<sup>421</sup> Como sugere no testamento do alferes, escrito em 1839, onde aparece o nome das cativas Maria e Floriana sendo escravas de Dona Maria Antônia e esposas de Francisco Congo e Antônio Mina.

Declaro que logo depois do meu falecimento, o meu testamenteiro dará **carta de liberdade** ao meu escravo **Francisco africano**, como também a mulher do mesmo nome **Maria, também africana**, como também a **crioula Francisca** de idade de nove anos. Da mesma forma a **Antônia, crioula** de sete anos, também da mesma forma ao **crioulo Camillo** de oito meses; também da mesma forma a **Antônio Mina**, já idoso. Como também da mesma forma a **Floriana africana**, mulher do mesmo. Também da mesma forma a **Gabriel, crioulo**, filho de Floriana. Também **Raphael, crioulo**, filho da mesma. Também mais a **Cândido, crioulo**, filho da mesma; também da mesma forma a Francelina crioula, filha da mesma; também mais e da mesma forma a **Praxedes, crioula**, filha de Floriana. Também da mesma forma, a **Vicência, crioula**, filha da mesma. Também mais a **Leopoldina, crioula**, filha da mesma. Também mais e da mesma forma a **Maria, crioula**, filha da mesma. Também da mesma forma a **José Crioulo**, filho da Francelina. Declaro que meu testamenteiro dará a Rita, filha natural de Antônio Ferreira Gomes, 100\$000. [...] instituo por meus universais herdeiros a Anna, a minha afilhada, mulher de Bento Affonso, a meu irmão José Senra, a Domingos de Oliveira Senra, a Elena Maria de Jesus. (Grifos do autor)<sup>422</sup>

Os testamentos são excelentes fontes para o entendimento da mentalidade e receios de uma época. Num outro estudo feito em 2014<sup>423</sup>, realizamos a análise minuciosa dessa fonte para a verificação das disposições testamentárias, a favor dos escravos no termo de Barbacena, em meado do século XIX. Na época, constatamos que, quanto menor o número de escravos em posse de um senhor, maior era a chance de receberem a liberdade e legados materiais nos documentos. Uma fatoraçoão que somada ao tempo de cativo e ao estado civil do senhor, ampliavam as brechas do sistema normativo a favor de homens e mulheres presos à escravidão. As relações de dominação, num restrito espaço territorial, muitas vezes, eram mescladas por negociações diárias, que iam, desde da execução das atividades, até o compartilhamento de expectativas e frustrações com o senhor.

Entretanto, não nos enganemos. O tempo de cativo e a proximidade com a casa-grande, não era um prêmio seguro a todos os escravos na conquista da liberdade. Nem todos eram os escolhidos. Dona Maria Antônia, além da posse antiga dessas famílias cativas, provavelmente buscava favorecer “as crias” da fazenda. Em muitos testamentos analisados na pesquisa de mestrado, as “crias da casa” classificadas com a cor/condição de crioulos ou pardos, eram os maiores legatários de seus antigos senhores.

Contudo, além das questões materiais, as questões espirituais também pesavam nas decisões senhoriais. Afinal, no momento derradeiro com a morte como certeza, era necessário a remissão dos pecados para ordenar uma “passagem” segura ao plano celestial.

---

<sup>422</sup> AHMPAS. Inventário de Maria de Antônia de Oliveira (Senra). Cx. 21. Ord. 03. 1SVC. 1867, fls. 13, 13v, 14 e 14v.

<sup>423</sup> SANTOS, Roseli dos. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888) [manuscrito] Dissertação (Mestrado em História) –Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2014, p. 56.

Mas, o cumprimento das disposições testamentárias de Dona Maria Antônia, não seria nada fácil. Os problemas com o espólio começam antes da abertura do inventário. Em 1867, o Capitão José Jacintho Campos na qualidade de testamenteiro afirmou ao juiz municipal que os herdeiros instituídos, num período de três anos, ainda não tinham promovido o inventário. Conforme o testamentário, ao longo deste tempo, ainda existiam legados não distribuídos e dívidas passivas não sanadas. Alguns alqueires de terras e as poucas joias pertencentes à finada também aguardavam para serem avaliadas. O capitão ainda alertava ao juiz, que os bens eram ineficientes para atender aos legados fúnebres. Segundo ele: “[...] é certo que o passivo excede aos bens existentes da finada.”<sup>424</sup>

A dona Maria Antônia, ao libertar seus escravos deixara de bens a serem divididos entre os legatários, algumas joias e as terras que recebeu da terça do espólio de seu finado marido Manoel Barbosa. As terras descritas como situadas na Boa Vista, localizada no interior da fazenda da Três Pontes, eram compostas por 40 alqueires de campos, mais 16 alqueires e meio de cultura e benfeitorias.

A viúva do alferes Manoel Barbosa, nos últimos anos de vida precisou da ajuda e empréstimos de familiares e conhecidos para se manter. Entre as dívidas passivas descritas em seu inventário, constava uma feita ao preto Pai, o valor da metade de 1 capado. De acordo com o inventariante, a demora nos transmites do inventário era preocupante já que: “[...] como o velho era idoso, por não poder trabalhar mais e nem de casa sair e nesses (?) para arengar para ele está (sic) conta, eu em vista da necessidade dele paguei os 12\$000”. Não foi possível identificar a história e relação de preto Pai com os antigos moradores da fazenda Boa Vista. Todavia, a referência a ele feita, indica ser um sujeito negro, já livre da escravidão e respeitado, ou pela idade avançada ou, por ser um líder religioso.

Além das partes de animais compradas de preto Pai, dona Maria Antônia solicitou empréstimos ao afilhado, Sr. José Domingos da Costa. No primeiro empréstimo, o afilhado entregou à madrinha a quantia de um conto, setenta e dois mil réis (1:072\$000). Um ano depois, em 1861, ela solicita mais setecentos e vinte e seis mil réis de José Domingos. Por ela não saber ler e escrever, os recibos foram assinados por terceiros a seu pedido e trazem a localização do “Morro Redondo”. A fazenda do Morro Redondo ficava um pouco distante da fazenda das Três Pontes e pertencia à dona Maria Antônia de Jesus. O deslocamento de dona Maria Antônia Senra até o Morro Redondo, ou se justifica pela necessidade de pessoas

---

<sup>424</sup> AHMPAS. Inventário de Maria de Antônia de Oliveira (Senra). Cx. 21. Ord. 03. 1SVC. 1867, fl. 02.

letradas que pudessem escrever e assinar os recibos ou, por ser a localização onde a mesma pudesse encontrar o afilhado.

Com o falecimento da madrinha, José Domingos da Costa, talvez preocupado em reaver os valores emprestados, assiste, com apreensão, o envio dos bens de dona Maria Senra, por duas vezes, e sem êxito, ao leilão em praça pública. Ele, diante da indecisão e possível desvalorização dos bens da finada, em 1871, resolve arrematá-los, caso o testamenteiro e o coletor municipal não tivessem objeções. E como não houve impedimentos jurídicos, o afilhado torna-se proprietário de um colar de ouro, de um par de brincos de prata, de uma casa mobiliada em Ilhéus e das terras existentes na fazenda da Boa Vista, dentro das Três Pontes. Todos esses bens foram por ele arrematado pela quantia de 2:616\$700.

Em relação aos demais herdeiros, o desfecho da divisão dos bens da finada Senra não foi nada satisfatório. Em um provimento enviado pelo advogado dos interessados ao juiz municipal, Manoel Vieira Tostes, ele afirma que:

O rateio admitido neste auto entre credores do espólio dos respectivos bens não basta para pagamento das dívidas passivas, foi um procedimento pouco reflectido (sic) e que desconhece princípios capitais e incontestáveis do Direito. Sabe-se com efeito, geralmente, que não há disposições testamentárias válidas enquanto há dívidas, cuja a importância consequentemente se prevalece sempre do monte bruto, apenas fazendo este por meio da soma das diversas espécies de bens inventariados, e é depois que são deduzidos as dívidas que se passa a cumprir as disposições testamentárias, assim como é depois de feita essa dedução que nos casos de sucessão abrem testado se procede à partilha entre os herdeiros, mesmo necessários. [...] Portanto, se o testador não pode fazer disposições com prejuízo de seus credores, segue-se que em rigor do Direito, as próprias doações de liberdade não podem prevalecer contra os direitos dos mesmos credores e só devem ser atendidos depois de satisfeitas a importância de todas as dívidas passivas do espólio.<sup>425</sup>

Ou seja, para os herdeiros, os valores do déficit existente deveriam ser “derramados” entre os escravos/legatários favorecidos com a doação da própria alforria. Eles, os ex-escravos, segundo os herdeiros, teriam de ser responsáveis pelas custas de seus valores, e para pagamento dessas liberdades, prestariam serviços até o pagamento de toda a passiva do espólio de Dona Maria Antônia. Na visão dos queixosos, “[...] se isso se tivesse feito, satisfeito ficariam a um tempo os interesses dos credores, o dos libertos e o princípio do Direito, a cuja aplicação se foi abrir uma excessão (sic) tão inadmissível, quão inútil.”<sup>426</sup> O advogado dos herdeiros mesmo reconhecendo a causa privilegiada da liberdade, alega nos autos que seus clientes sofreram um golpe de deserdação ao verem os bens herdados em hasta pública. A disputa entre direitos sucessivos impostos e as disposições testamentárias válidas,

<sup>425</sup> AHMPAS. Inventário de Maria de Antônia de Oliveira (Senra). Cx. 21. Ord. 03. 1SVC. 1867.

<sup>426</sup> Idem.

enquanto houvesse dívidas, não parece ter sensibilizado o juiz responsável pelos autos. Visto que, no mesmo ano do provimento da queixa, o inventariante prestou contas e afirmou que:

“[...] não chegando o espólio para pagamento de dívidas que houver ativas entre os credores, havendo ainda em alcance contra os mesmos de 222\$381, não podendo por isso serem cumpridos os legados, à exceção das Pios, que a forão (sic) como prova o documento n.3 e 4, que os libertos estão no gozo de sua liberdade”.<sup>427</sup>

Nesse embate entre a alforria e o direito à herança, a liberdade venceu! Para Guedes (2008), a disposição a favor das alforrias dos escravos, era um código paternalista de dominação permeado pelo fruto de uma negociação desigual. A conservação e submissão iniciada com a sua concessão prolongava-se para além do cativo. Isso porque, a manutenção do círculo social ligado à órbita senhorial confirmava e mantinha o *status quo*.<sup>428</sup> Ou seja, para os herdeiros de Dona Maria Antônia Senra, os ex-escravos haviam recebido um “dom”, o qual era constituído da tríade: dar, receber e restituir. As alforrias designadas como um bem durável, neste viés, acabavam sustentando a obrigação de sua restituição interminavelmente.<sup>429</sup> Ao que parece, essa noção de “dom e contradom”, pautou a escrita do advogado na tentativa de justificar o pagamento pelos libertos das próprias alforrias. Um dinheiro, que para eles, seria usado para sanar as dívidas passivas do espólio e não prejudicaria os parentes da benfeitora.

Mas, nenhuma justificativa foi suficiente para barrar a conquista da liberdade pelas famílias de Antônio Mina e Joaquim Congo. Eles teriam, após anos de cativo, a chance de se tornarem donos do próprio destino. Agora, faltava estabelecer quais caminhos e alternativas de sobrevivência buscariam na nova trajetória. As opções eram claras no mundo dos libertos: ou migrar para outras regiões a procura de melhores condições de vida na tentativa de distanciar-se das memórias do cativo e, por conseguinte, dos parceiros de jornada ou, eles permanecerem na região vendendo a força de trabalho em troca de moradia, alimentos e, quem sabe, contratos de parceria com fazendeiros locais. Em uma ou outra escolha, o sonho camponês, possivelmente, pautava as escolhas dos libertos.

Para o novo caminhar de egressos alguns fatores eram pesados nas decisões: a idade e a saúde dos anciões do grupo, os vínculos de compadrios e parcerias estabelecidos na senzala, as relações de proteção com descendentes da casa-grande, o tamanho do grupo familiar e os

---

<sup>427</sup> AHMPAS. Prestação de Contas de Dona Maria Antônia de Oliveira. Cx. 163. Ord. 18. 1SVC. 1872.

<sup>428</sup> GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo**: Trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 184.

<sup>429</sup> XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, Antônio Manuel. Redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, v.4, 1998, p. 345.

recursos existentes para iniciar um novo ciclo de vida. Como afirma Mattos (2009), “[...] os riscos de reescravização ou escravização ilegal eram constantes para qualquer um que se afastasse das redes de reconhecimento e proteção, ainda mais em tempo de generalização do tráfico interno de cativos.”<sup>430</sup> Pelo menos, até os anos de 1871, muitos libertos viviam esses receios. A mudança se dará com implementação da Lei do Ventre Livre quando o ônus da prova da liberdade passaria dos libertos e livres para os proprietários de escravos. Esses, a partir dessa lei, estavam obrigados a registrar seus cativos em livros de matrículas sob a ameaça, de caso em contrário, perdê-los.<sup>431</sup>

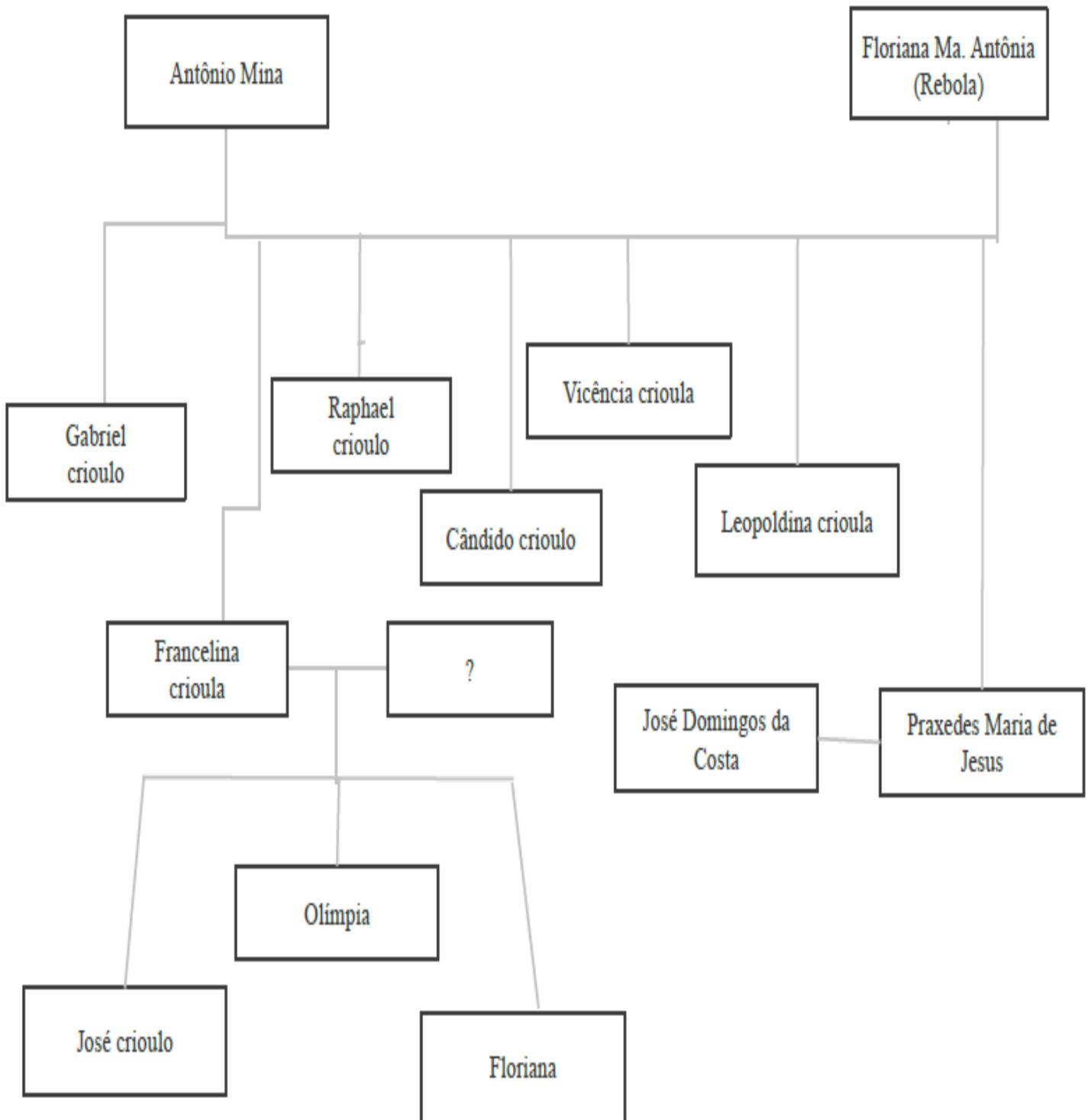
Antônio Mina e Francisco Congo, provavelmente, vivenciaram essas transformações e pesaram as escolhas da nova vida. As fontes encontradas de alguns dos membros da família de Antônio, indica que a permanência em Ilhéus foi a estratégia escolhida. Se não de toda a família, pelo menos das filhas Praxedes e Francelina. O cruzamento do testamento e inventário de Praxedes com as fontes da antiga senhora Maria Antônia Senra, nos auxiliou na montagem do diagrama familiar e na compreensão de alianças que ampliaram a autonomia de alguns dos descendentes. Vejamos o diagrama.

---

<sup>430</sup> MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 21.

<sup>431</sup> Idem., p. 23.

Diagrama 5 – Família de Antônio Mina



Fontes: AHMPAS. Testamentos, inventários e contas testamentárias de Dona Maria Antônia de Oliveira e Praxedes Maria de Jesus.

Antônio, vinculado a um passado cativo, carregava um sobrenome que, desde princípios do século XVIII, designava escravos e libertos procedentes da Costa Ocidental da África, também conhecida como Costa da Mina.<sup>432</sup> Antônio Mina, capturado e embarcado num navio negreiro - provavelmente na antiga Costa dos escravos, atuais Benin e Nigéria -, experimentou os dissabores do cativo no Brasil. Como diz Farias (2018),

Nos primeiros tempos do tráfico transatlântico, o termo [Mina] era usado para designar todos os cativos oriundos de diversos reinos, vilas e grupos étnicos da região. Pouco a pouco, a Costa da Mina passou a abranger, de forma mais precisa, a costa dos escravos, isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge da Mina [construído pelos portugueses no século XV], que se estendia do delta do rio Níger, na Nigéria. E 'mina' indicava então quase todos os povos da Baía do Benin, no que hoje corresponde a três países: Togo, Benin e Nigéria.<sup>433</sup>

Para a autora, esses homens e mulheres ao chegarem à Bahia oitocentista eram conhecidos como nagôs. Porém, por algum motivo, quando passaram a residir na corte do Rio de Janeiro, a sua alcunha se transmutou de Nagôs para Mina. Em novo estado e com nova designação, compondo em menor número os africanos escravizados ou libertos no sudeste brasileiro, o grupo Mina buscava criar redes de sociabilidade pelas quais construía padrões identitários com indumentárias, marcas corporais, penteados, comportamentos e até habilidades. É possível que Antônio tenha passado por essa experiência e, ao longo do caminho, aprendido formas de inserção que o favorecesse a enfrentar a perversidade da escravidão.<sup>434</sup> O certo é que Antônio se unira em matrimônio com Floriana Maria Antônia, formando uma família cativa, que num determinado momento, chegam a São José de Ilhéus, distrito de Barbacena.

A filha Praxedes, de toda a família, foi a egressa do cativo mais bem sucedida na busca da liberdade, ao arranjar-se em matrimônio com o afilhado de dona Maria Antônia Senra, o sr. José Domingos da Costa. Em 7 de dezembro de 1888, Praxedes Maria de Jesus aparece narrando um pouco de sua história e de suas últimas vontades no documento fúnebre.

---

<sup>432</sup> FARIAS, Juliana Barreto. "Diz a preta mina...": cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 470-483, 21 dez. 2018.

<sup>433</sup> FARIAS, Juliana Barreto. "Diz a preta mina...": cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 470-483, 21 dez. 2018.

<sup>434</sup> Já existem diversos trabalhos que trazem a importância da família escrava, as quais eram vistas pelos cativos como um meio de socialização, resistência e uma brecha dentro do sistema escravista para alcançar certa autonomia. Entre esses trabalhos se destaca: SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Ela, afirma ser natural das Três Pontes e filha de Antônio Mina e Floriana Maria Antônia.<sup>435</sup> Ao falecer em 1895, era proprietária de bens de certo valor como 42 alqueires de campo e  $\frac{3}{4}$  de cultura, 18 alqueires e meio de cultura, além de quintal e benfeitorias, no terreno da fazenda da Boa Vista. Praxedes, também era dona de alguns animais: bois, vacas, novilhas, bezerros, um marreco, dois cavalos e um poldro. José Domingos da Costa, seu esposo, além de meeiro desses bens, foi descrito como sendo o único herdeiro. E, após falecido, os bens passariam para o sobrinho e afilhado, Joaquim Sebastião. Esse sobrinho, como veremos na tabela abaixo, coroa a proximidade existente com os tios, ao receber legados de importante valor simbólico e monetário:

Quadro10- Relação dos legatários do inventário Praxedes Maria de Jesus

Ano	Testador/inventário	Legatários	Bens
1985	Praxedes Maria de Jesus *casada com José Domingos da Costa * filha de Antônio Mina e Floriana Maria Antônia *Natural das Três Pontes	José Domingos da Costa	Meeiro e herdeiro
		Sobrinho e afilhado Joaquim Sebastião	Herdeiro e parte da casa
		Sobrinho Martiniano	1 alqueire de campo
		Sobrinha Firmina	$\frac{1}{2}$ alqueire de campo e cultura e uma novilha
		Sobrinha Maria Eugenia	$\frac{1}{4}$ de terras e uma novilha
		Sobrinho José Antônio	1 novilha
		Sobrinha Olímpia, filha de Francelina	1 novilha
		Sobrinha Philomena casada com Manoel Pereira	1 novilha
		Sobrinha Floriana, filha de Francelina	1 novilha

Fonte: AHMPAS. Inventário de Praxedes Maria de Jesus. Cx. 76. Ord. 11. 1SVC. 1895

Ao que parece, Joaquim Sebastião da Costa era sobrinho da inventariante por parte do esposo, pois não havia nenhum outro registro de sobrinho da mesma com o sobrenome Costa. Joaquim Sebastião, não era um parente qualquer. Ele foi o escolhido para herdeiro dos bens

<sup>435</sup> AHMPAS. Inventário de Praxedes Maria de Jesus. Cx. 76. Ord. 11. 1SVC. 1895, fl. 13.

de ambos os tios. Já os demais sobrinhos de Praxedes, receberam legados mais simbólicos do que de valor significativo. Os nomes não coincidem com a relação dos sobrinhos de José Domingos, o que indica serem de grupos familiares distintos. Praxedes, filha de africano escravizado, pelo acaso do destino ou escolhas pensadas, estabeleceu relação matrimonial, justamente, com José Domingos da Costa, afilhado de sua ex-senhora. E com o matrimônio, de escrava, ela passa a ser dona de terras e animais. Por não ter filhos desse consórcio, distribui os bens, terras e animais, entre os sobrinhos, o que levanta a suspeita desses residirem nas proximidades. A liberdade sorri para Praxedes e o casamento a garante autonomia como proprietária. Ambos os benefícios se mesclam e ampliam num mesmo espaço territorial: as terras da Boa Vista. Essas, são marcadas pelo cativo e ressignificadas no campesinato negro. A passagem do corpo aprisionado à escravidão para o de mulher dona da própria vida e de bens, concretiza-se com a presença de José Domingos da Costa. Um homem com a cor silenciada nas fontes, que aparentemente foi embranquecido na relação de compadrio que o ligava à dona Maria Antônia Senra. José Domingos torna-se personagem central para desvendar como a fazenda Boa Vista chega como propriedade da família de Ana Francisca Duarte. Por essa e outras, partamos agora para desvendá-lo!

#### **4.2.2 – José Domingos da Costa, o homem por trás da Boa Vista: a ressignificação de terras de cativo em espaço de resistência**

Em meio a relações transversais que envolve a fazenda da Boa Vista, eis que encontramos José Domingos da Costa. Ele que, em 27 de dezembro de 1888, por motivo de enfermidade ou idade, segue até o cartório de Ibertioga, distrito vizinho de Ilhéus, para registrar seu testamento. O escrivão, como era de procedimento, abre o documento com os rituais católicos e posteriormente passa a anotar as informações de cunho pessoal do testador. José Domingos, inicia a narrativa afirmando ser natural da Borda do Campo, localidade próxima à Barbacena, e que na atualidade residia em São José de Ilhéus. Afirma ser filho de Domingos da Costa e Esperança Maria de Jesus, ambos já falecidos. Diz que, apesar de contraído casamento com Praxedes Maria de Jesus, não possuía filhos desse consórcio. Porém, que no estado de solteiro, após relacionamento com uma mulher de nome Anna Maria, tivera uma filha: Francisca. Dessa forma, ele em documento a reconhecia como filha legítima e os seus filhos como netos e herdeiros. De acordo com a sua vontade, sua esposa Praxedes, em

vida, teria o usufruto de parte dos bens e por seu falecimento, esses seriam entregues aos netos. Vejamos abaixo a relação dos beneficiados no testamento de José Domingos da Costa:

Quadro 11- Relação dos legatários do testamento de José Domingos da Costa

Ano	Testador	Legatários	Bens
1888	José Domingos da Costa	Netos, sobrinhos, afilhados e outros	Legados
Aberto em 1899	Natural da Borda do Campo *Filho de Domingos da Costa e Esperança Maria Jesus *Viúvo de Praxedes Maria de Jesus  Teve uma filha em solteiro com Anna Maria, de nome Francisca (já falecida) que foi casada com Francisco Maria Duarte	<b>Netos:</b> * Maria Francisca de Jesus, casada com José Anacleto da Costa (irmão de Joaquim Sebastião da Costa); *Minervina Francisca de Jesus casada com Honório Sebastião da Costa; *Anna Duarte, casada com José Antônio Ciria; *José Francisco (Luis?) Duarte, mentecapto *Florentino Duarte, mentecapto *Praxedes casado com Abelard José de Souza; *Manoel	Herança
		Joaquim Sebastião da Costa, sobrinho, casado com Marcelina Avelina Malta e filho de Sebastião da Costa Reis e Maria do Carmo	Herança, mais a verba de 2:500\$000, carro de boi e caixa de ferramentas de carpinteiro
		Maria Eugênia, sobrinha.	100\$000
		Lomeu, sobrinho.	1 vaca
		Carolina, sobrinha, irmã de Antônio Lomeu	1 novilha
		Maria Constança, sobrinha.	1 novilha
		Afilhado Sebastião Miguel, filho de José Miguel	1 novilha
		José Cândido, filho de Cândido José Ferreira	1 novilha
		Afilhado Gabriel, filho de Manuela, filha de Maria do Carmo	1 novilha

		Vicente, filho de Domingas Ignácio	1 poldro
		Inês, sobrinha.	1 poldro

Fonte: AHMPAS. Testamento José Domingos da Costa. Cx. 58. Ord. 13. 2SVC. 1899.

Algumas hipóteses podem ser formuladas a partir da análise do quadro n.11. A primeira é que, mesmo com o reconhecimento tardio da legitimidade da filha e dos netos, o testador parecia manter certa proximidade com esses herdeiros necessários. Como exemplo, o vínculo familiar existente com os esposos de suas netas Maria Francisca e Minervina. A primeira, era casada com José Anacleto da Costa, citado no documento como irmão do sobrinho e afilhado do testador, Joaquim Sebastião da Costa. Ou seja, José Anacleto também era sobrinho de José Domingos da Costa. A outra, Minervina, era casada com Honório que, por coincidência ou parentesco, tinha também o sobrenome Sebastião da Costa. Esse sobrenome que é o mesmo do sobrinho e herdeiro do testador, Joaquim Sebastião da Costa, único a receber parte da herança dos dois tios: Praxedes e José Domingos. Enfim, por coincidência ou não, José Domingos assistiu ao casamento das netas com seus sobrinhos. O que nos leva a acreditar numa proximidade não só familiar, mas também territorial. Outro fator que corrobora com essa hipótese, é a neta de José Domingos ser batizada com o mesmo nome de sua esposa, Praxedes. Neste caso, fica nítido a utilização do nome como forma de homenagem e confirmação da proximidade entre as famílias.

José Domingos da Costa é um sujeito interessante e que instiga nossa imaginação. Com forte relação de compadrio com Dona Maria Antônia de Oliveira (Senra), senhora de terras e cativos, ele aparece em vários momentos da vida e morte de Dona Maria como personagem principal. Ainda em vida, por exemplo, ela recorre ao afilhado num momento de aperto e solicita-lhe empréstimos de valores monetários significativos. Talvez pela proximidade existente entre os dois, ou como forma de agradecimento, a madrinha deixa para o mesmo, em testamento, 200 mil réis em terras. E não para por aí. Após o falecimento de Dona Maria Senra, ela terá seus bens levados à praça pública para pagamento de dívidas passivas e, novamente, seu afilhado aparece em cena arrematando as joias e terras da finada madrinha.

José Domingos, que era natural do distrito da Borda do Campo, acabou se estabelecendo em Ilhéus. De acordo com o seu inventário, aberto em 1899, ele mostrava-se integrado à dinâmica local como um pequeno agricultor. Além de terras, José Domingos

também era dono de animais de trote e de corte e, graças às aquisições conquistadas pela proximidade com Dona Maria Antônia Senra, tornou-se proprietário de 32 alqueires e meio de campo, mais 13 e meio alqueires de terras de cultura, além de um paiol e benfeitoria na fazenda da Boa Vista.<sup>436</sup> Os pertences descritos no documento mostram que José Domingos dinamizou os recursos alcançados e conquistou maior autonomia. A posse de carros de boi e animais de trote ampliava a possibilidade de plantar, criar, produzir e também comercializar os seus produtos. Entre as mercadorias encontradas no inventário, os louvados avaliaram 5 alqueires de cal e uma dúzia de tábuas de pinheiro, materiais que, ou poderiam ser utilizados na ampliação e melhorias das benfeitorias ou revendidos em mercados locais.

Em nenhuma das fontes analisadas a cor de José Domingos da Costa é mencionada. E como afirma Mattos (1998), “[...] O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador.”<sup>437</sup> Para a autora,

(...) se as designações de ‘pardo’ e ‘preto’ continuam a ser utilizadas como marca do recém-liberto, o desaparecimento dos qualificativos ‘branco’ e ‘pardo livre’ é praticamente absoluto. O crescimento demográfico de negros e mestiços livres e também de brancos empobrecidos, no conjunto das áreas analisadas, tendeu a esvaziar os significados da cor ‘branca’ como designador isolado de status social. Até mesmo os registros paroquiais de livres, em Campos, deixam de mencionar a cor, na segunda metade do século. Cria-se a ausência da cor.<sup>438</sup>

As mudanças observadas pela autora, também foram percebidas nas fontes encontradas para a região de Ilhéus. O distanciamento com o tempo de cativo silenciava a cor de certos grupos. E nesse sentido, corroborando com a percepção de Mattos, é irritante não ser possível verificar se José Domingos da Costa compunha o grupo de pequenos proprietários “brancos” ou de grupo egresso da escravidão que alcançou certa autonomia. Contudo, a partir dos pares que ele escolheu para prosseguir sua jornada, há fortes indícios de estarmos de frente com um homem negro, dono de terras e com fortes ligações com proprietários brancos da região.

Passemos a conhecer o grupo que compunha sua família com o diagrama abaixo:

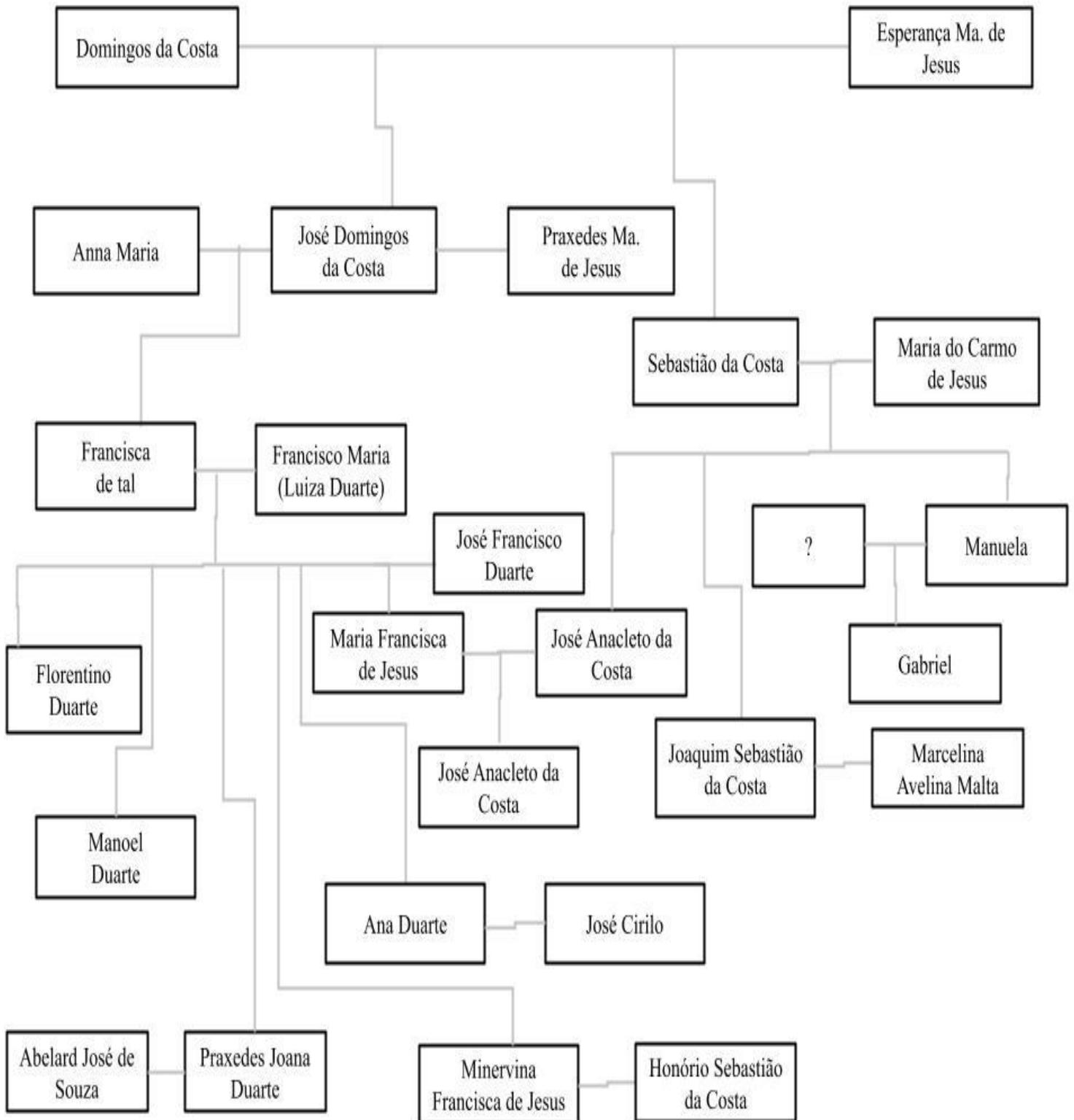
---

<sup>436</sup>AHMPAS. Inventário de José Domingos da Costa. Cx. 62. Ord. 28. 2SVC. 1899.

<sup>437</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 105.

<sup>438</sup> Idem., p. 106.

Diagrama 6 – Família de José Domingos da Costa



Fontes: AHMPAS. Testamentos, inventários e contas testamentárias de José Domingos da Costa

Ao visualizarmos o diagrama n.7 e acompanharmos todo o enredo da vida de José Domingos da Costa, sabemos que suas relações afetivas iniciaram de forma casual com uma mulher de nome Anna Maria, com a qual tivera a filha Francisca. Apesar de não citar onde, como e quando o relacionamento aconteceu, Anna aparece sem nenhuma designação de dona ou senhora. Como um “bom homem” que reconhece no fim da vida os seus deveres, ele reconhece Francisca como filha. E, tanto a mãe como a filha, não estão acompanhadas de um sobrenome no documento. Por certo, fatores que indicam um passado escravo que José Domingos silencia no documento, talvez por fazer parte de um tempo distante.

Ao afirmar ser casado, mais uma surpresa. José Domingos, que ao longo da vida alcançou autonomia com terras e produtos que comercializava, acabou enlaçando-se, justamente, com a ex-escrava de sua madrinha Maria Senra, a liberta Praxedes. É óbvio que acreditamos que o amor possa surgir em todos os contextos. Todavia, esse sentimento, muitas vezes, é estimulado por afinidades e aproximações. E se assim pensarmos, Praxedes e José Domingos, além de residirem sob o mesmo espaço territorial, a fazenda Boa Vista, sob o comando, respectivamente, da senhora e madrinha Maria Senra, eles podem ter se identificado com um sentido de resistência e sonhos de liberdade. Para Praxedes, como para tantos outros cativos, construir suas expectativas em relação ao domínio da própria vida e de recursos culturais era compartilhada por experiências alheias.<sup>439</sup> Para José Domingos da Costa, ela, Praxedes, poderia ser o reflexo no espelho de sua própria trajetória, agora como homem livre das amarras da escravidão. Ambos, nessa troca de sentimentos e vivências, compartilhavam as dificuldades da conquista e manutenção da liberdade. E, para mantê-la, não se privariam de alianças favoráveis da estabilidade alcançada. Nesse compasso, relações entre iguais, mas também entre grupos socialmente diferentes, seriam benéficas. José Domingos e Praxedes, além de parceiros, eram proprietários da Boa Vista, fazenda localizada no interior das terras da fazenda das Três Pontes, dos Moreira Campos. O que colocará seus proprietários em acordos e negociações para além da vida e da morte.

Aliás, a família Moreira Campos estará em destaque na documentação de Praxedes e José Domingos, seja como credores, seja como testamentários ou louvados dos bens do casal. Praxedes, sendo a primeira a fazer testamento, ela solicita a Eduardo Moreira Vargas que aceite a incumbência de ser o testamentário com a recompensa de 100 mil réis. Já José

---

<sup>439</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 110.

Domingos, além de Eduardo, também indica José Luiz Campos, o qual assume a função em troca de 180 mil réis. Não acreditamos que o valor da recompensa pautasse o “sim” dos testamentários/fazendeiros, mas, como veremos, os interesses ligados aos domínios territoriais é que estavam em jogo.

Eduardo Moreira Vargas, em uma das declarações feitas no encerramento do inventário de Praxedes, deixou claro suas intenções quanto às terras da finada. Ele afirma que o viúvo e meeiro, José Domingos da Costa, era devedor de Simplício José de Campos e de João Candonga. Assim, ele suplica ao juiz a possibilidade de liquidar as custas do inventário com seus próprios recursos justificando que, “[...] por não existir dinheiro entre os bens da finada, gostaria de receber como reembolsado as terras da fazenda inventariada.”<sup>440</sup> O inventariante demonstra interesse na fazenda de Boa Vista e não se roga, frente ao juiz, da possibilidade em abocanhar um quinhão das terras em troca da liquidação do inventário. Interesse que retornará em outros momentos da vida dos descendentes de José Domingos e chega ao campo jurídico.

Mas não só Eduardo rodeava as terras com interesse. Em janeiro de 1901, o sobrinho e afilhado favorito de José Domingos e Praxedes, Joaquim Sebastião da Costa, aparece numa fonte de registro de compra e venda, com a esposa, Marcelina Avelina Martha, afirmando ser jornaleiro e senhor de áreas de campo, cultura e benfeitorias no lugar denominado Boa Vista, e que na corrente data, as vendia a Manoel José de Campos pelo valor de três contos de réis. Os finados tios, possivelmente, ao legarem bens de valores significativos ao sobrinho, não esperavam vê-lo, por tão pouco tempo, a reger o patrimônio familiar. Além da efêmera posse de Joaquim Sebastião, o documento traz dados importantes sobre a localização da Boa Vista. De acordo com o registro, o terreno e benfeitorias vendidas:

“[...] vão do córrego do Damião ao da Lagoa, lado direito, sendo os confrontantes: os herdeiros de Antônio José Rodrigues e os de José Gonçalves Villela e Ildelfonso José Rodrigues. Segue o córrego da Lagoa até Eduardo Moreira Vargas até o Vallo do ajudante e divisa com Antônio Lourenço da Costa.”

Joaquim Sebastião recebeu um bom quinhão em extensão territorial que passava pelo pasto da Lagoa, o mesmo pasto que, em 1912, entra na troca de Manoel José Campos com as terras da Boa Vista de Ana Francisca Duarte, neta e também herdeira de José Domingos da Costa. Em ambos registros territoriais, Antônio Lourenço da Costa aparece como confrontante.

---

<sup>440</sup> AHMPAS. Inventário de Praxedes Maria de Jesus. Cx. 76. Ord. 11. 1SVC. 1895, fls. 09-10.

Ele, vinculado ao surgimento do quilombo Candendê, na verdade tem suas origens na Boa Vista/ Lagoa. Ao seguir as fontes onde aparece registrando nascimento e óbito de seus filhos, apenas em 1926 que Antônio será descrito como morador do Candendê.

É possível que alguns escritões desatentos registrassem como mesmo espaço territorial, a Lagoa e o Candendê, dado a proximidade e a composição de comunidades negras nestas áreas. Mas não seria um erro frequente e sim esporádico. O que não aconteceu. Em todos os registros, Antônio Lourenço, filho de Lourenço Domingos da Costa e Maria Luiza, que ora tem o sobrenome Nascimento ora, Araújo, vem descrito nos primeiros momentos da vida de casado como morador da Lagoa. Dados que corroboram com nossa suspeita de que o sobrenome Costa que carrega, não só o favoreceu na conquista territorial, como também o ensinou a lidar com as intempéries vividas por camponeses negros. Antônio Lourenço, possivelmente, era parente de José Domingo da Costa e, em família, aprendeu as estratégias e negociações necessárias para manter-se como proprietário rural. Não encontramos nenhuma transação das terras da Lagoa pertencente a Antônio Lourenço e nem sabemos como acabou fixando-se no Candendê. Todavia, lá, ao chegar, não era um homem qualquer, ele tinha certa autonomia e um poder simbólico que o transformaria no principal nome da localidade. Antônio Lourenço soube flertar com os coronéis e resistir, o quanto pôde, a pressões sobre suas terras. Essas, não mais na Lagoa, mas na região que o projetaria para as páginas desta pesquisa: no Candendê.

Antônio Lourenço faz parte de uma família que o jogo da memória não deixou esquecer as dificuldades enfrentadas por uma parcela da população, que sem respaldo da República, enfrentou nas áreas rurais a sanha dos coronéis por terras. Os herdeiros de José Domingos da Costa, cada um a seu modo, desfrutará dos benefícios da herança dentro dos limites políticos, econômicos e sociais vivido pela população negra no Brasil. As pressões serão muitas, e as fraturas dos embates também. As lutas deixarão sequelas que serão lembradas pelas futuras gerações. As narrativas “fantásticas” e desconexas de nossa tia Ana Francisca, juntadas às fontes documentais, conseguirão descortinar o cenário vivenciado por aqueles que ousaram tentar permanecer nas terras da Boa Vista.

#### 4.2.3- O “rato da barriga branca”: o jogo entre memória e história nas disputas de terras de comunidades negras.

A documentação referente à partilha das terras da Boa Vista feita por netos e legatários de José Domingos da Costa, nos revela a dinâmica vivida por famílias negras no interior de Minas Gerais. Essas fontes também possibilitam contrapor história e memória nesses conflitos. Homens e mulheres aparecem, ao longo da documentação, enfrentando fazendeiros articulados na ampliação de suas posses. E será a partir das contas testamentárias e do inventário do finado José Domingo, que teremos a oportunidade de analisar as lembranças da velha tia Ana Francisca, sobre “os ratos da barriga branca”. Ratos esses que, segundo ela, seriam os culpados pela perda das terras familiares. As lembranças de ouvir falar são reproduzidas devido ao impacto causado no ouvinte. Pois, “[...] para que se possa reconstruir e também datar um acontecimento, é preciso que o fato em si tenha importância não somente para o outro, mas para aquele que é convidado a rememorar”.<sup>441</sup> Segundo Rodrigues (2013), Pollak, ao fazer reflexões sobre a transmissão da memória, afirma que certos acontecimentos importantes no imaginário social conseguem envolver pessoas que não fizeram parte daquelas experiências concretas. Há memórias tão poderosas e, às vezes, traumáticas, que ultrapassam a dimensão do tempo e do espaço.<sup>442</sup> Com as fontes em mãos, foi possível relacionar personagens narrados ou aparentemente deixados à margem da memória no distanciar das ações, mas que complementam as narrativas de conflito. Graças ao achado do perfil dos herdeiros de José Domingo da Costa, em meio ao seu inventário, com informações como idade, estado civil e até descrição de aptidão para administrar os bens, que conseguimos iluminar os anos porvindouros da fazenda da Boa Vista.

Quadro 12 - Perfil de herdeiros de José Domingos da Costa

Número	Nome	Idade	Estado Civil	Aptidão
1	Maria Francisca de Jesus	30 anos	Casada com José Anacleto da Costa	Apta

<sup>441</sup> MOTTA, Márcia Maria Meneses. Jogos da memória: conflitos de terra e amnésia social. **Tempo**, n. 6, 1998, p. 188.

<sup>442</sup> RODRIGUES, João Lucas. **Serra dos pretos**: trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas (1811 -1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei, 2013, p. 170.

2	Ana Francisca de Jesus Duarte	25 anos	Casada com José Antônio Cirilo	Apta
3	José Francisco Duarte	26 anos	Solteiro	Mentecapto
4	Minervina	23 anos	Casada com Honório José da Costa	Apta
5	Florentino	21 anos	Solteiro	Mentecapto
6	Praxedes	19 anos	Solteira	Apta
7	Manoel	17 anos	Solteiro	Apto
8	Joaquim Sebastião da Costa	31 anos	Casado	Apto

Fonte: AHMPAS. Inventário de José Domingos da Costa. Cx. 62. Ord. 28. 2SVC. 1899, fls. 14 e 15.

No quadro acima, encontramos Maria Francisca e o esposo José Anacleto da Costa, um casal que, em 1904, acabou se envolvendo num processo-crime, acusados de estelionato pelo tenente/fazendeiro Eduardo Moreira Vargas. Vargas, morador de Ibertioga, mas com terras na divisa do casal, era conhecido pela família, pois foi o testamenteiro de Praxedes Maria de Jesus, finada esposa de José Domingos da Costa. A acusação feita por Eduardo e que recaí sobre Maria Francisca e o esposo deve-se à venda de uma sorte de terras na fazenda da Boa Vista. De acordo com o processo, a venda feita por Maria e Anacleto no valor de 200\$000 mil réis ao comprador Eduardo foi negligenciada três dias depois de assinado a escritura, tendo sido as mesmas terras vendidas para Honório de Paula Campos no valor de 300\$000 mil réis. Dessa feita, de acordo com Eduardo, o casal havia cometido o crime de estelionato previsto no artigo 398, parágrafo 2º, do Código Penal.<sup>443</sup>

Maria Francisca, saindo em defesa do esposo e respectivamente, da venda feita à Honório, anexa uma declaração ao processo afirmando que “[...] uma escritura de mão que José Anacleto da Costa, meu marido catolicamente, passou a Eduardo Moreira Vargas, fica de nenhum efeito por ser feita sem o meu consentimento, do que dou fé.”<sup>444</sup> Assim, fica perceptível que o embate aconteceria entre os grandes da família Campos, os mesmos que circundavam as terras desse campo negro e com interesses de ampliar as posses. Honório de

<sup>443</sup> AHMPAS. Processo Crime. Cx. 100. Ord. 24. 2SVC. 1904.

<sup>444</sup> AHMPAS. Processo Crime. Cx. 100. Ord. 24. 2SVC. 1904, fl.04.

Paula Campos, possivelmente, orientou o casal na escrita da declaração. Todavia, o ato não minimizou os efeitos negativos do processo, visto que o juiz responsável pelo caso aceitou a denúncia contra José Anacleto e o pronunciou incurso no referido artigo do Código Penal e sujeito à prisão. Quanto a Maria Francisca, ela foi retirada do processo acusatório por afirmar não estar presente na ocasião da lavratura da escritura e nem ter solicitado a ninguém que a assinasse.

Em 19 de dezembro de 1904, o juiz solicita que lance o nome do réu no rol dos culpados e lhe passe mandado de prisão. O desfecho preliminar do processo deve ter mexido com os ânimos da família Duarte: negros, camponeses pobres que ascenderam ao sonho da posse da terra. Eles sabiam dos limites de sua autonomia e os embates que deveriam enfrentar dentro de um território onde o coronelismo e a memória da escravidão pautavam as relações de apadrinhamento e formação de agregados. A jogada feita por José Anacleto não foi explicada, mas, com certeza, incomodou não apenas as ambições territoriais dos fazendeiros como inflamou o orgulho de homens com patentes de mando na região.

A solução para livrar José Anacleto da prisão dependeria de dinheiro e bons advogados. Um apoio recebido em 12 de janeiro de 1905, quando o juiz municipal aceitou o recurso interposto e tornando improcedente a denúncia de Eduardo Moreira Vargas. O juiz justifica afirmando que,

(...) pela escritura pública se vê que os denunciados são casados somente religiosamente e foi somente a Sra. Maria Francisca de Jesus dona da sorte de terras e benfeitorias havidas por herança de seu avô José Domingos da Costa, figurando na escritura José Anacleto da Costa por um [ilegível] de costilha, com autos ignorância do direito, pois perante este somente é reconhecido o casamento civil. Atinei sendo, não haver venda feita em consequência da escritura particular da fl.02, por não ter sido assinado pela proprietária dos terrenos e benfeitorias, Sra. Maria Francisca, não importando a assinatura de José Anacleto, que não podia vender aquilo que era de propriedade de Maria. Não se referia, portanto, a hipótese no art. 338 & 2<sup>o</sup> do Código Penal.<sup>445</sup>

Eduardo perdeu uma batalha, mas não a guerra. No mesmo ano, ele aparece com novas estratégias na busca de ampliar suas áreas territoriais na referida fazenda. Desta vez, passa a questionar a capacidade de outros herdeiros de José Domingos, que estão classificados na tabela 18 como mentecaptos<sup>446</sup>: José Francisco e Florentino. A sanidade mental dos irmãos

---

<sup>445</sup> AHMPAS. Processo Crime. Cx. 100. Ord. 24. 2SVC. 1904, fl. 17.

<sup>446</sup> Segundo o dicionário Aurélio, mentecapto seria aquele indivíduo que não possui e nem utiliza a razão; mentalmente desorganizado. Para saber mais, ver o link: <https://www.dicio.com.br/mentecapto/> Acesso: 22 de junho de 2021.

entra agora no centro das disputas territoriais da família Duarte e Campos. Para Eduardo, a questão deve-se à dificuldade em realizar melhorias em suas porções, pelas condições de precariedade de seus vizinhos. Em sua alegação ao juiz,

(...) divide no distrito de Ilhéus, onde possui uma fazenda denominada Boa Vista, onde são interessados Florentino e José, órfãos e filho de Francisco Luiz [genro de José Domingos] e como estes órfãos apenas possuem insignificante área de cinco quartas cada um e queira o suplicante fazer tapume nas divisas, terão os ditos órfãos de satisfazer essas despesas do tapume na proporção dos terrenos beneficiados. Ora não deve convir aos interessados mesmo a satisfação dessas despesas e, por isso, seria mais conveniente que o tutor dos mesmos levasse à hasta pública essas terras e, neste sentido, o suplicante espera que V. Exa. Ordene que seja ouvido o tutor para deliberar o que for mais conveniente.<sup>447</sup>

A preocupação do solicitante, quanto aos gastos que excedessem ao “insignificante valor das terras” em posse dos irmãos, não parece ter alcançado o pretendido. Pois, ao longo de cinco anos, resposta alguma do Juiz ou do tutor dos mentecaptos, Sr. José Ildefonso, foi encontrada. É importante pensar que as frações pertencentes a José Francisco e Florentino Duarte não podem ser avaliadas de forma calculista, apenas como fragmentos de terras a serem leiloados no mercado. Elas, num contexto de Brasil predominante rural, é o que embalava sonhos de camponeses pobres e negros, tornando-se sinônimo de autonomia pelos cantões do país. Essas terras compartilhadas e trabalhadas por todo o grupo familiar, possibilitavam ampliar áreas disponíveis para pastagem e o plantio. E, mesmo com o registro particular por cada indivíduo da família do seu quinhão, essas terras acabavam mesclando-se para complementar a base alimentar de todo o grupo. A posse territorial significava manter-se, minimamente, com o domínio do próprio tempo e da produção.

Enfim, em meio ao impasse entre a solicitação de Eduardo Moreira Vargas e a justiça, tempos depois, em 1910, o tutor Idelfonso Campos, possivelmente pressionado, aparece em documento solicitando ao juiz de órfão, que nomeie um substituto para a sua função de tutor e indica José Eduardo Moreira Vargas para o cargo. Além disso, ele, agora ex-tutor, requer ao juiz que,

“[...] V.Exa. se digne permitir que o suplicante entregue a seu substituto a quantia de 69\$900, saldo da venda de partes das benfeitorias e quintais na importância de 100\$000, uma serra grande de 10\$000, uma dúzia de tábuas, 18\$000; uma balança de 1\$500, dois catres de 8\$000, que vendem para pagamento de despesas com a divisão e tapumes.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> AHMPAS. Inventário de José Domingos da Costa. Cx. 62. Ord. 28. 2SVC. 1899, fl. 75.

<sup>448</sup> AHMPAS. Inventário de José Domingos da Costa. Cx. 62. Ord. 28. 2SVC. 1899, fl. 78.

É possível que o novo tutor, José Eduardo, fosse um dos 10 filhos de Eduardo Moreira Vargas e que, a partir daquele momento, ele aceitava o cargo visando os interesses do pai. Infelizmente, a transferência da responsabilidade sobre os irmãos Duarte, veio junto com a confirmação de que os tapumes já haviam sido colocados na divisa das terras. Nessa ação, assistimos de camarote, uma estratégia eficiente utilizada por fazendeiros na apropriação da legislação a seu favor.<sup>449</sup> Ou seja, Eduardo não recebeu resposta positiva sobre a venda das terras dos desafortunados vizinhos, em 1905, mas mesmo assim, ele manteve a construção das divisas, o que forçou aos pequenos camponeses a desfazerem-se de parte de suas propriedades para pagamento das mesmas. Dessa feita, o novo tutor faz uma nova solicitação ao juiz para que se digne a autorizar a colocar em hasta pública as terras de José Francisco e Florentino, “[...] visto não ser conveniente em pretender tapumes nessas terras por ter de gastar muito, ficando, desse modo, [...] onerados e havendo licitantes que arremataram as terras por 700\$000 mil réis.”<sup>450</sup>

O juiz de direito da comarca, Dr. José Jacintho de Azevedo Baeta, em audiência extra, autoriza lançar à praça, no dia 01 de dezembro de 1910, 2 alqueires e meio de terras pertencentes à curatela dos irmãos Duarte. De acordo com o juiz, cada alqueire fora avaliado a 85\$000 e 110\$000, já tendo um lance de 700\$000 pelas terras. Essas, acabaram sendo arrematadas pelo Sr. Honório de Paula Campos que deu 1\$000 sobre a oferta de 700\$000, perfazendo o total de 701\$000 mil réis. Honório, era primo de segundo grau de Eduardo Moreira Vargas e a posse e ampliação das terras parece ser uma disputa constante entre os dois. Não foi possível saber de quem era o lance de 700\$000 mil réis, mas é perceptível que o valor excedeu as avaliações das terras, o que demonstra que as mesmas estavam sendo bastante cobiçadas. As disputas por essas frações pelos fazendeiros devem ser analisadas para além do valor de mercado. Afinal, a posse territorial, além do poder econômico, também representava a força política e simbólica dos “coronéis” da Primeira República. Como afirma Motta (1998),

Para o fazendeiro, [...], disputar uma nesga, uma desprezível fatia de terra significava resguardar seu poder, impedir que terceiros viessem a reivindicar direitos sobre coisas e pessoas que deveriam permanecer, de fato ou potencialmente, sob seu domínio (...) se por um lado os fazendeiros buscavam expandir suas terras para além

---

<sup>449</sup> MOTTA, Márcia Maria Meneses. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998, p. 21.

<sup>450</sup> AHMPAS. Inventário de José Domingos da Costa. Cx. 62. Ord. 28. 2SVC. 1899, fl.81.

dos limites originais, por outro, a mera existência de matas virgens abria a possibilidade de acesso a terra para outros agentes sociais.<sup>451</sup>

Assim, as pressões sobre a herança da família Duarte refletem um pensamento predominante até nossos dias, de quem poderia ou não ser dono de terras no Brasil. Carvalho (2015) afirma que os poderosos senhores e “protetores” de Barbacena estavam sempre exercendo o poder paternalista e coercitivo sobre os demais grupos. Para eles, os poderosos, era importante manter os libertos e seus familiares sob custódia.<sup>452</sup> As famílias negras lutam, historicamente, contra um racismo imposto por uma “normatividade” branca, que se coloca como padrão e passa a diferenciar outros grupos raciais por meio da discriminação. Uma diferença imposta e articulada no estigma, desonra e inferioridade naturalizada pelo preconceito.<sup>453</sup> O problema agrário no país, vai muito além do conceito de latifúndio e desejo de ampliar áreas de cultivo e pastagem para acúmulo de bens. Pois, o interesse ligado ao capital mesclar-se-á não aceitação por antigas famílias proprietárias e de histórico escravista, de terem como vizinhos grupos julgados como subalternos, egressos do cativo e que deveriam apenas serem donos da própria força de trabalho. Os conflitos de terras no Brasil, estão diretamente ligados ao poder histórico, político, social e econômico combinado com o preconceito racial.

Neste processo ligado ao direito de manter-se proprietário rural, aparece a complexidade que as relações de trabalho adquirem no pós-abolição. Quiçá, ao deixar de serem donos das terras, os camponeses pobres acabavam tornando-se agregados nas grandes fazendas. A velha tia Ana Francisca, ao narrar esses fatos que ela não vivenciou, trouxe as fraturas deixadas na família com a perda das terras. Os responsáveis são por ela classificados de forma pejorativa como “os ratos da barriga branca” e, nas memórias dos seus quase oitenta anos, a culpabilidade direcionada aos Moreira Campos é dividida com o Florentino Duarte. Ele, lembrado como alguém com transtornos causados pelo alcoolismo, é caracterizado como um personagem fraco que acaba entregando as terras da família para pagamento de dívidas.

Para Ana Francisca, o passado e o presente atualizam-se na narrativa como forma de rebeldia e resistência de um tempo por ela não vivido, mas sentido. Nas linhas tortuosas da

---

<sup>451</sup> MOTTA, Márcia M.M. op. cit., p. 70-71.

<sup>452</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da opressão:** comunidades de ex-escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, p. 339.

<sup>453</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, pp.75-6

memória, a tia abriu-nos um leque de questões, tanto da sobrevivência de famílias negras nas áreas rurais do Brasil, quanto dos embates enfrentados nas áreas econômicas e jurídicas. O fato da história e memória não serem sinônimos, ao contrário, da primeira problematizar a segunda, analisando as discontinuidades das narrativas, trabalhadas em conjunto são fontes complementares, mas com a possibilidade de manter o distanciamento e problematizando-as.<sup>454</sup>

Nesse viés, ao ligar a narrativa de tia Ana Francisca com os registros arquivísticos, foi possível constatar de forma mais acertada os fatos ocorridos. O Eduardo Moreira Vargas, ao levar para o campo jurídico as questões e disputas pelos fragmentos das terras da família Duarte, trouxe à tona o interesse de alguns dos herdeiros de José Domingos da Costa em desfazerem-se dos legados recebidos. Pedacos de terras que acabaram entrando em disputas familiares dos Moreiras Campos. Uma família de antigos senhores donos de terras e gentes, que ficará registrada na lembrança da velha tia, como os roedores do sonho camponês. Mas, membros da família Duarte não foram poupados da culpa. O Florentino entrou na dança das memórias, um mentecapto acometido pelo vício do alcoolismo, que entregou parcela considerável das terras dos Duarte. Na realidade, as fontes trouxeram o interesse em vender fragmentos desta terra da Boa Vista por outros membros da família, como feito por Maria Francisca e o esposo José Anacleto. Além de explicar sobre as supostas dívidas de Florentino tão rememorado por tia Ana. A questão ultrapassa o problema com o alcoolismo. Havia questões maiores como a não aptidão para gerir seus próprios bens e a necessidade de terceiros na administração dos mesmos. As articulações empreendidas por membros da família Moreira Campos, que detinham poder econômico, político e social, acompanhado da precariedade vivenciada pelas famílias negras no pós-abolição, foi um desafio difícil de ser vencido nessa luta de forças desiguais. Mas nem tudo estava perdido. A tia Ana Francisca não era uma simples memorialista familiar. Ela representava no jeito e no nome simples composto por apenas duas palavras, a trajetória de mulheres fortes, egressas do cativo, que souberam driblar de formas variadas um mundo hostil e deixar o maior legado aos seus descendentes: a terra.

---

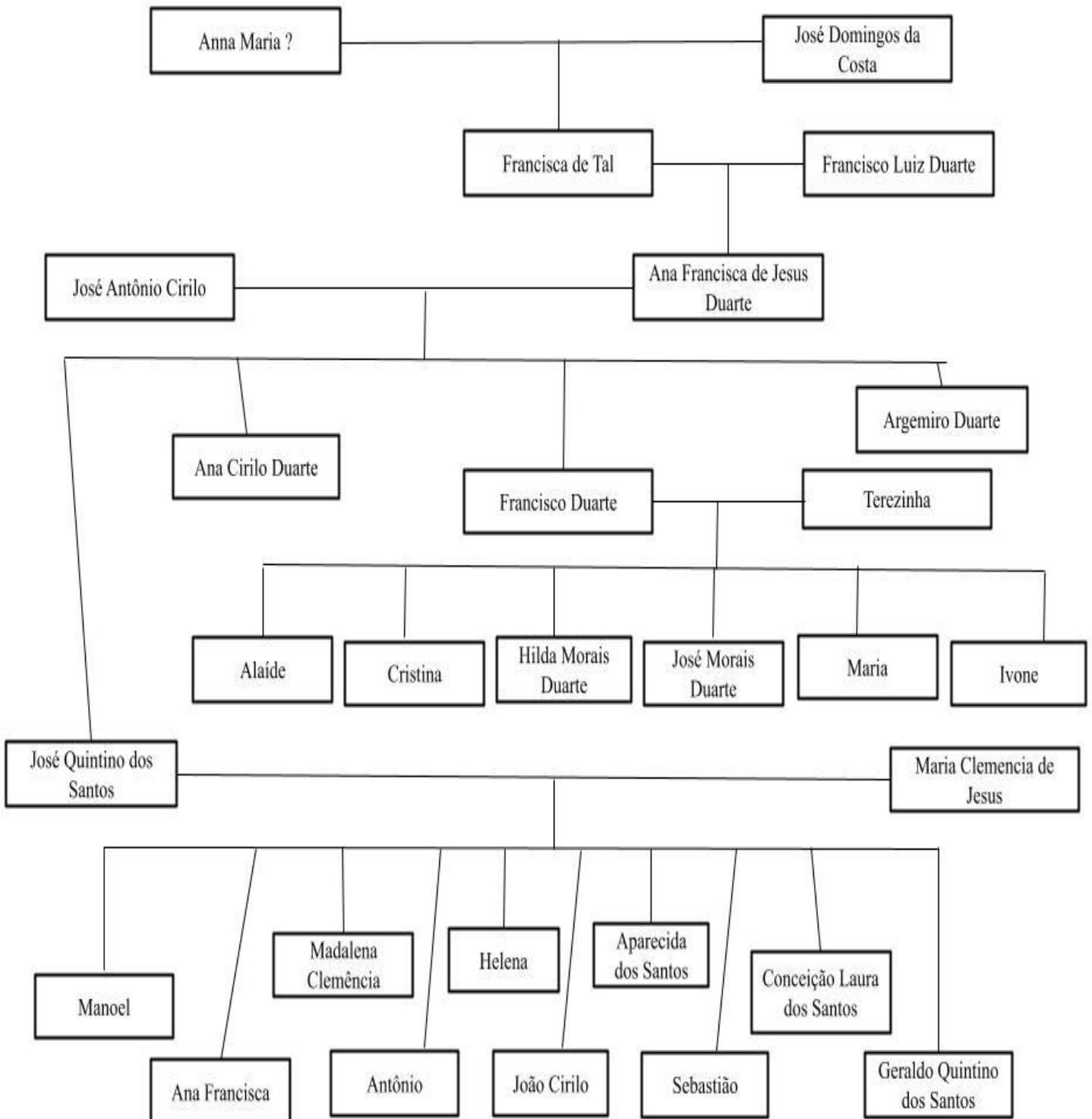
<sup>454</sup> NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire”. In NORA, Pierre (direção). **Le Lieux de mémoire I** – La République. Paris: Gallimard, 1984, p. XVIII-XLII.

#### **4.2.4- Da Boa Vista ao pasto da Lagoa: num processo de resistência da família Duarte**

Apesar dos embates e fragmentações de parte das terras da família Duarte, uma das herdeiras de José Domingos da Costa manteve-se firme naquelas paragens. Ali, Ana Francisca de Jesus Duarte, avó de nossa memorialista, e que já foi apresentada ao leitor, ao trocar o lado de suas terras na Boa Vista com o lado do Pasto da Lagoa de Manoel José Campos, é uma figura exemplar de resistência empreendida por pequenos camponeses em terras de gigantes.

Ana Francisca de Jesus Duarte era filha de Francisca - reconhecida em testamento por José Domingos da Costa - e de Francisco Luiz Duarte. Nada sabemos sobre os pais de Ana Duarte. Mas, a ausência de um sobrenome à mãe Francisca é indicativa de que essa tenha vivido sob a privação do cativo. Infelizmente, de acordo com o relato de José Domingos da Costa, a filha Francisca não alcançou em vida o reconhecimento paterno, pois já era falecida na escrita do testamento do pai e, assim, também não teve a chance de acompanhar a distribuição dos bens de José Domingos aos seus descendentes: as terras da Boa Vista. Todavia, uma das filhas de Francisca, a Ana Duarte, iria honrar a trajetória de luta de seus ancestrais e, mesmo com os limites impostos pela sociedade que a rodeava, manter-se-ia até o fim da vida nas terras recebidas. O diagrama abaixo mostra uma linhagem de Ana(s) e Francisca(s) que conseguiram transformar os sonhos em realidades, as memórias em histórias e as perdas em resistência.

Diagrama 7 – Família de Ana Francisca de Jesus Duarte



Fontes: Documentos do AHMPAS, do Cartório de Pessoas Civis de Padre Brito e entrevistas.

A genealogia da família inicia a partir do relacionamento de Anna Maria com José Domingos da Costa. Nada no testamento de José Domingos esclarece sobre as condições

sociojurídicas de Anna Maria. Não esclarece se era uma mulher livre ou escrava. Ao retornarmos ao testamento do esposo da madrinha de José Domingos, o alferes Manuel, escrito em 1839, nós encontramos uma escrava de nome Ana Crioula descrita pelo alferes como pertencente ao patrimônio da esposa Maria Senra. A proximidade espacial existente em fazendas com pequena escravaria, poderia ser palco de “romances” consentidos ou não entre membros da casa-grande e a senzala. O que talvez seja o enredo de José Domingos e a escrava Ana crioula. Mas não podemos confirmar tal hipótese. Todavia, sendo ou não a mesma Ana, José Domingos, ao fim da vida, buscou resgatar a história e reconheceu a filha Francisca como fruto de uma relação com uma tal de Anna Maria. Os netos desta relação será os legatários dos bens de José Domingos e terão que enfrentar provações na manutenção da herança. Ana Francisca de Jesus Duarte, uma das netas, manter-se-á com os legados, graças as negociações realizadas com vizinhos poderosos.

Uma dessas negociações foi a troca de lados das posses territoriais, o que não alterou a condição de camponesa de Ana Duarte. Bem, apesar da documentação não esclarecer os motivos da troca, por pressão ou vontade, a mudança do lado das terras fez com que os filhos e netos de Ana Duarte rememorassem-na, não mais como Boa Vista, mas como pasto da Lagoa. De qualquer forma, o acordo com Manoel Campos acabou favorecendo a estabilidade do núcleo familiar de Ana Duarte e José Cirilo, mesmo com uma vida modesta, que foi desfrutada pelos filhos: Argemiro, Francisco, José Quintino e Ana Cirilo

Figura 20 - Argemiro, Francisco, José Quintino e Ana Cirilo Duarte



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Retratos de carteiras de trabalho ou de lembranças familiares.

Em entrevista com uma das netas de Ana Duarte, a Sra. Aparecida dos Santos, mãe da presente pesquisadora, ela relembra o tempo vivido nas terras da Lagoa até completar seus 15 anos de idade, quando se casa e migra da região. Em suas palavras,

Nascemos na Lagoa, pra lá de Ponto Chique [quilombo Candendê], uma légua. Da estrada descia pelo lado direito, lá pelo lado da Conquista. Vivíamos de tudo, era uma fartura que não tinha mais jeito. Era leite e plantação. Porque eles [pai, José Quintino e mãe, Maria Clemência] eram lavouristas (sic). Fartura você tem tudo! Tem arroz, feijão, batata, carne, porco, capado, vaca, cavalo, além de fazer lavoura, [meu pai] ainda trabalhava para os outros também. [As] vacas eram umas quatro ou cinco, cavalo acho que era um.<sup>455</sup>

A sra. Aparecida afirma que a distância entre a Lagoa e a Comunidade dos Candendê/Ponto Chique do Martelo era de aproximadamente uma légua, ou seja, quase cinco quilômetros. A sua mãe, Maria Clemência, mesmo possuindo terras no Candendê recebidas como herança do pai Elias Quintiliano, ela fixara-se nas terras do esposo, José Quintino. O modo camponês dessa família concretizava-se em solo fértil e foi ampliado por parcerias estabelecidas com outros territórios negros. Como no caso do casal, José Quintino e Maria Clemência, além do cultivo das terras da Lagoa eles complementam os ganhos com as terras do Candendê e com prestação de serviços a terceiros. Ela, Maria Clemência, quando solicitada atendia como lavadeira nas fazendas das Pontes. Já José Quintino, além do cultivo de suas terras, era meeiro também nas terras das Pontes. A sra. Aparecida como os demais irmãos crescera recolhendo frutas e mantimentos fecundados no terreno da Lagoa. Com uma vida simples, mas “farturenta”, a modéstia da casa é revisitada na lembrança como pequena e aconchegante, e com poucos móveis e utensílios. Tudo, gerenciado pelo pai que organizava as funções domésticas e laborais pautadas na dinâmica do uso da terra:

A casa (na Lagoa) era tudo terradinho (sic), lisinho tudo. [Tinham] dois quartos, um quarto nosso (sic), o quarto da mamãe e do papai, e tinha o quarto da sala. E tinha uma salinha para chegar na cozinha. A cozinha tinha uma dispensa e um fogão muito bonitinho. A gente, de vez em quando, rebocava o fogão e ainda tinha um negócio de uma tabatinga, [que] a gente jogava tabatinga dos lados, aí ficava pintado o fogão, ficava bonito mesmo (sic). Tabatinga era uma coisa que rebocava parede. Depois pegou nós (sic) rebocar parede lá (sic). Ficou igual cal. A tabatinga é terra, tinha um lugar lá para pegar tabatinga. Era branquinha, de várias cores, acho que tinha amarela. [Usávamos] lamparina, como a casa não era forrada, a fumaça da lamparina não atacava em nada. Ela saía por baixo dos telhados e pronto. A Violeta era a vaca do tio Argemiro, a Moeda era do falecido Manué (sic), ela era amarelinha. A violeta era preta. A avenida era holandesa, era vaca pintada, era boa de leite. Tinha o Tupi, um cavalo, sadio, branquinho. As vacas que davam leite era a Avenida e a Violeta, faziam até queijo. Aquele morro lá, era o pasto dos outros, quando soltava para o lado de cá, para o lado de Ponto Chique, era da Jovelina, e para lá, do

---

<sup>455</sup> Entrevista realizada com a Sra. Aparecida dos Santos, em 26 de maio de 2018.

Manuel Campos. O nosso campo ia até lá no alto assim. Para o lado de cá tinha uma capoeira, gabiroba e araçá. A gente comia, tinha só uns pezinhos só, o pasto era pequeno, né. Também havia fruta na horta (sic). Pé de laranja para baixo da porta da cozinha, era assim carregado, era redondo, cheio de laranja. Tinha pé de limão também, e o pé de lima emparelhado. E atrás da casa, perto da janela do quarto, a gente falava pé de laranja do tio Argemiro. E tinha uma moita de Ora Pro Nóbis. Eu casei e fui morar nas Pontes, pra baixo da estrada primeiro.<sup>456</sup>

É possível verificar no relato acima que, no pasto da Lagoa, os citados animais e pés de frutas do tio Argemiro eram compartilhados por toda a família. E também que a proximidade territorial e histórica com a família Moreira Campos ajudava na ampliação das áreas disponíveis de pastagem, sendo comum a José Quintino e Argemiro deixarem os animais livres nas terras da fazenda das Pontes. A irmã, Ana Cirilo, não é lembrada cultivando a terra. Mas sempre descrita como uma cozinheira de “mão cheia” que crescera na fazenda da Conquista.

#### **4.2.5- Ao retorno da Conquista com suas Quitéria, Ana e Reginaldo**

Encontramos relatos dessa fazenda no livro de memórias do Primeiro Encontro da família Campos, escrito por Ione Campos de Souza. No livro, ela narra a alegria juvenil vivenciada nestas paragens e aborda a importância da fazenda ao afirmar que a “Conquista não é um prédio, mas um tempo, uma energia, uma alegria, um encontro, uma vida, uma saudade.”<sup>457</sup> As alegrias da infância lhe trazem à mente, tanto a correria da criançada após o café da manhã em direção ao curral, ansiosos pelo leite fresquinho ordenhado pelo pai ou por Reginaldo, descrito como “anjo negro”, quanto pelo passeio de carro de boi que levava o leite aos laticínios da família, e no regressar à Conquista para saborear o almoço feito por “Ana Cirilo, Baldina, Aparecida, Conceição e até a comadre Ambrósia e a Conceiçãozinha sob a regência da tia Adelaide, [...]”<sup>458</sup>

As lembranças da atualidade da Conquista não escondem seu passado de submissão e resistência vivido por aqueles que ali residiam e trabalham, ainda no período escravista. Ao abrirmos o presente capítulo, acompanhamos a luta de Quitéria na justiça, em 1837, para provar ser mulher livre do cativo e a fazenda da Conquista compõe o enredo da disputa entre a liberdade e a repressão. Quitéria, deslocada de suas terras e entregue a um novo

---

<sup>456</sup> Entrevista realizada com a Sra. Aparecida dos Santos, em 26 de outubro de 2019.

<sup>457</sup> Livro do Primeiro Encontro da Família Campos. Acervo da família Moreira Campos.

<sup>458</sup> Livro do Primeiro Encontro da Família Campos. Acervo da família Moreira Campos.

“proprietário”, é mandada para a região de Ilhéus, mas lá ela continuou a lutar.<sup>459</sup> A Conquista, na época de propriedade de outra família dona de terra e gente, os Rodrigues, apareceu nas fontes arquivísticas como testemunha da persistência dessa mulher.

Como afirma Ione Campos, a Conquista não é apenas um imóvel suntuoso transferido de um proprietário a outro, ao longo da história. Ela representa muito mais, e vincula o passado e o presente de grupos que, historicamente, era relegado ao apagamento nas fontes oficiais. Todavia, esses homens e mulheres, teimosamente, deixaram rastros sutis de suas existências, sejam em processos jurídicos, sejam em memórias familiares.

A Ana Cirilo e a Quitéria não se conheceram. Contudo, em outros tempos e contextos, elas exerceram funções parecidas na mesma “casa-grande”. Ambas negras, sendo a primeira, Ana, do pós-abolição e livre da escravidão, e a segunda, Quitéria, do período escravista e cativa ilegalmente, esbarraram-se em linhas temporais distantes na lida diária da casa “senhorial”. Ana Cirilo faz parte de um mundo republicano, onde o trabalho doméstico é relegado às mulheres negras desde a infância como um sistema educacional. Pelas salas e cozinhas, as antigas relações escravistas vivenciadas por Quitéria camuflavam-se em novas roupagens com as mesmas relações hierárquicas.<sup>460</sup> Ana, mulher livre do século XX, está “presa” a uma sociedade de valores paternalistas e patriarcais que moldam “laços” entre o empregador e a empregada com apelo afetivo e uma falsa ideia de pertencimento. Por trás da falácia, ela é “como se fosse da família”, estão práticas de subordinação, dependência e supervisão.<sup>461</sup> Ela era um fazer parte sem pertencer!

Os anos passaram para Ana Cirilo, e atarefada não tivera tempo de estudar e formar a própria família. Ela criaria os filhos dos outros. Já em idade madura, os tempos na Conquista serão deixados de lado para que inicie novos caminhos. Ela rompe com a rotina de cozinheira e serviçal para dedicar-se na criação dos sobrinhos. Nos anos de 1980, Ana Cirilo muda seu destino do pequeno distrito de Barbacena, para a cidade grande de Juiz de Fora. Lá, auxilia ao irmão Francisco Duarte, recém viúvo, na função de matriarca. A “(...) família para o negro, constitui uma [...] afirmação de seu pertencimento ao universo das regras. Ela é uma meta e um aval de dignidade. [...] ela é a rede prioritária na qual a solidariedade étnica [...]viabiliza

---

<sup>459</sup> AHMPAS. Libelo Civil de Liberdade. Cx. 26. Ord. 16. 2SVC. 1837.

<sup>460</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 11.

<sup>461</sup> PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, I,** São Paulo, 2011.

os projetos de ascensão social.”<sup>462</sup> Focada no apoio do grupo familiar, com voz ativa e forte, tornara-se referência do grupo. As suas histórias e memórias, irão desvanecer-se com o fechar dos olhos, numa manhã fria juiz-forana, aos 92 anos de idade.

Ana Cirilo e Quitéria não estão mencionadas em livros didáticos, mas são personagens reais, com dilemas e lutas, sonhos e conquistas, atravessados pelo tempo num mesmo espaço territorial. Mulheres que enfrentaram o tema da liberdade a sua maneira, em pequenos atos e falas, e apesar de presas ao sistema estrutural, que não as enxergavam como pessoas, mas sim como braço de trabalho, elas encontraram, na família, o aporte para continuarem a sonhar com a tal liberdade.

E quantas mulheres negras, com vozes entoadas nos trazem o ritmo e a performance de um povo afro-diaspórico? É necessário ampliar o olhar sobre as fontes e a epistemologia centrada no eurocentrismo, para enxergá-las. Pois, estão por todos os lados e tempos históricos, ansiosas para narrar mais uma memória de sobrevivência. Ana Cirilo e Quitéria fecharam o seu ciclo, cada a qual, à maneira possível de sua época. Mas, ao lado delas, outros experimentaram relações de subordinação e resistência e, por essas e outras, que ainda não podemos nos despedir da fazenda da Conquista, sem antes, trazermos para essas linhas, o Reginaldo, “anjo negro”.

Reginaldo, foi um personagem que apareceu discretamente nas memórias de nossos entrevistados. Ele, descrito como parceiro de atividades laborais de Ana Cirilo na fazenda da Conquista, era chamado de “chefe na fazenda dos brancos.”<sup>463</sup> Nas horas de folga, ele aproveitava para estar entre seus pares e apresentava-se como um bom tocador de sanfona. Nas lembranças de sua afilhada, Aparecida dos Santos, Reginaldo sempre que dava aparecia no pasto da Lagoa, com um pacote de balas e medalhas de santos para lhe presentear. Em suas palavras, a sra. Aparecida afirma que,

(...) A falecida mamãe lavava roupa. [...] Lavava roupa do falecido compadre Reginaldo. Ele, todo sábado ia lá pra Lagoa, tocar sanfona a noite, levava um saquinho de bala. Toda vez que ele ia para Aparecida do Norte, levava saquinho de bala pra afilhada. Eu era afilhada dele (sic). Aí, a gente repartia as balas. Era saquinho de bala e medalha pra todo mundo. Nós tinha (sic) medalha no pescoço. Só São Bento, só São Bento. Só sei que não via uma cobra. Era meu padrinho, o compadre Reginaldo, ele era antigo trabalhador na Conquista, a titia [Ana Cirilo], também era antiga na Conquista. Ele era negro. E depois ele foi para a Policlínica,

---

<sup>462</sup> BARCELLOS, D. M. **Família em Ascensão Social de Negros em Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996, p. 127.

<sup>463</sup> Entrevista realizada com a Sra. Aparecida dos Santos. Em 26 de outubro de 2019.

deu um negócio de coração e vomitou até sangue. Ele era solteirão. Era antigo na Conquista. Ele era chefe, era tudo. Trabalhou até morrer.<sup>464</sup>

Como Ana Cirilo, Reginaldo também compunha o grupo de empregados mais antigos da Conquista e, entre idas e vindas nas picadas e valas da Conquista à Lagoa, estabeleceu nesta última vínculos de compadrio que, para mais do que construções de afetividade, possibilitou-lhe estar entre os seus, regado com boa prosa e música. A longevidade do “anjo negro” na atividade de “chefe” não silenciou sua classificação racial frente os patrões. Afinal, as distinções existentes no período escravista de senhor/escravo já não existiam. Era necessário alternâncias de nomenclatura pelas classes dominantes para configurar no novo “jogo de poder entre brancos senhores/negros subalternos no pós-abolição”.<sup>465</sup> A distinção conseguida pelo trabalho à população negra do Brasil, fazia parte da estratégia dos poderosos como justificativa importante na “formação do cidadão republicano.” Para Cassoli (2017), o vínculo entre “a formação do trabalhador/cidadão revelava, ainda nos primeiros anos do século XX, o quanto o ‘fantasma’ da escravidão perambulava pelo mundo do trabalho.”<sup>466</sup> Era necessário restringir a mobilidade dos libertos e seus descendentes, fixando-os nas funções exercidas pelos antigos escravos. A “pompa” racializada de Reginaldo o acompanhou até o seu suspiro final na Policlínica de Barbacena. Pois “trabalhou até morrer.” O Reginaldo, ao contrário de Ana Cirilo e Quitéria, é narrado como um ser desenraizado, sem vínculos familiares próximos. O compadrio e as afetividades com grupos parceiros resgatavam ao mesmo suas raízes. É lá na Lagoa que se sentia em casa e buscava estreitar os laços com presentes e uma boa viola. O “chefe” da Conquista parecia alguém solto no mundo, sem família, sem amor, tendo à frente, apenas a responsabilidade de representar bem o papel que lhe foi incumbido.

---

<sup>464</sup> Entrevista realizada com a Sra. Aparecida dos Santos. Em 26 de outubro de 2019.

<sup>465</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.125-126.

<sup>466</sup> CASSOLI, Marileide Lázara. “Suspeitam das criadas que tinham, principalmente de uma pretinha...”: Histórias de liberdade no pós-abolição. Minas Gerais, 1897-1920”. In: **ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**, 8. 2017, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 13. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marileidelzaracassoli.pdf>.

Acesso em: 21 de junho de 2021.

#### 4.2.6- Ana(s) e Francisca(s): resistência, memória e reencontros

O pasto da Lagoa com suas histórias e memórias foi se esvaziando com mortes e migrações de parceiros de jornada. José Quintino e Argemiro, foram os últimos proprietários que, nos anos 60, também seguiram em direção à cidade. Em 10 de setembro de 1965, José Quintino dos Santos, lavrador, filho de Ana Francisca de Jesus Duarte e José Antônio Cirilo, começa a se desfazer dos bens, iniciando pela venda de mais ou menos 15 litros<sup>467</sup> de terras que herdara da esposa. A gleba, pertencente à finada Maria Clemência de Jesus, filha de Elias Quintiliano, localizava-se bem no centro das terras do quilombo Candendê. Ao transformarmos o valor dos litros de terras registrado por José Quintino, em metragem territorial, nós chegamos ao tamanho de 9.075 m<sup>2</sup>, ou seja, 0,975 hectares. De acordo com a escritura de compra e venda, as terras de José Quintino no Candendê tinham como confrontantes as de seus cunhados Avelino Bertolino, Franklin Raimundo e João Serafim Antônio.<sup>468</sup>

José Quintino, após anos de viuvez<sup>469</sup>, com os filhos espalhados entre Barbacena, Juiz de Fora e São Paulo, vende as terras que possuía tanto no Candendê como no pasto da Lagoa. E consigo, ele leva a memória da trajetória de luta registrada naquelas terras. Ele e o irmão Argemiro, seguiram juntos para Barbacena onde construíram suas residências que, embora separadas, eram mantidas em proximidade por estarem localizadas no mesmo bairro: o Caminho Novo. Para Damásio, “(...) a decisão de migrar, pode ser tomada por indivíduos que tentam escapar de situações extremas, mas geralmente é uma decisão tomada em conjunto com o grupo de parentesco.”<sup>470</sup> José Quintino e Argemiro, já com idades avançadas, possivelmente calcularam juntos, os riscos de sozinhos manterem as atividades ligadas às terras ancestrais. A migração para a cidade, em grande parte, seguia como resposta a convites

---

<sup>467</sup> Conforme estudos agrários, 1 litro de terras equivale à 605 metros quadrado. Para saber mais, visite o site: <https://www.canalrural.com.br/programas/especialistas-mostram-como-realizado-processo-medicao-terras-26577/> Acesso em: 03 de junho de 2021.

<sup>468</sup> Documento guardado com a Sra. Maria Raimunda. Livro de escritura de venda e compra. Certidão, livro nº 22, fl.3. Tabelião Geraldo Vaz de Assis. 1965.

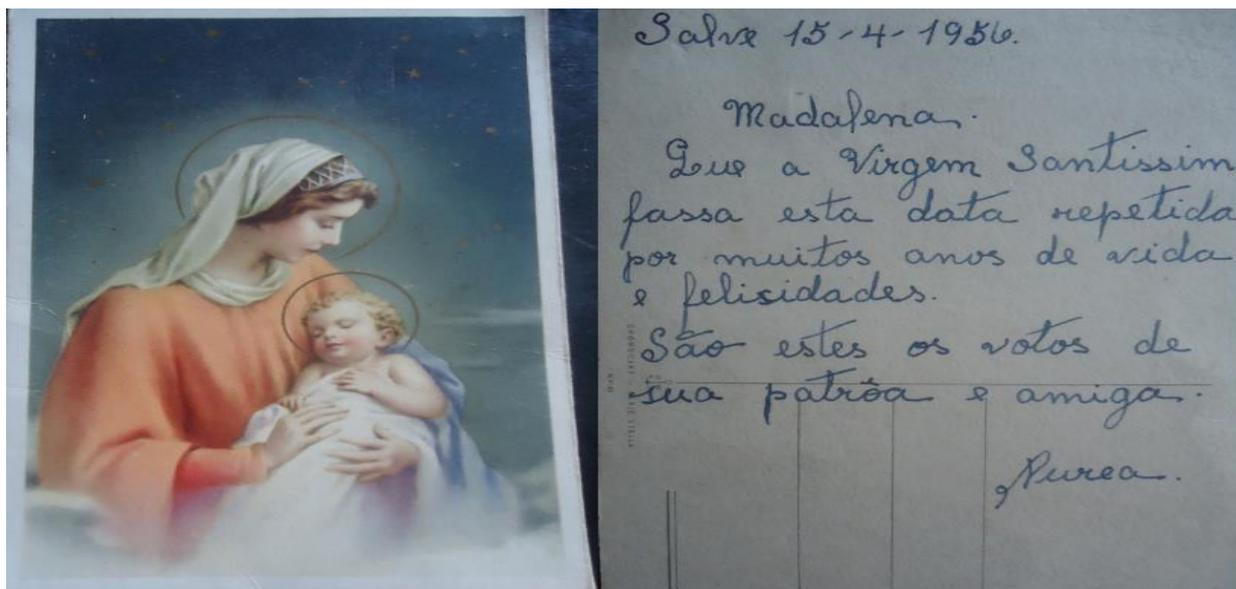
<sup>469</sup> A esposa de José Quintino, a sra. Maria Clemência, faleceu aos 50 anos de idade, tendo como “causa mortis”, infarto fulminante. Nas memórias dos filhos, alguns ainda jovens na época, alegam que “[...] ouviram a mãe dar um forte suspiro, deitada na cama, do dia 14 de outubro de 1953, às seis horas da manhã.” A certidão de óbito de Maria Clemência encontra-se no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, nº 3, 1827 a 1957.

<sup>470</sup> DAMÁSIO, Ana Clara. Voltando para a “origem”? Considerações sobre o campo entre parentes e os “segredos de família.” **Revista Calundu**, vol. 4, n. 2. jul. dez, 2020, p. 185.

anteriores feitos por parentes. No caso das mulheres, muitas saíram para se "empregarem" no serviço doméstico de famílias conhecidas da região de origem.<sup>471</sup> Fato ocorrido com as filhas de José Quintino: Ana Francisca e Madalena Clemência. Ambas, ainda jovens, deixaram o pasto da Lagoa rumo às casas dos descendentes da família Moreira Campos, residentes na cidade.

Áurea Campos, uma das descendentes dos fazendeiros de Ilhéus, desde criança conhecia a família de José Quintino, pelas visitas frequentes feitas às fazendas das Pontes e da Conquista. E será em sua casa, já na cidade, que continuarão as relações trabalhistas entre a sua família e as egressas da Lagoa. Na cidade, as antigas relações de uma sociedade desigual são demonstradas por jogos com regras de alteridade, explicitadas em formas simbólicas de que: somos iguais, porém diferentes.

Figura 21: Cartão de aniversário de Áurea Campos para Madalena Clemência



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Cartão de aniversário encontrado nos pertences da tia Madalena Clemência

É preciso demarcar, num espaço contínuo, as posições e codificá-las. Pois, como descrito no cartão de aniversário recebido pela empregada Madalena Clemência, o fato de serem amigas, Áurea e Madalena, não apaga a função da primeira como patroa.<sup>472</sup> Os sentimentos de submissão são transferidos para o deferimento. Em pequenas góticulas, as

<sup>471</sup> RIOS, Ana M., MATTOS, Hebe M. A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas **TOPOI**, v.5, n. 8, jan-jun., 2004, p.182.

<sup>472</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes da. "Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição". In: \_\_\_\_\_; GOMES, Flávio (org.). **Quase-Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377-418.

relações de proximidade e distanciamento são calcificadas na domesticidade das casas brasileiras. Madalena, como a tia Ana Cirilo, passa a exercer funções parecidas, não mais na Conquista, mas nas residências daquelas crianças que no passado brincavam pelas terras rurais dos avós fazendeiros.

Todavia, o deslocamento para a cidade, não apagou o princípio ordenador e o desfecho da trajetória da família Duarte. A relação passado e presente estreitam-se, ainda mais, em suas vivências, memórias, formas de trabalho e organização social. Ana Francisca, nossa memorialista e, a sua irmã Madalena Clemência, são agora empregadas domésticas da família Moreira Campos, na cidade. Elas, apesar das funções trabalhistas, à noite regressam todos os dias, a nova residência do pai, José Quintino, num novo contexto econômico e territorial. Ambas, Ana Francisca e Madalena Clemência, carregam no nome a transmissão de bens simbólicos de mulheres que ascenderam o grupo familiar. Os nomes como da avó paterna Ana Francisca de Jesus Duarte, que se fixou até a morte nas terras da Boa Vista/Lagoa e da mãe, Maria Clemência, herdeira das terras do quilombo Candendê. Essas mulheres representam uma história que passa a ser “[...] reconstruída por personagens eleitos como expressivos de um processo de vida de gerações, e que se sucedem no tempo e se deslocam no espaço.”<sup>473</sup>

Na visão de Weimer (2013), “[...] o nome inscreve o filho, mas também o pai, em identidades sociais.”<sup>474</sup> Para além da demarcação da linhagem, os nomes trazem, em si, uma conotação cultural sobre o nomeado, a partir do gosto e visão de quem o escolhe. Ana Francisca e Madalena tem em si impressos nomes, tradições, memórias e experiências vividas. O “[...] nome recebido de pais, avós e padrinhos representa um peso do passado a ser assumido, carregado, tolerado, suportado, usufruído, renegado ou com o mesmo reconciliado.”<sup>475</sup> Elas são as responsáveis por não deixar apagar na cidade, as estratégias e conquistas alcançadas na Lagoa ou no Candendê. O legado da autonomia, de um passado de luta em terras de cativo, está agora nas paredes suspensas da casa do Caminho Novo.

---

<sup>473</sup> BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS– Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996, p. 137.

<sup>474</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013, p. 327.

<sup>475</sup> *Ibd.*, p. 330-331.

Figura 22- Ana Francisca e Madalena Clemência



Fonte: arquivo pessoal. Da direita para a esquerda, Ana Francisca e a irmã Madalena Clemência, numa noite de natal. A casa no Bairro Caminho Novo, na época da foto, estava passando por reforma.

Ana Francisca, na categoria de tia, transforma-se na principal guardiã do patrimônio vivo e rememora a trajetória da família. Ao longo de seus 80 anos de vida, a genealógica associada a uma herança imaterial, calcada nos saberes e no processo de transmissão, não apenas nos apresentou o quilombo Candendê e o pasto da Lagoa, como também, nos aproximou de a uma cosmovisão africana de estruturas narrativas remontadas diasporicamente.<sup>476</sup> Para Leda Martins (1997),

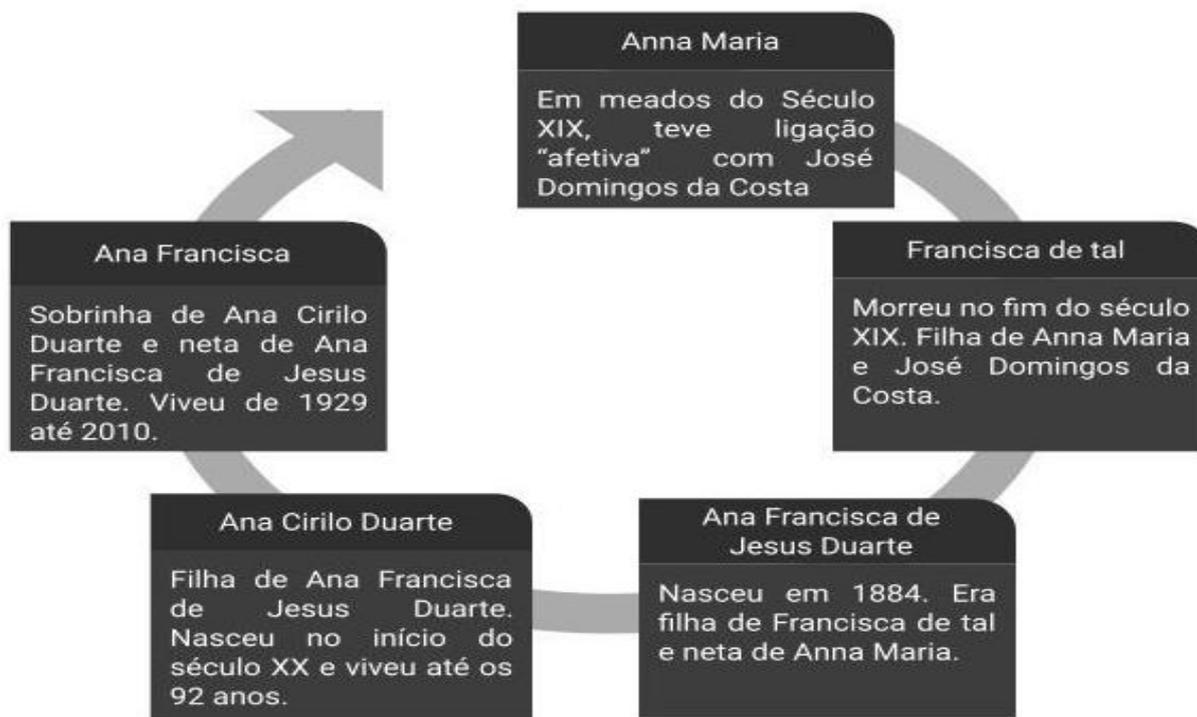
Os africanos que cruzaram o mar oceano não viajaram e sofreram sós. Com nossos ancestrais vieram as suas divindades, seus modos singulares e diversos de visão de mundo, sua alteridade linguística, artística, étnica, técnica, religiosa, cultural, suas diferentes formas de organização social e de simbolização do real.<sup>477</sup>

<sup>476</sup> ALMEIDA, A. (2021). As Griôs no Brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria tia. *Revista Calundu*, 4(2), 17, 2021, p. 86.

<sup>477</sup> MARTINS, Leda M. *Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997, p. 25-26.

Ana Francisca, nas tardes de domingo, não só narrava suas memórias, como também ressignificava a história que a antecedeu. De forma geracional, ela personificava as Ana (s) e Francisca (s) ao tempo que, dentro de sua singularidade, trazia uma performance de corpo e voz.

Imagem 1- Ciclo geracional dos nomes Ana e Francisca



Fontes: Documentos do AHMPAS, do Cartório de Pessoas Civis de Padre Brito e entrevistas.

Ela convergia a voz coletiva de Ana (s) e Francisca (s) do passado. Mulheres e matriarcas que articularam dentro dos limites de cada época, a ascensão de todo o grupo. Em sua particularidade de dicção, nossa Ana Francisca contemporânea, emergiu histórias e memórias das ancestrais que caminhavam ao seu lado e fertilizavam o ciclo vital ascendente. Eu, como ouvinte, mergulhei na própria origem. Nesse mergulho emancipei ao reconfigurar a etnografia familiar. O processo de formação acadêmica é a chave para a junção de histórias e memórias esparsas. Narrativas e fontes complementaram *nossas* memórias desconexas e deram novo sentido aos bens materiais e simbólicos. A força da transmissão familiar ultrapassou tempos difíceis e chega no hoje como aporte para novas lutas. E neste viés, concluímos que, mais que cientificismo, à população negra e acadêmica é necessário mais

ancestralidade, como nos sugere Damásio.<sup>478</sup> É preciso enegrecer as teses e dissertações, para que rostos apagados da história como os de Antônio Lourenço da Costa, Elias Quintiliano de Araújo, Quitéria, Ana (s) e Francisca (s) saiam do esquecimento epistemológico e façam morada em nossos quilombos, escolas e universidades.

---

<sup>478</sup> DAMÁSIO, Ana Clara. Voltando para a “origem”? Considerações sobre o campo entre parentes e os “segredos de família.” **Revista Calundu**, vol. 4, n.2. jul.dez, 2020, p. 195.

**Conclusão:** Que futuro nos espera.

Os caminhos percorridos pelas ruelas do Candendê nos mostraram as fraturas e embates de uma comunidade margeada pelo racismo cotidiano, com conflitos internos ampliados pela fragmentação das lideranças religiosas e políticas. Um território com um passado mal elaborado e estudado que se reflete no presente detectável a partir das marcas dos vazios históricos, embaralhando as lideranças e dispersando a unidade necessária para concretização dos projetos de vida.

Candendê, Sítio dos Crioulos e Lagoa são regiões marcadas pela existência de antigas fazendas escravistas em seus entornos. Essas áreas compõem um espaço geográfico nos grotões de Barbacena resistentes às tentativas institucionalizadas de silenciamento. O Candendê, em especial, surge pela primeira vez, em registros cartográficos do estado de Minas Gerais, no ano de 1895. Contudo, seu nome é substituído em 1995, para Ponto Chique do Martelo. A alteração está relacionada a influência política de antigos coronéis da região que, possivelmente, não tinham interesse em manter a consciência política da comunidade quanto à sua origem. O coronel Abel Moreira Campos em negociações tensas consegue uma parte das terras de Antônio Lourenço, o Candendê, e ali, constrói um galpão que, além do armazenamento de produtos, passará ser um ponto de referência aos moradores para a troca de roupas antes de seguirem viagem para a cidade.

As relações de mando e subserviência vivenciadas pelos antigos moradores do Candendê são reelaboradas no atual Ponto Chique do Martelo, enquanto a resistência cultural evocada pelo nome Candendê vai sendo apagada. Mais certo é que esse apagamento histórico de comunidades negras do Brasil não é uma novidade. A nova nomenclatura imposta por uma Câmara Municipal é a demonstração de um racismo institucional com interesses políticos desejosos de que as “[...] verdades fossem negadas, reprimidas, mantidas e guardadas em segredo.”<sup>479</sup> Para os responsáveis pela mudança do nome, não era interessante conhecer e reconhecer a existência de um quilombo pertencente à cidade. No entanto, a tentativa de apagar a existência do Candendê não se concretizou por completo. A memória, como uma boa

---

<sup>479</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 41

guardiã, faz surgir, do mar das sombras governamentais, a existência das comunidades negras, contudo a cegueira continuou. Como abordado ao longo dessa pesquisa, setores importantes de valorização da cultura não foram capazes de enxergar a presença de uma arte e estilo afro-brasileiros nas moradias ainda de pau-a-pique e adobe existentes no quilombo. O interior das casas também não foi visitado e, assim, artefatos e objetos de um povo e de uma época foram negligenciados no dossiê dos bens culturais do passado Candendê.

Em meio a um percurso de falhas e acertos, ainda assim o dossiê realizado pelo Conselho de Patrimônio Cultural da Prefeitura foi um importante instrumento para o reconhecimento da localidade como sendo um território quilombola. A partir da inscrição do Candendê como um bem imaterial por ser um território tradicional habitado por pessoas negras possivelmente descendentes de ex-cativos, setores autônomos da sociedade civil se juntaram na elaboração do laudo etnográfico levado à Fundação Palmares, em 2012, para a conquista da titulação quilombola.

Todavia, a euforia inicial com o reconhecimento durou pouco. Os conflitos de interesses e de poder político na comunidade sobressaíram ao bem comum, fator que demonstra uma ausência de conhecimento histórico pelos moradores das trajetórias de luta e sucesso dos antepassados do Candendê. Nesse sentido, destaca-se a importância da divulgação de pesquisas históricas sobre o quilombo em prol de sua continuidade. Os receios quanto à posse comunal das terras, junto com a inércia do poder público no enfrentamento de problemas estruturais ampliam a marginalização e a estagnação local. O Candendê, infelizmente, acompanha dados estatísticos das regiões periféricas brasileiras com um etnocenso marcado pela discriminação racial.

As experiências de projetos elaborados para uma economia sustentável na comunidade, até o momento, não funcionaram. A voz negra presa por anos, ainda continua silenciada e negligenciada. O Candendê, ainda hoje, como a escrava Anastácia, tem a boca, expressão que simboliza a fala e a enunciação, oprimida e silenciada como ocorria na escravidão. Num trocadilho cruel, a regra do jogo foi invertida e o sujeito branco, num processo de negação, retira do negro o direito de falar e possuir bens.<sup>480</sup> E num discurso inverso, o sujeito branco transforma-se no oprimido e o sujeito negro em tirano. Essa troca de papéis muito utilizada no período escravista, ainda persiste na atualidade como resquício das

---

<sup>480</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 34

fraturas e traumas do passado. O entendimento e estudo da própria marginalidade e da outridade imposta pelo racismo possibilitarão talvez o amadurecimento comunitário e a formação de sujeitos proativos na luta contra a discriminação histórica. Por enquanto, as disputas internas incentivam uma desarticulação e, até mesmo, o desmembramento da associação criada para desenvolver projetos de favorecimento dos moradores locais.

Entre as causas dos “rachas internos”, existe um profundo desconhecimento da importância histórica até do próprio nome Candendê, palavra proveniente possivelmente do tronco linguístico banto, que apareceu pela primeira vez em registros oficiais, em 1895, com a grafia Cadende. Ao que parece, um grupo de cativos, com vínculos temporais próximos à travessia forçada do Atlântico negro, foram fixados nesta região e ali batizaram o território com um nome de significado ainda desconhecido. A confusão causada pelo uso do nome Candendê como pseudônimo de Antônio Lourenço da Costa, ex-morador e capanga de um coronel local, vem sendo usado como empecilho para a uniformização e solidificação dos interesses comunitários. Antônio Lourenço ficou conhecido como, o Candendê, e foi um sujeito negro que, ao longo da vida, manteve relações estreitas com membros da família Moreira Campos. Descrito por alguns moradores como alguém não merecedor de reconhecimento pós-morte, tem sua trajetória marcada pelo sucesso na conquista da autonomia familiar, mas também lembrado contraditoriamente por relações de mando estabelecidas com fazendeiros de passado escravistas. Antônio, o negro que falava de forma embolada os idiomas africanos e tinha o poder da cura soube, como ninguém, estabelecer vínculos bilaterais. Ele, morador do Pasto da Lagoa, região vizinha ao Candendê, aprende a fortalecer os “nós” com casamentos e parcerias feitas entre seus iguais. Por outro lado, com negociações e serviços prestados a fazendeiros e coronéis, Antônio Lourenço ascende como um importante mediador de conflitos e liderança local. Ao deslocar-se da Lagoa para o Candendê, em inícios do século XX, ele vai se tornando o Antônio Candendê. Não é possível saber se isso foi planejado por ele ou algo incorporado à sua trajetória por aqueles que o rodeavam. Todavia, é de suma importância desvincular o surgimento do povoado Candendê de Antônio Lourenço. O território antecede à sua chegada. Não será ele o responsável pela nomeação local, mas sim, a existência de uma comunidade negra já fortalecida, que o acolhe e o projeta para a história.

O território Candendê, surgido ainda no século XIX, mostra-se conectado à outras comunidades negras, tais como ao Sítio dos Crioulos, com a presença da família Quintiliano, e ao Pasto da Lagoa, onde residiam a família Costa e Duarte. Para além dessas parcerias

horizontais, os habitantes desses territórios negros estreitavam vínculos de meação e prestação de serviço com os fazendeiros da família Moreira Campos. Tal relação era complexa, e talvez, formada a partir da opressão da escravidão. Contudo, a existência de populações negras, num território rodeado por fazendas escravistas, indica um apadrinhamento senhorial na manutenção dessas terras.

Os Quintilianos, família de camponeses negros com terras localizadas ao lado direito do Candendê, deixaram pequenos registros de suas humanidades, fraquezas e estratégias. Eles se aliaram à família de Antônio Lourenço, por meio de casamentos e apadrinhamentos, que funcionaram como bálsamo às pressões sociais vividas no pós 13 de maio. O suporte familiar e as parcerias eram motivos das festas do Calango, também conhecida como a festa da broa e do café. A cantoria entre o Candendê, Sítio dos Crioulos e a Lagoa, regada com um bom café e deliciosas quitandas, divertia os presentes com prosas de desafios, até o “arraiar” do dia, encerrando com baile e quadrilha. E nesse cantar-batucar-dançar, mundos e culturas africanas, europeias e indígenas se conectavam, mesclavam e fortaleciam a continuidade da tradição. Tudo emolado numa performance informal, pautada na oralidade e no senso identitário.<sup>481</sup> A festa de Calango foi cantarolada até a década de 1960 quando, à procura de melhores condições de vida, os jovens migram dessas comunidades negras rumo às grandes cidades.

Na contramão do esquecimento, conseguimos fazer o resgate das memórias dos jovens, hoje anciões, na expectativa de que, futuramente, a festa da broa e do café possa se tornar um festival cultural do município. Não é fácil! Como em outros projetos já implementados, a distância entre a teoria e a prática mostrou-se um empecilho difícil de resolver. A presente tese trouxe para o campo acadêmico a fala de uma descendente quilombola que pretende utilizar os dados coletados numa futura estruturação social para essas comunidades. Para tanto, será necessário resgatar os personagens e fatos históricos que ajudaram na formação e manutenção do que hoje conhecemos com Ponto Chique do Martelo. Num processo de resgate pessoal, encontrou-se personagens simbólicos de resistência negra. Nas andanças pelas ruelas históricas do Candendê, fizemos as pazes com um passado de emoções mistas, que sobrevoavam minhas relações familiares. Alguns objetos e imóveis - como a residência onde nasci - antes com pouco valor econômico, passou a ser valorizado como símbolo de resistência de uma família quilombola.

---

<sup>481</sup> LIGIÉRO, Zeca. **O conceito de ‘motrizes culturais’ aplicado às práticas performáticas afro-brasileiras.** Rev. Pós Ciências Sociais. Maranhão/UFMA, n. 16, v.8, jul/dez 2011, p.143

Candendê, Sítio dos Crioulos e Pasto da Lagoa, são territórios marcados pela brutalidade e irracionalidade da escravidão, mas também, pela resistência à opressão, seja no tempo do cativo, seja no tempo de pós-abolição na luta contra o racismo. As mulheres como Quitéria, Ana (s), Francisca (s), embora separadas por tempos históricos, encontraram-se no significado da luta diária por autonomia. A primeira, com sua determinação em não permanecer como cativa ilegal, separa-se no tempo das demais, mas não das lutas vivenciadas por essas. Elas são mulheres com trajetórias “acorrentadas” por um colonialismo atemporal, personagens guardiãs de uma linhagem de resistência. Ao habitarem as regiões do Candendê, Sítio dos Crioulos e Pasto da Lagoa junto aos seus companheiros, elas, no dia-a-dia debaixo do sol, fecundaram o solo com suas histórias e memórias.

Ao longo desses cinco anos de pesquisa acadêmica, num percurso longo e árduo, o encontro com personagens, homens e mulheres, com enfrentamentos maiores para a sua época, é que nos auxiliaram nas dificuldades. Num tempo pandêmico, com oscilações emocionais e fechamento de arquivos, a inacessibilidade aos moradores anciões do Ponto Chique do Martelo (antigas regiões do Candendê, Sítio dos Crioulos e Lagoa) fez com que andássemos a passos lentos rumo à conclusão final. Um fim que ainda está aberto com novas fontes recém-descobertas e que não nos foi possível investigar a fundo.

Além disso, ainda cabem futuras pesquisas sobre a região relacionadas à perguntas sobre parcerias e conflitos que possam ter existido no passado entre os moradores de Ponto Chique e os povos Puri, habitantes do distrito vizinho, São José de Ilhéus, hoje Padre Brito. A influência desses povos indígenas sobre as comunidades negras pesquisadas vai para além da proximidade geográfica. Ao que parece, havia uma troca envolvendo palavras, ervas e cultura como lembrado por alguns dos entrevistados. Com certeza, era uma relação importante para os grupos envolvidos, já que todos residiam e ainda residem em territórios cercados por fazendeiros interessados em suas terras e na de mão de obra barata.

Essas terras, marcadas por negociações e conflitos ainda não totalmente desvendados, trazem surpresas ao pesquisador com novas possibilidades de análise. Ao finalzinho da escrita da tese, fomos agraciados com as memórias de descendentes do antigo pasto das crioulas, que ficava dentro do território Candendê. Assim, como um mosaico africano, o atual Ponto Chique do Martelo mostra-se configurado pela junção de micro territórios de famílias camponesas e negras. Os novos nomes, rostos e vozes que residiam no pasto foram surgindo. Entre eles, nomes como os de Bárbara e Francisco Borges, parceiros na vida e nos infortúnios

e que mostram a dinâmica social e os conflitos vividos por camponeses negros. Ainda por motivos desconhecidos, esse casal foi expulso, de suas terras com os filhos, pelo coronel Abel Moreira Campos. Na migração forçada, Bárbara e Francisco fixaram-se numa fazenda próxima à região onde moravam: a fazenda do Fagundes.

Figura 23- Família Borges



Fonte: arquivo pessoal da família Borges. O casal da foto são Francisco Borges, a esposa Isolina Esperança de Jesus, as crianças, no colo Luiza, abaixo, Paulo de bermuda amarela, ao seu lado os irmãos Dimas, Helena, Aparecida, Geralda, Maria José e José.

Na foto acima, estão o descendente de Francisco e Bárbara com toda a prole, próximo a uma estação de ônibus Viação Cometa). Na imagem, a família Borges representada por Francisco, a esposa Isolina Esperança e os filhos, com trajes de passeio, parecem atentos ao trabalho do fotógrafo posicionados de forma equilibrada para o registro. A aparência tranquila ou, de certa forma, inquieta pela pose a ser feita, esconde o dilema vivido por esses na trajetória de vida. Os Borges, construtores de uma história em aberto, representam as reticências que encontramos no percurso do quilombo Candendê. As parcerias estabelecidas por essa família no quilombo não foram suficientes para sanar a fúria ou ganância de poderosos que rodeavam a região deixando marcas nessas histórias de conquistas e fracassos

na manutenção das posses. Os desdobramentos das negociações dependeriam de fatores como a prestação de serviços, a subordinação aos mandos de poderosos ou, ao enfrentamento e perda do apadrinhamento necessário em regiões cobiçadas. O que não é nada novo no front das questões agrárias do Brasil.

Mesmo sem investigar as fontes orais e arquivísticas para responder sobre a história e trajetória da família Borges no Candendê, os dados colhidos até aqui, permitem refletir sobre como alguns quilombos históricos e/ou ideológicos sobreviveram ou foram extintos no decorrer do tempo. A unidade entre os pares e a prestação de serviço e subserviência a grupos poderosos locais são fatores que levam ao sucesso ou fracasso dessas comunidades negras. O caminho a escolher precisa ser pensado e ser estratégico. Ainda assim, o sucesso do passado não é garantidor de um futuro próspero. Os conflitos identitários e de lideranças podem surgir pautados numa história mal contada. Para reverter esse percurso de desagregação é importante e urgente descortinar o passado com suas mazelas e compreender os passos de homens e mulheres, com trajetórias de acertos e erros para manter as terras familiares. Para preencher o futuro incerto do quilombo urge tratar feridas, realizar alianças, compreender escolhas e, assim, vislumbrar projetos que favoreçam a todos, a fim de desconstruir o distrito de Ponto Chique do Martelo e reconstruir o território Candendê.

Anexo

Quadro 13 – Lista dos entrevistados

Nome	Assunto	Ano	Página
Sra. Aparecida Jussara do Nascimento (Dequinha)	Entrevista filmada pela TV Integração (MGTV) 1. Edição.	20 de novembro de 2018	45
Sra. Aparecida Jussara do Nascimento (Dequinha)	Entrevista filmada pela TV Integração (MGTV) 1. Edição.	20 de novembro de 2018	50
Sr. Alexandre José do Carmo	Entrevista filmada pela TV Integração (MGTV) 1. Edição.	20 de novembro de 2018	56
Sr. Alexandre José do Carmo	A importância da conscientização da comunidade.	Junho de 2019	58
Sr. Alexandre José do Carmo	A importância da conscientização da comunidade.	Junho de 2019	61
Sr. João Pedro da Silva	A linha geracional da própria família	Em 2012	66
Sr. João Pedro da Silva	Entrevista filmada pela TV Integração (MGTV) 1. Edição.	20 de novembro de 2018	67
Sr. João Pedro da Silva	Informações sobre a Figueira e o puxador de cordas.	Em 2012	70
Dona Maria Madalena	Sobre as memórias de seu pai, Sr. Agenor, e do avô, Antônio Lourenço da Costa.	Em 6 de outubro de 2018	78
Sr. Alexandre José do Carmo	Uma das hipóteses da origem do nome Candendê	Em 2018	82
Sra. Maria Raimunda	Explicando a genealogia da família Quintiliano	Em 2018	91
Sra. Maria Raimunda	Fala da morte do tio João Serafim	Em 2018	97
Sr. Genésio Serafim Antônio.	Fala da divisão das terras de seus pais Aurora e João Serafim Antônio	Entrevista realizada em 15 de junho de 2019.	97
Sr. João Pedro da Silva.	Fala da relação de seus avós com a família Moreira Campos.	Em 9 de novembro de 2018	98
Sra. Maria Raimunda	Fala sobre o casamento do pai Franklim Raimundo, ocorrido na fazenda dos Moreira Campos	Em 30 de dezembro de 2018	99
Sr. João Pedro da Silva	Fala sobre Antônio Cirilo ser o puxador de corda da Figueira do Candendê	Em 2012	99
Sr. Genésio Serafim Antônio	Fala sobre a mãe, Aurora, e suas atividades de cura	Em 15 de julho de 2019	100
Sr. Genésio Serafim Antônio	Fala sobre o significado do termo “Malungo”	Em 22 de junho de 2019	105
Sr. Genésio Serafim Antônio	Fala sobre a sua essência estar ligada ao Candendê	em 15 de julho de 2019	106
Sr. Genésio Serafim Antônio	Fala sobre a festa da Broa e café e o desafio de Calango	em 15 de julho de 2019	107
Sra. Aparecida dos Santos	Fala sobre a quadrilha que acontecia no final da festa do Calango	Em 20 de junho	107
Sra. Aparecida dos Santos	Fala sobre os participantes da festa		108

Sr. João Pedro da Silva	Fala sobre as misturas de grupos na festa	Em 17 de maio de 2018	109
Sr. Genésio Serafim Antônio	Ele recita versos de calango		111
Sr. Abel Santana Campos	Fala das relações políticas e de mando do avô Abel Carlos Moreira Campos	Em 24 de agosto de 2017	159
Sr. João Pedro da Silva,	Fala sobre a festa do Calango, a relação com os fazendeiros locais e aquisição de recursos para a construção da igreja Nossa Senhora da Aparecida	Em 17 de maio de 2018	168
Sr. João Pedro da Silva	Fala da transferência de parte das terras do avô Antônio Lourenço para o Coronel Abel Moreira Campos e a denominação Ponto Chique	Em 9 de novembro de 2018	170
Sr. João Pedro da Silva	Explica a relação dos Moreira Campos com os Bias Fortes, e quais membros dos Campos estão na foto da caçada	Em agosto de 2018.	172
Sr. João Pedro da Silva	Fala do interesse de José Cirilo em ter um escravo	realizada em 2012	196
Ana Francisca	Em suas memórias, ela abordava sobre a vida familiar em Ponto Chique.	Anotações de conversas realizadas com Ana Francisca. In memoriam	196
Sra. Aparecida dos Santos	Fala da vida familiar no Pasto da Lagoa	Em 26 de maio de 2018.	232
Sra. Aparecida dos Santos	Aborda a fartura vivenciada pela família	Em 26 de outubro de 2019.	233

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe. **Histórias do Pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Vol. 1. Niterói: Ed.UFF, 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Adilson José. **Sociedade Armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N. Sér. V. 23, n.2, 2015.

ALMEIDA, A. (2021). As Griôs no Brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria tia. **Revista Calundu**, 4(2), 17, 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In O'Dwyer, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.

\_\_\_\_\_. "Terras de Preto. Terras de Santo. Terra de Índio" IN: Habette, J. e Castro, E. M. (orgs.) **Cadernos NAEA, UFPA**, 1989. e Almeida, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Terras de Preto no Maranhão: Quebrando o mito do isolamento**. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), 2002.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais\_ Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena Serviço de Geoprocessamento, 2010.

Artigo 68 (ADCT – CF/ 88) - FERREIRA, R.C. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e Reconhecimento, Ação Afirmativa ou Direito Étnico? *Revista Habitus*, v. 08, p. 01-18, 2011.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Lei no 556/1911 de 30 de agosto de 1911.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

ATHERINO, Ciríaco C. T. & ASSUNÇÃO, Aída R. M. **Doença de Meniere no Idoso**. Revista [HUPE Uerj. v. 14, n. 1, jan-mar/2015.

AYRES, Sérgio C. (Org.) **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena**. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. FUNDAC/PMB. 2009/2012.

BARCELLOS, D. M. **Família em Ascensão Social de Negros em Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, vol. 02, nº 03, 1989.

BÔSCARO, Ana Paula D. **Uma Serra de Almas Negras**: o tráfico de escravos e a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira – Século XIX. XXIX Simpósio de História Nacional. ANPUH, 2017.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal** - família e sociedade (São João del Rei, séculos XVII e XIX). Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2002.

CARDOSO, Heloisa Helena. P. **Nos caminhos da História Social**: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. *História & Perspectivas (UFU)*, v. 23, p. 31-47, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **O Mito da Democracia Racial**. Geledés Institute For Black Woman. Brasil e África do Sul: uma comparação. Laamounier Bolivar (org.), p.215.

CARVALHO, José Murilo de. “**Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual.” In. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. **A Reconstrução da opressão**: comunidades de escravos, a guetificação e o trabalho livre em Barbacena (1850-1929). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

CASSOLI, Marileide Lázara. “Suspeitam das criadas que tinham, principalmente de uma pretinha...”: Histórias de liberdade no pós-abolição. Minas Gerais, 1897-1920”. In: **ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**, 8. 2017, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Coleção Vozes da Diáspora Negra, Volume 3. (Org.) Carlos Moore. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Lenira Lima da. **A Lei do Ventre Livre e os Caminhos da Liberdade em Pernambuco, 1871-1888**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

COUCEIRO, Luiz A. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre escravos e livres nas fazendas do sudeste, 1860- 1888. **Revista de Antropologia**, v. 46, nº 1, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. Que Cidadão? Retóricas da Igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) **Quase - Cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DAMÁSIO, Ana Clara. Voltando para a “origem”? Considerações sobre o campo entre parentes e os “segredos de família.” **Revista Calundu**, vol. 4, n. 2. jul. dez, 2020.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma constante**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013.

DISCACCIATI, Henrique Sérgio. **Discacciati da Itália à Barbacena: história de uma família**. Campinas, SP: Incentivar, 2010.

ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da representação a autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira**. Revista Palmares: cultura Afro-brasileira, ano I, n. 1, ago.2005.

\_\_\_\_\_. **Ponciá Vicêncio**. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Juliana Barreto. “Diz a preta mina...”: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 3, p. 470-483, 21 dez. 2018.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento.** Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FILHO, Tarcísio H. **Quilombola:** a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. Brasília, a.48, n.192, out-dez, 2011, p. 149

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas.** Famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 –c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** História, retórica, Prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

GRINBERG, Keila. **Liberata:** a lei da ambiguidade, as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX.” In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil:** Ensaios de História Social. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da propriedade:** Antônio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**, 21-22;1998-1999.

GOULART, A. da C.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** v. 12, nº 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo:** Trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação:** família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão:** Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GUSMÃO, Neusa M. **A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo:** uma luta, muitas lutas, Tese de Doutorado, Depto. de Antropologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1990(mimeo).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004, pp.31-32.

HORTON, Robin. Rasgos comunes al pensamiento occidental moderno y al pensamiento tradicional africano. **Ciência e brujeria**. Barcelona, Ed. Anagrama, 1967.

INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LADEIRA, Francisco F. **As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrada na cidade de Barbacena**: da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade. Mal-Estar e Sociedade - Ano II - n. 3 - Barbacena - nov. 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico, 2ª ed. São Paulo: Senac, 1999.

LARA, Silvia. H. (org.). **Ordenações Filipinas**: Livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas in: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-54](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-54). acesso em: 27/04/08.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. “Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo.”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 212.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. **O Plano e o Pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edusp, 1994.

MALCHER, Albenize F. **Identidade Quilombola e Território**. Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de janeiro, 2009.

MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém”**: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo, 2010, p.42.

MARTINS, Leda M. **Afrografias da memória**: O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

\_\_\_\_\_. **Orality da memória**. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org). Brasil afro-brasileiro. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao sul da História**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste Escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Marcas da Escravidão**: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil. Niterói, Tese de professor Titular UFF, 2004.

\_\_\_\_\_ & RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito a reparação. Ibero-americana (Madrid), v. 42, p. 147-160, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Combates da Memória**: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. Tempo, Niterói, Vol. 3, no. 6, 1998.

\_\_\_\_\_. “Prefácio”, in Frederick Cooper, Thomas C. Holt, Rebecca Scott J., **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o Bem Comum**: os “homens bons” e a Câmara de São João del Rei – 1730 – 1760. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2010.

MOTTA, Márcia M. Menendes. **Jogos de Memória**: conflitos de terra e amnésia social. Tempo. Rio de Janeiro, n.6, pp.189-198, Dez.98.

\_\_\_\_\_. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. Alex Ratts. (org.), 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo:PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

O'DWYER, CANTARINO E. **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: UFRJ AB1995.

OLIVEIRA, Francisco R. **História da construção da Estrada de Barbacena a Ibertioga**. Ed. Autor, 2002.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **A terra e seus homens**: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. 1ed. Letras: Rio de Janeiro, 2016.

PEDRO, A. Um Certo Capitão José Pedro: Transmissão de bens, doações de liberdade e manutenção do domínio senhorial. **V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Campinas - século XIX. (Congresso), 2011.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas – a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, I**, São Paulo, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PRECIOSO, Daniel. **Legítimos Vassalos**: pardos, livres e forros na vila Rica colonial (1750 – 1803). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

\_\_\_\_\_. “**Última vontade**”: a alforria em testamentos de homens pardos (Vila Rica, 1755 -1831)”. Revista de história São Paulo, n.167, 2012.

RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

RENAULT, Leon. **Chorografia do município de Barbacena**. RAPM. ANO 13. Imprensa Oficial de Minas Gerais, BH, 1909.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1989.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)**. Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008.

RESENDE, Rodrigo Castro. **Crioulos e Crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentistas**. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2013.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal**. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, 2000.

RIOS, Ana M., MATTOS, Hebe M. A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas **TOPOI**, v.5, n. 8, jan-jun., 2004.

RODRIGUES, João Lucas. **Serra dos Pretos: trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas (1811-1960)**. Dissertação de Mestrado. São João del-Rei: Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

ROSSINI, Gabriel A. A. **A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869**. Estud. Econ., São Paulo, vol.49 n.4, p.777-806, out.- dez. 2019.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. 1938, p.147. Disponível no link: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/208> .

SANTOS, Miriam Cristina. **Intelectuais Negras: prosa negro-brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2003. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume.

SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão**: distribuição de legados a escravos no termo de Barbacena (1850-1888). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2014.

SÁTYRO, Ângelo. **Primeiro Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Populações Negras e Indígenas de Barbacena**. Instituto Cultural Primeiro Quilombo, 2017, p.9. visualizado no site: [www.icpq.com.br](http://www.icpq.com.br)

SAVASSI, Amílcar. Barbacena 200 anos. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991; op.cit, FUNDAC. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Barbacena**. Escola de Educação Patrimonial de Barbacena. 2010

SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: agência e loucura no Brasil da Primeira República. In: Carolina Dantas et alii (org). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**, vol. 1. Niterói: EDUFF, 2013.

SEABRA, Maria Judite de C. R. A mulher e o dote na segunda metade do século XVIII. **Antropologia Portuguesa**, vol. 01, 1893.

SLENES, Robert W. “**Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil**”. Revista da USP, 12 (jan/fev. 1991/1992).

\_\_\_\_\_. **Na senala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SILVEIRA, Anny Jackeline. **A influenza espanhola e a cidade planejada**: Belo Horizonte 1918. Niterói: UFF- Programa de pós-Graduação em História, 2004.

SOARES, Edimara G. **Educação Escolar Quilombola**: reafirmação de uma política afirmativa. ANPED- UFPR. Curitiba-Paraná, 24 a 27 de junho de 2016.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Barbacena Colonial**: uma vila mineira na última década dos setecentos. In: Anais do Primeiro Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. Disponível em: [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br).

TEIXEIRA, Adriano Braga. **População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o século XIX em Minas Gerais Colonial** – Barbacena, 1792-1822. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, Antônio Manuel. Redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, v.4, 1998.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. **Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes** (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro-Ásia, núm. 47, 2013.